

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**REIDY ROLIM DE MOURA**

**FLORIANÓPOLIS  
2009**

**REIDY ROLIM DE MOURA**

**ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E  
APRENDIZADO DEMOCRÁTICO – O ASSOCIATIVISMO DE  
BAIRRO EM BLUMENAU (1994-2009)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Julian Borba Dr.

**FLORIANÓPOLIS  
2009**

**REIDY ROLIM DE MOURA**

**ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E APRENDIZADO DEMOCRÁTICO – O ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO EM BLUMENAU (1994-2009)**

Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Doutora em Sociologia Política no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política** da Universidade Federal de Santa Catarina

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Julian Borba (UFSC - Orientador)

---

Prof. Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC Examinadora)

---

Prof. Dr. Erni José Seibel (UFSC Examinador)

---

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (UFRGS Examinador)

---

Prof. Dr. Luciano Félix Florit (FURB Examinador)

**FLORIANÓPOLIS**  
**2009**

**A Gabriel,  
filho amado que  
acompanhou o  
desenvolvimento desta tese  
com muita compreensão.**

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao momento dos agradecimentos, ao final de um processo de reflexão e trabalho para uma tese, não é tarefa fácil. Tornou-se, entre outros, um dos meus maiores desafios. Nesse sentido, agradeço primeiramente ao Professor Dr. Julian Borba, orientador da tese, pela sua dedicação, leituras, observações e contribuições valiosas para o andamento e conclusão deste trabalho. Seu empenho para com minha tese foi fundamental, para que eu conseguisse terminá-la.

Também sou grata à Professora Lígia Helena Hahn Lüchmann, que acompanhou sempre de perto minha trajetória acadêmica, desde o mestrado até o doutorado, estendendo o agradecimento também aos demais professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pela importante colaboração na formação acadêmica.

Agradecimento muito especial é para Edinara Terezinha de Andrade, amiga, professora, conselheira, que tem papel fundamental e inspirador na minha formação acadêmica, profissional e na vida pessoal. Sou eternamente grata pelo carinho, dedicação, companheirismo para comigo e minha família. Você faz toda diferença na minha história de vida e foi grandemente incentivadora para que eu chegasse até aqui.

Registro aqui o carinho pela equipe de professores da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB): Maria Salete da Silva, Jacqueline Samagaia, Inês Pillizaro, Vilma Margarete Simão, Rubia dos Santos, Bernadete Moreira, Vera Herweg (agora professora da UFSC) e Jaime Hillesheim (agora professor da UFMT). Dividir momentos em salas de aula, projetos de extensão, reuniões, alegrias e frustrações com vocês foi imprescindível na minha trajetória.

Manifesto agradecimento também a todos os entrevistados, aos membros das associações de moradores e suas famílias, por me permitirem adentrar em suas histórias, cotidiano e sentimentos.

Foi fundamental e decisivo para o término dessa tese o apoio incondicional de meu marido e minha família. Fernando: sua paciência e estímulo me deram condições para continuar e não desistir quando achei que não mais daria conta. Minha família: vocês merecem agradecimento especial, pelos momentos que, longe ou perto, zelaram pelo meu maior tesouro, meu filho Gabriel, para que eu pudesse terminar esta tese. Poucas palavras expressam o significado que vocês têm na minha existência: amo vocês!

## RESUMO

Nesta tese, parte-se da hipótese que, num contexto de abertura democrática, novas oportunidades políticas são apropriadas de formas diferentes pelos atores sociais, sendo que nesta apropriação, os atores sociais acabam obtendo algum tipo de aprendizado democrático. A base empírica para o presente estudo é o contexto da cidade de Blumenau - Santa Catarina. A cidade tem um histórico de pesquisas acadêmicas sobre o associativismo civil, o que possibilitou adotar a perspectiva metodológica longitudinal. A tese analisa a trajetória política do associativismo de bairro de Blumenau, focando o contexto institucional e a dinâmica associativa de bairro na cidade, orientando-se empiricamente pelos seguintes indicadores: 1) surgimento e criação das associações de moradores em Blumenau; 2) caracterização das associações de moradores; 3) organização interna e dinâmica de funcionamento das associações de moradores; 4) as associações de moradores e as relações com outras instituições; 5) oportunidades políticas de participação e aprendizado democrático; e 6) tendências da cultura política dos atores sociais de bairro. O debate aqui construído e os resultados obtidos reforçam a literatura sobre o estatuto político da sociedade civil, a importância de delinear a tipologia das organizações que se está estudando, tendo em vista diferentes lógicas de atuação e dinâmicas internas de interação que organizam o universo desses atores societários. Evidenciou-se, em Blumenau, que as associações de moradores ocupam e utilizam as novas oportunidades políticas de participação de formas diferentes e acabam tendo um consequente aprendizado democrático, que aparece tanto a partir dos elementos apresentados nas dinâmicas internas e relações com outras instituições, como também a partir do momento que as associações de moradores vivenciam aspectos de abertura democrática, de uma nova estrutura de oportunidade política na cidade – o Orçamento Participativo. Os líderes comunitários, desde o momento em que tiveram oportunidades políticas colocadas e as aproveitaram de formas diferentes, acabaram valorizando e refletindo sobre a importância de uma gestão democrática e participava mais inclusiva dos cidadãos nas decisões de investimentos e no pensar políticas públicas, tendendo a interiorizar valores democráticos mais participativos frente à gestão pública da cidade.

## ABSTRACT

This thesis begins from the hypothesis that in a context of democratic opening, new political opportunities are appropriate in many different ways by the social actors, being that in the appropriation, the social actors get some kind of democratic learning. The empirical base to the present study is the Blumenau city context located on Santa Catarina. The city has a historical of academic searches about the civil association that allowed to adopt the longitudinal methodological perspective. The thesis analyzes the political trajectory of the association from Blumenau's neighborhood, focusing the institutional context and the neighborhood dynamic associative in the city, empirically advising itself from the following indicators: - the appearance and creation of the residents associations and the relationships with other institutions; - political opportunities of democratic learning and participation; and - political culture tendencies of the social actors from the neighborhood. The debate here constructed and the results gotten and shown during through this thesis reinforce the literature over the political statute of the civil society, the importance of delineate the typology of the organizations that organize the universe of these societal actors. Showed up in Blumenau that the residents associations occupy and use the new political opportunities of participation of different kinds of ways, and in the finish, they consequently have getting a democratic learning, that appears both during the showed elements inside dynamics and relationships with other institutions, as much as the start of the moment that the residents associations live aspects of a democratic opening on the begin of a new political opportunity structure in the city – the Participative Budget. The community leaders from the moment that they got the political opportunities presented and enjoyed the different forms, they finish valuing and reflecting about the significance of a democratic management and participated more include of the residents on the decisions of investment and on think at public politics, tending to internalize democratic values more participatory in front a public management of the city.



## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 01 - Fontes de recursos da associação
- Tabela 02 - Para quem a associação presta contas
- Tabela 03 - Forma de atuação da associação
- Tabela 04 - Periodicidade de atuação
- Tabela 05 - Atividades realizadas com outras associações
- Tabela 06 - Atuação da associação
- Tabela 07 - Participação em reuniões de conselhos municipais
- Tabela 08 - Em quais conselhos participa
- Tabela 09 - Mantém contato com órgãos públicos
- Tabela 10 - Avaliação dos delegados sobre o processo do OP (%)

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 - Associações de moradores pesquisadas nos períodos de tempo distintos em Blumenau
- Quadro 02 - Índice de pobreza em Blumenau
- Quadro 03 - Caracterizações do associativismo civil
- Quadro 04 - Associações mapeadas por blocos temáticos e década pelo NEPEMOS
- Quadro 05 - Amostra de pesquisa banco de dados do NEPEMOS/2003
- Quadro 06 - Tendência do associativismo civil em Blumenau entre os anos de 1971 e 2000 por tipo de associação
- Quadro 07 - Motivações para criação das associações de moradores de Blumenau
- Quadro 08 - Caracterização associativa dos participantes do OP em Blumenau – 1998-2000
- Quadros 09 - Vínculos participantes do OP de Blumenau em organizações comunitárias - 1998-2000
- Quadro 10 - Caracterização dos bairros e AMs pesquisadas
- Quadro 11 - Caracterização das associações de moradores analisadas
- Quadro 12 - Perfil dos entrevistados em 2008
- Quadro 13 - Principais reivindicações
- Quadro 14 - Organização interna e dinâmica de funcionamento das associações de moradores (AMs) em comparação entre períodos
- Quadro 15 - A prestação de contas para a comunidade
- Quadro 16 - A comunidade e a participação na associação
- Quadro 17 - Mobilização da comunidade para as atividades da AM
- Quadro 18 - Como as reivindicações chegam à associação de moradores
- Quadro 19 - Como as reivindicações são encaminhadas
- Quadro 20 - Relação de associações de moradores e vereadores para encaminhamento de demandas
- Quadro 21 - Síntese de informações sobre participação, avaliação e retrospectiva do OP em Blumenau
- Quadro 22 - Síntese de informações sobre a participação no CODEB
- Quadro 23 - Comparação do OP e CODEB pelos líderes comunitários
- Quadro 24 - As impressões sobre experiências participativas no Brasil
- Quadro 25 - Aprendizado e reflexos da participação nos espaços possibilitados em Blumenau

Quadro 26 - O significado da política  
Quadro 27 - O significado da democracia

## LISTA DE SIGLAS

ACAPRENA – Associação Catarinense de Preservação da Natureza  
AIB – Ação Integralista Brasileira  
AM- Associação de Moradores  
AMORMEGA – Associação de Moradores do Médio Garcia  
AMSTET – Associação de Moradores da Rua Santa Terezinha e suas Transversais  
APP – Associação de Pais e Professores  
ARENA - Partido da Aliança Renovadora Nacional  
CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CMOP – Conselho Municipal do Orçamento Participativo  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa  
CODEB – Conselho de Desenvolvimento de Bairro  
CSU – Centro Social Urbano  
DEM – Democratas  
EOP - Estruturas de Oportunidades Políticas  
FAPESC – Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina  
FUNCITEC – Fundação de Ciência e Tecnologia  
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau  
GECD – Grupo de Estudos para Construção Democrática  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MAD – Movimento dos Atingidos pelo Desastre  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
NEPEMOS – Núcleo de Estudo Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais  
ONG – Organizações Não-Governamentais  
OP – Orçamento Participativo  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PC do B - Partido Comunista do Brasil  
PDS – Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal  
PIPE – Programa de Incentivo a Pesquisa  
PL - Partido Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN - Partido da Mobilização Nacional  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
POF – Pesquisa de Orçamento Familiar  
PQL – Pesquisa Qualitativa Longitudinal  
PROCOPE – Programa de Cooperação em Pesquisa  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PV – Partido Verde  
SEMAC – Secretaria Municipal de Ação Comunitária  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
UDN – União Democrática Nacional  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UNIBLAM – União Blumenauense de Associação de Moradores

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
1.2 EXPOSIÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	27
<b>CAPÍTULO I - PANORAMA SOBRE A DEMOCRACIA .....</b>	<b>29</b>
1.1 DEMOCRACIA: APONTAMENTOS TEÓRICOS.....	29
1.2 PARTICIPAÇÃO NO DEBATE DA TEORIA DEMOCRATA.....	41
1.3 APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA, REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES E NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS – BREVES PONTUAÇÕES .....	46
<b>CAPÍTULO II - A SOCIEDADE CIVIL E O APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA A PARTIR DE ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS.....</b>	<b>51</b>
2.1 O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL .....	51
2.2 PENSAMENTO HABERMASIANO E A INFLUÊNCIA NO CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL.....	55
2.3 A LITERATURA DO CAPITAL SOCIAL E O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL .....	60
2.4 ATORES E INSTITUIÇÕES: A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DAS SOCIEDADES CIVIS .....	70
2.5 QUE E COMO SÃO AS ORGANIZAÇÕES CIVIS: UMA PROPOSTA CONCEITUAL DE ASSOCIATIVISMO COMUNITÁRIO E DE BAIRRO A PARTIR DE SEUS BASTIDORES.....	77
<b>CAPÍTULO III - OPORTUNIDADES POLÍTICAS, DEMOCRACIA, APRENDIZADOS E CULTURA POLÍTICA ....</b>	<b>88</b>
3.1 ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS .....	88
3.2 O ESTUDO DA CULTURA POLÍTICA .....	103
3.3 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL .....	108
3.4 ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E APRENDIZADOS NO CONTEXTO BRASILEIRO .....	116

<b>CAPÍTULO IV - BLUMENAU: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICO-POLÍTICAS DA CIDADE E O ASSOCIATIVISMO CIVIL .....</b>	<b>124</b>
4.1 A CIDADE DE BLUMENAU: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS .....	124
4.2 O ASSOCIATIVISMO CIVIL EM BLUMENAU .....	135
4.2.1 O Orçamento Participativo (OP) em Blumenau .....	153
4.2.2 Os CODEBs - Conselhos de Desenvolvimento de Bairros em Blumenau .....	156
<b>CAPÍTULO V - TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO EM BLUMENAU .....</b>	<b>163</b>
5.1 FUNDAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (AM) EM BLUMENAU .....	167
5.2 CARACTERIZAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES SELECIONADAS PARA ANÁLISE DA TESE.....	177
5.3 ORGANIZAÇÃO INTERNA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (AM) EM BLUMENAU .....	187
5.4 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AS RELAÇÕES COM OUTROS ATORES .....	221
5.5 AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES POLÍTICAS, DINÂMICA ASSOCIATIVA DE BAIRRO E APRENDIZADO DEMOCRÁTICO EM BLUMENAU .....	237
5.6 TENDÊNCIAS DA CULTURA POLÍTICA DO ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO EM BLUMENAU .....	270
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>280</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>288</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>300</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>307</b>

# 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a luta contra a ditadura reuniu setores sociais importantes, como a Igreja Católica, os grupos de esquerda, estruturas sindicais e os movimentos sociais que começaram a ter importância significativa e a dar corpo no interior da sociedade civil. A partir desse contexto, se inicia uma vasta produção teórica na década de 80, com análise em “organizações e manifestações coletivas, como as organizações de bairros (associações de moradores, federações, confederações), sindicatos, CEBs, grupos de mulheres, etc.” (GECD, 1999, p. 19).

As práticas políticas dos movimentos sociais e as questões por elas apresentadas redefiniram o espaço da política, sendo que os atores sociais “rebelavam-se, tanto contra relações hierárquicas e desiguais entre os governantes e governados, quanto contra o autoritarismo social presente nas relações cotidianas” (GECD, 1999, p. 20).

A participação ativa dos movimentos sociais também causou uma reformulação no sentido da cidadania em direção à ampliação dos direitos, trazendo à tona a participação e o questionamento dos espaços privados para tornarem-se públicos. Como exemplos práticos, pode-se citar os movimentos contra o aumento de custo de vida nos anos 70, as lutas pelas “*Diretas Já*” no início dos anos 80, o direito de participação na elaboração da Constituição de 1988, e nos anos 90, o movimento de *impeachment* de Collor.

A partir da Constituição de 1988, o Brasil desvela um cenário com novos canais de participação e representação sendo abertos, promovendo possibilidades de mudanças positivas, quanto à participação de atores sociais nas esferas da gestão pública. O surgimento de experiências participativas na definição de prioridades ou no construir de políticas públicas (a exemplo de orçamentos participativos e conselhos) tornaram o Brasil, assim como outros países com experiências semelhantes, objeto de análise quando se pretende discutir sobre a democracia.

Muitos estudos foram surgindo e acompanhando a instituição das experiências participativas, sendo estas consideradas importantes na “diminuição dos custos da participação”, nos “atendimentos às demandas sociais,” na “ruptura com os padrões clientelistas de



intermediação dos interesses sociais, entre outros aspectos” (SILVA, 2009, p. 02).

O estudo que se engendra nesta tese situa-se, no tocante a literatura recente, entre os que defendem a seguinte idéia: que o arcabouço institucional pode criar estruturas de oportunidades políticas e fomentar a participação de atores sociais e também que canais participativos são geradores de ampliação das oportunidades políticas e participação de atores sociais. Da mesma forma, esta tese incorpora a valorização do estatuto político da sociedade civil, principalmente pelo fato que os contextos de novos canais de participação e novas formas de inserção e apropriação dos espaços pelo atores sociais possibilitam o surgimento de novos atores sociais, com novas capacidades de mobilização e organização (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009).

Para desenvolver tais argumentos, tem-se como base empírica o contexto da cidade de Blumenau, Santa Catarina, localizada no Alto Vale do Itajaí, aproximadamente a 100 km da capital do estado, Florianópolis. A cidade tem um histórico de pesquisas acadêmicas sobre o associativismo civil que possibilitou adotar a perspectiva metodológica longitudinal, considerando a conservação de materiais produzidos durante tais pesquisas. Os materiais elaborados – relatórios, dissertações, teses, entre outros, enfatizam aspectos da cultura política local, em especial do associativismo civil.

Pesquisas estas como as que foram elaboradas no período de março de 1994 a junho de 1996 (financiadas pelo PIPE, PIBIC/CNPQ e PROCOPE<sup>1</sup>), sobre a história das Associações de Moradores (AMs) de Blumenau, desdobrada em duas fases: a primeira, que consistiu na recuperação da trajetória das associações de moradores e a segunda, a partir da hipótese de que as associações de moradores vieram a substituir o papel dos subdiretórios do MDB, criados na década de 70, como mecanismo de intermediação do poder político local e da população.

Outras pesquisas relevantes também foram as realizadas pelo Núcleo de Estudo Pesquisa e Extensão em Movimentos Sociais – NEPEMOS, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau (FURB), o qual

---

<sup>1</sup> Programa de incentivo e apoio a pesquisa da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

passou a integrar um projeto em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano 2000, sobre o associativismo civil por meio da pesquisa *Associativismo Civil Brasileiro: mudanças e tendências*, tendo sido aprovado pelo CNPq. A partir deste projeto, vários subprojetos foram sendo elaborados e desenvolvidos, sempre com a elaboração de relatórios, artigos, livros, entre outras formas de publicação dos resultados.

Ainda outras pesquisas foram elaboradas em Blumenau sobre o tema do associativismo civil e/ou as experiências de participação, que foram se configurando na cidade e tornaram-se importantes para esta tese, na medida em que possibilitaram resgatar a trajetória da estruturação de novas oportunidades políticas e a dinâmica associativa do município, a exemplo dos materiais de Andrade e Moura (1999, 2001, 2002), que versam sobre a experiência de Orçamento Participativo que aconteceu em Blumenau.

Contudo, nesta tese, parte-se da hipótese que **num contexto de abertura democrática, novas oportunidades políticas são apropriadas de formas diferentes pelos atores sociais, sendo que nesta apropriação, os atores sociais acabam obtendo algum tipo de aprendizado democrático.**

Dessa forma, para o desenvolvimento de tal argumento, as seguintes perguntas foram elaboradas: *1) De que forma novas estruturas de oportunidades políticas impactaram no protagonismo de atores sociais em Blumenau, em especial do associativismo de bairro? 2) Houve algum tipo de aprendizado democrático dos membros do associativismo de bairro em Blumenau a partir da vivência de experiências decorrentes de oportunidades políticas na cidade? 3) Quais aspectos caracterizam a cultura política dos membros do associativismo de bairro em Blumenau, após o incentivo institucional para a participação popular no processo público decisório no contexto político da cidade?*

Assim, a presente tese analisa longitudinalmente a trajetória política do associativismo de bairro em Blumenau, focando o contexto institucional e a dinâmica associativa de bairro na cidade, orientando-se empiricamente pelos seguintes indicadores: a) surgimento e criação das associações de moradores em Blumenau; b) caracterização das associações de moradores; c) organização interna e dinâmica de funcionamento das associações de moradores; d) as associações de

moradores e as relações com outras instituições; e) oportunidades políticas de participação e aprendizado democrático; e f) tendências da cultura política dos atores sociais de bairro.

O debate aqui construído e os resultados obtidos e apresentados ao longo da tese contribuem, num primeiro momento, para reforçar a importância de se considerar o estatuto político no debate analítico sobre sociedade civil (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER e CASTELLO, 2009), assim como, para ressaltar também a importância de se levar em consideração a tipologia das organizações que se está estudando, tendo em vista que a capacidade dos atores para a ação depende de vários fatores, incluindo sua organização interna e suas preocupações essenciais, as diferentes lógicas de atuação e dinâmicas internas de interação que organizam o universo desses atores societários (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006).

Contudo, a contribuição central desta tese versa sobre estudos quanto às estruturas de oportunidades políticas, sendo que se acata aqui o fato de as oportunidades política serem aproveitadas e transformadas por uma variedade de desafiantes sob condições muito diferentes, sendo que identidades, por não serem imutáveis e nem dadas, respondem às mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas, bem como a partir das necessidades e elementos culturais disponíveis (TARROW, 2009). É nesse sentido que se contribuiu para a observação de que, a partir da ampliação de oportunidades e das informações, vai haver também a aceleração do aprendizado.

A contribuição vem mais enfaticamente a partir do momento em que se foca o estudo para a cultura política e se busca fundamentar os aprendizados democráticos a partir de contextos associativos e participativos. Por fim, há uma contribuição específica desta tese, na medida em que empiricamente testa e demonstra a hipótese de que em contextos de aberturas de oportunidades políticas acontecem aprendizados democráticos que vão impactar a cultura política associativa do atores sociais.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico engendrado nesta tese foi o método de pesquisa qualitativa, conhecida como longitudinal e que se diferencia de

outros métodos por ajudar a entender como algo aconteceu no percurso de determinado período ou tempo.

Segundo Menard (1991), a pesquisa longitudinal deve ser definida em termos de dados e métodos de análise usados na pesquisa. Para o autor, a pesquisa longitudinal é aquela na qual dados são coletados para cada item ou variável por dois ou mais períodos de tempo diferentes, onde os sujeitos ou casos analisados, são os mesmos ou ao menos comparáveis de um período para o outro. A análise envolve alguma comparação de dados entre os dois ou mais períodos. Ainda segundo Menard (1991), qualquer *design* verdadeiramente longitudinal permitiria a medição de diferenças ou mudança em uma variável de um período para o outro. Assim, a pesquisa longitudinal é obtida para estabelecer ordem temporal e medir mudanças.

O método de pesquisa longitudinal no estudo de trajetórias<sup>2</sup> considera a importância do contexto específico de cada estudo e é dirigida por seus objetivos particulares, perguntas ou objeto da pesquisa e estrutura conceitual e metodológica.

Menard (1991) aponta que os dados podem ser coletados em dois ou mais períodos distintos, no mesmo conjunto de casos e variáveis em cada período.

Como contribui Simão (2008, p. 246), a informação a ser coletada tem como componente central a variação qualitativa no tempo, buscando compreensão dos eventos que interferiram na transição de uma condição a outra. Assim, a dinâmica de eventos no tempo (trajetória) é o dado a ser coletado neste método.

Segundo Menard (1991), a pesquisa longitudinal tem dois propósitos primários: descrever padrões de mudança e estabelecer a direção (positiva ou negativa e de Y para X ou de X para Y) e magnitude (uma relação de magnitude zero indicando a ausência de uma relação causal) de relações causais. Ou seja, a mudança é tipicamente medida com referência a uma ou duas séries contínuas: tempo cronológico. Assim, a pesquisa longitudinal tem a dimensão do tempo e da mudança ao centro do processo. As características principais são a

---

<sup>2</sup> Trajetória está sendo entendida nesta tese a partir da definição de Bourdieu (2007, p. 71), que descreve a série de posições sucessivamente ocupadas por mesma pessoa ou grupo de pessoas, em estados sucessivos, submetido a mudanças incessantes. Ou seja, agregados de eventos que fundamentam o caminho ou trajeto de uma pessoa ou grupo na vida.

investigação e a interpretação dos processos de mudança, em contextos sociais, num dado percurso de tempo.

Com relação ao tipo de pesquisa longitudinal qualitativa (PQL), segundo Simão (2008, p. 248), os autores compartilham de que se trata de uma experiência etnográfica, conduzida na maior parte, dentro dos campos da antropologia, da educação e da psicologia. Já nas ciências sociais, as definições variam de acordo com o foco disciplinar, teórico e metodológico.

No presente estudo será utilizado o tipo característico de estudo da antropologia, que se define como: estudos periódicos de tempo regular ou irregular<sup>3</sup>. Cardoso (2000) aborda, a partir da definição de Menard (1991), os tipos de pesquisa longitudinal variáveis entre retrospectiva, prospectiva e repetição de seção transversal. Descreve da seguinte forma:

a) o painel, em que os mesmos indivíduos ou unidades de análise, que podem ser empresas, pessoas, são entrevistados a intervalos regulares de tempo, digamos, a cada ano, e o mesmo conjunto de informações é coletado; b) a pesquisa retrospectiva, em que os indivíduos são instados a rememorar processos passados de uma única vez; e c) a pesquisa transversal repetida, que coleta as mesmas informações a intervalos regulares, porém para indivíduos diferentes, ainda que formalmente comparáveis [...]. (CARDOSO, 2000, p. 229)

Interessa aqui a pesquisa transversal, que pode servir como base de dados das outras duas, na medida em que as informações para determinado momento do tempo podem ser reconstruídas a partir delas.

As pesquisas transversais possibilitam a compreensão do como se dão determinadas

---

<sup>3</sup> Sendo ainda outros dois tipos característicos e que menos interessa no momento: pesquisa contínua, na mesma continuidade, mas de curta duração (pequenos números de anos); e retorno depois de um longo intervalo de tempo decorrido desde a pesquisa original (intervalos de tempo de pelo menos 1 ano).

mudanças na trajetória de vida da pessoa ou sociedade, mas, em vez de comparar grupos em tempo distanciados, confrontam, no mesmo tempo, grupos de pessoas de perfil diferenciado, mas semelhantes em outras variáveis de interesse do pesquisador. “[...] Desse modo as mudanças não são observadas diretamente nas mesmas pessoas, mas são deduzidas mediante a comparação das diferenças observadas entre pessoas pertencentes a grupos diferentes”. (DE BENI, MICHELE, 2004, P. 45 APUD SIMÃO, 2008, p. 249)

No tocante ao uso do método longitudinal, Simão (2008, p. 250-251) obteve sucesso em usá-lo em sua tese, sendo que sintetizou a literatura quanto aos instrumentos de coleta de dados e a amostra na PQL, destacando que, em geral, a amostra dependerá das perguntas de pesquisa. Como ela destaca, e considera-se importante por esta tese seguir o mesmo caminho, a amostragem segue mais uma concepção teórica do que de lógica estatística, sendo importante na definição da amostragem: a intenção do pesquisador (os casos são escolhidos porque ilustram alguma característica ou há processos, trajetórias pelas quais o investigador está interessado) e a teoria que o embasa (as amostras são selecionadas com base na sua relevância às perguntas da pesquisa e à posição teórica do investigador, das características ou dos critérios que ajudam a desenvolver e testar a teoria).

Os instrumentos de coleta de dados podem ser entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, de profundidade, informal, etc., quando se trata de entrevistar um grupo de pessoas. Os tipos de métodos usados para gerar dados na pesquisa longitudinal qualitativa são os mesmo usados na pesquisa qualitativa em geral (MENARD, 1991).

Sendo assim, do universo de 162 associações de moradores existentes e cadastradas, tanto na prefeitura municipal, como na União Blumenauense de Associações de Moradores (UNIBLAM), definiu-se como amostra no presente estudo as associações de moradores que foram pesquisadas, tanto no período de 1994 a 1996, como no período de 1999 a 2002, já que se tinha a posse dos registros originais de tais

pesquisas. Tendo feito este mapeamento, voltou-se a pesquisar em 2008 e 2009 estas mesmas associações.

O quadro abaixo pode dar visibilidade às associações de moradores em que se empenhou a busca de dados desta tese:

**Quadro 01 – Associações de moradores pesquisadas nos períodos de tempo distintos em Blumenau.**

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	Bairro	Pesquisadas em 1994 a 1996	Pesquisadas em 1998 a 2002	Associações pesquisadas em 2008-2009
AM Nova Rússia, AM Santa Maria e Adjacências	PROGRESSO	X	X	X
AM Amigos do Salto do Norte (AMASTE)	SALTO DO NORTE	X		
AM Amigos da Tatutiba	ITOUJAVA CENTRAL	X	X	X
AM Bairro Fortaleza	FORTALEZA	X	X	X
AM da Rua Rui Barbosa (AMORB)	PROGRESSO	X		
AM e amigos da Itoupava Norte	ITOUJAVA NORTE	X		
AM da Rua Itapuú	GARCIA	X	X	X
AM Santos Dumont	GARCIA	X		
AM da Vila Iná	VALPARAÍSO	X		
AM Escola Agrícola	ESCOLA AGRÍCOLA	X		
AM Loteamento Girassol	VELHA GRANDE	X		
AM Morro Hadlich	PROGRESSO	X	X	X
AM Rua Hermann Kratz	VELHA GRANDE	X		
AM Rua Hermann Tribess	TRIBESS	X	X	X
AM da Rua Santa Terezinha e Transversais	PROGRESSO	X	X	X
AM da Rua Franz Volles	ITOUJAVA CENTRAL	X		
AM do Médio Garcia (AMORMEGA)	GARCIA	X	X	X
AM da Rua Bahia e Transversais	PASSO MANSO	X		
AM do Horto Florestal	PONTE SALTO	X		
AM da Rua Emílio Tallmann	PROGRESSO	X		
AM da Rua dos Caçadores e Transversais	VELHA	X		
AM Antônio Zendron e Transversais	VALPARAISO	X	X	X

UNIBLAM – União Blumenauense de Associações de Moradores e entidades afins.	REPRESENTAÇÃO GERAL	X	X	X
---	---------------------	---	---	---

A amostragem de pesquisa ficou definida em dez (10) Associações de Bairro, sendo nove (9) entidades do tipo Associações de Moradores e uma União das Associações de Moradores.

Assim, as entidades selecionadas foram pesquisadas a partir de informações em três períodos de tempo e com as seguintes bases de informações: a) *período de 1994 a 1996* – com o resgate da história das associações de moradores e suas dinâmicas internas e relação com o poder público (ANDRADE E SILBERT, 1994; ANDRADE E SCHUMACHER, 1995; ANDRADE E WERNER, 1996; HILLESHEIN, 1996); b) *período de 1999 a 2001* – pesquisa das associações de moradores e a relação com o Orçamento Participativo, que estava em desenvolvimento na cidade (ANDRADE e MOURA 1999, 2001, 2002; MOURA, 2004; ANDRADE, 2005; NEPEMOS, 2004); e c) *período de 2008 e 2009* – dados coletados exclusivamente para a tese (entrevistas, questionários, pesquisa bibliográfica, documental e observação participante), os quais foram complementados por busca de reportagens em jornais impressos locais durante todo o período de doutoramento. Outras bases de dados (relatórios, *surveys*, depoimentos, TCCs) foram pesquisadas no decorrer do desenvolvimento desta tese, conforme foi sendo necessário.

Definida a amostra que compunha o presente estudo, iniciou-se a coleta de dados. Com a posse de registros originais de pesquisa nos períodos de tempo de *1994 a 1996* e de *1999 a 2001*, foi possível definir o roteiro das entrevistas para serem empreendidas junto aos líderes comunitários.

O roteiro das entrevistas foi semiestruturado (apêndice 01) e constituiu-se de perguntas semelhantes as que foram realizadas nos outros momentos de pesquisa, agregando outras questões que pudessem dar conta dos eventos mais recentes no contexto político local e associativo.

O contato era feito inicialmente pelo telefone. As entrevistas foram realizadas na sede da associação de moradores ou em local solicitado pelos líderes comunitários. Priorizou-se, assim como nos outros períodos pesquisados, entrevistar os presidentes das associações



de moradores em exercício no ano de 2008, e quando estes não tinham disponibilidade, entrevistava-se o vice-presidente.

Durante a realização das entrevistas, já se tinha contato com as documentações e programações da associação. Quando necessário, voltava-se a associação noutra momento para acessar os documentos junto àquele que tivesse o cargo de secretário (este é o responsável pela documentação da associação). No total, foram 10 líderes comunitários entrevistados, um de cada associação pesquisada, sendo que as entrevistas eram transcritas, repassadas aos entrevistados e estes autorizavam o uso para a tese, a partir da assinatura de um termo de autorização e participação (apêndice 02) na pesquisa.

Durante o período de coleta de dados em 2008 e 2009, foi possível participar de atividades diversificadas das associações, sendo que se aproveitavam os momentos de contato com as associações para usar outras técnicas de coleta de dados.

Em termos de quantidade, foi possível participar de uma assembléia da Associação de Moradores do Morro Hadlich, uma assembléia da UNIBLAM, um evento de promoção e arrecadação de verba na Associação de Moradores da Rua Santa Maria e uma festa comemorativa do dia dos pais na Associação de Moradores da Rua Antônio Zendron.

Em todas as associações de moradores, acompanhou-se pelo menos uma reunião da diretoria, totalizando ao final um total de participação em 10 reuniões de 10 associações diferentes. Como as reuniões eram programadas para acontecer mensalmente e o tempo que os moradores dispunham para reunião geralmente era bastante disputado pelas questões da própria entidade, fazia-se somente a apresentação de forma breve dos objetivos da presença na reunião e solicitava-se a colaboração dos presentes para responder ao questionário.

O questionário (apêndice 03) havia sido elaborado numa primeira proposta da tese e aproveitou-se a fim de coletar dados que complementassem as informações quanto à cultura política dos membros participantes das associações de moradores. A proposta era aplicá-lo com todos os presentes que aceitassem colaborar com a pesquisa nas reuniões em que se participava. O questionário foi aplicado antes e após a reunião e a abordagem tinha que ser muito breve, pois, como já destacado, os moradores não dispunham de muito tempo para ficar nas reuniões. Duas bolsistas ajudavam na aplicação das perguntas e

alguns associados preferiam pegar o questionário e responder durante a reunião. Assim, considerando que em média nessas reuniões compareciam 8 pessoas e que não se chegava a aplicar o questionário com todos devido ao tempo, chegou-se ao total de 50 questionários respondidos. Porém, estes que pegavam o questionário para responder às perguntas sozinhos e/ou durante a reunião, acabavam deixando de responder muitas perguntas. Da mesma forma, as perguntas abertas, em sua maioria, ou não eram respondidas, ou quando eram, tentava-se anotar a síntese das ideias. Dos 50 questionários, 11 destes tiveram as últimas questões não respondidas. Contudo, não comprometem a utilização dos dados analisados e aproveitados nesta tese, a fim de complementação de outros instrumentos de pesquisa. Os dados utilizados nesta tese foram tabulados no programa *Microsoft Excel*.

A pesquisa documental foi realizada durante todo o período de coleta de dados para tese, sendo que foram consultados materiais como atas de reuniões, pareceres, estatutos, ofícios, bem como, folders, boletim informativos, entre outros documentos que a associação de moradores dispunha. Quando as associações de moradores permitiam, levavam-se os documentos para digitalização ou então se solicitava cópia. Na Prefeitura Municipal de Blumenau, foram poucas as documentações possíveis de serem pesquisadas. Muitas informações foram obtidas pela internet, no *site* da própria prefeitura.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura e registro de relatórios de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, artigos, livros, teses, dissertações, entre outros. A maioria destes estava disponível na biblioteca da Universidade Regional de Blumenau (FURB), ou no acervo dos próprios pesquisadores, ou núcleo de pesquisa, como o NEPEMOS. Estes materiais, além de dar suporte para reconfiguração da história das associações de moradores, permitiram fazer a análise longitudinal e comparar os dados de períodos diferenciados, conforme já destacado acima.

A pesquisa em acervos da mídia (jornais locais) foi importante para dar visibilidade aos acontecimentos que envolviam instituições governamentais e associativismo de bairro no contexto político local. Foram pesquisados a partir da base de dados que a biblioteca da Universidade Regional de Blumenau (FURB) mantém (digitalização das principais reportagens sobre os acontecimentos políticos da cidade) e

também, de um jornal que possui base de dados *on-line* e uma ferramenta no próprio *site* para busca das reportagens.

Além das participações em reuniões das associações, participou também de duas reuniões do CODEBs - Conselhos de Desenvolvimento de Bairro<sup>4</sup> em 2008, organizado pela Secretaria de Ação Comunitária existente na época. Uma reunião foi na área do Garcia e outra na do Progresso.

Em todas as reuniões que se teve a oportunidade de acompanhar, fez-se a observação participante, sendo que se anotava, no que se denomina aqui “diário de campo”, as impressões e informações que eram consideradas importantes.

## 1.2 EXPOSIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Para melhor apresentação deste estudo, estruturou-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, fez-se um apanhado geral da teoria democrática a partir da interpretação de Santos e Avritzer (2002) e Miguel (2005). Destacou-se a democracia em suas diferentes variações e autores que as representam no plano teórico, enfatizando a democracia participativa e a necessidade de se atentar para o aprofundamento da democracia diante de contextos de inovações institucionais.

No segundo capítulo, enfatizou-se a discussão de Gurza, Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 02) que, ao se perguntarem “qual é o estatuto político da sociedade civil nas democracias”, partem da especificação analítica de que, nas teorias da sociedade civil, há esvaziamento da política ao ponto de lhe deixar vazia de sentido ou inibida quanto a sua importância. Neste capítulo, também se abrangeu a discussão quanto à importância de verificação do “*modus operandi*”, ou seja, dos bastidores das organizações que compõem a sociedade civil e define-se o associativismo de bairro e suas características principais.

No terceiro capítulo, apresenta-se o debate de Estruturas de Oportunidades Políticas a partir de Tarrow (2009), com a contribuição de Silva (2009), quanto aos recursos associativos. Faz-se também, neste capítulo, um breve apanhado sobre os estudos da cultura política,

---

<sup>4</sup> Será retomado sobre o CODEB mais adiante.

ênfatizando a contribuição de Moisés (1992, 1995) e Baquero e Pr (2007), assim como a contribuição de Kuschnir e Carneiro (1999), os quais sugerem que se faça análise de culturas políticas levando em consideração, não apenas normas e valores dos indivíduos, mas a relação destes elementos com contexto institucional e histórico em que estão inseridos, o que vai na mesma direção das argumentações de Tarrow, quando este afirma que quadros culturais interpretativos tem que ser vistos a partir de quem está em cena, qual cenário e que oportunidades estão colocadas. Na sequência, evidencia-se a literatura sobre a configuração de diferentes formas de participação num contexto de abertura democrática e os possíveis aprendizados que estão sendo considerados importantes por impactar na cultura política de atores sociais e na qualidade da democracia no país, enfatizando os estudos de Krischke (2008, 2003, 2002), Lüchmann e Borba (2007), Luchmann (2008), Fedozzi (2002), Sanchez (2004) e Ricci (2004).

O quarto capítulo traz informações sobre a cidade de Blumenau, o contexto econômico, político e associativo, a partir do acervo do NEPEMOS – Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, dentre outros materiais já citados. Evidencia-se neste capítulo a implementação do Orçamento Participativo na cidade e do CODEB - Conselho de Desenvolvimento de Bairro.

O quinto e último capítulo apresenta a análise dos três períodos de tempo de pesquisa, a partir dos indicadores que orientaram empiricamente os argumentos de hipótese e respostas às questões colocadas nesta tese. Evidencia-se, neste último capítulo, como as associações de moradores em Blumenau ocupam e utilizam as novas oportunidades políticas, num contexto de abertura democrática de formas diferentes, e acabam tendo um conseqente aprendizado democrático.

Nas considerações finais, retomam-se as principais questões ao longo da tese e destacam-se as contribuições das evidências ao longo do trabalho.

## CAPÍTULO I

### PANORAMA SOBRE A DEMOCRACIA

Neste capítulo, destaca-se a teoria democrática em suas diferentes variações e os autores que as representam no plano teórico, a partir das contribuições de Santos e Avritzer (2002) e Miguel (2005). Enfatiza-se o debate da democracia participativa e por último apresenta-se a necessidade de se atentar analiticamente para a representatividade dos atores sociais e o aprofundamento da democracia diante de contextos de inovações institucionais. Este capítulo é importante para os capítulos subsequentes, na medida em que dá o pano de fundo sobre qual democracia se entende ao longo do estudo.

#### 1.1. DEMOCRACIA: APONTAMENTOS TEÓRICOS

A palavra democracia é conhecida como o poder do povo. Na concepção de Luiz Felipe Miguel, o significado não apenas é polêmico, como também “convivemos com uma contradição patente entre seu sentido abstrato ou normativo mais corrente [‘governo do povo’] e as manifestações empíricas geralmente aceitas [os regimes eleitorais]” (MIGUEL, 2005, p. 05).

Não querendo adentrar numa retomada histórica, cabe apenas destacar alguns aspectos importantes da trajetória de discussão sobre democracia. Esta teve origem na Grécia Antiga e “dela herdamos não apenas a palavra, mas também todo um imaginário ligado à democracia” (MIGUEL, 2005, p. 05).

Foi no século XVII que começaram a serem elaboradas as primeiras formulações teóricas sobre a democracia moderna. O filósofo britânico John Locke foi o primeiro a afirmar que o poder dos governos nasce de um acordo livre e recíproco e a preconizar a separação entre os poderes legislativo e judiciário.

Em 1748, foi publicado o livro *Do Espírito Das Leis*, do filósofo francês Barão de Montesquieu, que distinguia três tipos diferentes de governo: Despotismo – temor; República – virtude; Monarquia – honra. Defendia a monarquia constitucional como opção mais prudente e sábia.

A liberdade política seria garantida pela separação e independência dos três poderes fundamentais do estado: legislativo, executivo e judiciário. Assim, Montesquieu formulou os princípios da democracia moderna.

A representação foi a primeira grande diferença entre a democracia antiga e a democracia moderna. “Entre as muitas tentativas de classificação dos diversos modelos ou teorias da democracia, a mais corrente na linguagem comum aponta exatamente a diferença que nos separa da Grécia: é a divisão entre ‘democracia direta’ e ‘democracia representativa’” (MIGUEL, 2005, p. 06).

A democracia demorou a se instalar como um regime concreto. Em termos mundiais, a palavra democracia só se tornou positiva a partir da II Guerra Mundial (1939-1945), na luta contra o Fascismo e o Nazismo.

Desde então, quase ninguém se atreve a ser contra a democracia. O máximo que se faz é criticá-la. Hoje, a democracia se tornou um valor. Ninguém se diz antidemocrata, nem mesmo os ditadores, mesmo se a democracia não esteja funcionando bem, mesmo que seus resultados deixem a desejar.

A democracia foi, segundo Santos e Avritzer (2002), objeto de intensa disputa no século XX, tendo no seu cerne o desejo de que ela se consolidasse como forma de governo. “Essa disputa, travada ao final de cada uma das guerras mundiais e ao longo do período da guerra fria, envolveu dois debates principais: na primeira metade do século o debate centrou-se em torno da desejabilidade da democracia” (SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 39-40). Neste debate, a forma de governo desejável, e que de fato se consolidou, foi a democracia.

Já o outro debate permeou as condições estruturais para tal forma de governo e também quanto à compatibilidade ou incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 40). Havia, de certa forma, um olhar quanto às tensões entre capitalismo e democracia que, se fossem resolvidas a favor da democracia, “colocaria limites à propriedade e implicaria em ganhos distributivos para os setores sociais desfavorecidos” (SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 40).

Como consta em Santos e Avritzer (2002), os marxistas sustentavam que nas sociedades capitalistas não seria possível democratizar “a relação fundamental em que se assenta a produção material, a relação entre o capital e o trabalho”, exigindo assim, a

descaracterização total da democracia na forma como vinha sendo defendida. Necessitava-se, para os marxistas, que no âmbito desse debate fossem discutidos modelos de democracia alternativos ao modelo liberal, tais como a democracia participativa, a democracia popular, a democracia desenvolvimentista. Porém, "a questão da democracia, como forma e não como substância, foi a resposta dada pela teoria democrática hegemônica às críticas feitas pela teoria marxista" (SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 44).

A partir da última década do século XX, os termos do debate democrático pós-guerra mudam. O modelo hegemônico, ou denominado liberal por alguns autores<sup>5</sup>, estendeu-se para o sul da Europa ainda nos anos 70 e, posteriormente, para a América Latina e a Europa do Leste. Assim, "com o desmonte do Estado de bem-estar social e com os cortes das políticas sociais a partir da década de 1980", o debate sobre o significado estrutural da democracia vem à tona, principalmente nos países em desenvolvimento ou países do Sul (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 41).

Surgem então as discussões em torno da forma da democracia e suas variações. O que Santos e Avritzer (2002) vão atribuir enquanto democracia "hegemônica"<sup>6</sup> é a que prevalece, a qual restringe as formas de participação e valoriza os procedimentos eleitorais para formação de governos.

Um dos autores que melhor representa a sustentação do modelo de democracia dito hegemônico é Schumpeter (1961, p. 326), que traz em sua obra:

Repetiremos, por conseguinte, que, mesmo se as opiniões e desejos do cidadão isolado fossem uma condição perfeitamente independente e definitiva que pudesse ser usada pelo processo democrático, e se todos agissem nela baseados com racionalidade e rapidez ideais, não se seguiria necessariamente que as decisões políticas produzidas por esse processo, baseados na

---

<sup>5</sup> Quanto às diferentes denominações para os tipos e correntes democráticas que existem na teoria, cabe destacar o que enfatiza Miguel (2005, p. 7): "De fato, não há uma taxonomia "correta" – elas são apenas menos ou mais úteis, de acordo com a contribuição que podem dar para a compreensão da teoria democrática."

<sup>6</sup> O conceito de hegemonia que os autores usam é baseado em Gramsci.

matéria-prima dessas vontades individuais, representariam coisa alguma que, convincentemente, pudesse ser chamada de vontade do povo. E não é apenas possível, mas, em todos os casos em que as vontades individuais estão muito divididas, muito provável que as decisões políticas produzidas não sejam aquilo que o povo deseja realmente. Tampouco pode ser alegado que, embora não seja exatamente o que ele deseja, ainda assim seria um meio-termo justo. (SCHUMPETER, 1961, p. 326)

Ainda para o autor, o “método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1961, p. 329). Este autor defendia que caberia a democracia “à concorrência livre pelo voto livre”. Exaltava a democracia como um método reconhecido “através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade”, conforme destaca:

A aceitação da liderança é a verdadeira função do voto, a defesa da representação proporcional cai por terra, pois suas premissas já não são mais válidas. O princípio da democracia, então, significa que apenas as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que contam com maior apoio do que outros indivíduos ou grupos concorrentes. E esta definição, por seu turno, parece assegurar a situação do sistema majoritário dentro da lógica do método democrático, embora possamos ainda condená-la, por motivos alheios a sua lógica. (SCHUMPETER, 1961, p. 331)

Na complexidade da sociedade contemporânea vai se destacar, então, a democracia representativa, como a forma mais viável de se pôr em prática o regime democrático, sendo que, o representante teria



autorização para decidir pela sociedade, já que haveria limitações no processo de consulta ou debate entre todos os cidadãos. Assim, em Schumpeter, o representante acaba ganhando autoridade que lhe assegura poder, a ponto de se colocar acima daqueles que lhe investiram poder para representá-los. Os representados perdem o controle sobre seus representantes, pois são frágeis ou até inexistentes.

Para Miguel (2005, p. 9), Schumpeter “redefine a democracia como sendo simplesmente uma maneira de gerar uma minoria governante legítima.” Da mesma forma, Miguel (2005, p. 9) aponta que Schumpeter questiona os parâmetros que a democracia tinha enquanto concepção clássica: “os teóricos clássicos da democracia previam a presença de cidadãos interessados e bem-informados, conscientes de suas preferências no mundo da política e desejosos de alcançar o bem comum – em suma, pessoas inexistentes no mundo real.”

Outro autor que merece destaque é Norberto Bobbio, que “dá o passo seguinte ao transformar o procedimentalismo em regras, para a formação do governo representativo” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 45).

Para Bobbio (1986), o homem livre é o homem consciente de suas possibilidades e de seus limites em sua relação com os outros. Para que essa consciência exista, é necessário, de acordo com o autor, que ocorra “um ambiente social cujas condições econômicas, políticas e culturais” que favoreça o seu desenvolvimento. Tal ambiente, de certa forma, pode ser criado pelas instituições democráticas.

Bobbio (1986, p. 18) afirma que “o único modo de se chegar a um acordo, quando se fala em democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais)”. Ainda segundo o autor, estas regras “estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”.

(...) mesmo para uma definição mínima de democracia como é a que aceito, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, e na existência de regras de procedimento como a da maioria [ou, no limite, da unanimidade]. É indispensável uma

terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir, sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. (BOBBIO, 1986, p. 20)

Santos e Avritzer (2002) destacam que Bobbio acaba por não reconhecer as diferenças sociais, econômicas e étnicas entre os cidadãos e acaba por excluir a participação de todos os segmentos da sociedade nas decisões governamentais, os quais apenas definem regras para a formação do governo representativo. Isso fica claro quando Bobbio afirma que a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, sendo essa constituída por aqueles com poder para tomar decisão.

Outra discussão no tocante a concepção hegemônica de democracia foi a necessidade da burocracia no centro do processo. Santos e Avritzer (2002) argumentam que quem inaugurou essa linha de questionamento na teoria clássica foi Max Weber, cujo centro da discussão era “a inevitabilidade na perda de controle sobre o processo de decisão política e econômica pelos cidadãos e seu controle crescente por formas de organização burocrática” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 46).

Esta discussão ao longo do século XX se fortaleceu, na medida em que cresceu também o *welfare state* nos países europeus, e não parece haver consenso pelos teóricos que “argumentam pela substituição dos mecanismos de exercício da soberania por parte dos cidadãos, pelo aumento do controle da burocracia sobre a política” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 48).

Santos e Avritzer (2002, p. 48) destacam que há ainda a discussão tocante às concepções hegemônicas - a representatividade seria a única solução possível nas democracias de grande escala. Para os autores, é Robert A. Dahl que defende essa premissa com maior ênfase, enfatizando a questão da autorização.

Dahl (2005, p. 25) destaca que “uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais.” O autor enfatiza que não é sua intenção “levar em consideração aqui outras características que poderiam ser necessárias para um sistema ser estritamente democrático”, mas sim, “reservar o termo ‘democracia’

para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos” (DAHL, 2005, p. 25-26).

Ainda para Dahl (2005, p. 26), para que um governo seja responsivo, “todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas”, conforme destaca:

1. De formular suas preferências.
2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo, através da ação individual e da coletiva.
3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. Essas me parecem ser então as três condições necessárias à democracia, ainda que, provavelmente, não sejam suficientes. (DAHL, 2005, p. 26)

Conforme contribui Miguel (2005, p. 11), de fato Dahl faz vínculo com a discussão schumpeteriana de democracia, mas complexifica-se na medida em que o autor trata da teoria poliárquica e relativiza o desinteresse do eleitorado, afirmando que o eleitorado poderia ser apático para algumas questões, mas mobiliza-se para assuntos de interesses específicos.

Segundo Miguel (2005, p. 11), a poliarquia é o sistema político das sociedades industriais modernas, caracterizado por uma forte descentralização dos recursos do poder e no seio do qual as decisões essenciais são tomadas a partir de uma livre negociação entre uma pluralidade de grupos, autônomos e concorrentes, mas ligados mutuamente por um acordo mínimo sobre as regras do jogo social e político.

As poliarquias seriam o resultado dos processos de democratização, que Dahl (1971) desdobra em duas dimensões, a inclusividade (ampliação do número de pessoas incorporadas formalmente ao processo político) e a liberalização

(reconhecimento do direito de contestação).  
(MIGUEL, 2005, p. 11)

Para Miguel, “dois problemas principais na percepção de Dahl podem ser identificados: o primeiro, um traço característico do liberalismo desde os seus primórdios, é o isolamento da esfera política em relação ao restante do mundo social” (MIGUEL, 2005, p. 12). Já o segundo problema diz respeito que a “percepção pluralista da democracia é a redução da política a um processo de escolha, no qual, por uma premissa metodológica, considera-se que todos os cidadãos são guiados por um ‘entendimento esclarecido de seus interesses’” (DAHL, 1989, p. 182 apud MIGUEL, 2005, p. 12).

Quem se baseia em Dahl é o autor Guillermo O’Donnell (1991), o qual afirma que um Estado democrático de direito com uma democracia representativa consolidada, pressupõe a existência de um sistema legal que preencha as condições que Robert Dahl sugere, sendo que tal sistema legal deve preservar as características da poliarquia, deve preservar os direitos civis de toda a população e deve estabelecer redes de responsabilidade e *accountability*, nas quais agentes, privados e públicos, funcionários de qualquer escalão, estejam sendo observados quanto a atos ilegais.

O’Donnell (1991) contribui para a teoria democrática no sentido em que desenvolve uma teoria sobre a delegação do poder e a chama de democracia delegativa. As democracias delegativas teriam, para O’Donnell (1991, p. 30), a premissa básica de que quem ganha a eleição presidencial “é autorizado a governar o país, como lhe parecer conveniente e na medida em que as relações de poder existentes permitam, até o final de seu mandato”. Em consequência dessa delegação de poderes, “o presidente é a encarnação da nação, o principal fiador do interesse nacional, o qual cabe a ele definir”, e “o que ele faz no governo não precisa guardar nenhuma semelhança com o que ele disse ou prometeu durante a campanha eleitoral” (O’DONNELL, 1991, p. 30). O povo, por sua vez, torna-se tutelado, outorgando plenos poderes ao governante que passa a ser seu tutor.

Ou seja, em termos gerais, numa democracia delegativa proposta por O’Donnell, há a transferência (delegação) ao eleito e a

responsabilidade pelos destinos da coletividade, e os eleitores (delegadores) limitam sua participação política à eleição.

Contribuindo ainda para o debate, Santos e Avritzer (2002, p. 49) destacam que “se é verdade que a autorização via representação facilita o exercício da democracia em escala ampliada” é também verdade que “a representação dificulta a solução das duas outras questões: a da prestação de contas e a da representação de múltiplas identidades. Ainda segundo os autores:

É possível, portanto, perceber que a teoria hegemônica da democracia, no momento em que é reaberto o debate democrático com o fim da Guerra Fria e o aprofundamento do processo de globalização, está frente a um conjunto de questões não resolvidas que remetem ao debate entre democracia representativa e democracia participativa. (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 50)

Ocorre que nesta trajetória de formação de uma concepção hegemônica de democracia, enquanto prática que se consolida para legitimar governos, surgem também alternativas que os autores vão denominar de contra-hegemônicas. Os “elementos que poderiam ser apontados como constituintes de uma concepção hegemônica da democracia não conseguem enfrentar adequadamente o problema da qualidade da democracia” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 42). Assim, da mesma forma como há uma concepção hegemônica da democracia, há também um conjunto de concepções alternativas não hegemônicas (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 50).

Contudo, os próprios autores alertam que a maioria destas concepções continuou pautada pelo procedimentalismo: “elas mantiveram a resposta procedimental ao problema da democracia, vinculando procedimento com forma de vida e entendendo a democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana.” Nesse sentido, citam Habermas, sendo que este “abriu espaço para que o procedimentalismo passasse a ser pensado como prática social e não

como método de constituição de governos” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 52).

Habermas (1984) irá sustentar na sua produção teórica uma releitura da modernidade como resultado de um longo diálogo crítico e reconstrutivo de caráter multidisciplinar com os clássicos da filosofia, da sociologia e da psicologia. Não cabe, neste momento, reconstruir a Teoria da Ação Comunicativa (1984) de Habermas, somente destacar que a interpretação original da modernidade – a partir do paradigma da comunicação – é o ponto de partida para a teoria democrática deliberativa do autor.

Segundo Habermas (1984), ocorreu na modernidade um processo de distinção das estruturas da racionalidade que desagregou o sistema da razão comunicativa das estruturas do mundo da vida. A partir daí, surge uma diferença maior do que a dualidade entre Estado e sociedade, e organizam-se estruturas sistêmicas que, além de se diferenciar do mundo da vida, também se diferencia entre si: o subsistema econômico e o subsistema administrativo. Numa relação distinta das estruturas sistêmicas, situa-se o campo da interação social organizado em torno da ideia de um consenso normativo, gerado a partir das estruturas da ação comunicativa. Diante disto, Habermas faz uma distinção entre: i) ação instrumental – forma técnica que aplica meios para fins e que passou a dominar o funcionamento e a reprodução das sociedades modernas; ii) e ação comunicativa – permite que os atores relacionem-se com fatos da natureza, com pessoas através do julgamento das ações e normas da sociedade e com os sentimentos e vivências interiores expressando suas convicções (HABERMAS, 1984).

A contribuição de Habermas é importante na medida em que este trabalha a concepção da esfera pública e afirma que esta não é uma instituição no sentido materializado, mas “pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92). Do mesmo modo, o autor identifica três tipos de esferas públicas: a *episódica*, composta de encontros eventuais nas ruas e em lugares específicos e que se limita ao olhar mútuo atento; da *presença organizada*, feita por encontros de várias pessoas, nos quais há tomada de posição e liberdade comunicativa, como os foros, e a *abstrata*, gerada pela mídia, envolvendo atores sociais distantes, como leitores, espectadores e

ouvintes que não fazem parte do mesmo espaço físico (HABERMAS, 1997).

As questões que surgem no mundo da vida, não podem apenas ser vistas e entendidas, mas devem ser problematizadas para que produzam o efeito desejado. Ao contrário, os conteúdos surgidos das vivências pessoais dos sujeitos não acessarão a esfera pública, que de acordo com Habermas (1997), se forma “a partir dos contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas” (p. 97).

Sendo assim, a esfera pública tem efeito de repercussão, que pontua o que deve ser processado pelo sistema político, cujo núcleo, segundo Habermas (1997), é formado pelos complexos institucionais administrativos, do judiciário e de formação da opinião e da vontade, ou seja, pelas partes parlamentares, eleições, concorrência entre partidos, etc.

O poder de ação do sistema político varia de acordo com Habermas (1997), conforme a sua densidade e complexidade de organização, podendo estar mais ou menos aberto à formulação de respostas sob a forma de políticas ou de legislações. As demandas precisam atravessar o que o autor denomina de comportas e que são ligados estruturalmente às forças que compõem o sistema político. Dessa forma, a esfera pública pode ser vista como aquela estrutura intermediária entre o sistema político e os setores do mundo da vida, sendo este último, correspondente ao conjunto de tradições e conteúdos compartilhados por um grupo social, bem como inclui os processos de socialização e interação que formam os sujeitos, abrangendo a intimidade, bem como, as vivências pessoais nas relações de parentescos e de amizade.

Importante salientar ainda a centralidade do conceito de autonomia para a esfera pública em Habermas. Para o autor, as liberdades de ações individuais do sujeito privado e a autonomia pública do cidadão ligado ao Estado possibilitam-se reciprocamente. É a serviço dessa convicção que se põe a ideia de que as pessoas só podem ser autônomas quando compreenderem-se como autores dos direitos aos quais devem prestar obediência. (HABERMAS, 1997).

A autonomia política dos cidadãos deve tomar corpo na autoorganização de uma comunidade que atribui a si mesma suas leis, por meio da vontade soberana do povo. O princípio da soberania popular se expressa nos direitos à comunicação e participação que

asseguram a autonomia pública dos cidadãos e o domínio das leis, nos direitos fundamentais clássicos que garantem a autonomia privada dos membros da sociedade civil. O direito legitima-se, então, como um meio para assegurá-lo da autonomia pública e privada. Habermas, ao recomendar o procedimento democrático a partir de pontos de vista da teoria do discurso, leva em consideração as condições do pluralismo social e de visões de mundo e coloca que é o processo democrático que confere força legitimadora ao processo de criação do direito e também que os direitos políticos do cidadão, isto é, os direitos de comunicação e participação, é que asseguram o exercício da autonomia política (HABERMAS, 1997).

Destaca-se ainda que os cidadãos só podem fazer um uso adequado de sua autonomia pública, quando são independentes o bastante, em razão de uma autonomia privada que esteja assegurada, mas também no fato de que só poderão chegar a uma regulamentação capaz de gerar consenso, se fizerem uso adequado de sua autonomia política enquanto cidadãos do Estado.

Em síntese, a esfera pública, pensada através do conceito habermasiano, é o espaço do acesso e da expressão dos cidadãos que, necessariamente pressupõe-se, devem ser autônomos. É na esfera pública que se processa a discussão quanto às questões surgidas da própria vida nos diferentes segmentos sociais, onde são problematizados, contrapostos e tematizados os interesses, são construídos consensos e formadas as opiniões. É neste espaço que se dá o confronto de opiniões de modo a atingir os espaços de tomada de decisão, no âmbito do sistema político, isto é, a opinião pública representa um potencial de influência no sistema político. Neste sentido, quem acaba por absorver e reconhecer problemas que emergem no mundo da vida e transportam para o sistema político é a sociedade civil, que conforme Habermas (1997, p. 99), são as organizações, associações e movimentos da sociedade civil que “captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-se e os transmitem, a seguir, para a esfera pública”.

No âmbito do que Santos e Avritzer (2002, p. 55) denominam como teorias não hegemônicas da democracia, a democracia participativa “está intimamente ligada aos recentes processos de democratização” que alguns países passaram, a exemplo do Brasil, Índia, Moçambique e África do Sul:



No entanto, o reconhecimento da pluralidade humana se dá não apenas a partir da suspensão da ideia de bem comum, como propõem Schumpeter, Downs e Bobbio, mas a partir de dois critérios distintos: a ênfase na criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, isso é, com a procura de uma nova institucionalidade da democracia. (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 51)

Nos países do sul, a redemocratização fez com que novos atores entrassem na cena política e recolocou na agenda de discussão sobre a democracia “a questão da relação entre procedimento e participação social” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 54). Assim, o aumento da participação social também levou a um processo de redefinições “sobre a adequação da solução não participativa e burocrática ao nível local, recolocando o problema da escala no interior do debate democrático” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 54).

A democracia participativa é, segundo Santos e Avritzer (2002, p. 55), “considerada um dos grandes cinco campos sociais e políticos nos quais, no início do novo século, está sendo reinventada a emancipação social” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 55). Nesse sentido, a democracia participativa merece ser explorada no próximo item.

## 1.2. PARTICIPAÇÃO NO DEBATE DA TEORIA DEMOCRÁTICA

Os autores considerados representantes da democracia participativa são Poulantzas (1980), Macpherson (1979) e Pateman (1992). Estes, descontentes com a teoria vigente, organizaram suas ideias destacando que a democracia não se limitaria a seleção de representantes, defendendo a incorporação da participação da população nas decisões sobre suas vidas. Segundo Held (1987, p. 229), “embora

esses três não tenham, de forma alguma, posições idênticas, ele têm alguns pontos de partida e compromisso em comum”.

Aqui se enfatiza a contribuição de Pateman (1992), porém, cabe mencionar os principais pontos dos outros dois autores. Para Poulantzas (1980), a democracia participativa pode ser compreendida na medida em que o autor sugeria a articulação entre a transformação do Estado e o desenvolvimento da democracia direta, envolvendo alianças populares, ou seja, tratar-se-ia de se multiplicar as instâncias de poder para a sociedade em geral. Para Held (1987, p. 232), Poulantzas destacava o seguinte: “o Estado deve ser democratizado, tornando o parlamento, as burocracias estatais e os partidos políticos mais abertos e responsáveis, enquanto novas formas de lutas a nível local”, sendo que deveria ser assegurado que houvesse responsabilidade nesse processo.

Da mesma forma, Macpherson (1979) assemelhava-se a Poulantzas na medida em que questionava se era suficiente “considerar a extensão da democracia de um mero envolvimento periódico em eleições à participação no processo de tomada de decisões em todas as esferas da vida” (Held, 1987, p. 232). Segundo Held (1987, p. 232), Macpherson vai propor uma “uma transformação baseada em um sistema que combine partidos competitivos e organizações de democracia direta”, bem como, propõe o fortalecimento da democracia direta a partir dos locais de trabalho ou comunidades locais, ou seja, haveria a necessidade de uma reestruturação governamental a partir do local, dos bairros, ascendendo para o âmbito nacional.

Contudo, é Pateman que vai realizar o que Held (1987, p. 233) considera como “uma análise mais completa a favor da extensão da esfera da participação democrática”. Para Pateman (1992, p. 145-6), “somente se o indivíduo tiver a oportunidade de participar de modo direto no processo de decisão e na escolha de representantes (...) é que, nas modernas circunstâncias, ele pode esperar ter controle sobre sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente em que ele vive”.

Pateman (1992, p. 09) destaca em sua obra que a palavra participação havia se tornado parte integrante do vocabulário político popular, e nada era mais necessário do que uma investigação que pudesse contribuir para a clarificação teórica sobre as possibilidades da participação ativa da cidadania nas sociedades modernas.

Pateman (1992) destaca a possibilidade de três níveis de participação: i) a *pseudoparticipação* (em que os indivíduos apenas são

consultados sobre algum assunto e endossam as decisões do líder, ou seja, não ocorre, de fato, participação alguma na tomada de decisão); ii) a *participação parcial* (em que muitos tomam parte no processo decisório, mas o poder final de decidir pertence a apenas uma das partes); e iii) a *participação plena* (em que cada membro isoladamente tem igual poder de determinar o resultado final das decisões).

A autora questiona se a concepção de uma sociedade participativa seria uma fantasia utópica e perigosa (PATEMAN, 1992, p. 63). A resposta que oferece é que a teoria da democracia participativa só seria sustentável na medida em que se tornasse defensável a ideia de que a participação tem uma função essencial de pedagogia política. Para Pateman (1992, p. 146), a participação capacitava as pessoas para avaliar melhor tanto a esfera pública como privada, ou seja:

(...) a existência de uma sociedade participativa significa que ele [o homem comum] estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível nacional, estaria em melhores condições para tomar decisões de alcance nacional (...) e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre sua vida e o meio que o cerca. (PATEMAN, 1992, p. 146)

Com relação ao caráter pedagógico da democracia participativa, para Pateman (1992), tem haver com o indivíduo desenvolver alguns atributos psicológicos que, sendo resultantes da participação, ao mesmo tempo a orientam e fortalecem. A participação desenvolveria o senso de eficácia e autoestima dos indivíduos que, em troca, se empenhariam ainda mais, exatamente por se sentirem mais autoconfiantes e terem maior clareza sobre os resultados da sua atuação.

No tocante ao debate sobre a democracia participativa, Santos e Avritzer (2002, p. 55) contribuem lembrando que é partir dos anos 70 que alguns países passaram por um processo ou ampliação da democracia, permitindo assim, redimensionar o debate da democracia participativa:

A reinvenção da democracia participativa nos países do Sul está intimamente ligada aos recentes processos de democratização pelos quais passaram esses países. Estamos tratando, portanto, de países que dentro da lógica hegemônica de pós-Segunda Guerra Mundial não estiveram no assim chamado campo democrático. Apesar da Segunda Guerra Mundial ter terminado com a derrota do fascismo, esse sistema de governo continuou predominando no sul da Europa até os anos 70, especialmente em Portugal, onde vigorou durante 48 anos. Até 1975, Moçambique viveu sob o jugo colonial e a África do Sul, até o final da década de 1980, sob o regime do *apartheid*. (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 55).

Considera interessante quando Santos e Avritzer (2002, p. 75) pretendem defender a coexistência e complementaridade na democracia, conforme apontam:

A nosso ver, existem duas formas possíveis de combinação entre democracia participativa e democracia representativa: coexistência e complementaridade. Coexistência implica uma convivência, em níveis diversos, das diferentes formas de procedimentalismo, organização administrativa e variação de desenho institucional. A democracia representativa em nível nacional (domínio exclusivo em nível da constituição de governos, a aceitação da forma vertical burocrática como forma exclusiva da administração pública) coexiste com a democracia participativa em nível local, acentuando determinadas características participativas já existentes em algumas democracias dos países centrais. (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 75)

Como apontam os autores, “não existe nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma. Pelo contrário, as experiências recentes de participação apontam no sentido da deliberação pública ampliada e do adensamento da participação (Santos e Avritzer, 2002, p.77). Da mesma forma, afirmam que a para o fortalecimento da democracia é primordial que aconteça “a passagem do contra hegemônico do plano local para o global” (SANTOS E AVRITZER, 2002, p. 77).

Para Miguel (2005, p. 27), “a corrente participacionista não contesta o fato de que a maioria das pessoas, na maior parte do tempo, é apática, desinformada e desinteressada”. Ao contrário, na democracia participativa defende-se que “em potencial, todos temos condições para entender e ter um papel ativo na discussão e na gestão dos negócios públicos”. O autor destaca ainda que as premissas da democracia participativa tentam romper com a ideia de que somente a elite teria um dom de agir politicamente, apostando na predisposição das pessoas para o envolvimento político.

Por fim, diante do apontamento das principais abordagens sobre democracia, tentou-se trilhar o caminho que Miguel (2005, p. 32) também se propõe que é “indicar balizas que permitam situar os diferentes autores e obras dentro do campo mais amplo da teoria democrática atual”, bem como, “evidenciar alguns dos eixos principais da discussão contemporânea sobre o significado e as possibilidades da democracia”.

Concorda-se, portanto, com Miguel (2005, p. 33), quando este destaca que “a riqueza e a diversidade das teorias reforçam a ideia da democracia como um projeto inacabado ou, ainda mais, como horizonte normativo cuja realização plena sempre nos escapará”. Da mesma forma, quando se parte para uma reflexão teórica sobre a democracia, se quer entendê-la para contribuir, a partir de novos olhares, “para transformá-lo no diálogo permanente com as forças sociais em movimento”.

Dessa forma, há que discutir sobre a representação política “inevitável na sociedade contemporânea”, nas palavras de Miguel (2005, p. 33), mas também levar em consideração que há experimentos interessantes se destacando, promovendo participação de atores societários e mudanças no controle social e gestão pública,

especialmente no Brasil, e que merecem um olhar atento ao se discutir a democracia.

Nesta tese, o olhar atento será para a hipótese de aprendizados democráticos que novas experiências, resultantes de novas oportunidades políticas em contextos de abertura democrática, vêm proporcionando. Contudo, antes de adentrar na questão central desta tese – oportunidades políticas e aprendizados – será dada atenção para o debate sobre a representatividade dos atores sociais e o aprofundamento da democracia diante de contextos de inovações institucionais, o qual se destaca no item a seguir.

### 1.3 APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA, REPRESENTATIVIDADE DOS ATORES E NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS – BREVES PONTUAÇÕES

Debates teóricos e práticas da democracia aparecem geralmente atrelados à questão da representação, considerando que, para Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006b, p. 51), em abordagens institucionais da ciência política e defensores da democracia, é possível encontrar tanto ideias que defendem a reforma da democracia como aquelas que tratam dos limites da representatividade, na tentativa de construir maior condição de controle social sobre decisões públicas.

Debates da representatividade são inerentes à representação política moderna, e fica bastante limitado aos processos eleitorais, no sentido de garantir a representatividade das instituições da democracia. Na teoria democrática, esse limite aparece nas vertentes minimalistas e procedimentais, evidenciando a pertinência das preocupações em reformar a democracia de modo que ela se torne mais responsiva. É nesse sentido que Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006, p. 52) argumentam que as discussões sobre o aprofundamento da democracia, “são ainda insuficientes para ancorar esforços de reconceitualização da representação política à altura do desafio da reforma da democracia e dos processos reais de inovação institucional democrática, ocorridos nas últimas décadas.”

É no ponto tocante à reforma da democracia que se quer chamar a atenção aqui, sendo que a Sociedade Civil e a participação aparecem

enquanto elementos chaves. É só observar, por exemplo, os debates do aprofundamento da democracia, da transparência e controle social das instituições políticas, do fortalecimento da capacidade de ação e participação da sociedade na gestão pública, da democracia deliberativa e das literaturas da democracia participativa e da própria sociedade civil” (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006b, p. 78).

No debate quanto à reforma da democracia, a ideia de participação de grupos e camadas da população tidas como pouco representadas, constituiria incentivo para estimular o melhor funcionamento das instituições políticas. Sendo que, para uma parte da literatura, segundo Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006b, p. 79), o debate em torno da diferença “entre participação de cidadãos e participação de associações tem passado despercebida, ocultando a problemática da representação inerente ao segundo tipo de participação.” A participação para estes autores supõe:

(...) o envolvimento direto ou a presença do sujeito dessa participação – indivíduos, cidadãos, trabalhadores –, enquanto a representação, no melhor dos casos, é um momento posterior à participação, do qual ficam incumbidas instituições de agregação. Assim, uma vez assumido o registro da participação, para se pensar no aprimoramento das conexões entre instituições políticas e dinâmicas societárias, tornam-se carentes de sentido perguntas acerca da representação exercida por atores societários. (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006b, p. 80)

Advertem os autores que participação é autoapresentação, já a representação remete ao ato de tornar presente por intermédio de outrem, algo ou alguém ausente. Nesse sentido, envolvimento direto ou a presença dos indivíduos, cidadãos, trabalhadores, enquanto a representação, no melhor dos casos, é um momento posterior à participação, sendo que ficam incumbidas instituições de agregação.

Ressalta-se que no Brasil, assim como outros países, novos canais de participação e representação estão sendo abertos aos atores societários, promovendo tentativas interessantes de mudanças favoráveis de controle social na gestão pública, por outro lado, a representação nestas experiências raramente torna-se objeto de análise.

A partir da Constituição de 1988 e da onda de novas experiências participativas na definição de prioridades ou no construir políticas públicas (a exemplo de orçamentos participativos e conselhos), o Brasil tem se configurado como referência em reforma da democracia. As transformações políticas que vem ocorrendo no Brasil principalmente colocam em cheque as eleições e o debate foi para além deste processo, incluindo na agenda de debate o controle e a representação no executivo. Em consequência:

Parece óbvio que a representação política realizada por atores societários constitui fronteira crítica para pensar a reforma da democracia, e, por conseguinte, para o debate contemporâneo travado pelas literaturas voltadas para o aprofundamento da democracia; contudo, e embora por motivos diferentes aos da literatura da reconfiguração da representação, tais literaturas são pouco propícias para refletir nas funções de representação política exercida, precisamente, por atores da sociedade civil. (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006b, p. 83)

Acontece então da representação, na perspectiva de Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006b, p. 86), tornar-se heterogênea frente aos “interesses representados, às formas organizacionais dos atores, ao lócus dentro do Estado, e às jurisdições, instâncias e formas de institucionalizá-la.”

Contudo, as modalidades de representação coletiva em questão não se encontram submetidas aos limites estruturais das eleições e dos eleitos, impostos pela sua dupla função de representação



perante o poder, visando a regulá-lo socialmente, e de representação no poder, comprometida com governar e impor obediência sobre a população, se for preciso. Seus limites são outros, mas nesse aspecto, a representação coletiva é, no fundamental, pressão, controle, supervisão, intervenção, assédio e reclamo perante o poder em instâncias executivas de políticas e em espaços de interlocução. Mais: em se tratando de representação em relação a políticas públicas específicas, e em nome de subpúblicos e/ou minicomunidades – e não da nação ou de um eleitorado portador de representados. (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006b, p. 87)

Segundo Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, é necessário “buscar uma perspectiva analítica que permita elaborar o papel inédito da representação coletiva, conjugando uma tríplice operação: primeiro, preservar o núcleo normativo mínimo da representação – atuar em favor do representado” e ainda “não aplicar critérios de avaliação que condenem *a priori* as novas práticas de representação à ilegitimidade – em definitivo, organizações civis não são, nem podem agir como partidos políticos” e por último, “examinar essas práticas contra o pano de fundo da reforma da democracia, a partir dos seus efeitos de inclusão política, sem suspender, todavia, as exigências normativas próprias de toda representação política democrática, o que inclui dispositivos de expressão de preferências e sanção sobre o representado” (Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, 2006b, p. 88).

As práticas dos atores da sociedade civil ganham valorização no sentido em que estes atores ou a representação destes tornam-se portavozes de demandas de segmentos da sociedade, de temas e interesses que acabam por vezes sendo mal ou sub representados dentro dos canais tradicionais da representação política. Isso porque muitas vezes as áreas de domínios são muito específicas dentro de áreas e subáreas das políticas públicas, ou por serem temas que são negligenciados pelos atores tradicionais da representação (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2006b, p. 92).

Diante da democracia representativa, os eleitores, para Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006b, p. 93), perderam o controle sobre o representante, porém, cresceram em números e utilizaram a “obediência partidária e do perfil programático dos partidos, para introduzir sanções e preferências no jogo eleitoral”. Para os autores, com o passar do tempo, as pressões sociais pela ampliação da democracia foram além do voto e se instalaram na vida interna dos partidos. Cabe, assim, confirmar junto com Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2006b), que “mecanismos de conexão entre representante e representado são passíveis de introdução e alteração com o tempo”.

Por fim, chama-se a atenção para que as discussões sobre representatividade e reforma da democracia coloquem em pauta as inovações institucionais participativas que aumentaram o protagonismo da sociedade civil. Contudo, interessa aqui trazer à tona o debate desse novo protagonismo e também o próprio conceito de sociedade civil, conforme se fará no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO II

### A SOCIEDADE CIVIL E O APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA A PARTIR DE ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS

Considerando a discussão precedente, quanto à participação e representação de atores societários, destaca-se neste capítulo o debate teórico sobre sociedade civil, as teorias mais influentes na contemporaneidade, a exemplo da perspectiva habermasiana e do debate decorrente das análises de capital social. Também se destaca a perspectiva analítica que coloca a política no centro do debate sobre sociedade civil.

Assim, o que se tenta problematizar são fatores que explicam o estatuto político das sociedades civis, atentando-se para a disputa entre atores – políticos e/ou societários – nos campos de atuação fora ou dentro das instituições políticas, para no próximo capítulo, discutir sobre oportunidades políticas, cultura política e aprendizados.

#### 2.1 O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

O conceito de sociedade civil tem sido pensado e reformulado por pensadores significativos como Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, entre outros. Numa perspectiva histórica, o conceito de sociedade civil para Hobbes, Locke e Rousseau, por exemplo, era a oposição a um estado de natureza, sendo que se entraria em uma forma de contrato de governo baseada na regra da lei, ou seja, em uma sociedade civil. Para Hobbes, a preocupação essencial era estabelecer distinção entre o estado de natureza e a sociedade civil, a fim de justificar sua defesa do “*Leviatã*” como expressão da livre associação entre homens racionais. O próprio Hobbes deixa explícito este ponto quando, no “*Leviatã*”, afirma que o acordo entre os animais é algo natural, ao passo que o acordo entre os homens é algo necessariamente artificial.

A formulação do conceito de sociedade civil dada por Hobbes influenciou muito os teóricos seguintes, como Locke e Rousseau. Para estes autores, o termo sociedade civil era intimamente relacionado ao termo civilidade, uma sociedade na qual estranhos agem de uma maneira civilizada com relação aos outros, tratando cada um com respeito mútuo, tolerância e confiança. O que diferencia Hobbes dos outros autores seria o papel da propriedade privada no desenvolvimento da sociedade civil, sendo que para Rousseau, o homem que cercasse um pedaço de terra e, se as outras pessoas assim acreditassem, seria então o fundador da sociedade civil. Já Locke, por sua vez, apresenta uma visão de sociedade civil marcada por ambiguidades com relação ao lugar da propriedade privada na gênese e no desenvolvimento da sociedade civil. A relação deste autor com uma sociedade que começa a ser transformada pelo capitalismo agrário, mudanças estas que se encontram expressas em seu pensamento. Foi justamente esta transformação social que encorajou a identificação da sociedade civil com a categoria analítica e prática da economia nas décadas seguintes. No final do século XVIII, a associação da sociedade civil com a sociedade capitalista de mercado foi acompanhada pela emergência da economia política.

Hegel é um autor importante também quando se aborda o conceito de sociedade, na medida em que aborda a mudança significativa da modernidade política: a separação da “vida civil” e da “vida política”, da sociedade e do Estado - mudança concomitante à Revolução Industrial (aparecimento da cultura burguesa, importância e autonomia acrescida da esfera econômica) e politicamente consagrada pela queda do Antigo Regime.

Para Hegel, a sociedade civil era o espaço situado entre a família e o Estado. Segundo Avritzer (1993, p. 218), “Hegel reconhece que nem a família, nem o Estado são capazes, nas sociedades modernas, de estabelecer o conjunto das determinações para a vida dos indivíduos”. Surge aí, entre a família e o Estado, um conjunto de instituições: o sistema de necessidades<sup>7</sup>, a administração da justiça e as corporações.

---

<sup>7</sup> Para entender o sistema de necessidade, apreendem-se aqui as informações de Trotta (2009), o qual destaca que, para Hegel, tanto a família quanto a sociedade civil são dois momentos que antecedem o Estado, mas que, na verdade, traduzem a ideia de Estado. Etapas as quais o Estado superou, como auto-desenvolvimento de si na objetivação do plano da liberdade. Família e sociedade civil são reinos particulares diante do Estado; todavia, consideradas em si, constituem o desenvolvimento da ideia de liberdade, a passagem do contingente para o

Instituições estas que desempenhariam um importante papel no desenvolvimento da vida ética e individual. Avritzer (1993, p. 218) coloca que a sociedade civil para Hegel “implica, simultaneamente, as determinações egoístas e individualistas provenientes da ação dos indivíduos no interior do sistema de necessidades e a procura de um princípio ético que, para Hegel, jamais poderia ser proporcionado pelo mercado”.

Costa (1997, p. 04) contribui colocando que, para Hegel, o aparato jurídico e a administração devem regular o mercado e assegurar a manutenção da ordem social, e que “a corporação, instituição fundadora da eticidade, por seu turno, o espaço social dentro do qual os indivíduos se apresentam solidariamente vinculados uns aos outros”, seria na verdade, a representação de uma segunda família, constituindo um contraponto ao particularismo alimentado pelo mercado.

Em contraponto, Marx definiu sociedade civil como o conjunto das relações sociais, as relações econômicas condicionando as outras. Para a teoria marxista, sociedade civil consistiria numa esfera não-estatal de influência que emerge do capitalismo e da industrialização, conforme se encontra na obra do autor:

A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças produtivas existentes em todas as fases históricas e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil (...) vê-se já aqui que esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história (...) a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos no interior de uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas. (MARX E ENGELS, 1986, p. 52-53)

Conforme Avritzer (1993, p. 218), em Marx a sociedade civil não teria conotação de instituição intermediária entre família e Estado, mas ao contrário, “a sociedade civil se reduz ao seu sistema de necessidades, isto é, à economia capitalista, que de forma alguma pode ser considerada

---

racional, isto é, o necessário. Família e sociedade civil são, segundo Hegel, necessidades em que o espírito no processo toma consciência de si.

uma instituição intermediária na construção da vida ética”. Como aponta Costa (1997, p. 04), para Marx, a sociedade civil “constitui-se, a um só tempo, a fonte e a expressão do domínio da burguesia”. Ou seja, as instituições intermediárias, que para Hegel atuavam como contraponto promovendo espírito público, para Marx, representa uma forma diferente de manifestação da domesticação da classe trabalhadora determinada a partir das relações de produção.

Já para Gramsci, a sociedade era constituída pelas instituições, envolvendo indivíduos e destinadas a produzir um consenso: a escola, as mídias, as instituições religiosas, etc. Pode-se afirmar que Gramsci opera uma mudança paradigmática com sua visão tripartite Estado-mercado-sociedade civil, uma vez que, para Marx e Hegel, a noção de sociedade civil abrangeria todas as organizações e atividades fora do Estado, inclusive as atividades econômicas das empresas.

De acordo com Avritzer (1993, p. 218), Gramsci “será o primeiro autor a perceber a sociedade enquanto lugar por excelência da organização da cultura e a propor um entendimento multifacetário das sociedades, de acordo com o qual esta deve ser entendida enquanto interação de estruturas legais, associações civis e instituições de comunicação.”

Gramsci critica Hegel pela redução da sociedade civil à esfera dominada pelo direito de propriedade. Com relação a Marx, Gramsci critica-o pela redução economicista da ideia de sociedade civil (AVRITZER, 1993). Em linhas gerais, Gramsci compartilha com Marx da crítica à ordem burguesa, mas desenvolve uma teoria que amplia algumas das teses de Marx.

Gramsci demonstra como a dominação de determinada classe não é mero produto do domínio econômico e do controle do aparelho do Estado, mas que a hegemonia – um dos conceitos principais na teoria do autor - é conquistada também no campo cultural, expressando, desse modo, “a capacidade de uma classe para dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade, produzindo consensos majoritários em torno do seu projeto hegemônico” (COSTA, 1997, p. 05).

Para Gramsci, a sociedade civil torna-se o lugar onde acontecem as disputas entre as classes pela hegemonia que vai ter no Estado sua complementação. É a partir daí que surge o “modelo tripartite gramsciano de sociedade: a infraestrutura econômica do modelo marxiano permanece inalterada e a superestrutura de Marx desdobra-se,

entretanto, em duas esferas, a sociedade civil e a sociedade política (COSTA, 1997, p. 05). Os partidos políticos, nesse caso, atuariam como o intelectual coletivo que daria direção ao processo cultural de ampliação da consciência.

Avritzer coloca que, no debate Hegel-Marx-Gramsci sobre sociedade civil, é interessante que ele “conduziu apenas a uma utilização relativista do conceito” desempenhando um papel muito reduzido na recuperação da ideia de sociedade civil pelos movimentos de oposição ao socialismo real no Leste Europeu, sendo “somente depois da recuperação intuitiva do termo pela oposição polonesa, que apareceram os primeiros trabalhos teóricos ligando à prática política destes movimentos à ideia de sociedade civil” (AVRITZER, 1993, p. 219-220). Entretanto, nenhum dos autores citados conseguiu oferecer um modelo capaz de localizar a sociedade civil “no interior de sociedades complexas e multidiferenciadas”.

É neste sentido que se torna importante e merece atenção algumas correntes de análise do conceito de sociedade civil consideradas hoje as mais influentes, bem como as polêmicas suscitadas, conforme já introduzido anteriormente: as de perspectiva habermasiana, por Cohen e Arato (1994); os de influência do conceito de capital social de Putnam; e por último, o debate quanto às estruturas de oportunidades política e dimensão da construção política no âmbito de atuação dos atores da sociedade civil.

## 2.2 PENSAMENTO HABERMASIANO E A INFLUÊNCIA NO CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

Teoricamente, quem faz a associação da obra habermasiana com o conceito de sociedade civil são os autores Arato e Cohen (1994), na medida em que, conforme aponta Costa (1997, p. 08), “estes autores apoiam a estratégia política dual na assimilação modificada do modelo diádico de sociedade – sistema/mundo da vida – desenvolvido por Habermas.” Posteriormente, o próprio Habermas (1997) vai incorporar esse debate na sua obra *Direito e Democracia*.

Habermas (1997, 1995) acaba aproveitando a análise de Cohen e Arato, sendo que a sociedade civil passa a ser tratada como lugar social de geração de opinião pública, ancorada no mundo da vida, com atores sociais que vão levar demandas do cotidiano, a partir de interações comunicativas, para as outras esferas sociais, fazendo jus à ordem democrática.

Opondo-se ao poder social do mercado e o aparelho estatal, Habermas trabalha com os conceitos de esfera pública e sociedade civil. A partir da definição de esfera pública, surge a relevância da sociedade civil e acentua-se a diferença com relação a Hegel e Marx. O Estado, com seu aparato administrativo, estando cercado pelo poder comunicativo, é cercado pelo poder da opinião pública e da sociedade civil. A esfera pública em Habermas não é uma instituição, mantendo aspectos organizacionais, caracteriza-se, então, por horizontes abertos permeáveis.

Assim, para Habermas a sociedade civil seria a base social de espaços públicos autônomos, distinguindo-se tanto do sistema de ação econômica quanto da administração pública, abrangendo as diferentes associações voluntárias que absorvem as diversas ressonâncias das problemáticas emergentes na vida privada, da sociedade, canalizando a resposta para a esfera pública política.

A sociedade civil tem seu núcleo formado por movimentos, associações, organizações sociais não estatais, sendo que essas vão cristalizar e levar os problemas até a esfera econômica. Assim, a sociedade civil teria alicerces nos direitos de expressão, reunião, associação, sendo que o Estado conecta-se com a esfera pública e a sociedade civil através de partidos políticos e das eleições.

Como já destacado, Cohen e Arato são autores que vão resgatar a perspectiva de estratégia dual na assimilação de sistema e mundo da vida de Habermas. O mundo da vida, segundo Costa (2003), incorpora repertório de tradições e conteúdos aos quais os indivíduos recorrem no âmbito de suas ações cotidianas, envolvendo processos comunicacionais de transmissão cultural, integração cultural e socialização.

Conforme Arato e Cohen (1994, p. 149), a reconstrução do conceito de sociedade civil “pode apontar a solução de problemas teóricos e práticos enfrentados pelas diversas teorias acerca dos atores sociais”, e ainda, “a reconstrução do conceito de sociedade civil pode



esclarecer as possibilidades e os limites dos projetos de ampliação da democracia nas sociedades formalmente democráticas”.

Para Avritzer (1993, p. 220), Arato e Cohen viram que a possibilidade de associar a discussão de cunho “teórico habermasiano com um conceito político presente no imaginário dos atores sociais poderia tanto reforçar o diagnóstico habermasiano das sociedades contemporâneas, quanto à prática política dos movimentos que se identificam como espaço da sociedade civil”.

As esferas sistêmicas concebidas por Habermas (política e econômica) coincidem com a sociedade política e a esfera do mercado, apropriadas por Cohen e Arato no modelo triádico de Gramsci. Entretanto, mundo da vida e sociedade civil, de acordo com Costa (1997, p. 09), “não podem ser consideradas categorias semelhantes.” Segundo ele, muitos autores confundem-se, mas o mundo da vida trata-se da incorporação de uma série de tradições e conteúdos aos quais os indivíduos recorrem no âmbito de suas ações cotidianas.

De acordo com Avritzer (1993, p. 220), ao fazer uso do conceito de mundo da vida, Arato e Cohen propõem duas dimensões distintas: “uma primeira, ligada ao reservatório de tradições imersas na linguagem e na cultura, e uma segunda, dimensão mais institucional que envolveria os aparatos que não podem ser ligados nem aos estoques de tradições disponíveis nem aos mecanismos sistêmicos de coordenação da ação”. Nesta última, estariam incluídas instituições associativas que demandam de ação comunicativa para a sua reprodução e contam “com os processos de integração sociais para a coordenação da ação no interior das suas estruturas. É esta dimensão do mundo da vida que os autores identificam com a sociedade civil” (AVRITZER, 1993, p. 220).

Arato e Cohen explicam que, na medida em que os indivíduos coordenam suas ações por intermédio de normas reconhecidas intersubjetivamente, eles agem enquanto membros de um grupo social solidário. Continuam explicando:

Os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um grupo, internalizam orientações valorativas, adquirem competência para agir e desenvolvem identidades individuais e sociais. A reprodução de ambas as dimensões do mundo da vida envolve

processos comunicativos de transmissão da cultura, de integração social e de socialização. Todavia, este é o ponto e para nós extremamente relevante, a diferenciação estrutural do mundo da vida (um aspecto dos processos de modernização) se dá por intermédio de tradições, solidariedade e identidades. É essa dimensão do mundo da vida que melhor corresponde ao nosso conceito de sociedade civil. (ARATO E COHEN, 1994, p. 154)

A sociedade civil, portanto, na perspectiva de Arato e Cohen (1994), pressupõe uma estrutura jurídica e uma constituição que articula princípios subjacentes à sua organização interna. Entretanto, os autores lembram que, no contexto de um mundo da vida modernizado, a sociedade civil existe somente onde há garantia jurídica da reprodução das várias esferas na forma de um conjunto de direitos. Isso porque com o poder e a expansão das esferas do Estado e da economia capitalista, a lógica dos subsistemas pode penetrar e distorcer a reprodução de instituições societárias, culturais e socializadoras.

Para Arato e Cohen (1994, p. 154), estas instituições podem se estabilizar na medida em que houver “novas formas de juridificação, isto é, por intermédio de direitos que constituem o terreno da sociedade civil, quando acompanhados de uma cultura política moderna capaz de valorizar a auto-organização societária e a publicidade”. Os autores lembram ainda que o Estado não pode ser a base ou sua própria fonte de vitalidade, mas sim, “os direitos surgem enquanto reivindicações de grupos ou indivíduos nos espaços públicos de uma sociedade civil emergente” (ARATO E COHEN, 1994, p. 155). Assim, os direitos universais devem ser vistos enquanto princípio organizativo de uma sociedade civil moderna, cuja instituição dinâmica seria a esfera pública.

Em síntese, a diferenciação entre sociedade civil, Estado e mercado em Arato e Cohen, fundamenta-se na teoria da ação comunicativa de Habermas, assim como nas diferentes lógicas destas três esferas. A sociedade civil aqui se distancia das outras esferas, pois seus objetivos associativistas não coincidem com os objetivos do poder político, bem como da busca de lucros. Enquanto há no Estado e mercado uma lógica instrumental de ação, na sociedade civil está a

lógica comunicativa, ancorada no mundo da vida, caracterizada pela troca e reflexão de ideias.

É nesse sentido que o papel da sociedade civil nesta perspectiva analítica estaria relacionado com o processo de democratização. O conceito de sociedade civil, vinculado à teoria habermasiana, pressupõe uma legitimidade na apresentação, problematização e representação de demandas e interesses sociais, se estas forem possuidoras de caráter autônomo e crítico.

As manifestações e organizações coletivas podem problematizar e tematizar as injustiças e problemas da sociedade e assim reforçá-los, na medida em que vem à cena pública. Essas manifestações possibilitam que se tornem públicas questões importantes da sociedade, de modo que se teria, então, uma relação entre os conceitos de sociedade civil, espaço público e opinião pública.

Diante do exposto quanto às inspirações do conceito de sociedade civil, a partir da perspectiva habermasiana, Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 08) vão enfatizar que apesar da re-elaboração proporcionada por Arato e Cohen, quanto ao conceito de sociedade civil ter influenciado toda a América Latina e se popularizado nas abordagens sociológicas para se pensar a ação coletiva, acabou por se tornar “uma teoria normativa – sempre passível de debate conforme suas próprias regras de constituição”.

Para Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, (2009, p. 08), a identidade da sociedade civil na teoria de inspiração habermasiana se diferencia do Estado e do Mercado pelo princípio da autonomia (dinâmicas internas no mundo da vida regida por lógicas morais da linguagem) e autolimitação, que seria a “preservação do primeiro princípio graças a renúncia dos atores em transformarem-se em poder político-burocrático ou poder econômico”. Este segundo princípio faz da sociedade civil institucionalizadora de uma moral que estaria enraizada no mundo da vida.

Nesta formulação, o estatuto político seria o que Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 07) denominam de “normativo e ambicioso”, já que a sociedade civil constitui instância exclusiva e/ou privilegiada, “de produção de consensos morais e, a um só tempo, fonte de fluxos comunicativos de assédio direcionados a sintonizar o funcionamento das instituições do mercado e da política com tais consensos”. Ainda para os autores, impactaria sobre a autonomia dos

atores, já que estes renunciariam o poder político ou econômico, mesmo que esse poder possibilitasse alcançar aquilo que almejam. Para Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 19), “organizações civis não se convertem ao poder público ou econômico, devido aos papéis por elas assumidos em determinado entorno institucional, mas se a conquista de poder político e/ou econômico fosse possível e permitisse a consecução dos objetivos da organização (...), parece pouco provável esperar que o princípio normativo da autolimitação e o zelo pelo princípio da autonomia operem como um critério decisivo do ponto de vista dos atores”.

No entanto, são os próprios autores que alertam, e concorda-se com eles, que a teoria de inspiração habermasiana, permanece em aberto, e merece continuar sendo problematizada e utilizada para clarear o sentido das práticas dos atores sociais. Ou seja, acentua-se aqui que não se pode deixar de perceber a contundência das críticas junto ao pensamento de inspiração habermasiana sobre sociedade civil. Mas não se pode negar também a contribuição de inspiração habermasiana no que tange as discussões de esfera pública e ação comunicativa, que permitiu abrir debate quanto à construção democrática fora dos padrões da democracia liberal.

Diferente da perspectiva enfatizada acima, outra perspectiva de análise da sociedade civil bastante influenciadora contemporaneamente diz respeito àquela vinculada ao capital social de Putnam, com origem toquevilliana e que se abordará a seguir.

### 2.3 A LITERATURA DO CAPITAL SOCIAL E O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

O conceito de capital social vem sendo importante estatuto teórico e na última década e tem sido muito popular entre acadêmicos, consultores e funcionários de instituições, tanto públicas como privadas. Tem-se atribuído múltiplas funções e se tem dito que seria um elemento-chave para explicar e promover o desenvolvimento econômico, melhorar o funcionamento do setor público, manter a estabilidade dos sistemas democráticos e superar a pobreza (LÜCHMANN, 2003).

Este conceito tem sido foco de discussões entre investigadores de distintas disciplinas, desde a antropologia, a economia, a história, a sociologia e a psicologia. Têm sido desenvolvidas investigações, tanto teóricas como empíricas, sobre o capital social, bem como tem se discutido alternativas teóricas quanto ao conceito de sociedade civil (LÜCHMANN, 2003).

Robert Putnam (1996), ao estudar algumas regiões da Itália, a partir de alguns indicadores, como legislação reformadora, creches, habitação e desenvolvimento urbano, serviços estatísticos e de informação, inovação legislativa, entre diversos outros, mostrou que aqueles governos chegaram a resultados diversos. Os governos que tiveram melhor desempenho institucional foram os da Itália Setentrional. Os que tiveram pior desempenho foram os da Itália Meridional. A satisfação popular com os governos do Norte perpassa todas as classificações sociológicas ou filiações partidárias. Esta constatação levou Putnam a uma indagação: “o que diferencia as regiões do Norte, com bom desempenho, das regiões do Sul, com mau desempenho e, em cada uma dessas partes, as mais prósperas das menos prósperas”? Putnam descarta a tese que associa a democratização à modernização econômica, pois as regiões que mostraram melhor desempenho institucional, não coincidem com as que receberam mais recursos ou investimentos. Apesar de admitir a existência da conexão entre modernidade econômica e democratização, Putnam acha que ela não é direta, precisando de um elemento catalisador. Para o autor, a explicação mais plausível é a da existência de uma comunidade cívica na Itália. Características da Comunidade Cívica: participação cívica: disposição dos cidadãos para a busca do bem comum à custa do puramente individual e mesquinho (referendos X voto preferencial); igualdade política: os cidadãos agem como iguais, não como patronos e clientes, ou como governantes e requerentes (referendos X voto preferencial); solidariedade, confiança e tolerância: nesta comunidade os cidadãos são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros; associações: são estruturas sociais que incentivam e viabilizam a cooperação (clubes e associações: desportivos, recreativos, atividades culturais, científicas, técnicas, profissionais, etc.); evidenciada por Putnam, entre comunidade cívica e desempenho institucional. Seu estudo constata, portanto, que a eficiência e eficácia administrativa dos

governos do Norte se devem à existência de uma comunidade cívica na região Setentrional da Itália.

Para Putnam, a história foi capaz de criar tradições cívicas distintas entre os italianos. No Sul: a desconfiança entre os cidadãos e em relação ao governo; autoritarismo governamental; opacidade administrativa; clientelismo burocrático; desinteresse político; baixa vocação participativa (capital social negativo). No Norte: fortes laços de confiança mútua e em relação ao governo; democracia participativa; transparência administrativa; sensibilidade e profissionalismo burocrático; interesse político; participação política (capital social positivo). Sendo assim, para Putnam, a história molda as instituições, e estas, a política).

Surge, então, ênfase no conceito de capital social, sendo segundo Putnam (1996, p. 177), apenas as regiões dotadas de uma profunda cultura de associativismo teriam potencial para desenvolver experiências participativas. De acordo com o autor, capital social “é o que diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Putnam vai afirmar que a capacidade da sociedade civil em formar redes e se organizar civicamente é condição fundamental para experiências de democratização obter sucesso e que “o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições sociais” (PUTNAM, 1996, p. 191). Entende-se também que, para o autor, a forma mais usada para mensurar o capital social é verificar o tipo de associativismo civil existente num município, bairro ou região.

Para Putnam (1996), as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, que englobam o capital social, caracterizando organizações sociais, tornam possível ações de colaboração que acaba por beneficiar toda a comunidade: “assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro que careça de confiabilidade e de confiança” (COLEMAN APUD PUTNAM, 1996, p. 177).

Este quadro pressupõe a ideia de que os indivíduos não agem independentemente bem como os objetivos não são estabelecidos isoladamente, prevalecendo uma lógica de ação coletiva. A novidade do estudo de Putnam está na inclusão da concepção de capital social e sua influência no desenvolvimento econômico. O capital social é produtivo, porque torna possível que se alcance objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

Destaca-se aqui a obra de Alexis de Tocqueville *A democracia na América* (1962), sendo a inspiração que se pode encontrar os primeiros argumentos que se aproximam do entendimento de capital social. O que mais chamou a atenção de Tocqueville foi, sem dúvida, a igualdade das condições entre os americanos: “a igualdade, e não a liberdade, constitui o verdadeiro sinal da democracia”. Ao mesmo tempo em que exalta a igualdade, Tocqueville se contrapõe à aristocracia e ao individualismo, afirmando que o individualismo é a ‘ferrugem das sociedades’, esvazia o cidadão de toda substância, de civismo; estanca-lhe a fonte das virtudes públicas; dele torna a fazer um súdito, senão um escravo, oscilando sem dignidade entre a servidão e a licença.

Tocqueville inicia descrevendo os hábitos e os costumes, assim como a organização social e política dos americanos, para depois tratar da estrutura de dominação, de suas instituições políticas e das relações do Estado com a sociedade civil. A igualdade para o autor significaria o mesmo que democracia. Ao elaborar o conceito de democracia, apresenta-o como um processo universal, durável e todos os acontecimentos, como todos os homens, servem ao seu desenvolvimento. Cita a América como exemplo e deseja ver a França tornar-se como os Estados Unidos: “parece-me, fora de dúvida que, cedo ou tarde, chegaremos como os americanos, à igualdade quase completa” (TOCQUEVILLE, 1962, p. 19). O objetivo do autor foi estudar os hábitos e os costumes dos americanos na intenção de abstrair os ensinamentos fundamentais daquela experiência democrática.

Discordando das várias formas de socialismo da época, Tocqueville (1962, p. 187) chega a condenar o Estado intervencionista como o responsável pela direção política da nação. Para ele, esse Estado interventor é um Estado despótico, no qual a liberdade dos cidadãos tende a desaparecer. O autor descreve que o poder emana do povo e que este participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação mediante a eleição dos agentes do poder executivo.

Com relação à associação política, Tocqueville (1962, p. 146) vai dizer que a América é o país do mundo de onde mais se tirou partido da associação e onde se tem aplicado esse poderoso meio de ação à maior diversidade de objetos. Esta tradição associativa dos norte-americanos viria para o autor de berço, “desde o seu nascimento, aprende o habitante dos Estados Unidos que precisa apoiar-se sobre si mesmo para lutar contra os males e os embaraços da vida”. A associação visa alcançar vários fins com o objetivo de obter a segurança pública, comércio, indústria, moral e religião. A associação seria então causa de união e progresso: “A associação enfeixa os esforços dos espíritos divergentes e os impele com vigor para uma única finalidade claramente indicada por ela” (p. 147).

A ideia principal resume-se na importância que Tocqueville (1962, p. 242) atribuiu à experiência prática dos americanos, aos seus hábitos, às suas opiniões, aos seus costumes, na manutenção das suas leis. Ou seja, os hábitos e os costumes dos americanos são as bases da manutenção das leis: “a minha finalidade foi mostrar, pelo exemplo da América, que as leis, e, sobretudo os costumes, podiam permitir a um povo democrático permanecer livre”.

O espírito público dos americanos sobressaía aos olhos de Tocqueville, além do apoio mútuo. Mais à frente, fica ainda mais explícito o caráter associativo da vida civil dos americanos:

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito pequenas. Os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edifícios, igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também criam hospitais, prisões, escolas. (TOCQUEVILLE, 1962, p. 391-392)



Tocqueville (1962, p. 393-394) descreve, então, que a ação recíproca é fundamental para a edificação do sentimento comunitário: “os sentimentos e as ideias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros” (p. 393). Da mesma forma, “para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na medida em que cresce a igualdade de condições”.

Conforme já destacado, esses princípios de potencial associativo serão retomados nos anos de 1980 por Robert Putnam sob o título de capital social. Putnam acredita que a comunidade cívica forma-se graças à herança histórico-cultural. Apresenta a definição da comunidade cívica, dizendo que a mesma pode apresentar círculos virtuosos ou viciosos. Comunidade cívica é aquela em que os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. É diante de uma sociedade civil vigorosa, diz Putnam, citando Tocqueville, que o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer (p. 191). Na comunidade cívica, as associações proliferam, as afiliações se sobrepõem e a participação se alastra.

Existe uma grande variedade de enfoques e posturas com respeito ao capital social, enfatizando a capacidade de mobilizar recursos, a pertinência de redes, as fontes que as originam, as ações individuais ou coletivas, que a infraestrutura do capital social possibilita e, finalmente, as conseqüências e resultados positivos e negativos que pode gerar. Ressalta-se que há diferentes entendimentos sobre este conceito entre pesquisadores. Algumas críticas aparecem, dentre elas as de Reis, Lüchmann, Gurza Lavalle, Houtzager e Castello e Rennó.

Apesar dos méritos de Putnam, no que diz respeito à síntese de 20 anos de pesquisa empírica na península italiana, Reis (2003) destaca que a elaboração teórica deixa a desejar, quando este teve suas conclusões no final do livro, com perguntas sem respostas e falta de uma analítica mais sólida e estruturada de seus argumentos. Putnam e seus colaboradores saíram em busca da identificação de alguma variável sócio-cultural ou econômica, cuja variação correspondesse às oscilações inter-regionais do seu índice de desempenho institucional e encontraram

correlação positiva com índice de modernidade econômica, mas também correlação espantosa com índice de comunidade cívica. O autor destaca o lugar ocupado pela categoria confiança no argumento de Putnam, pois ela é elevada no último capítulo à condição de crucial mecanismo causal de argumento – mas ela não é objeto de qualquer tentativa de mensuração empírica. Para o autor, não há índice de confiança interpessoal em Putnam. O propósito inicial de Putnam é modesto, ele busca a explicação para diferenciais de desempenho de instituições (democráticas) idênticas em contextos sociais distintos. Identifica uma variável independente tremendamente relevante em seu “índice de comunidade cívica” (comparecimentos a referendos, leitura de jornais, proliferação de associações desportivas, culturais, identificação partidária).

Ainda de acordo com Reis (2003), Putnam recorre à noção de capital social – substituindo a ideia de comunidade cívica – e produz a conjectura de que seria a confiança interpessoal o mecanismo pelo qual o capital social produziria seus efeitos sobre o desempenho institucional. Entretanto, esta conjectura jamais é testada empiricamente, sequer são sugeridas estratégias de operacionalização empírica posterior do conceito de confiança.

No que diz respeito especificamente ao conceito de capital social, Reis (2003, p. 43) destaca a fortuna crítica deste no argumento de Putnam, tendo em vista “sua elevação a variável-chave para identificar as potencialidades de implementação bem-sucedida de políticas e programas públicos em contextos variados.”

Para Reis (2003), o conceito de capital social é bastante vago, com ambigüidades que problematizam sua operacionalização teórica. O autor enfatiza que o conceito é uma espécie de coadjuvante que rouba a cena nos momentos finais. O desempenho institucional é a variável que tem na obra de Putnam papel principal. Reis (2003) também coloca que Putnam dirige-se ao conceito como característico da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas, assim, o capital social pode ser considerado produtivo, possibilitando a realização de objetivos inalcançáveis se ele não existisse.

Lüchmann (2003) contribui, enfatizando que as vertentes teóricas que centralizam o conceito de capital social, a dimensão ou densidade histórica das práticas associativas constitui-se em variável de destaque

para o desempenho do bom governo. Acrescenta ainda que várias críticas vêm sendo feitas, principalmente reclamando-se da necessidade de se qualificar o caráter associativo e participativo que está embutido no conceito, bem como “reavaliar a tendência reducionista deste referencial, na medida em que estabelece o capital social como categoria central para a avaliação de processos de natureza complexa e que envolvem outros fatores e determinantes político-institucionais” (LÜCHMANN, 2003, p. 109).

Lüchmann (2003) destaca duas críticas à teoria do capital social. A primeira refere-se à relação imediata estabelecida entre capital social, comunidade cívica e democracia. Segundo a autora, ela está ancorada no pressuposto de que as redes horizontais e associações da sociedade civil são desiguais e com diferentes estruturas de poder e acesso a recurso. Enfatiza que Putnam é acusado de não distinguir os tipos de associações, supondo então uma homogeneidade da sociedade civil que negligencia relações de poder e de conflitos no interior desse campo (BRYCESON, 2000; BEALL, 1997 apud LUCHMANN, 2003). Além disso, Lüchmann (2003) chama a atenção de que os indicadores utilizados por Putnam de comunidade cívica deixam muito a desejar, na medida em que não qualificam o conteúdo das orientações e ações do associativismo.

A segunda crítica é quanto ao caráter reducionista, na medida em que elege o capital social como variável independente na implementação de processos que, por apresentarem uma natureza complexa, sofrem influência de um conjunto de fatores; e determinista, porque vincula a idéia de capital social a uma perspectiva de dependência histórica e cultural que ignora o papel da ação e organização política.

Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 09) acabam chamando atenção para o fato de o “alinhamento virtuoso e sobreposição de sociedade civil (associações), comunidade cívica (reciprocidade e confiança no próximo) e redes interpessoais se tornam possíveis pela proposição do capital social como unidade comum” na perspectiva de sociedade civil de inspiração em Putnam. Destacam que, se o que define a sociedade civil é a presença de capital social, a pergunta a ser feita seria sobre a origem dessa modalidade de capital. A resposta a esta pergunta se perderia, como destacam os autores, na origem em tradições culturais, atos espontâneos de cooperação ao longo

dos séculos, o que seria um tanto controverso. Ainda, para Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 11),

As tradições associativas na abordagem do capital social *à la* Putnam se explicam a si próprias – o capital social é que gera capital social – e se resolvem integralmente dentro das fronteiras da vida comunitária, em si mesmas e isoladas das intervenções do mundo político, com o qual se defrontam em uma relação exterior, como se tratasse sempre de um primeiro encontro. A ausência do Estado e de instituições políticas nessa narrativa centrada nas dinâmicas societárias omite a história e as trajetórias possíveis da inter-relação entre ‘tradições’ associativas e ‘tradições’ político institucionais. (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 11)

Contudo, Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 09) ressaltam que “sem dúvida há experiências em que o engajamento de organizações civis e de redes comunitárias foi crucial para tornar políticas públicas mais eficientes ou para fortalecer ou aprofundar a democracia.” Assim, concordando-se com os autores, não seria intenção, portanto, de negar a importância da teoria de Putman, mas chamar a atenção em termos de uma compreensão menos virtuosa e enfática de sua autonomia.

De acordo com Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 09), o que caracteriza a sociedade civil em termos virtuosos seria o fato das associações terem como características “expressões institucionais sofisticadas do capital social, que supõem, em patamares menos demandantes de ação coletiva, a presença de redes interpessoais (sociabilidade primária) e a adesão e respeito a normas de reciprocidade”.

Os autores destacam ainda que, se o desempenho de um governo depende de tradições solidárias e ações coletivas locais, não se pode deixar de pensar que “tais ‘tradições’ afloram e se sustentam onde as ‘tradições’ de ambientes institucionais favoráveis estiveram presentes.” Argumenta ainda que, se o objetivo for o de “compreender a presença de capital social em uma determinada comunidade, os repertórios de ação e

alcance das redes sociais e atores coletivos encontram-se engastados em cristalizações institucionais decorrentes da inter-relação com as instituições públicas” (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 20).

Rennó (2003, p. 74) destaca que “a ênfase de Putnam recai especialmente sobre atributos psicológicos e sociais que afetam as chances de participação de indivíduos em formas de ação coletiva”. Porém, segundo o autor “o papel das instituições formais em estruturar a interação social limitando o leque de comportamentos oportunistas e servindo como fonte de informações para atores políticos é quase totalmente desconsiderada” (RENNÓ, 2003, p. 74).

Justamente neste ponto é que Rennó lembra que Sidnei Tarrow vai estruturar sua crítica sobre a visão reducionista da teoria do capital social. Rennó (2003, p. 74) comenta que “o papel do Estado e o tipo de intervenção estatal não podem desconsiderar-se como fatores explicativos para o sucesso de formas independentes de ação coletiva”. Esclarece ainda Rennó (2003, p. 74) que de fato “o Estado pode ter um papel positivo na geração de ação coletiva independente na sociedade civil. A intervenção estatal pode até mesmo estimular o ativismo cívico, principalmente quanto tal intervenção diz respeito a garantir o acesso irrestrito e igualitário a um sistema legal eficiente”. É nessa direção que Rennó vai argumentar que as instituições fomentam a ação coletiva na medida em que vão criando estruturas de oportunidades políticas para grupos sociais.

Reforça-se nesta tese que, apesar da identificação de questões analíticas ainda em aberto na literatura, quanto ao significado do conceito de capital social a partir de Putnam, não se pode desconsiderar o conceito e a importância deste na atualidade. Isso principalmente se considerados os aspectos positivos que o conceito de capital social (a partir da discussão de variáveis, como confiança, normas e sistemas) pode suscitar, tanto na operacionalização de estudos investigativos, como no entendimento das relações entre Estado e associativismo civil, principalmente em locais com experiências participativas, aspectos estes sendo ressaltados nos últimos anos.

Assim, há de se concordar com a afirmação de Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 10) de que permanece aberto o debate para novas teorias, considerando que, mesmo novas teorias merecem

sempre ser problematizadas e utilizadas para “iluminar o significado das práticas de determinados atores”.

## 2.4 ATORES E INSTITUIÇÕES: A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DAS SOCIEDADES CIVIS

Nos itens acima, se apresentou, mesmo que de forma breve, as compreensões mais influentes sobre sociedade civil na literatura atual - as de inspiração habermasiana e as de perspectiva de Putnam. Segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2007), estas compreensões têm tido uma abordagem despolitizadora, sem levar em consideração que são sociedades civis com estatuto contingente, ou seja, as normas, regras, afinidades, ou melhor, o “estatuto” das sociedades civis é cada vez mais de caráter incerto, duvidoso, dependem de quem, como e de que contexto está se falando, argumentação esta que se verá mais detalhadamente abaixo.

A partir de um novo cenário, pós-transição, especialmente no Brasil, percebe-se, juntamente com Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 48), que a capacidade de atores das organizações civis disputarem agenda e decisões na cena pública, tem suscitado o desafio de “compreender a configuração de sociedades civis nacionais, a partir de contextos locais em que estão inseridos, e avançar na determinação dos fatores que explicam as variações encontradas”. Para tais autores, as transições representam ponto de partida importante de análise, pois, se constituem em momento central, considerando a emergência de uma conjuntura marcada por processos intensos de mobilização social e de organização política.

Esta conjuntura é expressa por eventos que surgem contra a ditadura e autoritarismo, animando a criação de alianças, de atores novos e iniciativas impulsionadas por frentes amplas. São assim, “momentos extraordinários que permitem flagrar e comparar processos de construção das sociedades civis e relacionar as feições desses processos com o destino dos esforços de mobilização societal na pós-transição” (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 05).

Contudo, a literatura sobre o tema acabou por empreender análises bastante generalizadas sobre tal momento, ou, como destacam Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 10), denominaram num grande “guarda-chuva” os intensos processos de ativação e mobilização societária que acompanharam estes acontecimentos. Nesse sentido, o termo sociedade civil acabou por ser usado sem pretensões conceituais muito amplas, destacando apenas passageiramente o ativismo e organização civis. Muitas concepções de sociedade civil, muitos argumentos e tradições de análise que acabaram tornando o olhar complexo e restrito, como destacam:

O mundo da política, não prima por sua ausência na literatura de transições, a sociedade civil é que foi dissolvida nos partidos e sistema políticos, aos quais se atribuiu a capacidade de reabsorver a mobilização societal após a normalização do jogo democrático. Perdeu-se, assim, a oportunidade de pensar no eventual papel duradouro da constelação de atores societários gestados durante as transições no cenário da chamada consolidação democrática. (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 12)

É partindo da constatação acima que Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 12) vão estabelecer a “consonância entre os padrões de institucionalização de interesses e conflitos em determinado Estado, de um lado, e os padrões de mobilização e organização societal da correspondente sociedade civil, do outro” tomam como base de sustentação a “tradição do institucionalismo histórico ou sociologia histórica comparada; particularmente da abordagem da *polis – polity approach* – como formulada inicialmente por Skocpol, em termos amplos, e, depois, como especificada analiticamente por Houtzager.”

A perspectiva da *polis* - “*polity perspective*” - utilizada por Houtzager, Lavalle e Acharya (2004, p. 260), tem como premissa procurar entender os efeitos institucionais sobre a vida associativa e os micros fundamentos da ação coletiva. Da mesma forma, consideram que a capacidade de participação está condicionada pela história da

construção dos atores, suas relações com os outros atores e pelo âmbito das instituições políticas, no qual essas relações são negociadas. Assim, se a perspectiva da sociedade civil mais generalizada considera que a participação é sinônimo de inclusão política e social, a perspectiva da *polis* “atenta para a relevância de se entender as diferentes capacidades das organizações civis para alcançar e utilizar as novas instituições de participação” (HOUTZAGER, LAVALLE E ACHARYA, 2004, p. 260).

Ainda, como destacam Houtzager, Lavalley e Acharya (2004, p. 261), a perspectiva da *polis*, ao invés de explorar a participação dos cidadãos individuais, explora a capacidade de atuação das organizações civis. Os autores destacam ainda cinco pressupostos a partir de análises de dados sobre o associativismo de São Paulo e comparam a perspectiva da sociedade civil *versus* a perspectiva da *polis* que se considera importante destacar aqui. São os seguintes:

- 1) Considerando que novas instituições têm criado oportunidades de participação no processo político para segmentos excluídos da tomada de decisões públicas, a perspectiva da sociedade civil tem considerado uma verdade absoluta, porém, na perspectiva da *polis* é preciso cuidado, pois, desigualdades sociais são refletidas nas instituições de participação, e se são atores coletivos em estudo, e não cidadãos individuais, estes têm lógicas de atuação diferentes. (HOUTAZAGER, LAVALLE E ACHARYA, 2004, p. 268)
- 2) Enquanto que na perspectiva da sociedade civil a autonomia é central nos atributos dos atores coletivos, na perspectiva da *polis*, atores com vínculos institucionais têm mais probabilidade de participar do que os que não estão inseridos “em teias de relações compostas por esse tipo de atores”. (HOUTAZAGER, LAVALLE E ACHARYA, 2004, p. 268)
- 3) Na perspectiva de sociedade civil, mesmo fazendo alguns cortes analíticos entre ONGs, Organizações Comunitárias



e movimentos sociais, a maioria das análises junto às organizações compreende numa tipologia coincidente com o que seria o perfil das ONGs. Já a perspectiva da *polis* considera que a capacidade dos atores para a ação depende, entre outras coisas, de sua organização interna e suas preocupações específicas. Por isso, análises comparativas são possíveis depois que uma tipologia inicial das organizações civis tiver sido delineada por intermédio dessas dimensões que influenciam a participação. (HOUTZAGER, LAVALLE, ACHARYA, 2004, p. 269)

- 4) Com relação ao momento das fundações das organizações civis que teria grande influência sobre quando tendem ou não participar, e o fato de que “os momentos fundacionais deixam uma marca duradoura no ator”, é a princípio aceito nas duas perspectivas, tanto da *polis* como da sociedade civil. No entanto, seria esta marca diferente nas duas perspectivas. Na perspectiva da sociedade civil a trajetória de participação dos atores trata-se de “iniciativas bem-sucedidas de auto-organização de atores coletivos que, nesse sentido, nasceram autônomos”. Na perspectiva da *polis*, “a trajetória está orientada, antes de tudo, pela capacidade para a ação desenvolvida por atores coletivos construídos, com base num determinado enraizamento institucional”. Ou seja, em momentos como os de transição democrática, como foi no Brasil, “as oportunidades para criar tal enraizamento são para uma nova e mais ampla gama de atores, muito maiores do que durante períodos de política normal”. (HOUTZAGER, LAVALLE, ACHARYA, 2004, p. 270)
- 5) E por fim, Houtzager Lavalle e Acharya (2004, p. 271) destacam que, enquanto a perspectiva da sociedade civil ainda não “tem desenvolvido suficiente sensibilidade institucional” sobre a relação entre o desenho institucional e as possibilidades de participar, a perspectiva da *polis* sugere que os desenhos institucionais constrangerão

alguns atores e possibilitarão a outros tirarem proveito das novas oportunidades de participação”.

É a partir dos pressupostos comparados acima que se destaca a importância do contexto, sendo que este contexto pode estimular ou restringir as oportunidades das organizações civis para participação. As adequações institucionais variam conforme o tempo e podem ser tanto maiores, quanto melhor posicionadas, esteja o ator em momentos de inovação institucional, como nas transições políticas.

Dessa forma, mesmo instituições políticas e atores da sociedade civil guardando de significativa autonomia, encontram-se reciprocamente intercalados e interpostos. É assim que o estatuto da sociedade civil torna-se “produto contingente de processos históricos” e que as organizações civis “se enfrentam e se constituem como expressão de constrangimentos de ordem vocacional e institucional” (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 13).

Atores de ordem vocacional têm a haver com propósitos, problemas e ações que constituem a razão de ser do ator, suas estratégias de atuação, tipos de reclamos públicos. Como exemplo, Gurza Lavalles, Houtzager e Castello (2009, p. 14) citam os atores de associações de bairros<sup>8</sup> que seria diferente da vocação de atores de entidades filantrópicas, pois, “delimitam distintos conjuntos de problemas e públicos, e as levam a diferir também quanto aos seus programas de ação”.

Porém, como bem lembram, as fronteiras entre os dois atores são elásticas e a definição pode variar conforme o contexto e conforme a índole institucional, que seriam as restrições ou barreiras, legislações e interesses da organização que delimitariam as áreas de atuação e fonte de obtenção de recursos, o que preservaria aquilo que chamam de “domínios de agência (*agency domain*).” Quanto ao significado de domínios de agência, “constituem uma verdadeira ecologia organizacional, onde a relação entre o nicho e o ator encerra um história de conflito e sobrevivência” (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 15).

Gurza Lavalles, Houtzager e Castello (2009, p. 16) vão chamar a atenção para o fato de que no contexto de transições e nos anos

---

<sup>8</sup> A definição dos autores para o que seriam características de associações de bairro e de outras organizações civis será trabalhada no próximo item.

subsequentes, o papel social e político das organizações da sociedade civil vêm adquirindo relevância, estabelecendo o que chamam de “novos domínios de agência, cuja consolidação é ainda uma incógnita.”

Assim, mesmo a institucionalização sendo compartilhada pelas organizações civis, elas se diferenciam entre si devido aos seus constrangimentos vocacionais, sendo que as organizações sociais respondem a razões de ser diferentes. Assim, concorda-se com os autores que entidades associativas como associações de bairro, ONGs, etc., diferenciam-se também nos protagonismos sociais, na disposição de recursos e estratégias de atuação. Dessa forma é que é necessário sempre detectar *o modus operandi* das organizações civis, ou seja, “os modos de afinidades em jogo e equacionar seu peso relativo nas estratégias de atuação dos diferentes tipos de organizações” (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 17).

Os mesmo autores apontam que existem algumas perspectivas que tratam da heterogeneidade da sociedade civil, as quais enfatizam temas como projetos políticos, trajetórias de lideranças, desenho institucional de instâncias de participação, prestação de contas e redes de organizações civis. Estes introduzem fatores como historicidade, relevância do contexto, diluição de fronteiras entre atores políticos e sociedade civil, colocando a transversalidade da política em questão.

Concorda-se com Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009), quando estes mencionam que a ideia de projetos políticos de Dagnino Olvera e Panfichi (2006) captura o sentido da ação em relação a uma disputa pela sociedade como um todo. Assim, o ganho que se tem nas análises quanto à ideia de projetos políticos consiste principalmente no debate que traz à tona questões além dos consensos fáceis em que tinha se instalado na década passada.

No entanto, mesmo assumindo que projetos políticos são possíveis de afinidade entre atores societários, entre eles e atores políticos, para pensar dinâmicas transversais em conjunturas diversas, cabe a ressalva de Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 19) de que as dinâmicas transversais podem perder força frente ao que chamam de “política ordinária”. Desse modo, afirmam: “a capacidade de ação de atores societários no longo prazo apenas pode ser insinuada a partir do balanço dos projetos em disputas”, isso porque “dinâmicas horizontais – interesses corporativos, solidariedade de categoria, semelhanças vocacionais – incidem na restrição ou ampliação dessas capacidades”.

Isso porque as pessoas podem adotar diferenciadas afinidades, múltiplas identidades, que podem mudar conforme determinados contextos (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 19).

Empiricamente, Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 21), a partir de uma pesquisa<sup>9</sup> que não se pretende aprofundar aqui, fazem a reconstituição da construção política dos universos de organizações civis a partir das seguintes evidências: “*momento de fundação das entidades*”; “*a participação de outros autores na fundação das organizações civis*”; “*o porte do orçamento anual das entidades*” e “*diversidade de fontes de financiamento*” - as “*capacidades de atuação das organizações civis*”. A partir destas evidências e juntamente com análise que vem sendo feita em diversos trabalhos dos mesmos autores, estes percebem que no Brasil especificadamente, dado o contexto de pós-transição, foi definido um pacto social no qual se destacou as obrigações do Estado perante a cidadania. Consequentemente, o momento de transição possibilitou a abertura de novos espaços de participação e representação que não era somente via representação política tradicional.

A configuração no cenário brasileiro de inúmeras experiências participativas, da instituição dos conselhos gestores, bem como destacam os autores, da multiplicação de políticas afirmativas e reconhecimento cultural, avanços em políticas específicas de planejamento urbano, saúde, assistência social, que não estavam na condição mandatária da constituição, acabam por representar “direta e indiretamente, tanto força e alcances das organizações civis, quanto à existência de encaixes institucionais que permitem a incidência política dessa nova constelação de atores”. Nesse sentido é que Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 49) vão definir que “as organizações civis são, assim, produto e produtor do arcabouço institucional – e do investimento de outros atores – que viabiliza seu protagonismo no cenário pós-transição.”

Assim, Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 51) fazem a seguinte ressalva: “tornou-se ponto pacífico na literatura que as instituições importam, mas o consenso se desmancha quando a questão é que instituições, para que e em que condições importam”. Os autores afirmam ainda:

---

<sup>9</sup> A pesquisa foi realizada tendo como base dados da cidade do México e São Paulo.

Em se tratando da relação entre instituições e as modalidades e alcances da ação coletiva organizada, a ideia de domínio de agência atenta para a institucionalização da ação coletiva e para os efeitos de concorrência da ecologia organizacional existente; entretanto, a ênfase nas transições supõe que a capacidade de criar domínios de agência ou de transformar os já existentes varia no tempo tanto pelo peso determinante do passado quanto pela sensibilidade das instituições a transformação em momentos críticos. (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 51)

É nesse sentido que nesta tese se corrobora como fato de que contextos e instituições intervêm na dinâmica política das organizações civis, sendo que se pretendem nos capítulos mais a frente (capítulos 4 e 5) demonstrar a dinâmica do associativismo comunitário de bairro em Blumenau, em especial as associações de moradores frente às novas oportunidades políticas na cidade.

No entanto, antes de partir para alusão de tais observações em Blumenau, cabe apresentar no item a seguir, um debate quando ao funcionamento (*modus operandi*) e caracterização da sociedade civil, a fim de deixar claro o que se entende nesta tese por associativismo de bairro, sendo estas analisadas posteriormente em Blumenau.

## 2.5 QUE E COMO SÃO AS ORGANIZAÇÕES CIVIS: UMA PROPOSTA CONCEITUAL DE ASSOCIATIVISMO COMUNITÁRIO E DE BAIRRO A PARTIR DE SEUS BASTIDORES

Quando se discute a precisão conceitual do termo sociedade civil, tem-se que a literatura acadêmica é, nas palavras de Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 03), “incomensurável”. Porém, os autores

chamam a atenção que pouco se sabe quanto o “*modus operandi* das organizações civis reais.” O que há enquanto caracterização passa pelo que os autores destacam enquanto “caracterizações altamente estilizadas de uma esfera de ação societária circunscrita por princípios unificadores comuns e por nítida diferenciação em relação ao Estado e ao mercado”, que segundo eles, “alimentaram consensos largamente difundidos sobre as potencialidades da sociedade civil - por sinal, consensos pouco sensíveis às diferenças internas, conflitos, afinidades, hierarquias e modalidades de articulação próprias ao universo das organizações civis reais” (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 03).

São estas questões que para Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 04) necessitavam ser problematizadas sociologicamente, bem como, observadas as organizações civis<sup>10</sup> em seus “bastidores.”

Contudo, antes de adentrar nesta discussão específica, cabe destacar que se entende o conceito de sociedade civil como “redes de solidariedade, ações individuais em público, irrupções espontâneas e desorganizadas, iniciativas informais ou iniciativas institucionalizadas e estabilizadas organizacionalmente – associações”. Assim como se acata que “a construção política da sociedade civil fornece a chave para entender o campo de atuação considerado legítimo para seus respectivos atores” (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 02).

Utilizando-se da metodologia de análise de redes<sup>11</sup> aplicada aos resultados de *survey*, realizado na cidade de São Paulo em 2002, Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 04) abordam<sup>12</sup> questões quanto ao funcionamento das organizações civis e “as diferentes lógicas de

---

<sup>10</sup> Ressalvam os autores que “a ideia de ‘sociedade civil’ permanece reservada apenas para remeter a essa perspectiva geral existente na literatura, com ecos claros nas comunidades internacionais de formuladores de políticas, mas nunca aos atores empíricos estudados.” Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 04) utilizam o termo “organizações civis” que, segundo os mesmos seria “mais neutro e, de certo, menos estilizado e normativamente sobrecarregado.”

<sup>11</sup> Não se pretende aqui adentrar na discussão metodológica de análise de redes, para isso, ver Houtzager *et al.* (2002). “Rights, Representation and the Poor: Comparing Large Developing Country Democracies – Brazil, Indian and Mexico” – Disponível gratuitamente na página eletrônica: <http://www.ids.ac.uk/gdr/cfs/research/Collective%20Actors.html>.

<sup>12</sup> Gurza Lavalle, Castello e Bichir fazem questão de esclarecer que não se sustenta na análise proposta por eles qualquer crítica geral ao papel da teoria na construção de conhecimento, apenas atenta-se para os custos cognitivos de certas formulações teóricas da chamada sociedade civil de caráter normativo e altamente estilizado.

atuação e dinâmicas internas de interação que organizam o universo desses atores societários.” A partir disso, caracterizam sem hierarquias, mas com base nos protagonismos, quem são as organizações civis, como funcionam, suas caracterizações e principalmente dar-se-á ênfase as associações comunitárias e de bairro, as quais se corrobora nesta tese, considerando que o que os autores definem – características e funcionamento - como sendo de tipologia associações de bairro são justamente correspondente ao que se tem nesta tese como universo de pesquisa empírica.

No que se refere às ONGs – Organizações Não-Governamentais, segundo destacam Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 15), a denominação é proveniente de organismos de cooperação internacional e tem sido utilizada no Brasil<sup>13</sup>, enquanto “entidades de *Advocacy* - dedicadas a vocalizar ou reivindicar publicamente as demandas e necessidades de terceiros, quer dizer, de determinados segmentos da população ou de determinadas causas.” Ainda esclarecem os autores que, mesmo sabendo-se que na sua origem estas entidades fossem “avessas a qualquer protagonismo próprio, há consenso amplo na literatura nacional quanto ao fato de as ONGs terem se tornado os atores de maior destaque no cenário da ação coletiva nos anos 1990.”

Já com relação às *organizações populares*, estas, segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 16), são correspondentes aquelas em que “a partir dos anos 1970 e, sobretudo, nos 1980, passaram a ser denominados e pensados nos registros teóricos desenvolvidos em torno do conceito ‘movimentos sociais’<sup>14</sup> - especialmente quando utilizado para aprender a lógica de atuação de atores específicos”, que estariam de maneira geral “voltados para a mobilização coletiva a propósito de demandas populares”.

As *entidades assistenciais*<sup>15</sup> são consideradas por Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 17) como aquelas que “exercem fundamentalmente trabalhos de prestação de serviços e assistência direta ao público para o qual trabalham”. Na literatura constam quatro elementos que vão caracterizá-las, que seriam “*ethos* cristão, prestação de serviços de índole assistencial, atendimento dos segmentos mais

---

<sup>13</sup> Para maiores construções teóricas acerca das ONGs, ver Gohn, (2003) e Paz, (2005).

<sup>14</sup> Para um balanço quanto à literatura dos movimentos sociais ver as obras de Maria da Glória Gohn (2006).

<sup>15</sup> Para maiores esclarecimentos sugerem-se os trabalhos de Carvalho, (1998) e Landim (2002).

vulneráveis da população e financiamento provindo do setor privado - não raro mediante a figura da fundação empresarial”. Contudo, destaca-se atualmente para o debate polêmico que se tem constituído a cerca do que vem se chamando “de uma espécie de ‘onguização’ das entidades assistenciais, levando-as a abandonar progressivamente sua tônica caritativa e apolítica para assumir uma maior politização e publicitação de seus trabalhos e demandas, bem como à adoção de discursos cifrados no registro dos direitos e da cidadania<sup>16</sup>”.

No que confere as *associações de bairro*, estas segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir, (2006, p. 18), “exercem atividades relacionadas a demandas urbanas específicas conforme um princípio de identidade territorial e, nesse sentido, trabalham em e para uma comunidade”. Destacam que, nos anos de 1980, foram pensadas pela literatura associada a movimentos populares, enquanto “movimentos de bairro”, mas “distintos, pela sua origem sócioeconômica, das associações de amigos de bairro ou das associações de moradores de classes médias”, sendo que estas também passaram por “processos de ampliação e politização das suas atividades no contexto das lutas pela transição<sup>17</sup>”. A pauta de reivindicações das associações de bairros são definidas por “autoconstrução, conquista de creches e postos de saúde, ocupação e legalização de terrenos, ampliação e aprimoramento do transporte público, bem como um leque de reivindicações de infraestrutura urbana básica” sendo que esta pauta é sobremaneira “impulsionada mediante a mobilização e pressão da população sobre as instâncias governamentais de tomada de decisões”. Concorde-se com Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 19) quando estes apontam que as associações de bairro foram consideradas como movimento nos anos de 1980, mas que, perderam centralidade no âmbito acadêmico na década seguinte, considerando que “suas reivindicações eminentemente materiais ou distributivas, sua baixa visibilidade e suas capacidades mínimas para disputar a agenda pública, tornaram-nas pouco palatáveis às exigências normativas da perspectiva da nova sociedade civil que definiu o teor do debate nos anos 1990<sup>18</sup>”.

Quanto às *associações comunitárias*, Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 19) destacam que pelos mesmos motivos “estas

---

<sup>16</sup> Sobre tais discussões ver Landim (2002), (1998); Coelho (2000); Paz (2005).

<sup>17</sup> Para aprofundar as discussões ver Singer, (1980); Boschi, (1987).

<sup>18</sup> Gurza Lavalle (2003) faz um bom debate sobre tal situação.



tampouco foram objeto de análise da perspectiva da nova sociedade civil. Mais: pelo seu caráter extremamente diverso e localizado, sequer constaram entre os atores privilegiados pelos estudos de caso da literatura sobre movimentos sociais”. O que se destaca enquanto objeto de análise na literatura são as que dizem respeito às chamadas comunidades eclesiais de bases (CEBs), cujo “o retraimento da intervenção social da Igreja a partir do final dos anos 1980 trouxe consigo uma perda acentuada do protagonismo das CEBs”. Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 19) destacam que Centros da Juventude (CJs), grupos de terceira idade ou grupos culturais – mantém conexão direta ou indireta com o trabalho paroquial e pastoral da Igreja Católica<sup>19</sup>. Nesse sentido, ressaltam que nas associações comunitárias destacam trabalhos de mútua ajuda e que os membros que delas fazem parte “são simultaneamente os beneficiários e os agentes ou atores do trabalho desenvolvido pela entidade; eles constituem uma comunidade ou encontram-se inseridos numa comunidade maior, cuja lógica pode ser ou não de índole territorial”. Ainda, destacam os autores que, “de modo pouco frequente, é possível encontrar caracterizações mais específicas na literatura para além do mutualismo: micro-territorialidade ou micro-localização associadas a espaços comunicativos primários, pouca visibilidade, e trabalho voluntário<sup>20</sup> (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 19).

Com relação às *articuladoras*, estas podem ser consideradas como:

Organizações civis de terceira ordem, quer dizer, distintas tanto daquelas instituídas sob o signo da identidade entre beneficiários e fundadores, administradores ou trabalhadores das associações - organizações civis de primeira ordem como as associações de bairro ou as de caráter comunitário -, quanto daquelas outras estabelecidas para beneficiar terceiros definidos como pessoas ou segmentos da população - nesse sentido, de segunda ordem, como as entidades assistenciais e

---

<sup>19</sup> Sobre tal debate ver Doimo (2004).

<sup>20</sup> Sobre este debate sugere-se Carvalho (1998).

É exemplos de articuladora a Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG), “cujos trabalhos estão orientados para outras entidades, são produto notável de uma estratégia bem sucedida de construção institucional que reflete o adensamento e diferenciação do universo das organizações civis”.

Há também outra categoria de organização civil, que são os fóruns. Segundo Gurza Lavalle, Casello e Bichir (2006, p. 20), estes “se inserem na mesma lógica de coordenação da ação e agregação de interesses das articuladoras”, sendo que trabalham direto com organizações da sociedade civil grupadas por afinidades temáticas, mas que “no entanto, diferenciam-se delas por se desempenharem mais propriamente como espaços de encontro e coordenação periódica”. O que permite a classificação de fóruns<sup>21</sup> como organização civil, segundo os autores, é o fato de que podem ter caráter periódico, podem ter grau de institucionalização para que seja de funcionamento permanente, e também por seu papel central na “construção institucional das próprias organizações civis”, bem como, na importância destes espaços para “definição e coordenação de prioridades para os conselhos”.

Tendo até aqui caracterizado as organizações civis conforme a análise de Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006), cabe então destacar alguns dos resultados que estes encontraram a partir da leitura numa perspectiva relacional, dos dados de um *survey* aplicado em São Paulo. Considera-se importante trazer estes dados, considerando que em alguns momentos, como se verá na análise empírica dos dados desta tese, algumas situações coincidem e se repetem outras não, conforme a variação de contexto que será elucidada mais a frente.

Para além das informações quanto à caracterização das organizações civis, os estudos dos dados empíricos permitem a Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 06) revelar “padrões de relacionamento com consequências pertinentes para entender o funcionamento das organizações civis”. Segundo os autores, as análises salientam “apenas os principais achados contraintuitivos e as feições mais relevantes do funcionamento de cada tipo de organização civil, de

---

<sup>2121</sup> Fóruns têm recebido poucos olhares da academia, contudo, ver Reis e Freire, 2002.

modo a atentar para lacunas no estado do conhecimento sobre os atores estudados - lacunas iluminadas ou “descobertas” a partir de uma perspectiva relacional” (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 07).

Com relação a tais achados, sintetizam-se três: 1) encontraram um “universo de atores altamente hierarquizado.” Organizações Populares, ONGs e articuladoras, “ocupam posições centrais privilegiadas por maiores capacidades de ação e escolha”, já as associações de bairro, comunitárias, e entidades assistenciais, “claramente periféricas, se mostram dependentes das primeiras e com opções de atuação limitadas”; 2) as organizações civis “melhor articuladas entre si, quer dizer, que utilizam a construção de vínculos com seus pares como estratégia de atuação (ONGs com ONGs, por exemplo), corresponde, precisamente, àquelas que também ocupam posições privilegiadas na rede”. As associações de bairro, comunitárias e entidades beneficentes “entabulam poucas interações com entidades do mesmo tipo, o que aponta para a conexão entre a centralidade e capacidade de ação de cada tipo de organização civil e sua estratégia de atuação em relação aos seus pares”; e 3) há “vínculos preferenciais entre certos tipos de organização. Tais vínculos seguem sempre a mesma direção: das entidades periféricas para aquelas com maiores alcances e capacidade de atuação”, ou melhor, “das organizações com posições privilegiadas para outras organizações igualmente privilegiadas”. Como destacam ainda “uma só rede de conectividade difusa, hierárquica, mas com capacidade de agregação e coordenação de caráter horizontal entre entidades bem posicionadas, e de índole vertical em relação a organizações como as associações de bairro, comunitárias e entidades assistenciais (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 06).

Enfatizam-se aqui informações que dizem respeito às associações de bairro que é o tipo de organização civil que mais interessam a presente tese, considerando que o universo estudado em Blumenau foram as associações de moradores.

Para Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p, 56), a maneira como associações de bairro constroem suas relações demonstram aspectos de seu funcionamento. Assim, como apontam os autores, “trata-se de um tipo de organização civil facilmente identificável, uma vez que trabalha com e em prol de uma comunidade territorial, e suas

atividades objetivam, fundamentalmente, resolver problemas urbanos no plano local”. Tendo isso em evidência, os autores vão colocar que essas associações acabam por ocupar posições periféricas considerando os seguintes argumentos:

Sua centralidade média no conjunto da rede, com resultados equivalentes aos dos fóruns e entidades assistenciais, e sua importância mínima como vínculo preferencial para outros atores. Embora não se destaquem como receptoras de vínculos, nem apresentam forte capacidade de intermediação, as associações de bairro são particularmente próximas dos atores com os quais constroem relações, contam com notável capacidade de alcançar outros atores e, diferentemente das entidades assistenciais, não geram dependência (...). De fato, depois das ONGs são os atores com relações mais equilibradas ou menos assimétricas com outros tipos de organizações civis. (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 56)

Como são associações que, segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 56), não constroem muitos vínculos, chamou a atenção dos autores a capacidade de alcançar outras organizações. Isso, para os autores pode ser consequência “do seu caráter territorial, cujas implicações tornam-se mais claras mediante a análise das suas conexões internas”. Destacam ainda que, considerando as análises realizadas:

(...) a estratégia de construir relações com seus pares é sensivelmente mais importante para as associações de bairro do que para os fóruns e entidades assistenciais. Contudo, tais associações são mais distantes de seus pares. A especificidade, neste caso, reside no fato de as associações de bairro se conectarem uma a uma, formando uma rede horizontal que “passo a passo” acaba por alcançar diferentes subconjuntos de atores.

(GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 56)

Ainda nas observações de Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 58), as associações de bairro têm vínculo preferencial com as articuladoras, com entidades assistências e para com associações comunitárias, em ordem de importância decrescente respectivamente. Por outro lado, as organizações populares representam o repertório de vínculos menos importante para as associações de bairro e vice-versa. Os aspectos que mais surpreendem das associações de bairro, segundo os autores em questão, dizem respeito primeiro ao fato de que “embora fosse esperável que seus vínculos obedecessem a uma lógica territorial, impressiona, todavia, que a horizontalidade induzida por tal lógica permita a construção de relações distantes capazes de alcançar os mais diversos tipos de atores”. E segundo, “o fato de atores tradicionais próprios de camadas mal-aquinhoadas da população, como as associações de bairro, manterem relações privilegiadas não com as organizações populares, mas com um tipo de organização civil de recente aparição (as articuladoras), criada fundamentalmente por ONGs”. Segundo os autores, “isso aponta tanto para transformações relevantes ocorridas nos últimos anos no plano da ação coletiva, quanto para a plasticidade da própria ação coletiva”.

Enquanto interpretação destas observações, bem como observações e análises referentes a outras tipologias de organizações civis que não se privilegiou aqui (ONGs, organizações populares etc.), Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006) ressaltam:

Seja como for, os resultados são persuasivos sobre dois aspectos passíveis de interpretação a partir de diferentes registros teóricos: primeiro, os alcances da atuação das organizações civis mal podem ser compreendidos se desconsiderados os processos de diferenciação funcional impulsionados intencionalmente por esses atores para incrementar suas chances de incidência nas instâncias pertinentes de tomada de decisões ou na conformação da agenda pública; segundo, a ação

coletiva no contexto da pós-transição acusa mudanças, mas sem abordagens sistemáticas e comparativas do universo das organizações civis, o tratamento do assunto carece de parâmetros e corre os riscos de firmar formulações “impressionistas”. (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 62-63).

É nesse sentido que Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 63) passam a destacar com mais precisão o que vão chamar de “evidências tanto de transformações de envergadura sem tratamento adequado na literatura quanto, em sentido inverso, de mudanças menores tidas como consensuais e incorretamente sobre-enfatizadas”.

Contudo, destacam que “a presença de protagonistas centrais na rede não significa ausência de protagonismo nos tipos de organizações civis intermediárias e periféricas, antes, o *modus operandi* difere nitidamente para cada tipo, não raro obedecendo a uma espécie de divisão do trabalho dentro do universo dos atores estudados”. Ainda “os atores periféricos, associações de bairro e comunitárias, que desempenham funções auto-referenciais, em que beneficiário e membros coincidem. Assim, do ponto de vista dos vínculos preferenciais, ambos os tipos de organizações civis tendem a ser irrelevantes para os demais atores”. Com relação ao perfil das associações de bairro destacam:

Em princípio auto-referenciado, requer a projeção de demandas às instituições políticas e a órgãos da administração pública. Se internamente os vínculos entre associações de bairro seguem a lógica territorial da contiguidade, assumindo um escopo limitado, a procura de canais para incidir no poder público parece animar a construção de vínculos com entidades centrais - majoritariamente articuladoras -, conferindo a algumas dessas associações capacidade de intermediação e alcances extraordinários em se tratando de atores periféricos. (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 64)

Com relação à centralidade que as articuladoras vêm tendo, especialmente como se percebeu para as associações de bairro, os resultados examinados por Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006, p. 66) sugerem com a ressalva dos próprios autores: “dentro dos limites inerentes a evidências circunscritas a São Paulo” que “as articuladoras seguem a lógica temática das ONGs e orientam parte considerável do seu trabalho para a incidência em políticas públicas, mas simultaneamente tornaram-se referência e canal privilegiado das associações de bairro”, estas por sua vez “abandonaram sua velha aliança com movimentos sociais, plausivelmente substituindo estratégias de atuação centradas na mobilização e no protesto para desenvolver habilidades na administração de benefícios públicos baseados em convênios”.

Por fim, outras análises são feitas pelos autores sobre o campo das relações também de outros tipos de organizações civis, as quais foram apenas caracterizadas aqui e merecem ser discutidas e abordadas em outros trabalhos específicos. Por hora, reitera-se a discussão das associações de bairros, por motivos já elucidados, e destacam-se nos próximos capítulos elementos específicos do contexto Blumenauense, informações quando ao associativismo civil disponíveis no âmbito acadêmico sobre a cidade, para num momento posterior, apresentar dados empíricos e análises do conjunto de dados provenientes da amostra da pesquisa de campo, tendo como objetivo compartilhar e demonstrar a potencialidade das análises que Gurza Lavalle (*et al.*) vem realizando, quando destaca contextos intervindo em dinâmicas societárias e a necessidade caracterização política dos atores sociais que se estuda.

Contudo, antes de adentrar nos capítulos específicos sobre o contexto do associativismo de Blumenau, é necessário apontamentos quanto à literatura sobre as estruturas de oportunidades políticas e aprendizados democráticos, o qual se engendra a seguir.

## **CAPÍTULO III**

### **OPORTUNIDADES POLÍTICAS, DEMOCRACIA, APRENDIZADOS E CULTURA POLÍTICA**

Neste capítulo, pretende-se dar ênfase ao estudo da cultura política e a estabilidade democrática tendo em vista o papel das instituições democráticas. Para isso, faz-se inicialmente um debate do que seriam de fato estruturas de oportunidades políticas, tendo em vista a centralidade deste conceito nesta tese. Após, faz-se um breve apanhado contemporâneo sobre o estudo de cultura política, para em seguida enfatizar estudos dessa perspectiva no Brasil. Conseqüentemente, empreendem-se um diálogo da literatura sobre a configuração de diferentes formas de participação, resultantes de novas oportunidades políticas, num contexto de abertura democrática e os possíveis aprendizados que estão sendo considerados importantes por impactar na cultura política de atores sociais e na qualidade da democracia no país.

#### **3.1 ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS**

No processo de organização e atuação de atores sociais o conceito de estrutura de oportunidades políticas (EOP), tem se destacado na sociologia política norte-americana e européia, porém não vem sendo muito trabalhado na sociologia política brasileira (SILVA, 2009, p. 04).

O conceito de Estruturas de Oportunidades Políticas é introduzido na década de 70, enquanto recurso para análise dos movimentos sociais, na tentativa de romper com a visão dicotômica dos estudos norte-americanos na época. Alguns autores buscam “na configuração do contexto político-institucional, no qual os movimentos se organizam e intervêm” formas de explicar frontalmente aquelas existentes quanto à “emergência, atuação e resultados dos movimentos sociais” (SILVA, 2009, p. 04).



Sidney Tarrow (2009), na obra *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*, suscitou o acirramento do debate sobre o conceito de estruturas de oportunidades políticas. Para o autor, oportunidades políticas são “dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político”. Já restrições políticas, o autor define como sendo “fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante a capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto (TARROW, 2009, p. 38).

Ao indagar sobre o que faz as pessoas arriscarem sua vida para reclamarem seus direitos, Tarrow (2009, p. 99) destaca: “o que varia muito no tempo e no espaço são os níveis e tipos de oportunidades com que as pessoas se deparam, as restrições em sua liberdade de ação e a percepção de ameaças a seus interesses e ações” (TARROW, 2009, p. 99). Ainda segundo o autor, o confronto está mais relacionado com a “oportunidade de ação coletiva – limitado por ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas”. E ainda, os confrontos tendem a se intensificar, dependendo dos recursos externos que as pessoas tiverem e as oportunidades de usá-los. Ou melhor, “os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado”. Assim, segundo Tarrow (2009, p. 99), “quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político”.

Contudo, o que se quer enfatizar nesta tese é a contribuição de Tarrow (2009, p. 102), no que diz respeito ao conceito de estruturas de oportunidades políticas. Para o autor, “as oportunidades políticas são aproveitadas e transformadas por uma variedade de desafiantes sob condições muito diferentes. No sentido de moldar estes movimentos, destaca e classifica algumas dimensões das oportunidades que são resumidas abaixo:

-> *Ampliação do acesso para participação de novos atores*: com relação a esta dimensão, Tarrow (2009, p. 107) destaca que as eleições são a forma mais imediata de expansão do acesso à participação de novos atores. Comenta que, nos sistemas democráticos as eleições são

rotineiras, cominadas por partidos políticos institucionais. Assim, nos sistemas não-democráticos, há para Tarrow, maior possibilidade de acessos recém-abertos deflagrarem confrontos. Quanto mais estreitos os caminhos já existentes para participação, mais provável se torna que cada nova abertura produza novas oportunidades de confronto.

-> *Instabilidade nos alinhamentos políticos*: nesta dimensão, o autor coloca que sistemas pluralistas podem ser medidos pela instabilidade eleitoral. Mudanças nos destinos dos partidos e da oposição criam incertezas entre apoiadores, encorajam os desafiantes a tentar exercer poder marginal e podem induzir elites a competir por apoio de fora do sistema político. Em regimes menos que democráticos, a falta de competição rotineira faz de qualquer sinal de instabilidade um sinalizador e uma fonte para o confronto (TARROW, 2009, p. 108).

-> *Elites divididas*: as divisões de elites, não apenas incentivam os grupos com poucos recursos a assumirem os riscos da ação coletiva, elas encorajam os segmentos da elite que estão fora do poder a assumirem o papel de “defensores do povo” (TARROW, 2009, p. 108-109).

-> *Aliados influentes*: outro aspecto da oportunidade política são os aliados influentes no interior da elite. Desafiantes são encorajados à ação coletiva quando têm aliados que podem atuar como amigos nos tribunais, como garantias perante a repressão ou negociadores em seu favor. Os aliados dentro do sistema são um recurso externo do qual, atores deficientes em outro tipo de recursos, podem depender, especialmente em ambientes autoritários e repressivos (TARROW, 2009, p. 110).

-> *Repressão e facilitação*: a repressão é a ação de outro que aumenta o custo da ação coletiva do opositor. Acontece mais sob os movimentos que clamam para mudanças fundamentais e ameaçam as elites do que para os grupos que fazem reivindicações modestas. Estados autoritários reprimem mais os movimentos sociais que os Estados representativos. A repressão pode encorajar os Estados representativos. A repressão pode encorajar os movimentos a entrarem em confronto enquanto que a representação pode tornar o movimento mais brando (TARROW, 2009, p. 110).

Conforme destaca Tarrow (2009, p. 106), “as oportunidades políticas podem ocorrer para certos grupos e não para outros, sendo que as oportunidades podem ser maiores em algumas cidades e menos para outras, mesmo assim, apesar dessas variações, os movimentos surgem porque as condições de mobilização cresceram no sistema político em geral” (p. 106).

Ainda para o autor, as oportunidades políticas não podem estar visíveis “ao mesmo tempo para todos os potenciais desafiantes”. Os primeiros que se erguem colocam a fragilidade dos seus oponentes a vista de todos e aqueles que são menos providos de recursos resolvem atacar seus oponentes, porém, caem facilmente quando as oportunidades diminuem (TARROW, 2009, p. 106). Com isso, o autor quer chamar a atenção que, mesmo o termo estrutura tenha sido usado para caracterizar oportunidades políticas, “em sua maioria, as oportunidades e restrições políticas são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais” (TARROW, 2009, p. 106-107).

Ao discutir as dimensões acima de oportunidades e restrições políticas, Tarrow (2009, p. 110) afirma que essas “aparecem de modo diferente em sistemas diversos e mudam com o tempo – muitas vezes independentes, mas outra em estreita relação um com os outros”. E ainda destaca que “divisões entre elites e realinhamentos políticos trabalham juntos para induzir grupos descontentes ou até mesmo governos a buscar apoio de fora” e que é uma situação que deve ser vista num contexto mais estável das oportunidades e restrições.

Da mesma forma, Tarrow (2009, p. 11) destaca que as dimensões apontadas devem ser vistas como “mudanças na oportunidade”, porém há “aspectos mais estáveis de oportunidade – restrições que condicionam o confronto político”, como por exemplo, “as forças do Estado”, as “estratégias preponderantes do Estado para com seus desafiantes” e ainda os “problemas da repressão e do controle social”.

No que se refere às forças do Estado, Tarrow (2009, p. 111) destaca que “os sistemas descentralizados, por estimularem a crítica e a participação, freqüentemente ‘transformam’ os elementos mais desafiadores da política popular”, sendo que alguns Estados acabam tendo uma “estratégia preponderante” em relação aos desafiantes de inclusão e resposta às reivindicações, absorvendo-as e facilitando a entrada no sistema político. Ou seja, as forças do Estado e estratégias

preponderantes acabam por se cruzar, mas não deixam de serem abaladas por fatores políticos resultantes de guerras, eleições, etc. Ou seja, nas palavras de Tarrow (2009, p. 113-114):

Um Estado que é forte nas mãos de uma maioria unificada o sob comando de um líder forte, pode tornar-se fraco quando a maioria se divide ou cresce a oposição a ele. Um Estado que é forte quando possui a confiança dos homens de negócio, enfraquece quando a inflação sobe e o capital vai para fora do país. Quando aparece um novo ator coletivo – como o fundamentalismo islâmico no fim dos anos 1970 no Irã – um Estado aparentemente ‘forte’ como o do *xá*, pode cair rapidamente.

Já no que tange a repressão, Tarrow (2009, p. 114) coloca que esta pode “tanto debilitar como subir os custos da organização e da mobilização da opinião pública.” Segundo o autor, formas de protesto mais passíveis vêm sendo aceitas com mais facilidade a partir de 1960, como forma de expressão. Porém, o autor alerta que “a tolerância do Estado em relação ao confronto não-violento é uma faca de dois gumes”, isso devido ao fato de que, por um lado, “proporciona maneiras relativamente sem risco de reunir um grande número de pessoas e dá-lhes a sensação de estarem agindo significativamente em benefício de suas crenças” e, por outro lado, “tira dos organizadores uma poderosa arma: a indignação”, ou seja, “é mais fácil mobilizar-se contra uma política violenta e excêntrica que atira em insurgentes jovens e sinceros na cadeia, do que contra autoridades públicas que parecem sensatas e organizam seminários (...)” (TARROW, 2009, p. 115).

Para além da discussão das oportunidades e restrições para a ação coletiva, Tarrow (2009, p. 118) vai abordar sobre como são criadas e difundidas as oportunidades. Segundo o autor, “quando os ‘primeiros insurgentes’ fazem reivindicações às elites, que podem ser usadas por aqueles com menos audácia e com poucos recursos” e quando “expõe os pontos de fraqueza dos opositores que podem não estar evidentes até que sejam desafiados”; a ação coletiva pode suscitar que se conheça

aliados que antes não se conhecia e também “pode derrubar barreiras institucionais possibilitando a passagem de outras reivindicações” (TARROW, 2009, p. 18).

Ou seja, o autor destaca que a ação coletiva, quando iniciada por um grupo ou objetivo particular, fornece modelos de ação coletiva, quadros interpretativos principais e estruturas de mobilização que produzam novas oportunidades e podem assumir três formas: 1) Expansão das próprias oportunidades – momento em que “grupos de protesto colocam na agenda questões com as quais outras pessoas se identificam e demonstram, assim, a utilidade da ação coletiva que outros podem copiar ou inovar a partir dela”, e que pode afetar além tanto alianças de um movimento como “opositores reais ou potenciais” (TARROW, 2009, p. 119); 2) Expansão das oportunidades para as elites – situação em que “aqueles que protestam criam oportunidades políticas para as elites: tanto num sentido negativo, quando suas ações dão margem à repressão, como num sentido positivo, quando os políticos se apoderam da oportunidade criada pelos desafiantes” e essa apropriação acaba sendo para aquilo que Tarrow (2009, p. 120) destaca “proclamar-se tribunos ao povo”; e por último; 3) Declínios de oportunidades - para Tarrow (2009, p. 120), na medida em que se tem uma série de possibilidades, a partir da abertura de oportunidades, “pelo fato de essas oportunidades serem externas – e porque se movem tão rapidamente de seus desafiantes iniciais para seus aliados e opositores, e finalmente, para as elites e autoridades -, as oportunidades políticas são amizades volúveis”. Isso acarreta no fato de que “aberturas para reformas fecham-se rapidamente ou permitem que novos desafiantes com reivindicações diferentes passem pelos portões que os primeiros insurgentes tinham derrubado.” Ainda sobre tal fato, Tarrow (2009, p. 121) enfatiza que os movimentos são “evanescentes” devido ao fato de influenciarem mudanças que “precipitam sua própria desmobilização”, contudo, destaca que mesmo diante do fato de oportunidades políticas serem mutáveis, isso não implica desconsiderar a importância delas para os movimentos sociais.

Para Tarrow (2009, p. 43), o confronto é produzido quando oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram possibilidades de alianças e revelam vulnerabilidade das oposições. Como destaca ainda o autor:

Os repertórios de confronto, redes sociais e quadros culturais diminuem os custos de se atrair pessoas para ação coletiva, produz confiança de que não estão sozinhos e dá um sentido mais amplo às suas reivindicações. Juntos, esses fatores deflagram os processos dinâmicos que tornaram os movimentos sociais historicamente centrais na mudança política e social (TARROW, 2009, p. 43).

Ainda segundo Tarrow (2009, p. 43), os movimentos tornam-se pontos focais que transformam as oportunidades externas em recursos e as situações de confrontos, redes sociais e quadros culturais diminuem os custos de se atrair pessoas para a ação coletiva, bem como, possibilita aos outros verem que não estão sozinhos, dando sentido amplo às reivindicações. Para o autor, é justamente essa dinâmica que torna os movimentos sociais “historicamente centrais na mudança política e social”.

Ao tratar da dinâmica do movimento, Tarrow (2009, p. 43) destaca que movimentos são influenciados por oportunidades políticas que os criaram e difundiram e acabaram afetando outros grupos tanto aliados como opositores. Assim, para o autor, se a ação coletiva é bem sucedida, as oportunidades produzem “ciclos mais amplos de confronto que se espalham dos ativistas dos movimentos para aqueles aos quais se opõe, para grupos de interesse comuns e partidos políticos e, inevitavelmente, para o Estado”. O resultado disso é para Tarrow que o sucesso dos movimentos depende das forças externas, o que leva ao que o autor vai chamar de *ciclo de confronto*.

Os ciclos de confronto têm como premissa que, na medida em que se ampliam oportunidades e se espalham notícias de fragilidade de um sistema político, o qual é passível de desafio, ativistas e também pessoas comuns acabam por testar limites do controle social. Assim, uma vez que situações como estas surgem a partir de ampliação de oportunidades, “a informação extravasa e o aprendizado político se acelera”. Contudo, o autor destaca que os ciclos de confronto não surgem de forma contagiosa, mas sim, “como resultado de decisões racionais para tirar vantagens de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos”. Quando se ampliam os ciclos,

movimentos criam oportunidades também para elites e opositores, sendo que pode provocar alianças entre participantes e desafiantes e acaba havendo uma ampliação da “lógica da ação coletiva”, que acaba impactando na esfera política institucional (TARROW, 2009, p. 44).

Mesmo os ciclos de confronto produzindo revoluções, não seria essa a única forma de ação coletiva e também não são somente ações populares. O que Tarrow (2009, p. 44) chama a atenção é que “tal como nos ciclos a que se relacionam, nas revoluções a ação coletiva força outros grupos e instituições a participarem, dando as bases e a estrutura para novos movimentos sociais” - dessa forma, continua o autor, “desconectando-se de velhas instituições e das redes que as cercam e criando novas a partir das formas de ação coletiva com que os grupos insurgentes começaram o processo”.

A ação coletiva geralmente é empreendida de formas convencionais por envolver pouco risco, pouco compromisso e atrair muitos participantes. Essas formas tradicionais, segundo Tarrow (2009, p. 131), seriam greves e demonstrações e são muito atrativas enquanto formas de confronto.

Enquanto resultados de movimentos, Tarrow (2009, p. 45) vai destacar que “em ciclos gerais de confronto, as elites do sistema reagem, não às reivindicações de qualquer grupo ou movimento individuais, mas ao grau de turbulência e as reivindicações feitas pelas elites e grupos de opinião”. Estes, segundo o autor, “correspondem apenas parcialmente às reivindicações daqueles que dizem representar”. Da mesma forma, destaca que o agir coletivo coloca os movimentos em redes políticas complexas e ao alcance do Estado - bem como os movimentos tentam, em últimos casos, proclamar reivindicações “em termos de quadros interpretativos de significados compreensíveis para uma sociedade mais ampla”. Assim, usam segundo o autor, “formas de ação coletiva extraídas de um repertório existente e desenvolvem tipos de organização que frequentemente imitam as organizações às quais se opõem” (TARROW, 2009, p 45).

Para Tarrow (2009, p. 37), pelo fato de identidades serem moldadas e definidas a partir de mensagens ideológicas ou imagens projetadas dos desafiantes frente a seus inimigos ou aliados, Tarrow conclama que é preciso prestar atenção “aos `trajes´ que os atores coletivos portam à medida que entram em cena e também aos enquadramentos culturais de suas reivindicações”.

Sendo assim, um dos problemas básicos do estudo cultural dos movimentos sociais é de que forma as mensagens dos símbolos dos movimentos se relacionam com o contexto de conflitos, interesses e emoções dos indivíduos? Sobre isso, Tarrow vai destacar que houve um tempo em que historiadores, sociólogos entre outros estudiosos retomaram o conceito de cultura política para estudar mudanças revolucionárias. Contudo, o autor questiona se o fato dos significados serem “fixados` por versões retóricas, seria suficiente estabelecer um discurso para dar significado para futuras mobilizações?” Questiona ainda se mesmo assumindo “que o conteúdo básico de um movimento é o seu simbolismo, como esta mensagem é recebida e interpretada no tempo e no espaço por diferentes sujeitos sociais?” Como respostas a estas e outras questões, Tarrow destaca que alguns estudiosos estão propondo relacionar “o texto ao contexto”, a partir da ideia de “quadros interpretativos” da ação coletiva.

Quadros interpretativos seriam como os “movimentos sociais constroem significados para ação (GOFFMANN APUD TARROW, 2009, p. 143). Ou ainda, seria um “esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado” (SNOW E BENFORD, 1992, p. 137 apud TARROW, 2009, p. 143). Seriam formas enfáticas de situações graves ou injustas de uma situação social. Ao identificar descontentamentos, os quadros interpretativos transformariam em reivindicações amplas e direcionadas a outros descontentamentos também significativos. Nessa lógica, as emoções como amor, lealdade e reverência seriam mais mobilizadoras do que desespero, vergonha e a raiva seriam vitalizadoras. Sendo assim, Tarrow (2009, p. 146) destaca que “os pontos altos do confronto geram eixos emocionais em torno dos quais gira a futura direção do movimento”. Ainda, segundo o autor, o feminismo é exemplo da forma das emoções para os movimentos sociais, sendo que Tarrow (2009, p. 147) destaca ainda que a “ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas de sua submissão, mobilizando-as para a ação em cenários conflituosos”.

No tocante à discussão de Tarrow, quanto aos quadros interpretativos da ação coletiva, o autor afirma que as mobilizações simbólicas acompanham os movimentos sociais modernos, cita o



exemplo de militares russos e chineses e suas roupagens, sendo que destaca o fato dos movimentos sociais enfatizarem modelos de crenças alternativos e mobilizadores, o que apoiaria a ação coletiva para a mudança. Por exemplo, líderes de movimentos que usam símbolos de revolta para se distinguir de opositores.

Quanto ao desenvolvimento de símbolos que ajudariam a criar novas identidades e realizariam mudanças e o oferecimento de símbolos familiares às pessoas, baseados nas próprias crenças e culturas, Tarrow (2009, p. 140) afirma que há cada vez mais dificuldade de se lidar com as barreiras de informações que a mídia impõe. Há uma acirrada competição entre os símbolos dos movimentos e o entretenimento, as notícias, tentativas de monopólio na formação de opinião. Sendo assim, o autor destaca que o maior desafio dos movimentos sociais é “fazer a mediação entre símbolos herdados que são familiares, mas levam à passividade, e os novos que são eletrizantes, mas podem ser estranhos demais para levar à ação”. Para Tarrow (2009, p. 150), a mídia “é uma fonte difusa de consenso que os movimentos não podem obter facilmente”, considerando a forma como a mídia escolhe e repassa as informações, a fim de obter mais leitores. Ainda Tarrow alerta para o fato da mídia geralmente fazer a cobertura de protestos, por exemplo, e dar prioridade a aspectos violentos das situações. Mas Tarrow lembra que esse o papel mesmo da mídia: fazer notícia e os cuidados que se deve ter é com relação ao que isso acarreta para os movimentos: acentua tensões reforça o atrelamento de rupturas com violência. Contudo, alerta o autor que movimentos são construídos o tempo todo e os que são melhores sucedidos são os que ultrapassam quadros culturais de suas sociedades e podem gerar até revoluções. Assim, “não é a mobilização do consenso ou o enquadramento interpretativo da mídia que faz isso, mas sim, o próprio processo de confronto” (TARROW, 2009, p. 152).

Da mesma forma, Tarrow (2009, p. 155) vai enfatizar que não se deve considerar a identidade coletiva de um movimento social como permanente ou impermeável a influências externas. As identidades não são simplesmente feitas do nada, “respondem às mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas, nas necessidades estratégicas e nos materiais culturais disponíveis” (TARROW, 2009, p. 155). Diante de culturas políticas herdadas, Tarrow sugere que é justamente a “combinação de novos quadros interpretativos inseridos numa matriz cultural que produz quadros interpretativos explosivos de ação coletiva”,

sendo que combiná-los depende de quem está envolvido na luta, quem são os oponentes e das oportunidades colocadas para a ação coletiva (TARROW, 2009, p. 158).

Gohn (2006, p. 99), ao fazer referência à obra de Tarrow, destaca os avanços que este autor proporcionou para a teoria dos movimentos sociais, quando destaca que: “os quatro elementos: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais, são os materiais básicos para a construção de um movimento social”, considerando que para oportunidades políticas seriam centrais nesse processo. Mesmo Tarrow não fazendo análises de classes sociais, “a ênfase nas estruturas das oportunidades políticas o leva para o campo das forças políticas e econômicas da sociedade e do Estado”, o que faz que exista então um ponto central para entender “a estrutura dessas oportunidades políticas” (Gohn, 2006, p. 99).

Ainda para Gohn (2006, p. 100), na medida em que Tarrow enfatiza “os recursos externos para a comunidade organizada em um movimento” e que “estruturas estatais criam oportunidades” a partir de dentro da máquina do Estado, o autor “coloca a sociedade política como um dos atores centrais no processo de geração de novos movimentos sociais” e, dessa forma, acaba trabalhando “com categorias gramscianas, que não fazem uma separação rígida entre sociedade e Estado, mas buscam a inter-relação de sociedade civil e política para entender o próprio Estado e o poder”. A autora afirma que Tarrow trabalha em dois níveis, “macro e micro” e utiliza “tanto estudos sobre a estrutura como daqueles sobre a conjuntura, tanto da abordagem psicossocial dos acionistas clássicos como de alguns pontos específicos da abordagem histórico-estrutural marxista” - justamente o que Gohn (2006, p. 102) considera a novidade em Tarrow. A autora enfatiza:

Podemos resumir em três pontos-chaves a abordagem metodológica para o estudo dos movimentos sociais: o estudo de sua natureza social, de sua dinâmica e de seus resultados. Para responder a primeira indagação, ele busca em Marx, Lenin e Gramsci fundamentos para entender a questão de como os indivíduos se engajam em ações coletivas. (GOHN, 2006, p. 102)

Assim, para Gohn (2006, p. 103-104), “Tarrow busca também nos clássicos do marxismo elementos para entender a estrutura das oportunidades políticas, questão central para compreensão da natureza social – e não individual – de um movimento social.” E ainda se destacam, para Tarrow, que “aqueles autores criaram o esqueleto da teoria contemporânea dos movimentos sociais”.

Porém, Gohn (2006, p. 104) alerta que o resultado final da teoria que Tarrow apresenta “não pode ser inteiramente visto segundo o paradigma marxista clássico, porque sua análise não se constrói em termos de lutas de classes, antagonismos sociais, etc. Ele trabalha com a noção de campos de forças sociais e se preocupa com as alianças que se constroem neste campo”, mas, “não realiza uma análise em termos de classes sociais propriamente ditas”.

Sobre o conceito de oportunidades políticas, uma importante contribuição é de Meyer e Minkoff (2004, p. 1483), na medida em que destacam que a perspectiva da oportunidade política veio para estruturar o aumento das quantidades de pesquisas nos protestos sociais e também reformas políticas, sendo que é utilizada mais recentemente em análises de discordância nas políticas ocidentais liberais, e tem sido trazida de volta para a história, principalmente focando abordagens de contextos políticos. Os autores contribuem na medida em que chamam a atenção para considerar as implicações do desenvolvimento de modelos de protestos, construção de uma organização, e resultados políticos que correspondem a como as oportunidades políticas são teorizadas como ações influentes através, relativamente, dos aspectos duradouros e consistentes da estrutura política (...), ou via efeito sinalizado (...), distinguindo entre oportunidades de problema específicos (não traduzido através de movimentos sociais) e elementos mais gerais do sistema político.

Segundo Meyer e Minkoff (2004, p. 1483), as pesquisas atuais não fazem somente diferentes pressupostos sobre mecanismos através de cada oportunidade que se traduz em ações ou resultados, mas elas também empregam conceitos diferentes e medidas da oportunidade política que seguem através desses pressupostos.

Meyer e Minkoff (2004, p. 1484) destacam que os resultados de seus estudos sugerem fortemente que é preciso considerar mais

seriamente como as oportunidades políticas operam através de mecanismos casuais diferentes que dependem do processo político. Assim, resultados de movimentos políticos relacionados inequivocamente são determinados por elementos estruturais na política. Segundo os autores, muitos trabalhos posicionam um simples e positivo relacionamento entre aberturas na estrutura política e na mobilização, desde que uma pequena influência técnica explique aparentemente uma contradição de resultados. Contudo, a conclusão dos autores é preciso desenvolver uma compreensão mais diferenciada das influências possivelmente contraditórias, do que concebemos atualmente como aberturas e fechamentos diretos da estrutura de oportunidades políticas para se preocupar com a questão de "oportunidade política para algo" - reconhecendo que o ambiente político proporciona influências consistentes e variáveis em todos os resultados.

Na medida em que observam o caso dos ativistas afro-americanos em seu estudo, Meyer e Minkoff (2004, p. 1484) concluem que os insurgentes responderam a ambas as mudanças estruturais na política e aos sinais de atores particulares institucionais para montar campanhas de protesto na década de 1950. Figuras políticas sinalizaram a vontade de reagir, e ativistas formaram organizações, fazendo incursões na política institucional, até certo ponto de trocar protestos por formas mais convencionais de fazer reivindicações. Esforços de ativistas contribuíram para mudanças estruturais, o que levou a mudanças na política. Destacam assim, que na política, nem todas as portas e janelas abrem simultaneamente, mas em uma sequência dependente de um padrão de institucionalização (MEYER & TARROW 1998, apud MEYER E MINKOFF, 2004, p. 1484), que é suscetível de depender do posicionamento inicial do movimento eleitoral.

Para Meyer e Minkoff (2004, p. 1485), é preciso um desembaraço da vasta gama de fatores exógenos frequentemente agrupados sob a oportunidade política, e compreender melhor as relações destes aspectos de oportunidade sobre a política e desenvolvimento de protesto dissidente. Assim, sugerem que desenvolva, a partir de suas contribuições, um amplo e curvilíneo modelo político de oportunidades e de protesto, com base esta análise e concepções de estrutura de oportunidade política anteriores (por exemplo, Eisinger 1973; Tilly 1978). Ainda, segundo os autores, é preciso compreender as oportunidades, a mobilização e as influências políticas de interação.

Ela é importante, para ambos estudiosos e cidadãos, para compreender como ativistas podem aproveitar ao máximo das suas oportunidades e maximizar sua influência em determinadas circunstâncias históricas.

Rennó (2003) contribui para discussão, afirmando que as estruturas de oportunidades políticas “são fatores exógenos à sociedade civil que afetam a capacidade de mobilização e recrutamento de grupos sociais. A idéia central é muito simples: quando as estruturas de oportunidade política reduzem os custos da participação, haverá mobilização social” (Rennó, 2003, p. 75). Ou melhor, para estimular a ação coletiva é necessário que as instituições coíbam comportamentos oportunistas e reduzam os custos da participação, bem como, “ambientes institucionais” podem, na perspectiva de Rennó (2003, p. 75), “aumentar a participação, gerando incentivos institucionais para o fortalecimento dos grupos sociais, por meio da criação de mecanismos que permitam a esses grupos externar suas demandas – como eleições livres, por exemplo”.

Silva (2009) adota a definição de estruturas de oportunidades políticas de Brockett, que consiste no seguinte pressuposto:

Estrutura de oportunidades políticas é a configuração de forças no (potencial ou real) ambiente político de um grupo que influencia a afirmação de demandas políticas deste grupo. Uma vez que a estrutura de oportunidades políticas é definida aqui em termos de configuração de forças que não são especificadas, antes que pela identificação de variáveis, este conceito pode ser operacionalizado para levar em conta a singularidade dos casos particulares. (BROCKETT, 1991, p. 254 apud SILVA, 2009, p. 05)

Nesse caso, pode-se definir como estrutura de oportunidades políticas, por um lado, a partir da “conformação objetiva das condições políticoinstitucionais”, destacando-se algumas dimensões tais como: “1) modos de engajamento Estado-sociedade; 2) escala de valor relativo dos recursos políticos; 3) suporte/oposição entre as elites políticas”. Por

outro lado, “pela interpretação dos atores sociais sobre tais condições político-institucionais” (SILVA, 2009, p. 05-06). Essa interpretação estaria “fundamentada no volume e composição dos recursos associativos com os quais conta determinada organização social. Ou seja, as condições ou ameaças para uma organização, na medida em que valorizam ou desvalorizam os recursos associativos detidos por esta organização.”

Os recursos associativos que Silva (2009, p. 06) destaca, seriam “aqueles diversos recursos (ativistas, vínculos, recursos materiais e financeiros, prestígio, etc.) que a organização conta para o desenvolvimento da sua atuação”. Ainda para o autor, “cada contexto político-institucional tende a estabelecer determinados recursos como mais ou menos eficazes (e, assim, mais ou menos, ‘valiosos’) para a atuação das organizações sociais.” Assim, “mudanças político-institucionais gerariam uma reconfiguração do valor relativo dos recursos associativos, alterando a posição dos seus detentores dentro da hierarquia sócio-política.” Dessa forma:

Organizações que têm recursos valorizados pela nova configuração político-institucional, tenderiam a ver tais mudanças como a abertura de novas oportunidades. Aquelas organizações que têm seus recursos desvalorizados, por sua vez, tenderiam a ver tais mudanças como ameaças à sua atuação e, no limite, à sua existência. (SILVA, 2009, p. 06)

Silva (2009, p. 22), ao destacar sobre os recursos associativistas, conclama tratar as estruturas de oportunidades políticas com maior complexidade, considerando o autor que “tal estrutura é, pelo menos em parte, definida pelos recursos associativos e as correspondentes estratégias de atuação das organizações sociais”.

Por fim, diante da exposição dos argumentos apresentados acima, concorda-se nesta tese com as observações dos autores destacados, em especial com Tarrow (2009), na medida em que enfatiza que mudanças nas oportunidades e restrições políticas não explicam, por si só, movimentos sociais, mas tem papel importante nos episódios de

confronto na medida em que revelam vulnerabilidades de elites, novos atores sociais surgem, novas formas de conflitos, entre outras coisas. E ainda, que “os movimentos se desenvolvem como interações específicas em fases gerais de confronto, dependendo das formas de mobilização que empregam, seus significados e identidades e as redes sociais e estruturas conectivas sobre as quais são construídos” (TARROW, 2009, p. 249).

Chama-se a atenção nesta tese, portanto, para quando Tarrow observa que, conforme se ampliam oportunidades, surgem situações que ampliam informações e aceleram um processo de aprendizado, sendo este processo de aprendizado destaque nesta tese, bem como, quando o autor sugere que identidades não são dadas e nem imutáveis, mas sim, dependem do contexto e dos atores e da interação entre estes.

Dessa forma, passa-se então a abordar mais enfaticamente sobre cultura política e em seguida estudos que tem como foco os aprendizados frente a novas estruturas de oportunidades políticas.

### 3.2 O ESTUDO DA CULTURA POLÍTICA

Estudar a cultura política é importante para gerar subsídios que possam “explicar os limites do processo de construção democrática no Brasil” e também “analisar os mecanismos que contribuem para configurar uma base normativa de apoio à democracia, a qual inclui normas e valores” (BAQUERO E PRÁ, 2007, p. 22). Para os autores, “de fato, a incorporação dos valores democráticos pelas massas se dá com o tempo e está relacionada a vários outros fatores e incide, sim, na qualidade da democracia existente.” (BAQUERO E PRÁ, 2007, p. 22).

Ainda para Baquero e Prá (2007, p. 22), se a democracia é considerada o melhor tipo de regime, é por haver uma aceitação popular, assim, “a capacidade do governo e do Estado de prover ordem, administrar com probidade e transparência, manter a lei e preservar as regras do jogo político democrático são essenciais para aumentar a legitimidade popular do regime”. Se de fato o papel dos governantes é importante para a estabilidade do regime democrático, acaba também

sendo fundamental para a confiança da população quanto à qualidade da democracia.

Nesse sentido é que Baquero e Prá (2007, p. 23) destacam a cultura política como “produto tanto da história coletiva do sistema político como da história de vida dos membros desse sistema” e, no Brasil, destacam que o desenvolvimento dos estudos de cultura políticas” reflete “a emergência de processos de mudança institucional de corte democrático” (BAQUERO E PRÁ, 2007, p. 23).

No tocante ao conceito de cultura política, este tomou relevância mais acirrada a partir da definição dada por Almond e Verba (1963), como o conjunto de orientações subjetivas de uma determinada população que incluiria conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. A obra de Almond e Verba tornou-se referência indispensável desde sua aparição e surgiu no momento em que se necessitava de estudos empíricos de caráter científico, sendo que os autores beneficiavam-se do despontamento de pesquisas de opinião pública que estavam em desenvolvimento desde a década de 30 e 40 (MOISÉS, 1995, p. 91).

Ainda segundo Moisés (1995, p. 91), a hipótese de Almond e Verba era a de que “as orientações subjetivas dos indivíduos – algo que seria passível de apreensão empírica pelas pesquisas de opinião – são cruciais para explicar a estabilidade do regime democrático”, sendo que estas orientações envolveriam as dimensões cognitivas, afetivas e valorativas. Esta dimensão, em contato com a “cultura geral de cada país, resultaria em três subtipos de cultura política, ‘paroquial’, ‘súdita’ e ‘participativa’” (MOISÉS, 1995, p. 92).

Em obra anterior, Moisés (1992, p. 16) destacou sobre a inspiração do “modelo anglo-saxão de democracia” na obra de Almond e Verba, e foi justamente por isso que estes autores “foram duramente criticados, porque sua análise deixava transparecer clara preferência ideológica pelo modelo da democracia liberal”. Ainda segundo o autor:

(...) viu-se um determinismo culturalista inaceitável nas hipóteses originais do estudo que a estabilização do regime democrático ocorre, fundamentalmente, se e quando as disposições político-culturais favoráveis à democracia estabelecem-se previamente à sua consolidação,



ou seja, uma perspectiva que atribui à cultura política a condição de uma variável absolutamente independente de qualquer outro fator. (MOISÉS, 1992, p. 17)

A partir disso, críticos começaram a indagar se “o regime democrático é gerado pela generalização de um conjunto de valores, normas e procedimentos democráticos” (Moisés, 1992, p. 17), ou conforme ainda destaca o autor:

(...) ao contrário, é o fato de que esse regime existe e o modo pelo qual funciona que induz os cidadãos a se envolverem na política, gerando o sentimento de que podem influir nas decisões tomadas pelos governantes e, finalmente, produzindo afeição pela democracia? (MOISÉS, 1992, p. 17)

Moisés (1992, p. 19), sobre isso, coloca que “é difícil determinar-se, de modo conclusivo, o sentido da causalidade, isto é, se são as instituições democráticas que geram a cultura política favorável à democracia ou vice-versa”. O autor coloca ainda que não seria “preciso recorrer a nenhuma explicação psicologizante para perceber que as decisões tomadas pelos atores relevantes sobre a estrutura política sofrem o impacto contextual,” ou seja, “da natureza das disputas políticas, das concepções que os atores têm sobre elas e dos padrões de comportamento político vigentes ou herdados do passado” (MOISÉS, 1992, p. 19).

Na medida em que se engendraram várias críticas ao conceito de cultura política elaborado por Almond e Verba, o próprio Almond e outros autores fazem uma revisão da investigação inicial sobre cultura política e surge então a obra *The Civic Culture Revisited* (1980), onde se tem reconhecido algumas debilidades da primeira obra, sem desmerecer a importância dela, principalmente no sentido metodológico de investigação no âmbito da ciência política.

Gómez (2002, p. 281) ressalta que há duas correntes que se destacam na análise da cultura política: a behaviorista e a interpretativa, que não se pretende explicar profundamente aqui, mas apenas destacar que, no que diz respeito à primeira corrente, conforme aponta a autora, *“como concepto, la cultura política ha sido muy útil para entender las actitudes de las personas hacia su sistema político, que saben de él, como se identifican con él y como lo evalúan”*.

Já no que tange às investigações de ordem interpretativa, a autora aponta que para a cultura política interessa dois instrumentos básicos que é o *“sentido y significado de la acción social”* e que o principal é saber que *“para conocer el sentido de la acción política debemos poder interpretar los códigos a través de los cuales se dan las relaciones entre individuos propias y distintivas a cada grupo social”* (GOMEZ, 2002, p. 285). Coloca ainda que é necessário reconhecer os significados desses códigos, buscando o sentido próprio do grupo social em estudo e o que os leva a tal atuação. Da mesma forma, a autora coloca que essas correntes podem ser vistas como complementares *“diríamos que se debe utilizar la sociología interpretativa para la recuperación de los valores políticos-culturales de una sociedad y hacer un mapa de la cultura política hasta el presente a partir de la política comparada”* (GOMEZ, 2002, p. 290).

Porém, é a revisão da literatura existente feita por Kuschnir e Carneiro (1999, p. 13) sobre cultura política, que se quer dar ênfase nesta tese. Para os autores, os estudos de cultura política acabaram por deixar muito de lado a debate de tradição antropológica, que segundo eles *“teve papel fundamental para a conformação do seu conceito-chave”*.

Segundo Kuschnir e Carneiro (1999, p. 13), é na década de 30 e 40 que antropólogos questionavam visões etnocêntricas em estudos relacionados *“às práticas políticas das chamadas sociedades primitivas”*. Isso acontecia paralelo ao *“esforço de compreensão do outro empreendido pelos estudos de cultura e personalidade, que se voltava progressivamente para a análise das sociedades contemporâneas”* e que foram trabalhos que foram chamados de antropologia política *“apesar de grande variedade e heterogeneidade”*.

Era nessa perspectiva que, segundo Kuschnir e Carneiro (1999, p. 13-14), *“a antropologia reafirmava a importância da pesquisa etnográfica para o entendimento mais profundo da vida social”*, sendo

que o “trabalho de campo “acaba por ser muito valorizado como método de entender “a cultura e diversidade das experiências políticas”. Contudo, foi a partir da década de 90 que o interesse pela política volta a ser central para antropólogos e trabalhos importantes acabam por serem produzidos, “tendo como foco análises etnográficas a respeito das práticas política”<sup>22</sup>.

O que Kuschnir e Carneiro querem chamar a atenção é para o fato de que antropólogos brasileiros acabam evitando o uso do conceito de cultura política<sup>23</sup>, e por outro lado, boa parte dos cientistas políticos acaba por rejeitar as análises culturalistas<sup>24</sup>, acreditando na inferioridade dos métodos investigativos. Na medida em que apontam este dilema, os autores destacam que hoje os estudos de cultura política “já mostram que são capazes de responder a questões negligenciadas por outras abordagens” (KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999, p. 20).

Justamente quando Kuschnir e Carneiro (1999, p. 20) afirmam que é preciso estar atento para o fato de que “estudos de cultura política que pretendem avançar em relação aos pressupostos metodológicos propostos por Almond e Verba, devem considerar como objeto de análise fatores, dados e fontes diferenciadas”, que se concorda e se destaca a importância desta abordagem para a presente tese. Ou seja, quando Kuschnir e Carneiro (1999, p. 20) apontam que “tem-se a possibilidade não apenas de analisar a cultura política no nível de condutas, normas e valores manifestados pelos indivíduos, mas também de considerar a relação destes com o contexto institucional e histórico em que são formados”, é que se leva em consideração no desenvolvimento e pesquisa da presente tese, como se poderá ver nos capítulos mais adiantes.

Como os autores apontam ainda “por privilegiar análises quantitativas e operar com um acerta naturalização dos regimes democráticos, os estudos de cultura política permanecem, naturalmente, limitados ao âmbito da ciência política” (KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999, p. 21). Contudo, “não parece haver motivos para que o debate acerca de seus resultados permaneça restrito a esta disciplina”, isso

---

<sup>22</sup> Para um panorama das pesquisas antropológicas que os autores enfatizam, ver Kuschnir e Carneiro (1999).

<sup>23</sup> Os autores explicam que, o apelo normativo do conceito presente nos estudos de cultura política, especialmente de Almond e Verba, acaba por afastar os antropólogos.

<sup>24</sup> Sobre isso ver Renno (1998).

porque na “abordagem culturalista e na proposta da antropologia política, existem alguns princípios e questões comuns”, sendo que “ambas rejeitam explicações derivadas da escolha racional para os fenômenos políticos, privilegiando a esfera dos valores e da percepção e avaliação dos indivíduos a respeito desses fenômenos” (KUSCHNIR E CARNEIRO, 1999, p. 21- 22).

Concorda-se, por fim com Kuschnir e Carneiro (1999, p. 22) que, de fato, é preciso esforço “no sentido de compreender como a sociedade interpreta, elabora e vivencia as suas instituições políticas”. Esta análise, acredita-se, vai ao encontro ao que Tarrow (2009) discute, quando afirma que não se deve ver identidades coletivas de atores sociais como impermeáveis à influências externas. Assim como, quando este autor destaca, a partir da abordagem de quadros interpretativos, que diante de culturas políticas que são passadas de geração a geração, é preciso relacionar com novos quadros culturais que levem em conta atores e oportunidades em contextos diferenciados.

É nessa direção que se empenha esta tese, como se poderá ver no capítulo dos dados empíricos, contudo, cabe ainda neste capítulo, destacar os principais estudos sobre a cultura política no Brasil e como isso acaba por dialogar atualmente com estruturas de oportunidades políticas que tem resultado em novas formas de participação no contexto brasileiro, potencializando a possibilidade de aprendizados políticos.

### 3.3 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

No Brasil, há estudos significativos sobre a cultura política, como os de Moisés (1995, p. 106), cujos dados apontam que, num primeiro momento, o que traduziria a cultura política no Brasil são as imagens bem conhecidas, tais como “clientelismo, populismo, atitude diferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidarismo e anti-institucionalismo”. Segundo o autor, existiria no Brasil a “continuidade de um sistema político baseado em um executivo centralizado, com forte capacidade de intervenção na economia e na sociedade e com amplo domínio sobre os demais poderes republicanos”, bem como a “preservação de arranjos institucionais que, na prática, esvaziam os partidos políticos, retirando-lhes importância na disputa por recursos de poder”, e ainda, “restringem a eficácia, seja das instituições

de representação – limitadas, em grande parte, a mera função de ‘equilíbrio’ entre oligarquias regionais -, seja das instituições privadas ou semiprivadas da sociedade civil, como sindicatos, grupos de pressão, etc.” (MOISÉS, 1995, p. 107).

Contudo, Moises (1995, p. 107) destaca que “a transição político brasileira durou mais de uma década [1974-1985], gerando um amplo e complexo movimento de oposição ao regime autoritário”, sendo que, serviu “tanto para redefinir o compromisso de parcelas das elites com o regime político [ou provocar a sua ‘conversão’ democrática], como para generalizar as virtudes da democracia.” Começam a surgir, então, traços da emergência de uma mudança de características, do que Moisés (1995, p. 109) vai chamar de “padrões político-culturais no país”, que passam a afetar a cultura política tradicional dos brasileiros.

Essas mudanças só se tornaram possíveis a partir da Constituição de 1988, quando se tornou legítima a possibilidade de abertura de espaço para a prática democrática, incorporando novos elementos culturais que se contradiziam com aqueles herdados de épocas passadas. No entanto, Moises (1995, p. 110) destaca que dado a herança política e um quadro de profunda desigualdade econômica e social no país, de fato “seria ingênuo supor que a abrangência e o sentido dessas mudanças pudessem homogeneizar a visão do conjunto da sociedade” e, por isso, o autor considerou em suas pesquisas mais prudente falar não, da emergência “de uma cultura política nacional no período pós-autoritário”, mas sim, “diferentes subculturas políticas” no país.

Assim, Moisés (1995, p. 153) acaba por concluir a partir da análise de dados quantitativos, que havia uma orientação de adesão a democracia, bem como transformações político culturais, contudo, as consequências da desigualdade no país acabavam fragilizando “componentes importantes da cultura democrática em formação no país, distanciando os segmentos mais pobres da população das atividades políticas relevantes”. A consequência que Moises (1995, p. 153) percebeu disso foi que o fato de segmentos com menos escolaridade não compreenderem o sentido das transformações de ordem política em curso, acabava por revelar a importância da educação para o exercício da cidadania.

Outros estudos significativos são os de Baquero (1992), Baquero e Prá (2007) que também merecem destaque, na medida em que tem se

empenhado a entender e estudar a cultura política e o regime democrático no Brasil.

Segundo Baquero e Prá (2007, p. 24), “há uma dificuldade de caracterizar a cultura política brasileira, tendo em vista o processo que chamam de *ciclo pendular* entre autoritarismo e democracia, atravessado pelo país”. Segundo os autores, há desconhecimento significativo de normas, valores, crenças e comportamentos político dos brasileiros, o que gera muitas vezes generalizações quanto às características do brasileiro.

Baquero (2002, p. 114) afirma que se vive, neste novo milênio, um momento de problemas crescentes, no que se refere às áreas de economia, social e política. Nesse cenário, os procedimentos democráticos aparecem como “únicos instrumentos de geração de estabilidade política”. Portanto, o autor afirma que “nessas circunstâncias, os estudos de cultura política tornaram-se importantes no sentido de dar visibilidade ao processo de formação de crenças em relação à política na virada do milênio” (BAQUERO, 2002, p. 114).

No que tange aos estudos sobre a cultura política brasileira, Baquero e Prá (2007, p. 189) se destacam, ao analisar a cultura política do Rio Grande Sul, sendo que a partir de evidências longitudinais procuram desvendar a influência dos fatores histórico-estruturais no condicionamento das atitudes e comportamentos dos cidadãos na arena política. Os autores acabam alertando que “persistem valores culturais e determinadas práticas políticas cotidianas que não favorecem a construção de uma cultura política participativa e democrática”. E ainda, acabam por chamar a atenção que “os cidadãos no estado analisado não concebem a democracia, suas instituições e seus valores como parte integrante de seus sistemas de crença” e nesse contexto, acabam se reproduzindo “atitudes e comportamentos informais e autoritários que prevaleceram no passado.”

A alternativa para superação disso seria, na percepção de Baquero e Prá (2007, p. 190), “a possibilidade de desenvolver ações solidárias e recíprocas que envolvam o conjunto de cidadãos na sua comunidade ou no seu bairro, enquanto atividade pedagógica que proporcione os instrumentos de geração de capacidade cívica”.

Tendo em vista estas, entre outras, pesquisas já realizadas no Brasil sobre cultura política, há que se chamar a atenção que ambas

acabam destacando a necessidade de investimentos em educação (no caso de Moisés, no sentido de aumentar níveis escolares) e de dimensões pedagógicas mais localizadas no bairro, que envolvam os cidadãos (na perspectiva de Baquero e Prá), ou seja, destacam o envolvimento dos cidadãos em ações que propiciem geração de capacidade cívica.

Estudos que enfatizam aprendizados ganham destaque nesta tese, na medida em que se pretende discutir aqui que uma interatividade no nível local pode vir a acontecer em certa medida a partir de estruturas de oportunidades políticas que resultem em canais participativos com desenhos institucionais abrangentes e democráticos.

Nesse sentido, a abordagem de Kruschke (2003) toma relevância nos estudos da cultura política no Brasil, na medida em que analisa inúmeros casos de cidades brasileiras, com o olhar para atores de bairro (a exemplo de associações de moradores em Florianópolis-SC). O autor tinha o intuito de demonstrar que estava em curso um processo de aprendizado da própria democracia, de forma lenta, com avanços e recuos dependendo da forma como as instituições se colocavam. Conforme o autor, para se estudar o processo de democratização na América Latina, seria necessário “entender o aprendizado social, político e individual da democracia como um processo conjunto e historicamente comparativo” e isso se apresenta na sua análise com dados que mostram que “o legado persistente da cultura autoritária de dominação oligárquica” seria um dos mais poderosos obstáculos da democratização (KRISCHKE, 2003, p. 297).

Tomando como apoio teórico a teoria habermasiana, Kruschke (2003, p. 298) destaca que, a partir da análise de “experiências históricas em algumas situações locais e nacionais”, foi possível perceber certa superação do dilema “cultura *versus* instituições”. Para o autor, estas experiências analisadas por ele mostraram ser capazes de introduzir “novas estratégias, valores e orientações entre os setores populares mobilizados, com algum impacto também nas lideranças e instituições política”. Mesmo considerando no seu estudo que o processo de “construção do novo regime democrático”, no Brasil, estaria ainda inacabado por “haver atores e instituições tradicionais que se opõem à democratização e levantam obstáculos a esse processo” (KRISCHKE, 2003, p. 300).

Na medida em que o autor examina os processos de mudanças culturais no cotidiano de associações locais - estas se mostrando mais tolerantes às diferenças, bem como, a re-socialização cultural iniciada nas bases da sociedade (comunidades religiosas ou grupos de base) com efeitos importantes na capacitação dos indivíduos e atores sociais influenciando a política, acaba por interpretar que o aprendizado da cultura democrática é resultante de “uma negociação pública entre as demandas e orientações sociais, por um lado, e as respostas e políticas governamentais, por outro” e enfatiza que “esta dinâmica evolutiva da democratização político-cultural dependeu principalmente de políticas e programas das lideranças partidárias – que podem (ou não) encorajar as pessoas à superação das relações de clientelismo herdadas da dominação autoritário-oligárquica” (KRISCHKE, 2003, p. 305).

Krischke (2003, p. 299) salientou a capacidades dos atores sociais ingressarem na arena política, contribuindo para a constitucionalização do país sendo que considera que, “os atores orientados à participação democrática passaram por alguns estágios de aprendizado e cooperação”. E que estes foram desafiados a “convergir as suas demandas pela satisfação das necessidades básicas”, tendo em vista “sua habilidade para construir coalizões com diversos setores que buscavam a reforma das instituições”, sendo que o objetivo era “garantir o processo de institucionalização da democracia” (KRISCHKE, 2003, p. 299). O autor destaca também que o ingresso de atores sociais à esfera pública local significou emergência na sociedade de direções opostas aos preceitos oligárquicos e que se manifestaram no âmbito político, sendo que a passagem dos atores sociais à representação política foi, segundo o autor, primordial ao revelar interesses divergentes que eram antes reprimidos.

Houve, segundo Krischke (2003, p. 300), aprendizado da democracia entre os grupos sociais e as lideranças políticas (na Câmara Municipal, Prefeitura, funcionários públicos, novos representantes e partidos políticos), sendo que conflitos e negociações “entre tendências políticas e culturais opostas, promoveram influências recíprocas entre esses atores, que gradualmente reformaram e implementaram os seus termos de convivência e competição”.

Ainda segundo Krischke, os atores re-elaboraram seus programas e identidades, na busca de soluções alternativas, competitivas ou cooperativas, para os problemas do seu cotidiano, e “mudanças culturais



no cotidiano motivou, tanto as lideranças, como os participantes de associações locais a tolerar o dissenso e a respeitar o direito à diferença - introduzindo assim, um pluralismo inicial nas negociações públicas” (KRISCHKE, 2003, p. 303); porém, há o alerta do autor de que as transformações não foram muito simples e resultaram de lutas e conflitos entre grupos e interações com setores interesses e setores dominantes nas instituições governamentais.

Krische (2003, p. 303) aponta que a “re-socialização cultural iniciada nas bases da sociedade (por comunidades religiosas e muitos outros grupos)” impactou de forma importante a “capacitação dos indivíduos e atores sociais, para que influenciassem a política em um sentido democrático.” Como exemplo, cita o debate sobre as CEBs no Brasil que, segundo o autor, “ajudou a esclarecer este ponto: estas são comunidades religiosas que influenciam indiretamente o processo político, sem que para isso atuem necessariamente como grupos políticos” (KRISCHKE, 2003, p. 304).

O estudo de Krischke sobre o aprendizado da cultura política democrática foi complementado por pesquisa quantitativa, sendo que apresenta os resultados de um *survey* em comunidades locais no Sul do país. Os resultados indicaram “que o aprendizado da cultura democrática pode ser interpretado nos termos da teoria de Habermas sobre o desenvolvimento moral e cognitivo”. E complementa que, nos casos estudados, “o aprendizado político resultou, portanto, de uma negociação pública entre as demandas e orientações sociais, por um lado, e as respostas e políticas governamentais, por outro lado - onde as últimas se destinam à satisfação das primeiras” (KRISCHKE, 2003, p. 304-305).

Ao final de sua obra, Krischke (2003, p. 311) destaca a importância de pesquisas que tendem a revelar o que tem “bloqueado ou retardado a institucionalização da democracia”, (referindo-se àquelas sobre os partidos, elites, mídia e empresariado). Da mesma forma, ressalta a importância de estudos também quanto à reforma das instituições que podem vir a esclarecer o que e como fazer para fortalecer a institucionalização da democracia no Brasil.

Especificamente sobre o aprendizado político, em artigo mais recente Krischke (2008, p. 14) destaca:

(...) as teorias sobre o agir comunicativo e o desenvolvimento moral/cognitivo são multidimensionais - e compreendem a dimensão cognitiva (desenvolvimento de concepções do mundo), a dimensão normativa (desenvolvimento jurídico e moral), bem como a dimensão subjetiva (desenvolvimento de identidades e estruturas de personalidade mais complexas) – todas elas como partes correlacionadas dos processos interativos. É sempre difícil comprovar resumidamente estas concepções inter-relacionadas. Minhas pesquisas anteriores (KRISCHKE, 2001; 2003; 2005) levam a crer que o aprendizado político ocorre nessas três dimensões, em processos históricos intersubjetivos que evoluem diversamente e de forma desigual, em cada dimensão - e atuam coordenadamente, embora não sejam necessariamente simultâneos nem padronizados. (KRISCHKE, 2008, p. 14)

Na medida em que cita suas pesquisas empíricas, Krischke (2008, p. 19) destaca que ainda:

(...) a avaliação do impacto local da participação política na mudança da cultura política, por um lado; a constituição eventual de comunidades epistêmicas para sustentar os valores e objetivos da liderança, por outro lado; e a escolha ética – discursivamente fundamentada - entre soluções comunitaristas ou universalistas para os problemas das comunidades, permitirão compreender os progressos e desafios do seu aprendizado. (KRISCHKE, 2008, p. 19)

Considera-se essencial nesta tese o fato de que as análises de Krischke têm como foco de estudo associações locais, tal qual se enfatiza também nesta tese, especialmente por se tratar de associações de moradores. Outro ponto importante é que Krischke conclama a

realização de na mesma linha de discussão, como aponta num de seus artigos:

O que estamos constatando, isto sim, é que a globalização, como a democratização, são processos históricos de aprendizado de novos valores, atitudes e comportamentos sócio-políticos que capacitam as pessoas, grupos e indivíduos a criar e a sustentar um novo modo de vida, e novas instituições organizem e administrem esse mundo vivido. Essas mudanças apóiam o ingresso gradual de novos atores sócio-políticos na esfera pública, tornando-a crescentemente inclusiva e abrangente. (KRISCHKE, 2002, p. 281-282)

Por fim, sobre a abordagem de Krischke, concorda-se quanto à importância de pesquisas que destaquem aprendizados, pois conforme o próprio autor coloca necessita-se de muitos estudos, “inclusive apenas para mostrar inicialmente que esse processo histórico de aprendizado político pode ser compreendido de uma perspectiva geral, seja tanto comparativa como universalista.” (KRISCHKE, 2002, p. 282)

Atualmente, uma gama de estudos vem considerando a prática de experiências de participação no Brasil, como as de Orçamento Participativo, conselhos gestores, fóruns, entre outros, como novos canais de participação, que acabaram por intensificar o protagonismo político das organizações civis. Debate este – o da importância do protagonismo do associativismo civil numa perspectiva que leve em conta a política - já destacado no capítulo anterior - associado ao debate de que “instituições podem fomentar ação coletiva criando oportunidade política para grupos sociais (RENNÓ, 2003, p. 74-75) e ainda, tentando verificar se de fato há aprendizados impactando na cultura política brasileira, acaba por surgir com ênfase na atualidade e merece destaque no subitem abaixo.

### 3.4 ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E APRENDIZADOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Como apontam Luchman e Borba (2007, p. 16-17), “a instituição de canais de participação na gestão de políticas públicas teve, no Brasil, dois grandes condicionantes histórico-institucionais” que, segundo os mesmos, seriam primeiramente a Constituição de 1988, instituindo artigos prevendo a participação e descentralização do Estado, valorizando o poder local e, em segundo lugar, a “ascensão política, na esfera do executivo, de partidos de esquerda em vários municípios brasileiros”, que “instituíram e dinamizaram novas instituições participativas, sendo a mais célebre delas, o Orçamento Participativo”.

Concorda-se, assim, que este cenário de canais participativos “ampliaram as oportunidades políticas de participação política no país”, que caracterizaria por ser um “novo tipo de participação política”, e estaria “relacionada a um novo arcabouço institucional-legal do Estado (no caso dos conselhos gestores), ou está mais diretamente ligada ao projeto ou vontade política dos governantes (no caso do OP)” (LÜCHMANN E BORBA, 2007, p. 17). Argumenta-se, juntamente com tais pesquisadores que, experiências como as de conselhos ou de Orçamentos Participativos seriam resultantes de novas estruturas políticas que passam a se caracterizar enquanto novas oportunidades de participação política.

Interessa especificamente nesta tese o Orçamento Participativo, tendo em vista principalmente aquilo que Lüchmann e Borba (2007, p. 22) destacam quanto ao seu desenho institucional, que “obedece à organização espacial das cidades”, tendo em vista o parâmetro mais localizado no bairro ou região, e com isso, acaba possibilitando maior participação “‘entre iguais’”, e, ainda, conforme os autores: “ao verificar que uma demanda formulada via participação popular foi atendida, a tendência é que os cidadãos se sintam ‘parte’ do processo político [sentimento de eficácia], provocando um efeito que tem sido denominado pela literatura de ‘empoderamento’ ou ‘aprendizado político’. Quanto ao empoderamento, não é a intenção avançar aqui, mas sim, no que diz respeito ao OP e o aprendizado político, considerando que se corrobora, e foi possível verificar diante de uma análise longitudinal da trajetória do associativismo de bairro em Blumenau

(associações de moradores), que de fato “o OP também trabalha com a dimensão subjetiva da centralidade, materializada nas atitudes e crenças dos cidadãos quanto a sua capacidade de influenciar as decisões e de sua importância na política”.

Contudo, partilha-se aqui da mesma pergunta de Lüchmann (2008, p. 01), se atualmente como e até que ponto estas “novas institucionalidades que já fazem parte da paisagem democrática brasileira” impactou a cultura política ou aprendizado de quem participa. Segundo a autora:

De fato, a recuperação da dimensão normativa da democracia, bem como o questionamento da política a uma lógica individualista e competitiva, vem promovendo a retomada da articulação entre o conceito de cidadania e de soberania popular no desenvolvimento de uma concepção participativa de democracia pautada na ideia da ampla participação dos cidadãos nos assuntos de interesse da coletividade. (LÜCHMANN, 2008, p. 04)

Dessa forma, concorda-se com Lüchmann (2008, p. 04) que essas “ideias pressupõem, não apenas o aumento da legitimidade e de eficácia política, como o desenvolvimento humano através dos processos participativos e deliberativos”. Logo, concorda-se nesta tese que:

(...) a dimensão pedagógica da participação comparece, de alguma forma, nas abordagens normativas da democracia, seja pela ênfase no caráter dialógico dos espaços públicos enquanto formadores da opinião e da vontade (HABERMAS, 1995; COHEN, 1997), como alternativa à perspectiva agregativa da democracia; seja pelo entendimento de que processos participativos promovem a capacitação e conscientização (individual e coletiva) e o desenvolvimento da cidadania (PATEMAN, 1992), cujo exercício se configura

como requisito central na ruptura com o ciclo de subordinação e de injustiças sociais. (LÜCHMANN, 2008, p. 04)

Contudo, é relevante o que alerta Lüchmann (2008, p. 04) quando afirma que, “na medida em que os processos de aprendizado são multifatoriais e complexos, torna-se praticamente impossível isolar o impacto da participação e o processo de aprendizagem”.

Porém, não deixa de ter a importância e necessidade de estudos que venham a cada vez mais aproximar-se da revelação desses muitos fatores e complexidades. É nesse sentido, na tentativa de desvelar esse processo de aprendizados políticos e impactos na cultura política e consequentemente na qualidade da democracia, que se pode citar alguns estudos mais recentes, tais como os de Fedozzi, a partir da análise da experiência de Porto Alegre.

Fedozzi (2002) elaborou uma tese de doutorado sobre *A Construção da Consciência Social no Orçamento Participativo de POA*, o qual partia da hipótese central de que “o tempo de participação de integrantes dos vários conselhos do Orçamento Participativo (OP) teria promovido o desenvolvimento da consciência social dos participantes. Subjacente a essa hipótese, encontrava-se outra ainda mais ousada: a própria instituição do OP estaria funcionando como uma instituição de socialização secundária (tipo escola, partido, lugar de trabalho), exercendo um efeito compensatório na formação da consciência social.

Em outras palavras, quem não teve tempo de cursar a escola regular ou profissionalizante ou não teve chance de ser conscientizado dentro de um partido, formaria — atuando no OP — uma consciência social igual ou até mesmo mais avançada que os que tiveram curso secundário ou universitário, começado ou completo. E mais, quanto mais tempo um participante atuasse nas diferentes instâncias do OP, tanto mais elevados seriam os níveis por ele alcançados na escala da consciência social.

Nesta ordem de ideias, Fedozzi (2002) construiu uma escala do desenvolvimento cívico — pré-cidadania, cidadania conformada e cidadania crítica — com base nos estágios do desenvolvimento moral democrático de Piaget e Kohlberg. Os quase 300 integrantes da pesquisa foram submetidos aos testes desenvolvidos por esses autores.

Os resultados indicaram que o *capital escolar* teve forte interveniência no aumento do que ele chama de *consciência pós-convencional*, conforme o tempo de exposição ao OP. As dificuldades de promoção da equidade, por parte do OP, se dariam “frente às condições desiguais de aproveitamento das oportunidades para a formação de uma cultura democrática e da consciência de cidadania crítica”. Segundo o autor, não significaria que as classes populares mais pobres estivessem à margem do sistema de decisão do OP, mas sim, a reprodução de algumas desvantagens oriundas do ponto de partida desigual (em termos sócioeconômicos), com que os indivíduos e grupos sociais ingressam na participação. Para o autor, “fato que de certa forma contraria um dos objetivos principais da criação do OP, entendido como uma forma de promover a inclusão social e a igualdade da participação” (FEDOZZI, 2002, p. 291).

Conforme Fedozzi (2002, p. 291), no que tange aos resultados obtidos por meio da discussão de um dilema moral hipotético nos Grupos Focais, compostos por iniciantes e veteranos do OP, estes indicaram “as diferenças de maturidade moral e de competência comunicativa em favor dos veteranos”. Já os resultados de Fedozzi (2002, p. 293), a partir de uma terceira fonte de dados (análise estatística sobre cinco variáveis extraídas da amostra representativa do público do OP, em 1998), mostraram a existência de aprendizagens, ao longo do tempo de OP. Outro resultado de Fedozzi, (2002, p. 293) foi de que quanto maior o tempo de participação no OP, maior seria a adoção a práticas democráticas (em assembléias, reuniões, etc.).

E ainda, no que tange aos resultados, Fedozzi (2002, p. 294) encontra ao longo do tempo de OP, a formação de uma consciência social baseada na noção de democracia participativa, a qual não prescinde do acesso aos bens e serviços públicos. O autor destaca também que “o capital escolar intervém nos tipos de respostas sobre as razões da participação sendo que expressam “percepções distintas sobre o significado normativo da participação do OP”.

Da mesma forma, Fedozzi (2002, p. 295) destaca que o associativismo e o envolvimento cívico-político dos participantes, apoiam a hipótese que previa relação entre o associativismo e o maior tempo de OP. A maioria dos indivíduos do OP participa de entidades civis e verificou-se associação significativa entre participação em entidades e o tempo de OP a partir de dois anos em diante.

Em seu conjunto, os resultados obtidos com as fontes de dados principais e complementares, indicam predominância de aprendizagens nos termos definidos pelo seu estudo. Mas, os resultados também indicam “um duplo efeito da participação no OP”, que seria por um lado, a permanência de uma consciência incompatível com a cidadania, que o autor chama de “pré-consciência”, e que podem dar margem a ações no processo do OP, que não seriam compatíveis com a “co-gestão”.

Por outro lado, o autor destaca que “o processo de socialização proporcionado pelo OP, a respeito dos problemas sóciourbanos e suas soluções, ensejou oportunidades de transformação da consciência social”, isso para “uma parcela de participantes que nele tenham permanecido por tempo prolongado e/ou para os que possuem maior capital escolar” (Fedozzi, 2002, p. 301).

Sendo assim, ao tecer suas conclusões, Fedozzi (2002, p. 304) destaca que “as aprendizagens referentes à dimensão da consciência social são as mais difíceis de serem alcançadas”. Isso acontece, segundo o autor, pelo fato de:

(...) requerem tempo prolongado e ocorrem de forma seletiva, principalmente em decorrência do capital escolar trazido na bagagem dos indivíduos, o qual atua como facilitador ou como minimizador das oportunidades de aprendizagens na socialização. (FEDOZZI, 2002, p. 304)

Contudo, concorda-se com Fedozzi, na medida em que este afirma que os resultados obtidos por ele sobre a dimensão da consciência social dos participantes do OP, mesmo que, como diz o próprio autor, “incompleto e carente de novas investigações, podem contribuir, também, para a reflexão sobre a prática do OP”. Da mesma forma, destaca-se a ênfase de Fedozzi aos estudos com “um olhar que supere a suposta pedagogia espontânea do processo e passe a pensá-lo pedagogicamente”.

Nos estudos sobre Orçamento Participativo existem interpretações diferenciadas sobre os impactos que estas experiências produzem, conforme destaca Silva (2009, p. 02): “percebe-se nesta



literatura a tendência de apreender a instituição de fóruns participativos como fator gerador de uma ampliação das oportunidades políticas para a atuação dos atores da sociedade civil”.

De fato, nesta tese concorda-se com Silva (2009, p. 2), quando este aponta que “a diminuição dos custos da participação, valorização dos recursos e competências detidos pelas organizações sociais,” assim como “o atendimento das demandas sociais, ruptura com os padrões clientelistas de intermediação dos interesses sociais, entre outros aspectos, seriam características dos fóruns participativos” e que “em maior ou menor grau, teriam levado a uma reestruturação da estrutura de oportunidades políticas, com repercussões positivas para a atuação dos atores da sociedade civil brasileira” (SILVA, 2009, p. 02).

Contudo, também se leva em consideração o alerta do autor de que é preciso estar atento ao fato de que “a composição dos recursos associativos seria, assim, um dos fatores centrais na explicação da variação da estrutura de oportunidades políticas (objetiva e percebida) definida pela introdução do OP” (SILVA, 2009, p. 08), como se poderá perceber no capítulo adiante, que traz a análise dos resultados dos dados empíricos obtidos para a tese.

Destaca-se ainda o trabalho de Sánchez (2004), o qual analisa a trajetória do OP em São Paulo e afirma que “o julgamento sobre a importância do OP na geração de uma cultura política cidadã, pública e democrática é um dos componentes decisivos para realizar um balanço positivo da experiência do OP que se acumulou nos três primeiros anos da sua implantação” (SÁNCHEZ, 2004, p. 456).

Apesar de Sánchez (2004, p. 456) destacar que isso seria uma variável de análise mais em longo prazo, afirma que foi possível verificar que em São Paulo houve um “potencial de recriar laços de solidariedade e vínculos de pertencimento a uma vida associativa de inspiração cívica e democrática” daqueles que participaram do OP nesta cidade.

Ricci (2004, p. 53) também destaca, a partir de dados sobre o associativismo em São Paulo, que “é possível afirmar que o OP desempenha o papel de potencializador da dinâmica participativa na cidade de São Paulo (RICCI, 2004, p. 53). Destaca ainda o autor que há uma “uma grande propensão à participação no OP, expressa tanto na avaliação positiva das formas de participação como na avaliação positiva do governo que promove a participação”. E ainda, “o que o OP

faz é proporcionar à parcela da população que tem propensão participativa um formato institucional, que permite a participação individual e que associa participação à distribuição de bens públicos (Ricci, 2004, p. 53).

Para Ricci (2004, p. 54), a contribuição do OP seria “atuar na interseção entre o associativismo popular e a deliberação pública”, sendo que isso significaria “a transformação da participação de um instrumento informal, que pressiona as autoridades em busca de decisões políticas para uma esfera formal de deliberação pública, na qual os atores sociais discutem regras e políticas” (RICCI, 2004, p. 54-55).

Assim, é de se considerar que de fato “o monopólio de decisão do Estado sobre políticas ser partilhado em questões selecionadas, leva à ampliação desse novo elemento na sociabilidade política (RICCI, 2004, p. 55). Contudo, o autor destaca que está se tratando de uma cultura política que é “uma cultura ambígua em relação à participação” (RICCI, 2004, p. 55).

Contudo, corrobora-se com o autor, quando destaca que na medida em que o associativismo “gera uma nova forma de relação política e de deliberação com o Estado, que altera a cultura política na medida em que introduz um elemento horizontal no processo de deliberação e expande sua abrangência no território da cidade (RICCI, 2004, p. 55). Dessa forma, seria então “papel dos governantes que o praticam, expandir esse processo de modo a tornar uma cultura ainda ambígua em relação à participação em uma forma horizontal, democrática e abrangente de relação entre o Estado e sociedade” (RICCI, 2004, p. 55).

Por fim, diante do exposto é que se reafirma a importância de se estudar atualmente o protagonismo político de atores sociais no cenário de canais participativos resultantes de novas oportunidades políticas e, se possível, de forma longitudinal, levando em conta o que Kuschnir e Carneiro sugerem: apreender, interpretar e avaliar a partir de várias técnicas as mudanças, os aprendizados de atores sociais, organizações e instituições e o resultados disso na cultura política e democracia no Brasil. Exatamente isso que se empreende a análise de dados empíricos no contexto de Blumenau, SC, a qual será apresentada no último capítulo (5), tendo em vista informações empíricas específicas do universo das associações de moradores que evidenciam aprendizados

democráticos a partir de estruturas de oportunidades políticas na realidade pelo menos destas organizações civis em Blumenau.

Porém, antes disso, apresenta-se no capítulo seguinte (4), com base em materiais produzidos pela academia, um panorama com características do associativismo civil em Blumenau e afinando para caracterização e discussão analítica do associativismo que mais interessa nesta tese: o associativismo de bairro. Blumenau possui, no âmbito acadêmico local, grande acervo sobre o associativismo, o que permite apresentar tal panorama e ao mesmo tempo, abordar os dados existentes sobre uma perspectiva de análise que tenta trazer a tona o debate engendrado no capítulo anterior, quanto à construção política da sociedade civil.

## CAPÍTULO IV

### **BLUMENAU: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICO-POLÍTICAS DA CIDADE E O ASSOCIATIVISMO CIVIL**

Neste capítulo, apresenta-se inicialmente uma breve contextualização de Blumenau na tentativa de traçar um panorama do contexto econômico e político da cidade desde sua colonização. Após, apresenta-se informações sobre o associativismo civil de uma forma geral em Blumenau (dados que a academia dispõe), afinando para o mapeamento dos materiais já existentes sobre as associações de bairro (em especial pesquisas sobre as associações de moradores), com respectivas discussões e análises numa perspectiva de observar a construção política da sociedade civil no contexto de Blumenau.

#### 4.1 A CIDADE DE BLUMENAU: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

A cidade de Blumenau, conforme consta no IPUB - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau<sup>25</sup>, foi colonizada por alemães, seguidos de italianos e poloneses. O antigo território do município de Blumenau, que em 1934 compreendia uma área de 10.610 km<sup>2</sup>, está hoje reduzido a 531 km<sup>2</sup>, sendo 192 Km<sup>2</sup> (36,21%) sua área urbana, e 339 km<sup>2</sup> (63,8%) a rural.

Foi elevada à condição de cidade, pela Lei Estadual n. 197, de 28/07/1894. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Blumenau, Indaial e Gaspar. Pela Lei Municipal n. 80, de 02/03/1912, é criado o distrito de Harmônia, a Lei Municipal n. 98, de 16/09/1916 cria o distrito de Encruzilhada e pela Lei Municipal n. 120, de 16/04/1919 são criados os distritos de Rodeio e Ascurra, sendo todos os citados acima anexados ao município de

---

<sup>25</sup> Dados disponíveis no site: [www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br).

Blumenau. Contudo, a partir de desmembramentos, surgiram 31 novos municípios.

Na cidade podem ser encontrados fragmentos de dialetos da língua alemã, trajes típicos e danças que hoje repousam em museus de folclore europeu. Há que se considerar que o município de Blumenau experimentou nas últimas décadas profundas alterações na sua composição populacional, resultado de um intenso processo de migrações internas e externas, caracterizada por deslocamentos do campo em direção à cidade, impulsionados pelo crescimento e atratividade urbana.

O crescimento populacional que Blumenau tem apresentado deve-se, provavelmente, mais ao processo imigratório que, propriamente, ao crescimento vegetativo, fato de a cidade possuir a característica de pólo geoeconômico. Embora o fundador<sup>26</sup> desejasse desenvolver uma colônia agrícola, a história mudou seu rumo e Blumenau voltou-se para o setor industrial.

Vinte anos após a fundação, a colônia já contava com pequenas empresas de manufaturados. Hoje a cidade é considerada pólo econômico do Vale do Itajaí, e conta com cerca de 3 mil indústrias – incluindo pequenas e médias empresas: seis mil estabelecimentos comerciais e milhares de prestadoras de serviço. O principal setor econômico do município é o terciário, emprega cerca de 57% da População Economicamente Ativa (PEA) de Blumenau, que é aproximadamente 125.270 pessoas. O setor secundário também é de grande importância para economia blumenauense, representando uma fatia de 36% da PEA. A atividade têxtil é o carro chefe do setor e possibilita a entrada de recursos estrangeiros, oriundos da exportação. A indústria têxtil corresponde a 70% da arrecadação tributária do município. Os principais produtos de Blumenau são os artigos de cama, mesa e banho, bem como as malhas, porcelanas e também os cristais.

A área urbana do município está hoje dividida administrativamente em 30 bairros, incluindo o Distrito Municipal da Vila Itoupava, os quais apresentam características físicas, demográficas e econômicas diferentes, sendo que neste distrito conserva-se com mais rigor as tradições alemãs. Segundo dados do IPUB, no censo de 1991, Blumenau contava com 211.835 habitantes, sendo que 186.190 (87,9%)

---

<sup>26</sup> (Conhecido como Dr. Otto Blumenau).

encontravam-se na área urbana e 25,645 (12,1%) na área rural. Hoje possui em torno de 270 mil habitantes. A expectativa de vida é de 72 anos e os habitantes acima do nível de pobreza somam 79,7% em 2000. A estimativa de população em 2007 é de 292.972 mil habitantes.

Para o pesquisador Tomio (2000, p. 69), o marco que inaugura o processo de industrialização de Santa Catarina é a empresa Gebrüder Hering (imigrantes alemães). Em Blumenau, especificadamente “o período econômico precursor ao início da industrialização (1850-1880), caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma agricultura de subsistência”, onde os camponeses colocavam o excedente de suas pequenas propriedades no mercado. O desenvolvimento econômico baseado no setor primário, segundo Tomio (2000, p. 69), foi o que “garantiu o sucesso inicial da colônia Blumenau”. Aconteceu que, com o tempo a economia baseada na subsistência pelo artesanato não mais dava conta do potencial de crescimento da região, considerando o decréscimo de imigrantes, a falta de um bom produto de exportação e a solução foi buscar modernização no processo de industrialização.

Um segundo momento da economia de Blumenau é conhecido como o da pequena indústria (TOMIO, 2000, p. 69). Ressaltando quanto ao cuidado que se precisa ter ao falar da interpretação dos períodos iniciais de colonização de Blumenau, Tomio (2000, p. 70) destaca:

O privilégio concedido ao empresário/imigrante inovador, como única ou principal causa eficiente, parece servir muito mais a uma autenticação acadêmica de um preconceito ou de uma oposição ideológica da elite local. Dada as peculiaridades das explicações históricas, uma abordagem pluricasual, baseada no conjunto de fatores que, agindo concomitante, permitiram o desenvolvimento industrial de Blumenau, deveria ser o caminho mais indicado à elucidação dessa faceta da História local. (TOMIO, 2000, p. 70)

Neste sentido, Tomio (2000, p. 71-72) destaca como as principais empresas têxteis criadas no período da pequena indústria sendo: “Hering (1880), Karsten (1882) e Garcia (1884)”, sendo que o

que teria estruturado a expansão industrial nas primeiras décadas do século XX teria sido principalmente a construção da ferrovia E. F. Santa Catarina, ligando o Vale do Itajaí a Blumenau e também a construção do Porto de Itajaí, bem como a construção de usinas hidrelétricas, possibilitando o desenvolvimento de maquinarias que garantiriam o fornecimento de matérias-primas à indústria têxtil.

Já uma terceira fase da economia de Blumenau foi impulsionada pela Primeira Guerra (1914-1918), trazendo efeitos aos empreendimentos têxteis. Segundo Tomio (2000, p. 73), “os investimentos feitos antes de 1914 pela importação de bens de produção facilitados pela taxa de câmbio favorável da época”, garantiu, segundo informações do autor, “uma maior autonomia do setor têxtil de Blumenau, que pode utilizar toda sua capacidade produtiva durante o conflito”. Blumenau teria passado de 3,8% do valor produzido na indústria de Santa Catarina para 41,67%, tornando assim na época o principal setor industrial catarinense. São fundadas neste período em Blumenau as empresas Mafisa (1929), Haco (1931), Cremer (1935), Artex (1936) e Sul Fabril (1945).

Tomio (2000, p. 76) destaca também que é a partir da década de 50 que Blumenau passa a ter na indústria de transformação sua atividade principal, especialmente o setor têxtil. Em 1970, na região de Blumenau havia quase o dobro da mão-de-obra que de Joinville, “apesar do valor produzido superar somente 1% a mesma região”.

Da mesma forma, Tomio (2000, p. 79), ao discutir sobre a atuação direta do empresariado de Blumenau e cargos públicos de natureza eletiva, destaca que estes sempre estiveram diretamente envolvidos no governo local. Consta nos escritos do autor que na década de 30, “os principais governantes municipais eram, na maioria, comerciantes.” Consta ainda que havia um relacionamento estreito da elite empresarial e também uma grande integração via associação de classe.

Outra característica destacada pelo autor tem é a “identidade coletiva do empresariado blumenauense”, conferida as “instituições teuto-brasileiras”. Há, na perspectiva de Tomio (2000, p. 81), a manifestação de duas instituições com atuações políticas na época: “o *Volksverein* (Sociedade do Povo) e o *Volkspartei* (Partido do Povo). Estas duas entidades “procuravam divulgar os valores pan-germanistas e organizar a população de origem alemã”.

No ano de 1927, foi fundada a primeira Prefeitura Municipal e o poder executivo era representado pelo Sr. Curt Hering. Este primeiro prédio onde estava localizada a prefeitura foi quase totalmente destruído por um incêndio, sendo construído um novo prédio em 1939, em estilo germânico, obedecendo à cultura alemã.

A partir da revolução de 30, acontecem algumas mudanças em Blumenau no que tange a representação política, conforme destaca Tomio (2000, p. 82): “de 1934 a 1937, houve eleições diretas e um breve governo constitucional. Contudo, foram eleitos majoritariamente representantes ligados à Ação Integralista Brasileira (AIB), não ligados diretamente à elite empresarial local”, assim, a elite local afasta-se por um tempo dos cargos eletivos. Contudo, destaca o autor:

O restabelecimento da ordem democrática pela promulgação da Constituição de 1946 encontra Blumenau modificada economicamente, apresentando o município um perfil predominantemente urbano-industrial. Neste período, da política blumenauense – de 1947 até a extinção dos partidos pelo regime militar (1968) -, o exercício do poder municipal volta a ser dominado pela burguesia tradicional através, principalmente, da UDN. (TOMIO, 2000, p. 83)

Consta ainda nos registros de Tomio (2000, p. 84-85) que, a partir de um “novo período de liberdades políticas restritas geradas pelo golpe militar de 1964 e a criação do bipartidarismo, geraram novas transformações no ambiente político de Blumenau”. Contudo, a burguesia tradicional de Blumenau “afasta-se do exercício político em cargos eletivos sem, contudo, afastar-se da política. A maioria dos empresários locais ligados ao PSD e à UDN vincularam-se à ARENA, reproduzindo o caminho das oligarquias estaduais”. De acordo com Tomio (2000, p. 87), no final da década de 60, a elite empresarial “volta a se manifestar pela via autoritária” e há um interesse e deslocamento da elite empresarial local para “esferas superiores de decisão política” e acontece a ocupação de cargos no governo estadual nesse momento. É só a partir da década de 80 que a elite de Blumenau acaba por



empenhar-se novamente na conquista do poder municipal, com o processo de democratização.

Simão (2000), em estudos que objetivaram recuperar historicamente momentos de resistências à hegemonia política do empresariado local, destaca que a falta de consenso com relação à concepção do Estado foi o que motivou movimentos de resistências que provocaram rupturas da hegemonia local blumenauense, contudo, “apesar de os representantes serem trabalhadores, não tinham como proposta a superação do capitalismo. Apenas propunham, diferentemente dos tradicionais empresários, democracia e nacionalismo” (SIMÃO, 2000, p. 16). Cabe ressaltar que as escolas foram pensadas como centros de preservação da cultura em Blumenau. Segundo informações da autora, “os colonos, fundadores das escolas, organizavam-nas pelo interior da colônia, onde existisse um grupo capaz de poder sustentar um mestre para seus filhos”. Os filhos dos brasileiros estudavam em escolas públicas com ensino na língua portuguesa. Consta em Simão (2000, p. 36): “através das escolas e do ‘Volkspartei’, pretendiam manter os alemães unidos a sua nacionalidade, para darem direção a mudanças necessárias para a sociedade brasileira”.

De acordo com informações de Simão (2000, p. 44), foi o jornal chamado “*Blumenauer Zeitung*” que publicou propagandas em favor do Integralismo e manifestavam-se muito claramente contra o pan-germanismo, mas não questionavam a questão do trabalho e capital, mesmo sendo trabalhadores os que assumiram a representação política em Blumenau em 1936. A autora sugere que, após uma fase de superação da hegemonia associada à cultura germânica, “período marcado pela crise de hegemonia política do bloco socialmente hegemônico e mais arraigado a cultura germânica”, e “com o movimento de nacionalização, desenvolvido no governo Vargas”, foi quando “praticamente desapareceram os sujeitos políticos coletivos vinculados a questão germânica” (SIMÃO, 2000, p. 61).

Foi na entrada da década de 1970 que se organizou MDB em Blumenau. Simão (2007 p. 262) destaca que este aparece na cidade com o objetivo, segundo seus fundadores, de defender interesses populares, considerando que o empresariado que havia na época se posicionava como o partido de situação. O fundador do partido e organizador foi Evilásio Vieira que foi eleito prefeito municipal em 1970-1973.

Importa destacar aqui que a cidade era organizada na época que estava sob direção do MDB, a partir de diretórios de subdiretórios<sup>27</sup> (SIMÃO, 1995 apud SIMÃO, 2007, p. 263), sendo que eram realizadas “reuniões nos bairros e no final era fundado um subdiretório, buscando envolver pessoas de referência na composição da diretoria: trabalhadores, comerciantes, pequenos e médios industriais”.

Assim, os eleitos tornavam-se uma espécie de líderes daquela região e mantinham contato mais próximo com o prefeito, apontando as reivindicações. Os subdiretórios eram na época “apontados, pelos governos do período, como um canal de participação na administração municipal” (SIMÃO, 1995 apud SIMÃO 2007, p. 262).

Simão destaca que a população não participava efetivamente na definição de prioridades, mas “os membros desses diretórios exerciam a função de representantes da população e integrados ao partido”. Ainda sobre os subdiretórios, “os dirigentes do MDB atuaram, através do partido, no sentido de organizar novos sujeitos, que viessem a se tornar sujeitos políticos, qualificados como dirigentes organizadores e, para tanto, perante a população reforçavam a figura do presidente do subdiretório, salientando que a reivindicação e o atendimento se davam pela atuação dos subdiretórios” (SIMÃO, 1995, apud SIMÃO, 2007, p. 263). Os subdiretórios, segundo Simão (2007, p. 264), “davam base para o destaque de sujeitos políticos, na medida em que os ‘escolhidos’ se faziam conhecidos e se popularizavam através da organização de base do partido”.

Esta prática de gestão a partir dos subdiretórios fez do MDB um partido “que buscava congregar interesses populares e politicamente hegemônicos em Blumenau, durante 18 anos ininterruptamente”. O governo na época, além de manter os subdiretórios, “mantinha contato com a população através do programa *‘Prefeito nos Bairros’*, o qual Viana definia como administração descentralizada” (SIMÃO, 2007, p. 265).

Contudo, a autora destaca que a administração a partir da participação dos subdiretórios e o programa *Prefeito nos Bairros* enfraquecem no início dos anos 80, e na gestão de 1982 é interrompido. Na opinião de Simão (2007, p. 266), “chegava o momento de serem ampliados ainda mais os espaços de participação da população e avançar

---

<sup>27</sup> Informações específicas das associações de moradores e os subdiretórios em Blumenau serão abordados mais adiante.

no processo de democratização, o que não ocorreu na gestão do (PMDB) da segunda metade da década de 1980”. Ainda nos governos protagonizados pelo MDB, após PMDB, cabe destacar as informações de Simão (2007, p. 270) para o fato de que estes “tiveram como principal política o desenvolvimento econômico a diversificação da indústria. Criaram-se canais de participação da sociedade civil, principalmente da classe patronal, da definição das empresas que recebiam incentivos econômicos e fiscais”. E ainda, “o governo local continua, assim, organizando o consenso e mediando interesses econômicos através de mais um canal: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico”, sendo este conselho composto na sua maioria pela classe empresarial.

Novamente apontando sobre o desenvolvimento sócioeconômico de Blumenau, a partir da década de 90 começa a surgir em Blumenau a ação do Estado, com incentivos fiscais, estratégias exportadoras, etc. (TOMIO, 2000, p. 77). Com isso, começa também a se intensificar na região outros setores industriais como, por exemplo, o grupo Hering investindo na agroindústria através da CEVAL/SEARA na época.

Assim, Tomio (2000, p. 77) destaca que “um estreito relacionamento entre a burguesia blumenauense perpassou toda a história enquanto classe econômica”. Neste processo, o autor destaca alguns fatores que favoreceram o que chama de “processo de concentração e inter-relacionamento de capitais em Blumenau”, que são: “marginalidade inicial da economia local em relação a economia nacional; b) a identidade étnica; c) a ausência do Estado como promotor de serviços públicos na primeira fase deste século; e d) a diversificação de investimentos pelos capitais locais.”

Ainda para Tomio (2000, p. 77), o que seria um fator adicional à história da burguesia de Blumenau, é o que se destaca enquanto “perenidade”, ou seja, “um número reduzido de sobrenomes que se repetem com prenomes diferentes nas diversas fases do desenvolvimento do município, que se confunde com as gerações de algumas famílias”. Segundo o pesquisador, “isso indica que a elite econômica blumenauense foi restritiva e pouco permeável ao ingresso de novos membros”.

E termos de organização política local de Blumenau, destaca-se que na época da redemocratização no Brasil, “outros partidos foram organizados e ao mesmo tempo, os diferentes segmentos da sociedade

civil vão se fazer presentes na disputa pelo governo local” (SIMÃO, 2007, p. 279). Como aponta dados da autora, os partidos organizados em Blumenau na década de 80 foram: PMDB (1981); PDT (1981); PT (1981); PDS (1981); PCB (1986); PFL (1986); PL (1987); e PSDB (1988).

Em março de 1989 houve em Blumenau uma grande greve dos trabalhadores, momento em que o PT começa a se fazer presente na correlação de forças da sociedade civil local. Segundo consta em Simão (2007, p. 280), “os trabalhadores blumenauenses entram na década de 90 com duas primeiras representações, para o poder legislativo local. Com a eleição de dois vereadores deste partido, há para a autora o início da superação da “consciência meramente econômica corporativa”. Em 1992, o PT ganha 16% dos votos na eleição para prefeito e o partido destaca-se no âmbito nacional também aumentando a proporção de votos aos candidatos que o representam em cada eleição.

Por fim, merece destaque ainda que, após o governo de Evilásio Vieira no período de 1970 a 1973, sendo um dos fundadores do MDB na região, houve o governo de Renato de Mello Viana – vice-líder do PMDB no período de 1977 a 1982 e de 1992 a 1996 e de Dalto dos Reis em 1983 até 1988 - também do PMDB, constituindo-se assim governos de centroesquerda no município.

Em 1996, Décio Lima, da Coligação do PT, PPS, PC do B, PMN e PSB, elegeu-se para prefeito dos candidatos Wilson Rogério Wandall (PPB) e Dalário J. Beber (PSDB). Em 2000, houve a reeleição de Décio Lima, com 62,03% do total de votos válidos, que enfrentou Paulo Gouvêa da Costa (PFL), Paulo França (PMDB) e Stenio Garcia (PV).

Sobre tais administrações, fazem-se mais adiante exposições específicas de alguns elementos da administração em Blumenau e que se considera significativo, na medida em que se tratou de possibilidades de abertura da participação popular, que vieram acompanhando uma conjuntura nacional, onde partidos de esquerda vinham assumindo administrações de algumas das principais cidades brasileira, obtendo sucesso com a implantação de experiências participativas, como é o caso do Orçamento Participativo.

Contudo, cabe destacar ainda que Blumenau, apesar de ser considerada uma cidade de médio porte, com índices econômicos acima da média de outras cidades catarinenses, considerada uma cidade segura e com boa qualidade de vida. Segundo dados do IBGE, com R\$ 3,5

bilhões, Blumenau é a cidade catarinense com o maior volume de aplicação de dinheiro privado e de operações de crédito. Tem também o mais alto índice *per capita* de movimentações financeiras (IBGE, 2005).

A partir dos anos 1990, empresários locais buscam uma melhor qualidade e o barateamento dos produtos, diminuindo os custos da produção com implantação de maquinário de última tecnologia, terceirização de alguns serviços e redução da mão-de-obra assalariada. Os trabalhadores de Blumenau passam então, assim como no resto do país, a viver o desemprego, o trabalho temporário, sem vínculo, enfim, a precariedade nas relações de trabalho (SAMAGAIA, MOURA e SANTOS, no prelo).

De acordo com informações de diagnósticos sócioeconômicos da cidade (2006), em 1992, por exemplo, a indústria têxtil pagava em média 6,5 salários mínimos para os funcionários, sendo exigidos 6 anos de estudo. Em 2001, a média de remuneração caiu para 3,2 salários mínimos e o tempo de estudo exigido aumentou para 7,5 anos. Toda essa nova configuração da cidade em relação às relações de trabalho ocorrida nos últimos anos conferiu também à cidade outras feições, sendo esta caracterizada por aumento das situações de pobreza, ocupações de moradia em áreas irregulares, filas nos serviços de assistência social e saúde pública, aumento das formas de violência de toda ordem (acidentes de trânsito, conflitos e mortes em função da ampliação do tráfico de drogas, violência intrafamiliar, sofrimento psíquico, suicídios, etc.) (SAMAGAIA, MOURA e SANTOS, no prelo).

Outros dados importantes dizem respeito ao fato de que Blumenau, entre 1990 e 2001, dobrou a geração de riqueza, mas a distância entre ricos e pobres aumentou. Os 20% mais pobres, em 1991, continham 5% da renda gerada na cidade, caindo este índice para 4,5% em 2000. Já os 10% mais ricos, que detinham 35% da renda, em 2000 avançaram para 39%<sup>28</sup>. Convém acrescentar que a razão, ou seja, (o número de vezes que a renda é maior) entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres era de 10,98 em 1990, e aumentou para 12,95 em 2000 (DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DE BLUMENAU, 2006, *apud* SAMAGAIA, MOURA E SANTOS, no prelo). A seguir, apresenta-se um quadro com os índices de pobreza em

---

<sup>28</sup> Os dados foram produzidos pelo Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR) da FURB; publicados no Jornal de Santa Catarina no dia 28/29 de janeiro de 2006 (caderno de economia).

Blumenau, contrariando as falas do senso comum que se houve de que Blumenau é uma cidade rica e que não tem pobres.

## Quadro 02 - Índice de pobreza em Blumenau

Blumenau - SC

Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003

Incidência da Pobreza	21,76	%		
Limite inferior da Incidência de Pobreza	12,22	%		
Limite superior da Incidência de Pobreza	31,31	%		
Incidência da Pobreza Subjetiva	13,08	%		
Limite inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva	10,82	%		
Limite superior Incidência da Pobreza Subjetiva	15,34	%		
Índice de Gini	0,39			
Limite inferior do Índice de Gini	0,37			
Limite superior do Índice de Gini	0,40			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, 2002/2003.

Tendo em vista o quadro apresentado da situação atual de Blumenau em termos socioeconômicos, pode-se dizer que esta cidade, assim como qualquer outra, apresenta problemas tanto de manutenção de serviços públicos que são oferecidos, questões de infraestrutura, qualidade de vida, entre outras demandas, desafiando assim o poder público municipal, independente de qual filiação partidária esteja à frente.

Parte-se, no item a seguir, para apresentação de informações quanto ao associativismo civil, afunilando ao final para o associativismo de bairro, a fim de subsidiar as análises que virão no último capítulo (capítulo V).

## 4.2 O ASSOCIATIVISMO CIVIL EM BLUMENAU

Neste item, aborda-se a trajetória do associativismo civil de Blumenau, tendo como base uma série de documentos que foram escritos em épocas anteriores, sendo estes: relatórios de pesquisa, dissertação de mestrado, relatório de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), artigos publicados em revistas locais, entrevistas concedidas à mídia local.

Na medida em que se avança no presente item, vai se afinando a apresentação dos dados existentes sobre o associativismo de Blumenau para aqueles especificadamente que tratam do associativismo de bairro, tentando traçar o caminho das associações de moradores nos diferentes contextos sociais e políticos de Blumenau, com intuito de demonstrar a trajetória e os principais eventos no decorrer da existência e de constituição das associações e as respectivas impressões dos autores sobre tais momentos da cidade e os rebatimentos nas próprias associações, tentando engendrar uma discussão numa perspectiva que há uma construção política da sociedade civil.

No intuito de caracterizar o associativismo civil em Blumenau, um primeiro acervo de dados versa sobre materiais produzidos pelo Núcleo de Pesquisa e Movimentos Sociais (NEPEMOS), vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Este núcleo passou a integrar um projeto em intercâmbio com a UFSC no ano 2000, sobre o associativismo civil através da pesquisa “*Associativismo Civil Brasileiro: Mudanças e Tendências*”, tendo sido aprovado pelo CNPq. Consequentemente, a partir de um projeto intitulado *Associativismo Civil em Blumenau: Mudanças e Tendências*, vários subprojetos foram sendo elaborados e desenvolvidos, sendo que numa primeira fase de trabalho, conforme consta nos relatórios do núcleo, foi realizada uma pesquisa de cunho mais quantitativo das associações registradas em cartórios de registro civil em Blumenau, nesse período foram identificadas 1412 associações criadas entre 1920 e 2000. A partir dos dados estatutários, foi realizada uma pesquisa do tipo *survey*, em que foram entrevistadas 64 lideranças do associativismo local no ano de 2003 pela equipe do NEPEMOS. A partir destes dados e conseqüentes pesquisas, foram surgindo artigos e relatórios, divididos por recortes

temáticos definidos pelo projeto nacional já mencionado, financiados por programas de incentivo a pesquisa, como PIPE/FURB; CNPq; FAPESC.

Abaixo, para melhor compreensão de como os trabalhos que abordam o associativismo civil de Blumenau entendem a especificidade de cada organização civil, seguem os recortes temáticos e respectivos conceitos e caracterização definidos pelo NEPEMOS:

### Quadro 03 – Caracterizações do associativismo civil

Descrição por Recorte Temático	Conceito/Caracterização
Associações comunitárias	Associações comunitárias de reivindicação por melhorias materiais: associações ou grupos constituídos por moradores de um determinado local (bairro/localidade) que se reúnem em função de interesses comuns, relativos ao seu local de moradia.
Grupos ligados à religião e à religiosidade	Institucionalizadas (católica, protestante, Kardecista, etc.): Associação ou grupo cuja base organizacional pertence a uma religião institucionalizada, ou cuja principal exigência aos seus membros é o pertencimento a uma determinada religião.
Associações ligadas a atividades escolares e educativas	Grupos que buscam discutir e/ou desenvolver atividades de natureza educativa ou treinamento técnico internamente ao grupo ou junto à comunidade.
Descrição por Recorte Temático	Conceito/Caracterização
Associações ligadas à saúde e saúde comunitária	Grupos cuja principal atividade está ligada à saúde no sentido de informar, promover discussões ou buscar melhorias no atendimento à pacientes e/ou a prevenção de doenças.
Associações ambientalistas e ecológicas	Grupos cujo principal objetivo é a proteção do meio ambiente e o combate aos produtos e/ou atores considerados nocivos à natureza.
Associações ligadas a causas femininas	Grupos que visam a afirmação e/ou redefinição do papel da mulher nos vários níveis de atuação e presença feminina.
Grupos de direitos humanos e cidadania	Todo grupo de indivíduos organizados para defender os direitos fundamentais da vida humana, sua integridade física e moral, ameaçados ou violados, ou luta por novos direitos dos cidadãos.
Grupos étnicos e minorias culturais	Grupos formados com base na identidade étnica de seus participantes, e que buscam defender e afirmar seus direitos e garantir condições mínimas de manutenção e reafirmação desta identidade.
Grupos de mútua-ajuda, assistencialismo e filantropia	Todo grupo que se organiza com o objetivo de minorar sua condição de carência ou de amparar pessoas vitimadas ou por causas específicas ou por condições específicas (velhice, maternidade, infância, pobreza e vitimados, etc.).
Associações de adesão a causas específicas	Todo grupo que se mobiliza em função de uma única causa, material ou não, culto a uma personalidade, causa única e que não está contemplada nas demais classificações.
Associações culturais	Grupos cujo principal objetivo seja a produção de atividades artístico-culturais para o público. Por exemplo, arte, música, teatro.
Associações acadêmicas, estudantis e de pesquisa	Grupo de indivíduos ou instituições que realizam atividades de formação e pesquisa no âmbito das universidades e instituições públicas e privadas, bem como atividades políticas e culturais que envolvem interesses dos estudantes.
Associações baseadas em filosofias pessoais	Grupos constituídos por indivíduos que professam concepções alternativas de vida (vegetarianos, grupos logosóficos, maçonaria etc.).
Cooperativas e atividades cooperativadas	Cooperativas que visam facilitar o acesso de seus membros a determinados bens de consumo ou a prestação de serviços a partir de um regime cooperativado. Associações de setores profissionais que oferecem benefícios assistenciais exclusivamente aos seus associados.
Sindicatos de trabalhadores	Associações sindicais. Associações permanentes de trabalhadores (com vínculo empregatício) que atuam em todas as áreas que possam ser consideradas de interesse do trabalhador com o intuito de manter ou melhorar suas condições de vida e de trabalho.
Associações profissionais	Todo grupo organizado em função de interesses específicos de uma classe de categoria profissional (médico, advogado, engenheiro etc.). Profissionais autônomos ou entidades de defesa de classe de profissionais.
Descrição por Recorte Temático	Conceito/Caracterização
Associações desportivas, recreativas, <i>hobby</i> , lazer e entretenimento	Grupos cuja principal atividade é de natureza recreativa e de lazer.
Associações empresariais e patronais	Associações de empresários, proprietários ou grupos sem fins lucrativos para tratar de questões relacionadas à propriedade.
Associações de consumidores e usuários	Grupos que se organizam em função de direitos relacionados ao consumo e/ou utilização de bens e serviços.
Associações de comunicação	Associações que se mobilizam em torno de questões relacionadas à comunicação, por exemplo, ONGs, Rádios Comunitárias, Rádios Amadores, etc.
Associações sem especificação	Associações cujos objetivos não foram explicitados ou a denominação da entidade não permite identificá-los.

Fonte: NEPEMOS, 2003.



Cabe ressaltar no momento, que a equipe do NEPEMOS, conforme pode perceber no quadro 02, estabelece que as *associações comunitárias* sejam aquelas “de reivindicação por melhorias materiais: associações ou grupos constituídos por moradores de um determinado local (bairro/localidade), que se reúnem em função de interesses comuns, relativos ao seu local de moradia”. Portanto, conforme o NEPEMOS, as associações de moradores fariam parte do “associativismo comunitário”. Isso vai se diferenciar da definição que Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006) trazem sobre associações de moradores. Para estes autores, as associações de moradores fazem parte da tipologia de “associações de bairro”, contudo, isso não desclassifica a consistência dos dados que foram produzidos em Blumenau, sendo que se difere somente na nomenclatura de tais associações. A tipologia e especificidade que o NEPEMOS usa para associações comunitárias continuam com a mesma especificidade atribuída também por Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006). O que estes últimos autores fazem é deslocar as associações de moradores e trabalhá-las mais especificamente dentro de uma dimensão que chamam de “associativismo de bairro”. Adota-se, nesta tese, a tipologia construída por Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006) para designar associações de moradores dentro da especificidade de associações de bairros.

Prosseguindo, abaixo se apresenta um quadro construído pela equipe de pesquisadores do NEPEMOS que permite visualizar os recortes temáticos e o número de associações encontradas, por décadas, considerando o período de 1920 a 2000 e dão uma visibilidade do associativismo civil de Blumenau de cunho mais quantitativo e que servirá de base para análises mais adiante.

#### **Quadro 04 – Associações mapeadas por blocos temáticos e década pelo NEPEMOS.**

ASSOCIAÇÕES APRESENTADAS POR BLOCOS TEMÁTICOS E POR DÉCADAS											
Nº	Descrição do recorte	Ant. 1920	Década 20	Década 30	Década 40	Década 50	Década 60	Década 70	Década 80	Década 90	Total
1	Associações acadêmicas, estudantis e de pesquisa	-	-	-	-	03	05	05	09	08	30

2	Associações baseadas em filosofias alternativas	-	-	01	03	05	01	05	03	13	31
3	Cooperativas e atividades cooperativas	01	06	-	-	-	01	-	-	05	13
4	Sindicatos de trabalhadores	-	03	06	03	05	03	01	09	23	53
5	Associações de profissionais	-	-	01	-	03	02	06	17	11	40
6	Associações desp., recreat., hobby, lazer e entretenimento	78	63	28	53	34	23	55	61	68	463
7	Associações empresariais patronais	01	04	01	-	01	01	05	18	34	65

Nº	Descrição do recorte	Ant. 1920	Década 20	Década 30	Década 40	Década 50	Década 60	Década 70	Década 80	Década 90	Total
8	Associações de consumidores e usuários	-	01	-	-	-	-	-	01	01	03
9	Associações de comunicação	-	-	01	-	-	-	01	-	06	08
10	Associações sem especificação	01	03	-	-	-	-	-	03	03	10
11	Associações comunitárias	-	-	-	-	-	-	01	55	79	135
12	Grupos ligados à religião e à religiosidade	10	10	12	-	06	05	05	11	24	83
13	Associações escolares e educativas	10	32	22	02	03	05	32	63	56	225
14	Associações ligadas à saúde comunitária	03	06	-	02	-	01	02	01	05	20
15	Associações ambientalistas e ecológicas	-	01	-	-	-	-	01	01	08	11
16	Associações ligadas a causas femininas	-	-	-	-	-	01	03	02	-	06
17	Grupos de direitos humanos e cidadania	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
18	Grupos étnicos e minorias culturais	-	-	01	01	-	-	-	-	-	02
19	Grupos de mútua ajuda, assistencialismo e filantrópicos	02	04	07	02	14	11	14	18	27	99
20	Associações de adesão a causas específicas	01	02	04	-	03	01	02	04	06	23
21	Associações culturais	18	09	02	02	07	06	07	11	18	80
22	Clubes de Serviço	-	-	-	01	02	01	03	03	01	11
	Total	125	144	86	69	86	67	149	290	396	1412

Fonte: NEPEMOS, 2003.

Conforme já destacado, após o cadastramento de todas as associações civis, cujas informações estavam disponíveis nos livros de registros de cartório civil, a equipe de pesquisadores optou por centrar as análises em 5% (num total de 419) das associações civis de Blumenau extraídas dos recortes temáticos: associativismo escolar, ambientalista, de causas femininas, comunitário, religiosas, culturais, direitos humanos, étnicos e de minoria, empresariais, comerciais e profissionais, sindicato de trabalhadores, acadêmicas, estudantis e de pesquisa, filantrópicas e de mútua ajuda, saúde, comunicação e consumidores e usuários, como sendo o universo que o NEPEMOS trabalharia. Ainda, segundo Chaves (2004), deste universo pretendeu-se entrevistar as lideranças das associações que compuseram a amostra num total de 285 (através da aplicação de um questionário com perguntas que permitissem avaliar aspectos da dinâmica interna das associações) que estão no quadro a seguir:

**Quadro 05 – Amostra de pesquisa banco de dados do NEPEMOS/2003**

Blocos temáticos	Recortes temáticos	Universo localizado	Total por bloco	Amostra dos blocos por recorte temático	Total da amostra por bloco
1. Associações culturais, esportivas e de lazer	Culturais	20	84	14	58
	Hobby	64		44	
2. Defesa econômica e profissional	Profissionais	16	68	12	57
	Empresariais	24		23	
	Trabalhadores	23		17	
	Consumidores	01		01	
	Cooperativas	04		04	
3. Defesa comunitária e/ou assistencialista	Comunitárias	105	144	60	81
	Saúde	05		03	
	Religião	16		07	
	Filantrópicas	18		11	
4. Associações acadêmicas e de pesquisa	Escolares	89	102	59	68
	Estudantis	13		09	
5. Novos movimentos sociais	Comunicação	04	13	04	13
	Direitos humanos	01		01	

	Ambientalistas	05		05	
	Feministas	01		01	
	Filosofias alternativas	02		02	
6. Outros	Causas específicas	02	08	02	08
	Clubes de serviço	03		03	
	Sem especificação	03		03	
<b>TOTAL</b>		<b>419</b>	<b>419</b>	<b>285</b>	<b>285</b>

Fonte: NEPEMOS – Relatório para FUNCITEC, s/d.

Contudo, segundo informações de pesquisadores do NEPEMOS, tendo em vista a questão do tempo e da amplitude da investigação, optou-se por rever o universo de investigação do NEPEMOS e se definiu como novo universo os blocos temáticos: comunitário e/ou assistencialista e do novo associativismo civil (ambientalistas e feministas). Esta nova amostra ficou definida então por 157 associações, cujos resultados da aplicação do questionário estão compilados junto ao banco de dados do NEPEMOS (sem data).

Consta no relatório final do NEPEMOS que, através desta pesquisa tipo *survey*, foram estudados vários aspectos relacionados às associações civis e seus associados, tais como: o significado que os atores atribuem a sua participação nas associações, como as organizações se relacionam com os órgãos públicos, com partidos políticos e com outras associações e a abrangência da atuação das associações, a nível local, verificando aspectos relacionados à conscientização ecológica e às políticas públicas. Esta pesquisa foi desenvolvida pelo NEPEMOS no ano de 2003 e os dados, mesmo com os limites amostrais, abordam questões importantes que caracterizam o associativismo civil em Blumenau<sup>29</sup>.

Alguns dos dados que o NEPEMOS tem produzido em Blumenau foram organizados em forma de artigos com recortes temáticos, históricos, ou então, foram aprofundados em Trabalhos de Conclusão de Curso. Na medida em que foi se tendo contato com estes trabalhos,

---

<sup>29</sup> Na descrição da amostra que oportunizou o banco de dados para posteriores análises, não constam maiores detalhes quanto à aplicação e tabulação dos dados. Apenas se teve acesso aos dados quantitativos do banco de dados em forma de tabelas, contudo, percebe-se que os dados quantitativos que se apresenta aqui em forma de tabelas e que foram geradas pela equipe do NEPEMOS, corresponde a 148 associações, das 157 que foi definido como nova amostra do NEPEMOS em 2003.

optou-se por destacar alguns artigos e relatórios mais importantes que se aproximam da discussão que está se propondo nesta tese.

Segundo Pedrini e Martins (2004, p. 88), o associativismo civil em Blumenau teve início “muito cedo”, sendo que o “associativismo teria sido uma das formas encontradas pelos imigrantes europeus, chegados ao sul do Brasil, para enfrentar seus problemas”.

Consta, em outro material de Pedrini e Hennings (2002), que as Sociedades de Caça e Tiro eram formas mais claras do associativismo cultural e eram em sua maioria elitizadas e vinculadas às grandes empresas/nomes de prestígio social do município. Cabe destacar o resgate de Tomio sobre aspectos socioeconômicos de Blumenau desde sua colonização, o qual apresentamos no início deste capítulo, onde o autor deixa claro, a partir dos seus estudos, o quanto é forte a característica de perenidade do empresariado local.

De acordo com informações de Chaves (2004), a primeira associação surge em Blumenau após sete anos de sua fundação e estavam relacionadas com a organização socioeconômica da Colônia, vinculando-se à educação e saúde.

As enchentes também foram fator importante da história do associativismo civil da cidade, fazendo com que surgissem inclusive associações voltadas para preservação do meio ambiente, como o caso da ACAPRENA – Associação Catarinense de Preservação da Natureza, fundada em 1973.

Em Blumenau, cabe destacar do quadro acima (quadro 04) as organizações civis que mais tiveram variação de surgimento de um período para o outro, como se pode ver abaixo, num outro quadro também elaborado pelo NEPEMOS, só que delimitado o período de análise no registro de associações que foram surgindo após 1970:

#### **Quadro 06 - Tendência do associativismo civil em Blumenau, entre os anos de 1971 e 2000 por tipo de associação**

Tipo de Associação	1971-1980	1981-1990	1991-2000	Total
Sindicatos e Associações de Trabalhadores	01	06	26	33
<b>Associações Escolares e Educativas</b>	<b>30</b>	<b>57</b>	<b>56</b>	<b>143</b>
Clubes de Serviço	4	2	1	7
Associações Profissionais	7	10	11	28
Associações Filantrópicas e de Mútua Ajuda	13	20	30	63
<b>Associações Comunitárias</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>84</b>	<b>140</b>
Total	56	149	209	414

Fonte: (HILLESHEIM e BRUNS, 2002, p. 358)

No mapeamento temático feito por décadas do associativismo civil de Blumenau, merecem destaque as associações escolares e as associações comunitárias, sendo que há um aumento progressivo destas no decorrer das décadas relevando a predominância deste associativismo na região (HILLESHEIM e BRUNS, 2003, p. 358).

Com relação às Associações Escolares e Educativas, conforme consta no relatório do NEPEMOS (2003 p. 38), “a organização das comunidades através de associações escolares era a alternativa para garantir às crianças a educação escolar”. Constam também informações de que “os sócios contribuíam financeiramente, através de mensalidades, para a manutenção da escola incluindo, aí, o pagamento de professores”. A gênese dessas associações é decorrente em Blumenau da ausência de ações do Estado na área da educação. Esta ausência leva as comunidades locais a se organizarem para garantir a “instrução” para crianças e jovens” (NEPEMOS, 2003, p. 75).

Ainda pode-se constatar nos relatórios do NEPEMOS (2003, p. 75) que “estas associações eram responsáveis por toda a manutenção dos serviços educacionais, embora devessem atuar dentro dos parâmetros legais definidos pelo Estado”. Ainda consta que “a partir da década de 30, o Estado passa a ter uma postura mais intervencionista na política de educação e, neste novo contexto, as associações passam a atuar no apoio a manutenção de espaço físico e outras necessidades não respondidas pelo poder público”. Por fim, os dados do núcleo mostram que “esta característica permanece basicamente inalterada até a década de 90, quando essas associações passam a incorporar discussões relativas à política educacional e à proposta pedagógica desenvolvida nas escolas locais” (NEPEMOS, 2003, p. 75).

Já no que tange ao que o NEPEMOS identifica como associativismo comunitário, considerando o aumento significativo de associações comunitárias nos anos 90 cabe destacar alguns dados observados sobre este associativismo.

Nos registros estatutários das primeiras associações comunitárias de Blumenau, constava que “duas elas (as criadas nos anos de 1916 e 1953) tinham como intuito fazer a manutenção e zelar por cemitérios comunitários” (NEPEMOS, 2003, p. 30). Para os pesquisadores, este

“trata-se de um período em que outras dimensões da vida comunitária ainda não se colocavam como objeto de mobilização”.

Novas associações comunitárias só começariam a aparecer a partir de 1978, ano em que foi criado o Conselho Comunitário do Garcia. Este conselho era vinculado a uma instituição construída pelo governo federal e gerida pelo governo estadual denominada de Centro Social Urbano (CSU/Garcia), e tinha como objetivo “integrar as ações da comunidade, aprimorando-a como agente de seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com os órgãos do poder público” (apud NEPEMOS, 2003, p. 31). Em 1981, foi criado outro conselho “denominado de Conselho Comunitário Fortaleza.” Este se vinculava ao Centro Social Urbano (CSU/Fortaleza), e seus objetivos eram idênticos ao conselho criado em 1978. Estes espaços constituíam-se em “espaços privilegiados para a pulverização do conjunto de ideias do governo do estado daquele período. Normalmente o gestor das instituições eram pessoas que tivessem vínculos e liderança na comunidade adstrita aos CSUs.” Consta ainda no relatório do NEPEMOS (2003, p. 31):

De acordo com informações de sujeitos que tiveram participação neste processo, os conselheiros eram eleitos pela comunidade, no entanto, esta escolha estava condicionada a homologação do governo do Estado. Ainda, de acordo com depoimentos já obtidos, os conselhos eram mecanismos que tinham a função de gerenciar os recursos advindos do governo do estado e também tinham que ser captadores de outros recursos na própria comunidade, com vistas a cobrir as despesas com a manutenção das atividades. A maioria dos funcionários dos CSUs eram contratados e remunerados pelos conselhos comunitários. Alguns eram cedidos pelo governo estadual.

Já em 1988, foi criado o Conselho Comunitário da Rua Araranguá, que era diferente dos dois anteriores por não ter vínculo com os CSUs.

A equipe do NEPEMOS (2003) identifica ainda outras formas de associativismo comunitário como a Comissão de Defesa e de Desenvolvimento do Bairro Fortaleza, criada em 1992 e agregava empresários desta localidade. Consta no relatório do NEPEMOS (2003, p. 33) que:

Embora sua criação tivesse também um forte motivo político, por não concordância com a postura da Associação de Moradores local - marcada pela autonomia e enfrentamento com os poderes públicos, seu objetivo era negociar junto aos governos soluções para as enchentes e enxurradas que afetavam/afetam de maneira geral todos os estabelecimentos industriais e comerciais do bairro. Estes estabelecimentos estão situados nas ruas centrais do bairro e são facilmente atingidas pelas águas em épocas de cheias. (NEPEMOS, 2003, p. 33)

Em 1996, foi criado o Conselho de Apoio à Segurança do Garcia, com o objetivo de “reivindicar, junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, a melhoria de condições para o funcionamento da segurança e, ainda, buscar recursos para reequipar a polícia militar com vistas a melhorar o policiamento ostensivo no grande Garcia” (NEPEMOS, 2003, p. 34).

No ano 2000, surge ainda a “Sociedade Migrante”, que tem entre seus objetivos “integrar a comunidade e orientar e organizar movimentos comunitários de saúde, educação, assistência social, cultura e lazer, bem como realizar estudos e pesquisas sobre a realidade econômica, cultural e social da comunidade” (NEPEMOS, 2003).

Outros tipos de associações comunitárias ainda identificadas pelo NEPEMOS (2003, p. 34-35) foram Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH<sup>30</sup>, o Grupo de Amigos de Blumenau e as associações comunitárias geracionais, sendo que ganha expressão os chamados grupos de idosos. De acordo com dados do NEPEMOS de 1992, até o ano de 2000 foram registradas 6 associações desta natureza.

---

<sup>30</sup> Ver Pedrini (2000).



Os dados apontados acima permitem fazer algumas considerações que vão ao encontro do que foi exposto no capítulo anterior sobre a construção política da sociedade civil, agora, com o olhar sob os dados de Blumenau.

Consta em Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 24) que se pode considerar significativo dados temporais na medida em que estes se enquadrem num dos critérios que apontam: “(...) se os dados mostram incrementos bruscos na criação de organizações civis de um período a outro, a variação interna de cada tipo de organização civil a ser analisado é passível de interpretação”.

As informações que Blumenau dispõe no campo do conhecimento empírico, permitem fazer algumas considerações quanto a sua construção política, se forem observadas com atenção, o ano de fundação das organizações civis de Blumenau e a relação entre os ritmos de criação desses atores e as conjunturas políticas nas últimas décadas do século XX.

O maior salto do associativismo em Blumenau acontece no momento de transição no Brasil (1979-1988) e quando localmente, na configuração política do município, o MDB começa entrar em cena, com propostas de gestão que se voltavam para a população, como é caso do programa *Prefeitura nos Bairros*, destacado acima. Se voltarmos ao Quadro 06, poderá se perceber que de uma década a outra, de 1970 para 1990, o total de organizações civis dentro do recorte temático<sup>31</sup>, produzido na referida tabela, passa de 56 para 149 respectivamente, ou seja, foi registrada a fundação de 93 associações novas de uma década a outra. De 1980 para 2000, este número passa da existência de 149 para 209 associações, um crescimento também significativo, já que se somou mais 60 associações, porém, com a predominância ainda da década de 70 para os anos 80.

O grande *boom* foi nos anos 80, sendo que se passa de poucas organizações constituídas até então, e principalmente, nos anos de ditadura, para muito mais organizações civis no período subsequente. Destaca-se, contudo, que as associações locais, considerando aquilo que Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 29) também identificam em São Paulo, cujo contexto é parecido com o de Blumenau, que este

---

<sup>31</sup> Sindicatos e Associações de Trabalhadores; Associações Escolares e Educativas; Clubes de Serviço; Associações Profissionais; Associações Filantrópicas de Mútua Ajuda e Associações Comunitárias.

incremento no número de associações é bem maior nas associações com tipologias locais e deve-se muito ao “empenho da teologia da libertação, de construir protagonismo comunitário”, que seria o que Doimo destaca em seus estudos: *tornar o povo [comunidades] ator da sua própria história*, bem como, o que Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 29) destacam enquanto seria fruto também de uma “opção pelo trabalho de base [basismo] que orientou o refluxo do ativismo da esquerda perante a rarefação da esfera pública”.

Destaca-se aqui, conforme o Quadro 06, a existência de iniciativas significantes de organizações civis em décadas diferenciadas, como por exemplo, os grupos religiosos que foram importantes na colonização de Blumenau e marcam presença significativa em números na década de 20 até a década de 30.

As associações escolares e educativas destacam-se também na colonização de Blumenau e no desenvolvimento socioeconômico da cidade, como já apontado, sendo que na década de 20 houve o registro de 32 associações deste tipo e somente a partir da década de 70 é que há novamente registro significativo dessas associações, aumentando também nas décadas seguintes.

Verifica-se, a partir do Quadro 04, que durante a ditadura, em Blumenau os números se concentram em atividades mais toleradas naquele período, como as entidades de mútua ajuda, assistenciais que é registrado um número de 11 associações da década 60, e passam para 14 na década seguinte. As esportivas e de lazer também tem trajeto parecido, sendo que consta o registro de 23 associações deste tipo na década de 60 e um aumento para 55 registradas na década seguinte, aumentando progressivamente o registro nas décadas que seguem.

Assim, ao verificarmos o contexto nacional, o local e o trajeto de fundação das organizações civis em Blumenau, especialmente as de cunho comunitário, percebe-se que no decorrer das décadas, há uma gama de atores surgindo e que estes não surgem espontaneamente, mas, como já destacado no capítulo anterior, constituem organizações civis que são também em Blumenau, produto de um contexto, do que poderíamos chamar de esboço institucional possibilitador de protagonismos societários (GURZA LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009, p. 49).

Outras evidências que permitem verificar o que se defende enquanto processo de constituição política das organizações civis de

Blumenau, diz respeito ao que Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 29) também identificam em São Paulo, que se trata dos *fundadores* das organizações civis e as *fontes de financiamento* das mesmas. Sobre os fundadores, trata-se desta questão mais a frente, quanto se comentará sobre as associações de Moradores em Blumenau, considerando que não há indicativos mais gerais do associativismo civil de Blumenau para fazer maiores análises. Já referente à fonte de financiamento, encontramos informações quantitativas interessantes no banco de dados já mencionado acima, do NEPEMOS, como as tabelas a seguir:

**Tabela 01 - Fontes de recursos da associação**

<b>Fontes de recursos da associação?</b>	<b>Citações</b>	<b>%</b>
Contribuição de membros	90	60,8
Autofinanciamento através da realização de eventos	74	50,0
Doações de indivíduos e/ou entidades privadas	53	35,8
Recursos do Estado (Município, Estado e União)	60	40,5
Financiamento Internacional	4	2,7
Prestação de serviços	21	14,2
Outras	20	13,5
Nenhuma	6	4,1
<b>TOTAL</b>	<b>328</b>	

Fonte: Banco de dados do NEPEMOS

**Tabela 02 - Para quem a associação presta contas**

<b>Para quem a associação presta contas?</b>	<b>Citações</b>	<b>%</b>
Associados	127	85,8
Entidades financiadoras governamentais	44	29,7
Entidades financiadoras não-governamentais	22	14,9
Tribunal de contas, Receita Federal	51	34,5
Outros	26	17,6
Não presta contas	5	3,4
Não respondeu	3	2,0
<b>TOTAL</b>	<b>278</b>	

Fonte: Banco de dados do NEPEMOS

Como se pode perceber nas tabelas acima, há uma significativa parcela do associativismo de Blumenau que afirma ter contribuição de

seus próprios membros e uma significativa parcela de associações que recebem recursos provenientes do Estado, município ou União. Por outro lado, há um número significativo que afirma se auto-financiar e até há indícios de associações que não tem fonte de financiamento. Isso mostra que em Blumenau, há uma gama de associações receptoras de recursos do governo, porém outras dependem de outras formas e acabam tendo que buscar recursos onde for possível, o que vai implicar em diferentes ações ou dinâmicas associativas também. Este fato chama a atenção para o que Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006) colocam de que é preciso levar em consideração o fato das organizações civis se diferenciarem no seu *modus operandi*.

Da mesma forma, essa necessidade de ficar atento às diferenciações entre as organizações civis de que trata Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006), os dados de Blumenau chamam a atenção pelo fato de que as associações necessitam transitar pelos caminhos públicos ou governamentais - mesmo as que se definem como auto financiadas - buscando oportunidades de ganho de recursos para a sua própria subsistência, inclusive disputando estes recursos com outras organizações civis. Isso coloca as organizações civis na dinâmica da vida institucional do município, seja por participação em alguns espaços legalmente constituídos, como é o caso das ONGs que participam dos Conselhos gestores, seja em espaços de disputa, como é o caso de algumas entidades que buscam subsídios junto ao legislativo. As associações de moradores expressam bem esta última forma citada, e isso será retomado mais adiante.

Há ainda no banco de dados do NEPEMOS<sup>32</sup>, os dados referentes às formas de participação da associação e a periodicidade com que acontecem.

**Tabela 03 - Forma de atuação da associação**

Forma de atuação da associação	Citações	%
Realiza reuniões de grupo	109	73,6
Presta serviços não remunerados	75	50,7
Faz seminários e palestras	72	48,6
Realiza estudos e pesquisas	41	27,7
Realiza atividades com a participação de membros ativos	84	56,8
Presta serviços pagos	20	13,5

<sup>32</sup> Está sendo organizado em 2009 um livro que trará análises por vários autores, dos dados quantitativos do banco de dados do NEPEMOS.

Realiza atividades recreativas	79	53,4
Outros	19	12,8
Não respondeu	4	2,7
TOTAL	503	

Fonte: Banco de Dados do NEPEMOS.

Na tabela acima, se destaca a significativa porcentagem de 73% das associações realizando reuniões, seguido do destaque da tabela abaixo, onde se percebe a periodicidade destas reuniões serem em sua maioria esporadicamente.

**Tabela 04 – Periodicidade de atuação**

Realiza reuniões de grupo	Esporadicamente (61); Mensal (20); Semanal (10); Bimestral (5); Trimestral (4); 5 vezes por ano (2); Quadrimestral (2); Quinzenal (2); Semestral (2); Contínuo
Presta serviços não remunerados	Esporadicamente (55); Contínuo (9); Semanal (5); Mensal (3); 3 vezes por ano; Anual; Bimestral
Faz seminários e palestras	Esporadicamente (52); Anual (7); Semestral (4); Mensal (3); Semanal (2); Bimestral; Contínuo; Quadrimestral; Trimestral
Realiza estudos e pesquisas	Esporadicamente (31); Anual (3); Mensal (2); Semanal (2); Quadrimestral; Quinzenal; Trimestral
Realiza atividades com a participação de membros ativos	Esporadicamente (57); Semanal (7); Contínuo (5); Mensal (5); Semestral (4); Anual (3); Trimestral (2); Quadrimestral
Presta serviços pagos	Esporadicamente (17); Contínuo (2); Mensal
Realiza atividades recreativas	Esporadicamente (50); Semanal (7); Contínuo (5); Trimestral (4); Mensal (3); Anual (2); Bimestral (2); Quadrimestral (2); Semestral (2); Quinzenal

Fonte: Banco de Dados do NEPEMOS.

Considerando os dados destacados acima, cabe ressaltar novamente a atualidade da discussão sobre a diversificação das organizações civis, tanto no protagonismo dos atores sociais, como nos bastidores destas organizações no que tange as pesquisas atuais no campo da sociedade civil. Da mesma forma chama-se a atenção com relação à tabela abaixo:

**Tabela 05 - Atividades realizadas com outras associações**

Atividades realizadas com outras associações	Citações	%
--	----------	---

Nenhuma	44	29,7
Palestras	51	34,5
Seminários	43	29,1
Fóruns	28	18,9
Feiras e festas	39	26,4
Reivindicações em geral e específicas	58	39,2
Melhorias para a categoria	36	24,3
Defesa de causas comuns	70	47,3
Outras	23	15,5
TOTAL	148	

Fonte: Banco de dados do NEPEMOS.

Outros dados em Blumenau, que permitem chamar a atenção quanto às diferenças no *modus operandi* das organizações civis, são os que tratam do âmbito da atuação de tais organizações.

**Tabela 06 - Atuação da associação**

Atuação da associação	Citações	%
Rua/Loteamento	8	5,3
Bairro	55	37,2
Municipal	37	25,0
Regional	31	20,9
Estadual	16	10,8
Nacional	12	8,1
Internacional	4	2,7
TOTAL	163	100

Fonte: Banco de Dados NEPEMOS

Percebe-se, na tabela acima, que há uma variação significativa sobre a atuação das associações, destacando que a atuação em bairro (37%) é que prevalece nas citações feitas durante a pesquisa perante outras esferas de atuação. Isso mostra mais uma vez a predominância do âmbito local.

Destaca-se também, a partir destes dados, que atuações das organizações civis se pensarmos no contexto atual em que o próprio Estado solicita a participação destas nos conselhos, por exemplo, ou, noutros espaços de participação, como é o caso dos conselhos gestores do Orçamento Participativo, estas associações não ficam restritas em suas atuações apenas numa das esferas citadas acima, se for considerado

que há hoje espaços institucionais que solicitam a participação de diversificadas associações e que em Blumenau estas participam, conforme dados das tabelas abaixo:

**Tabela 07 - Participação em reuniões de conselhos municipais**

Reuniões de Conselhos Municipais	Citações	%
Sim	74	50,0
Não	65	43,9
Não respondeu	9	6,1
TOTAL	148	100

Fonte: Banco de Dados NEPEMOS

**Tabela 08 - Em quais conselhos participa**

Em quais conselhos participa?	Citações	%
Saúde	28	18,9
Educação	15	10,1
Trabalho	8	5,4
Emprego	6	4,1
Criança e adolescente	19	12,8
Meio Ambiente	10	6,8
Cultura	10	6,8
Assistência Social	25	16,9
Segurança Pública (polícia, bombeiros)	17	11,5
Desenvolvimento econômico e social	10	6,8
Ação Comunitária (CODEB)	32	21,6
Orçamento Participativo	20	13,5
Não participa	59	39,9
Não respondeu	9	6,1
Outros	12	8,1
TOTAL	280	

Fonte: Banco de Dados NEPEMOS

Estes dados permitem visualizar que há uma significativa participação das organizações civis de Blumenau nos conselhos existentes na cidade, considerando que pelo menos da metade das organizações afirmam participar. Destaca-se sobre esta participação nos conselhos dados de um Trabalho de Conclusão de Curso a partir do recorte temático também do NEPEMOS, que objetivava perceber a participação dos líderes comunitários em Blumenau. Um dos resultados

significativos diz respeito ao fato de que em Blumenau as relações de poder estabelecidas no conselho sofrem grande influência das gestões municipais e neste contexto, a orientação partidária dos gestores influencia as relações de poder que são estabelecidas no cotidiano do conselho (SILVA, 2005, p. 04).

A partir dos dados quanto à participação em conselhos pode ser verificado em Blumenau, assim como em São Paulo nas pesquisas de Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 48), que o estatuto político da sociedade civil caracteriza-se com as organizações civis disputando a agenda e decisões públicas, considerando o contexto local, seguindo uma lógica nacional de um cenário pós-transição, onde as organizações civis ocupam os novos espaços institucionais que foram se abrindo para além dos espaços tradicionais e eleitorais.

Da amostra do banco de dados do associativismo civil feito pelo NEPEMOS, merecem destaque e análise ainda os fatores que trazem evidências quanto à *capacidade de atuação* das organizações civis. Para Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009, p. 45), esta capacidade de atuação não significa efeitos ou resultados desejados, mas sim, “o engajamento dos atores sociais em reclames, exigências perante o poder público”. Ou ainda, “a capacidade das organizações civis” de reivindicar e projetar suas demandas sobre o poder executivo e legislativo. Em Blumenau, há dados que destacam se as organizações civis mantêm contato com os órgãos públicos, como demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 09 - Mantém contato com órgãos públicos**

Mantém contato com órgãos públicos	Citações	%
Sim	89	60,1
Não	51	34,5
Não respondeu	8	5,4
TOTAL	148	100

Fonte: Banco de Dados NEPEMOS

Percebe-se um número expressivo de organizações que dizem manter contato com os órgãos públicos (60%), sendo que mais adiante se apresenta informações específicas das associações de bairro e a forma como se relaciona com o poder público.



Por fim, ao se considerar o que Hotzager, Lavalle e Acharya (2004) discutem e observado os dados apresentados sobre o associativismo civil em Blumenau, poderá se acatar o fato de que estas vão apresentar diferentes capacidades de atuação. No capítulo adiante, poderá se perceber que as organizações civis vão alcançar e aproveitar as oportunidades criadas pelas novas instituições de participação, especialmente as associações comunitárias e de bairro.

Contudo, é necessário no momento destacar o contexto em que houve em Blumenau a experiência do Orçamento Participativo e após, o momento em que se colocou em prática a experiência dos CODEBs - Conselhos de Desenvolvimento de Bairros, apontando as principais características destas experiências, considerando que estes foram momentos importantes no cenário local e torna-se necessário para posteriores análises.

#### 4.2.1 O Orçamento Participativo (OP) em Blumenau

O OP teve início em Blumenau no ano de 1998, quando uma coligação de partidos de esquerda, tendo a frente o Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu o poder executivo, continuando na gestão 2000 até 2004, com a reeleição do mesmo prefeito e finalizou em 2004, quando um novo governo assumiu a prefeitura, tendo a frente o Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado DEM – Democratas.

Logo na primeira gestão, foi estabelecida a proposta do Orçamento Participativo (OP) na cidade. O OP estava vinculado ao organograma do gabinete do prefeito, tendo como área de abrangência toda a cidade de Blumenau, dividida em nove (9) regiões administrativas. A estrutura do Orçamento Participativo em Blumenau desde sua implantação foi dividida em instâncias de organização da população: a) Assembléias Populares; b) Coordenadorias Regionais de Delegados - CRDs e c) Conselho Municipal do Orçamento Participativo - coordenado por um representante do poder público (coordenador do OP) e que contava com a participação de representantes eleitos entre os delegados de cada região.

O ciclo anual do OP se desenvolveu de 1998 a 2004, praticamente em três etapas, quais sejam: 1) realização das Assembléias Regionais; 2) formação das instâncias de participação, tais como o Conselho do Orçamento e as Coordenadorias Regionais de Delegados; 3) discussão do Orçamento do município e aprovação do Plano de Investimentos pelos representantes dos moradores, juntamente com o poder público, no Conselho do Orçamento Participativo – CMOP. Para melhor compreensão do processo do OP em Blumenau, no quadro abaixo se esclarece as atividades dos delegados e conselheiros no programa, desde sua eleição, funções, até os seus impedimentos. No decorrer do processo do OP, várias pesquisas (ANDRADE E MOURA, 1999, 2001, 2002, e posteriormente, MOURA, 2004, Andrade, 2005) foram realizadas sobre a experiência. Deste acompanhamento, algumas informações tornam-se relevantes e passa-se a apresentar.

A partir da análise das variáveis de desenho institucional e compromisso governamental, foi possível verificar os resultados e impactos desta experiência participativa em Blumenau (MOURA, 2004).

Quanto ao compromisso governamental, percebeu-se que o governo não incorporou o processo do OP como uma de suas prioridades, demonstrando inclusive momentos de tensão entre as deliberações do OP e determinados segmentos do governo, como foi o caso de algumas secretarias municipais. No período de 97 a 2001, o OP foi muito prejudicado, pois muitos agentes políticos não entendiam o seu significado e não assumiam o compromisso que deveriam, principalmente quando estes não eram do Partido dos Trabalhadores (PT).

A situação de conflito com algumas secretarias municipais pôde ser observada diretamente nas atividades anuais do OP. A falta de priorização do OP no município, refletiu também nos investimentos de recursos financeiros para o programa, expondo o OP ao descrédito, fragilização e desconfiança por parte da população, que não viu concretizar o atendimento de suas demandas.

A capacidade de investimento do município para as obras escolhidas pela população diminuiu substantivamente de 1997 para 2003. Em 1997, o percentual de investimento municipal destinado para o OP foi de 7% (aproximadamente 11.000.000,00), já em 2000, este

percentual baixou para 1% (5.000.000,00). Junto a este dado, considera-se o fato de que em 1999, 2001 e 2002, o OP não desenvolveu seu processo anual, ou seja, não houve escolha de novas obras para o OP, dando-se ênfase às obras ainda não realizadas dos anos antecessores. Em 2003, a porcentagem geral de obras que já haviam sido concluídas desde 1997 era de 68%, ou seja, muitas prioridades elencadas pela população na implementação do processo do OP, ainda não haviam sido atendidas (MOURA, 2004).

A responsabilidade pela condução do processo ficou restrita aos membros da equipe do OP, gerando uma sobrecarga e desgaste para responder aos anseios da população que cobrava as prioridades eleitas. Esta falta de compromisso governamental pode ser também verificada em entrevista do próprio prefeito no final do seu segundo mandato, concedida a um jornal local (anexo 1 - reportagem), nas quais não é mencionado o OP na cidade em nenhum momento.

Quanto ao desenho institucional (ver anexo 24) em Blumenau, também se verificou algumas debilidades responsáveis por impactar negativamente a autonomia do OP no município, tendo em vista um conjunto de fatores: a descontinuidade do processo que deveria ser anual, nos anos de 1999, 2001 e 2003; a prestação de contas deficitária e as dificuldades na distribuição dos recursos financeiros entre as regiões.

Um dos fatos que ilustra a debilidade mencionada, refere-se à divisão administrativa do OP de Blumenau em somente 9 regiões. Tendo em vista o número de habitantes da cidade (270 mil habitantes), considera-se que esse número de regiões deveria ser maior. Entende-se que a divisão regional deveria ser feita de forma a ampliar as oportunidades de participação como, por exemplo, diminuir o custo de deslocamento para as reuniões, fazendo inclusive com que as pessoas que não participam do OP por dificuldades de chegar ao local, comecem a participar.

Mesmo diante das debilidades apontadas acima na experiência do OP em Blumenau, esta foi muito significativa na dinâmica associativa do município, fato este que será destacado no decorrer do próximo capítulo, bem como, retoma-se mais adiante a participação no Orçamento Participativo, especificamente das associações de moradores, universo o qual se empenha nesta tese.

#### 4.2.2 Os CODEBs - Conselhos de Desenvolvimento de Bairros em Blumenau

A partir do ano de 2005, quando o PFL (Partido da Frente Liberal) - atualmente denominado (DEM DEM-Democratas) assumiu o poder executivo em Blumenau, uma das secretarias criadas por este governo foi a SEMAC – Secretaria Municipal de Ação Comunitária que pode ser verificada na reportagem de um jornal local (anexo 2 - reportagem). Esta era dividida em quatro diretorias, sendo: Diretoria Administrativo-Financeira, Diretoria de Habitação, Diretoria de Mutirões e a Diretoria de Planejamento Comunitário. Os projetos que eram desenvolvidos sob a responsabilidade da SEMAC de acordo com informações da equipe da mesma eram os seguintes:

**Prefeitura nos bairros:** tinha como objetivo atender a população em seu próprio bairro, durante dois dias de cada mês. Pretendia atender as prioridades dos moradores, levando a prestação de serviços gratuitos (carteira de identidade, cortes de cabelo, esclarecimentos sobre higiene e saúde, entre outros serviços). Segundo informações de funcionários desta secretaria, havia o objetivo de acesso ao lazer e entretenimento da população.

**Atendimento comunitário:** a intenção deste programa era a descentralização do atendimento, sendo que o prefeito e secretários estariam à disposição da comunidade para atender as reivindicações. O objetivo era realizar grandes mutirões de serviços de limpeza de tubulações, bocas de lobo, patrolagem e macadamização, roçagem e limpeza geral.

**Nossa casa:** o objetivo era construir unidades habitacionais para o atendimento de famílias com renda familiar inferior ou igual a três salários mínimos vigentes e que possuíam terrenos com escritura.

**Construindo legal:** a intenção era subsidiar as taxas dos projetos arquitetônicos (casa de alvenaria com metragem até 70 m<sup>2</sup> e casa de madeira até 80 m<sup>2</sup>) para o atendimento de famílias com renda familiar inferior ou igual a três salários mínimos vigentes que possuíam terrenos com escritura.

**Projeto na mão:** tinha por objetivo fornecer projetos arquitetônicos (plantas para casa com até 36 m<sup>2</sup>) aprovados com alvará para construção em terreno com escritura, visando o atendimento de famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo vigente.

**Planejamento e apoio comunitário:** aqui o objetivo era a população decidir através de suas lideranças comunitárias quais seriam as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizadas a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura municipal. Esse programa era o que dava andamento aos chamados CODEBs – Conselhos de Desenvolvimento de Bairros em Blumenau.

Cabe ressaltar que até o ano de 2008 vários momentos tentou-se adquirir informações mais precisas, documentos que legitimassem a instituição dos CODEBs em Blumenau. No entanto, as informações obtidas com a equipe da SEMAC no ano de 2008, foram repassadas por meio de entrevistas<sup>33</sup> e a partir dos dados no *site* da prefeitura. Os gerentes dos CODEBs lamentavam não terem elaborado cartilha ou qualquer outro material que orientasse sobre o que era e como funcionava esta experiência e afirmavam não ter material sobre tal experiência na SEMAC, somente o calendário de reuniões para o semestre. Algumas informações constantes no *site* da Prefeitura Municipal de Blumenau, como por exemplo, quanto aos objetivos dos CODEBs, diziam:

Desenvolvido através do programa Planejamento e Apoio Comunitário, os Conselhos de Desenvolvimento de Bairro – Codeb's – permitem estreitar as relações com a população. Por meio de reuniões, permite ao poder público fazer uma prestação de contas à sociedade. Para isso, o município foi dividido em seis áreas, integrando todos os 35 bairros da cidade. Cada área possui

---

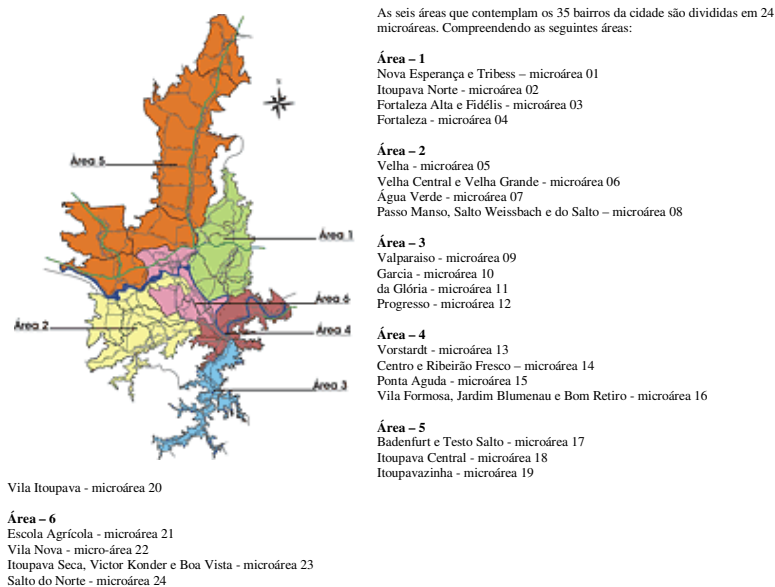
<sup>33</sup> As entrevistas com a equipe da SEMAC foram realizadas por uma bolsista de iniciação científica, sendo que estavam realizando uma pesquisa sobre as relações entre o poder legislativo e as associações de moradores em Blumenau. Estas entrevistas foram cedidas para serem utilizadas nesta tese pela coordenação da pesquisa.

um gerente que tem a responsabilidade de trabalhar para o fortalecimento das associações de moradores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2009)

Para dinamização desta proposta, a equipe da diretoria de planejamento comunitário fez a divisão dos 35 (trinta e cinco) bairros de Blumenau em Microáreas de Planejamento e Apoio Comunitário, e 6 grandes áreas com seus respectivos gerentes responsáveis. Vinculados as seis grandes áreas funcionavam os seis Conselhos de Desenvolvimento de Bairros – CODEBs.

A seguir, a divisão das grandes áreas conforme consta também no *site* da prefeitura:

Figura 01- Detalhamento das áreas do CODEB



Os gerentes destas grandes áreas eram os responsáveis por organizar as reuniões (que aconteciam nas microáreas) e assembléias (que aconteciam com a convocação dos líderes comunitários de todas as microáreas pertencentes a uma grande área). Os gerentes também eram os responsáveis pela convocação dos participantes. Estas informações são confirmadas no seguinte depoimento de um dos funcionários da SEMAC no ano de 2008:

*Então, Blumenau foi dividida em seis áreas e cada área tem um gerente, como já coloquei os bairros que são da minha responsabilidade. Eu atendo as associações de moradores e as reivindicações que elas fazem. Eles mandam um ofício para a gente ou fazem o pedido através de um cartãozinho igual a este que você está vendo aqui. A gente vai lá ver conversa com o morador, tendo a necessidade, como você mesmo viu o rapaz trazendo agora, a gente faz o memorando. Este memorando é encaminhado para o departamento se é para educação, se é para a saúde, se é para o Seterb. Esse aqui é para a Secretaria de Obras. Esse é o nosso trabalho, para você ter uma ideia este é o trabalho que a gente realizou este quatro anos, estas são as pastas, aqui tem os pedidos pendentes e os que já foram realizados. Tem uma pasta ali embaixo que eu poderia te mostrar de todos os memorandos que já foram resolvidos de 2005 para cá. É um trabalho árduo que nós fazemos, e é um elo de ligação da associações conosco. (Entrevista com VP, equipe SEMAC, 2008)*

As assembleias eram momentos em que era convocado um número maior de pessoas e aconteciam também palestras, ofereciam reuniões com técnicos, com profissionais, especialistas em educação, saúde, etc.:

*A gente fazia também palestras de motivação (...). O CODEB este ano foi mais fraco, devido ao ano*

*eleitoral, mas foi um órgão muito importante para a comunidade. (Entrevista com VP, equipe SEMAC, 2008)*

Ainda, segundo informações obtidas nas entrevistas, para participar dos CODEBs era necessário ser maior de 16 anos e deveria ser indicado pelas organizações civis de cada área administrativa. Caberia aos conselheiros dos CODEBs eleger e revogar o mandato da Coordenação e do Relator, bem como apoiar os conselheiros e atuar na informação e divulgação para a população dos assuntos tratados no Conselho de Desenvolvimento de Bairros.

Da mesma forma, os conselheiros, através das entidades representativas no Conselho e as Assembleias dos CODEBs, deveriam discutir, elaborar e acompanhar o Plano de Prioridades até a conclusão das obras. Além disso, também era função dos conselheiros discutirem e proporem sobre o desenvolvimento da área que representavam e votar as propostas de pauta das reuniões do Conselho.

Os CODEBs tiveram uma organização e funcionamento expressivo até o ano de 2008, porém, como era ano de eleições municipais, muitas reuniões não estavam acontecendo e a equipe da SEMAC acabou se concentrando em alguns dos outros projetos acima mencionado. Algumas reportagens nos jornais locais acabam demonstrando esta situação:

**BAGUNÇA NA SEMAC.** Atualmente, Blumenau possui mais de 150 AMs, algumas delas representando bairros inteiros, outras, uma única rua ou um conjunto de ruas. A Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SEMAC) possui um departamento de AMs, que tem como função coordenar os seis Conselhos de Desenvolvimento de Bairros (Codebs) existentes. Este ano, conselheiros estão estranhando, ainda não houve reunião dos CODEBs. Comenta-se que é por causa de uma rede de intrigas patrocinada pelo anúncio prematuro de candidatos a vereador que tem relações incestuosas com a SEMAC. Essas leviandades vieram à tona quando a politicagem



urdiu uma conspiração visando tomar o poder na UNIBLAM. O caldo de cultura resultante dessa rede de intrigas e a bagunça que atualmente tomou conta da SEMAC acabaram sendo um tiro no pé desta politicagem desvairada. A diretoria colegiada da UNIBLAM recebeu assim uma enorme solidariedade das organizações populares da cidade que, indignadas, resolveram reagir e dar uma resposta à prefeitura. (FOLHA DE BLUMENAU *ON-LINE*, EDIÇÃO 174)

Nas entrevistas a justificativa era a seguinte:

*(...) o governo Kleinubing abriu as portas para as associações, foi um dos poucos governos que teve reuniões. Agora nós estamos na época política não, mas nós temos reuniões constantes com o prefeito e as associações onde também eram feitas as reivindicações, nós tínhamos também o “Prefeitura nos Bairros”, que neste período eleitoral não pode. Mas as associações sempre tinham a chance de conversar com o prefeito, e assim por diante. Ainda ‘tá’ muito forte para o prefeito as associações. (Entrevista com VP, equipe SEMAC, 2008)*

Já no ano de 2009, quando houve a reeleição de João Paulo Kleinubing (DEM-Democratas), houve uma reestruturação das secretarias municipais e a SEMAC deixou de existir, da mesma forma os CODEBs também não foram retomados.

Quando questionado à equipe da prefeitura sobre quem e como as associações seriam atendidas a partir de 2009, foi informado que isso ficaria a cargo do gabinete do prefeito, sendo que qualquer atividade do CODEB seria retomada após a normalização da situação que a cidade enfrentou em novembro de 2009: fortes chuvas, deslizamentos e enchente. Sobre tal situação – a não realização das reuniões e o enfraquecimento do CODEB em Blumenau, retoma-se no capítulo seqüente. Destaca-se uma reportagem de um jornal local (anexo 3), em

que o prefeito eleito ressalta as suas prioridades na gestão em que é reeleito (2009-2012), na qual aponta que muito do que havia planejado e apresentado no seu plano de governo, deixaria de ser colocado em prática em função da priorização das obras emergenciais. Sobre tal situação será retomado no capítulo seguinte.

Especificadamente sobre as associações de bairro, poderá se perceber, no capítulo seguinte, que oportunidades políticas que foram surgindo na cidade provocaram apostas dos atores sociais diferenciadas e contribuíram tanto na constituição como na caracterização das organizações civis existentes, tendo a possibilidade de alcançar e se engajar mais nas questões da cidade com conseqüente aprendizado político. Isso ficará ainda mais plausível ao se apresentar as informações sobre as associações de moradores em Blumenau de forma longitudinal.

## CAPÍTULO V

### TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO EM BLUMENAU

A tese defendida aqui é que mudanças contextuais ofereceram novas oportunidades políticas para as associações de moradores de Blumenau, as quais se apropriaram dessas oportunidades de formas diferentes, e, num contexto de abertura democrática, tais oportunidades contribuíram para que os atores tivessem algum tipo de aprendizado democrático. Para o desenvolvimento dos argumentos da tese proposta, parte-se da análise dos seguintes indicadores: - *surgimento e criação das associações de moradores em Blumenau*; - *caracterização das associações de moradores*; - *organização interna e dinâmicas de funcionamento das associações de moradores*; - *as associações de moradores e as relações com outras instituições*; - *oportunidades políticas de participação e aprendizado democrático*; e - *tendências da cultura política dos atores sociais de bairro*.

No que tange ao indicador *surgimento e criação das associações de moradores em Blumenau*, recuperam-se as informações em documentos, pesquisas, relatórios, entre outras formas de registro sobre a história das associações de moradores em Blumenau e reconstrói-se a trajetória destas entidades. Numa perspectiva analítica que leva em conta a discussão de oportunidades políticas de Tarrow (2009) e da construção política da sociedade civil em Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009), mesmo esta oportunidade política ter sido regada de centralismo por parte do Estado de tentativas de controle da organização social e dos atores participantes na época, supõem-se que ela acabou por estimular a organização social, abrindo caminho para o surgimento de outras associações de moradores, com possibilidades de desafiar e cobrar o próprio Estado e legitimar-se na cena pública da cidade. Da mesma forma, outras oportunidades políticas facilitaram as associações de moradores buscarem a conquista de espaço, prestígio e legitimidade na cena pública da cidade.

Referente ao indicador de *caracterização das associações de moradores*, atenta-se para as discussões que Marcelo K. Silva (2009, p. 03) vem fazendo ao problematizar os estudos de oportunidades políticas e os recursos associativos com que contam atores da sociedade civil para suas atuações. Segundo o autor, as diferenças de posição social, recursos orçamentários, infraestrutura entre outros fatores, podem ser significativos na definição do que pode ou não ser considerada como oportunidade política por uma organização civil, numa determinada conjuntura. Assim, na referida caracterização, apresenta-se a localização das associações de moradores pesquisadas, abrangência populacional, os objetivos da criação e infraestrutura atual de cada uma das associações, o perfil dos líderes comunitários que se teve contato em 2008 e ainda informações quanto às principais reivindicações das associações de moradores nos três períodos de tempo pesquisados. Pressupõe-se que as demandas das associações de moradores em Blumenau giram, num primeiro momento, em torno de elementos de infraestrutura e, com o passar do tempo e atualmente, giram em torno da manutenção da qualidade de vida já existente, havendo preocupações destas associações com transporte, insegurança, falta de áreas de lazer, política habitacional, sede para associação, entre outras. E ainda, que em termos de recursos associativos, as associações de moradores pesquisadas dispõem atualmente de condições significativas para se colocar na cena pública do contexto blumenaense, mas, não deixam de aproveitar as oportunidades políticas que lhe são colocadas na busca por resolutividade de suas demandas e legitimidade, enquanto entidade representativa da população, percebendo canais participativos não como ameaça, mas sim, oportunidades.

Já com relação ao indicador que trata das *dinâmicas internas das associações de moradores em Blumenau*, parte-se das evidências dos dados de pesquisas existentes sobre as associações de moradores até meados de 1996, de que as associações de moradores foram criadas a partir da indução do poder público, com uma dinâmica interna muito atrelada aos presidentes das associações, com poucas preocupações em mobilizar a participação da comunidade junto à associação, a não ser aquelas em que havia estagiárias curriculares e acabavam fazendo este tipo de atividade com muitas dificuldades. Da mesma forma, há evidências de que havia pouco ou inexistia a participação da população ou membros da diretoria na associação, as reivindicações ficavam muito

restritas a percepção da diretoria da associação e não se preocupava ou se valorizava na época atividades de prestação de contas das ações da associação de moradores. A partir disso, pressupõe-se que diante de uma nova oportunidade política na cidade - a implementação de uma experiência de participação popular nas decisões públicas - o Orçamento Participativo - estas associações começam a ter que se organizar mais para garantir obras e a partir daí começam a se perceber mais como atores importantes no contexto político da cidade, ocupando, questionando e reivindicando com maior ênfase suas demandas e isso acaba acarretando, ao longo do tempo, uma reelaboração das dinâmicas internas no interior das associações de moradores, a partir do efeito positivo de maior abertura democrática na gestão da cidade. Analiticamente, vai ao encontro do que Houtzager, Lavalle e Acharya (2004, p. 261) apontam de que as capacidades de ação das organizações civis e do Estado são produto de uma história interativa e contingente de mútua constituição.

No que tange ao indicador das *Associações de Moradores e as relações com outras instituições*, busca-se desenhar como as reivindicações eram e são encaminhadas para sua resolutividade e com quem estas associações de moradores se relacionavam e se relacionam ao longo dos três períodos de tempo analisados. São analisadas informações, quanto à rede de relacionamento das associações de moradores. Leva-se em consideração a literatura que propõem que “a participação em associações civis ajuda os participantes a entrar em contato com a democracia, a praticá-la em um microuniverso, a aprender sobre como entrar em contato com o Estado e, nesse processo, entender sobre como melhor defender os seus interesses” (AVRITZER, RECAMÁN E VENTURI, 2004, p. 31).

Outro indicador refere-se às *oportunidades políticas de participação e aprendizado democrático*, no qual se destaca que em Blumenau, tendo em vista dados que caracterizam as associações de moradores em três períodos de tempo, sugere-se que há um aprendizado democrático que aparece tanto a partir dos elementos apresentados nas dinâmicas internas e relações com outras instituições, como também a partir do momento em que houve uma nova estrutura de oportunidade política na cidade - o Orçamento Participativo. Pressupõe-se aqui que os líderes comunitários, a partir do momento em que tiveram oportunidades políticas colocadas e as aproveitaram de formas

diferentes, acabaram valorizando e refletindo sobre a importância de uma gestão democrática e participava mais inclusiva dos cidadãos nas decisões de investimentos e no pensar políticas públicas, tendendo a interiorizar elementos de valores democráticos e mais participativos. Para dar visibilidade a este argumento, analisam-se os depoimentos dos líderes comunitários sobre experiências de participação no Brasil, em especial, aquelas que aconteceram em Blumenau, sobre a participação em canais de reivindicação de demandas, bem como, os depoimentos sobre a política e a democracia no Brasil.

Contudo, o último indicador trata das *tendências da cultura política dos atores sociais de bairro em Blumenau*. Parte-se do pressuposto, no tocante a amostra desta tese, de orientações dos membros das associações de moradores que tendem a valorização do engajamento associativo, maior interesse pela política, sentimento de influenciar as decisões e a valorização da participação. Analisa-se, assim, dados obtidos quantitativamente junto aos membros das associações de moradores que foram pesquisadas nesta tese, buscando apreender a percepção dos atores quanto a sua participação em entidade associativa, seu papel no sistema político e sua capacidade de influenciar a tomada de decisão. Esse indicador é importante, pois permitirá visualizar as tendências da cultura política dos membros das associações de moradores em Blumenau.

Contudo, ressalta-se que as informações das fontes originais produzidas a partir das pesquisas de reconstituição da história das associações de Moradores em Blumenau, Andrade e Schumacher (1994), Andrade e Sibert (1994) e Andrade e Werner (1996), bem como, relatórios e transcrições de entrevistas realizadas na época com o objetivo de reconstituir a história das associações de moradores, juntamente com registros de pesquisa, num segundo momento (Moura e Andrade, 1999, 2000, 2002) e os registros de pesquisas de 2008, exclusivos para a tese, contribuem para ilustrar cada um destes indicadores e confirmar o que se quer chamar atenção nesta tese: ao verificarmos a trajetória das associações de moradores em Blumenau, é possível perceber que estas surgiram a partir de um contexto marcadamente político e institucional, continuam na cena pública de Blumenau, colocando-se e recolocando-se politicamente conforme as oportunidades políticas foram surgindo a elas. Ou seja, está de acordo com Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009) quando chamam a

atenção sobre a importância da análise dos vários estatutos políticos da sociedade civil.

Passe-se então a apresentar e aprofundar os indicadores e a dialogar empiricamente com os pressupostos analíticos citados acima.

## 5.1 FUNDAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (AM) EM BLUMENAU

As primeiras Associações de Moradores em Blumenau surgem em 1984, sendo que um aumento significativo desse tipo de organização em Blumenau dá-se em 1988, conforme se pode observar nos dados apresentados no capítulo anterior. As associações de moradores começam a ganhar relevância no município no momento em que o governo federal estava instituindo o chamado “*Programa do Leite*” e, em Blumenau, o governo municipal acaba responsabilizando as associações de moradores pelo repasse de tíquetes às famílias consideradas “carentes”.

Para uma melhor compreensão deste momento em Blumenau e as associações de moradores, cabe destacar as pesquisas realizadas de março de 1994 a junho de 1996 (financiada pelo PIPE, PIBIC/CNPQ e PROCOPE<sup>34</sup>), sob a coordenação da Professora Edinara Teresinha de Andrade, da Universidade Regional de Blumenau (FURB), objetivando a reconstituição da história das Associações de Moradores de Blumenau.

Conforme consta em Andrade e Sibert (1994), o *Programa do Leite* que em Blumenau foi implementado em 1987, junto a outros programas sociais, tinha por objetivo doar leite a população carente. Cada cem famílias carentes cadastradas deveriam formar uma comunidade, uma associação que deveria eleger uma diretoria, sendo esta uma exigência do governo federal. As doações eram realizadas através do fornecimento de tíquetes, os quais poderiam ser trocados por leite em armazéns e mercados conveniados com o Governo Federal. A seleção das pessoas que poderiam se cadastrar para receber os tíquetes era realizado através de associação de moradores ou outros grupos

---

<sup>34</sup> Universidade Regional de Blumenau (FURB).

organizados existentes nos bairros. Quando não havia grupo organizado, o poder público auxiliava na criação de associações de moradores, sendo que ainda no governo da Nova República, foi criada uma Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), ligada diretamente ao Gabinete da Presidência da República, que tinha como objetivo financiar projetos para organizações comunitárias. Uma das exigências da referida secretaria para atender as reivindicações da comunidade é que esta estivesse organizada. Alguns depoimentos coletados na época destas pesquisas e que se teve acesso (anexo 4 - exemplo de registro pesquisado) demonstram isso claramente:

Esta associação nasceu da junção entre A. M. Canto do Rio e a A. M. Nova Rússia, no dia 11 de agosto de 1990, sendo os cargos foram ocupados pelos integrantes da Nova Rússia. Este processo de criação se deu com pessoas de dentro do bairro ajudados pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Comunitário. A união ocorreu por falta de participação da comunidade. (Registros Originais de pesquisa, ANDRADE E SIBERT (1994) - AM Nova Rússia, Santa Maria e Adjacências)

Foi fundada no dia nove de dezembro de mil novecentos e oitenta e oito, e sua criação tinha por objetivo cobrar as promessas feitas pelos políticos durante a campanha eleitoral. A associação foi legalizada por incentivo do governo municipal, que só atendia as reivindicações se a comunidade estivesse organizada e legalizada (Gestão Wilson Kleinubing). (Registros Originais de pesquisa, ANDRADE E SIBERT, (1994) - AM da Rua Santa Terezinha e Transversais)

Outro fator que influenciou no surgimento e aumento de novas AMs naquele ano (1988) foi a realização do pleito eleitoral. Muitos candidatos ao legislativo municipal ou mesmo cabos eleitorais de



partidos políticos locais viram nas associações de moradores um espaço para garantir votos (HILLESHEIM, 2000, p. 103).

Consta em Andrade e Sibert (1994) que, no governo do prefeito Wilson Pedro Kleinubing havia destaque nos discursos em praça pública, que este só atenderia a população que estivesse organizada em associações. A partir da vitória de tal candidato para o executivo de Blumenau em 1988, foram então fundadas muitas associações de moradores, principalmente por pessoas ligadas a coligação que o elegeu.

Andrade e Sibert (1994) destacam no decorrer das investigações sobre a história das associações de moradores em Blumenau, que havia uma movimentação de setores do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como de outros atores que eram vinculados a ala progressista da Igreja Católica, que também influenciaram na fundação de algumas associações de moradores em Blumenau, contudo, estas eram minoria e tinham um caráter mais combativo ao poder público do que as outras existentes no município.

Assim, na reconstituição da história das associações de moradores de Blumenau, as pesquisas coordenadas por Andrade (1995, 1996) destacam que a maioria das associações criadas na época, até 1996, fora por pressão municipal para receberem qualquer serviço, de qualquer natureza, como o tíquete do leite, para ser distribuído na comunidade. A tabela abaixo, extraída dos relatórios de Andrade e Sibert (1994) mostra os momentos distintos de surgimento das associações de moradores em Blumenau:

#### **Quadro 07 – Motivações para criação das associações de moradores de Blumenau**

<b>Motivo da criação da AM</b>	<b>Número de AMs Criadas</b>
Enchente	03
Pastoral Operária	01
Pressão Municipal	08
Tíquete do leite	04
Iniciativa Membro da comunidade	01
Total	17

Fonte: ANDRADE E SIBERT (1994) - Relatório final de pesquisa

Segundo análises de Andrade e Sibert (1994), as associações de moradores no município de Blumenau foram criadas em sua maioria por iniciativa do governo municipal, sendo, portanto, já na sua origem,

institucionalizadas. Seu projeto político caracterizava-se por ser institucionalizador-conservador, e a sua relação com o poder local se materializava através da utilização do clientelismo de quadros, onde havia um alto poder de manipulação e cooptação das lideranças comunitárias pelo poder público. Havia um contexto de pressão do governo, tanto para atendimento da comunidade em questões gerais (exigência do então prefeito Wilson Pedro Kleinubing), que aparece como maioria, como por ocasião da distribuição de tíquetes de leite para que a comunidade instituisse na época associações de moradores (ANDRADE E SIBERT, 1994).

Nos dados de pesquisa de Andrade, o relato referente a uma das associações de moradores que foi pesquisada na época e retomada na pesquisa realizada no período de 1999-2001 e 2008-2009, demonstra brevemente, como se dava esta situação de distribuição de tíquetes de leite numa associação de moradores. A associação de moradores em questão é da Rua Itapuí e a partir das informações dessa associação específica, poderá se perceber que de fato a trajetória dessas associações que foram instituídas pelo poder público em Blumenau, na sua maioria, não se criaram sozinhas, não surgiram do espírito de bondade ou solidariedade das pessoas que compartilhavam de necessidades semelhantes. O surgimento da maioria das associações de moradores em Blumenau acaba acontecendo de uma determinação do Estado, que se configurou na época enquanto uma forma de organização de atores sociais, só que, sendo uma ação coletiva que se engendrava na época por forma do Estado, que se pode supor, pelos dados analisados, que era um Estado que tinha estratégia de incluir os atores para posteriormente controlar suas ações ou obter ganhos políticos.

A trajetória da comunidade da Rua Itapuí e a relação com a associação de moradores e poder público, pode demonstrar um pouco como era essa indução do Estado na época para que houvesse a organização dos atores e como isso se configurava nas próprias dinâmicas internas dessa associação. As informações foram registradas nos trabalhos de alunas que realizavam na ocasião Estágio Supervisionado em Serviço Social e analisados por Andrade e Sibert (1994), sendo que constam nos relatórios das pesquisadoras informações como *“a associação na época não tinha outro propósito a não ser a distribuição dos tíquetes de leite, ficando frágil quanto à organização e funcionamento”* (ANDRADE E SIBERT, 1994). Outras informações

são de que, no momento em que deveria haver eleições para a diretoria (terceiro mandato), percebeu-se que não havia interessados em assumir os cargos necessários. Em março de 1990, com o adiamento das eleições da associação para tentar mobilizar a formação de uma chapa para concorrer à diretoria da associação, foi possível à equipe da universidade (representada pelas estagiárias do Serviço Social), perceber algumas posições dos moradores, dos líderes comunitários e do próprio poder público, e que merecem ser destacados.

Na época, no momento da mobilização para a eleição da diretoria para o terceiro mandato da associação de moradores, as estagiárias perceberam que de um lado não havia interesse da população em participar da AM, pois esta era vista como uma instituição representante do poder público, já que havia sido criada para tal finalidade (distribuição tíquetes do leite). Conforme consta em Andrade e Sibert (1994), a escolha da diretoria aconteceu por nomeação, sendo que os membros da diretoria (num total de 12) afastaram-se das funções, ficando a cargo da vice-presidente a responsabilidade e coordenação do programa do leite. Esta realiza uma reunião mensal, momento este em que a população participava para receber o tíquete do leite.

Nota-se, a partir das informações específicas da Associação de Moradores da Rua Itapuí e que reflete também o que acontecia nas outras associações de moradores na época, que também foram instituídas com a finalidade de distribuir o tíquete do leite, que as pessoas que vieram a participar da associação de moradores na época e que fizeram parte de sua criação, pelo menos nas que foram induzidas e/ou pressionadas pelo poder público, a maioria, não foi por vontade própria ou laços de solidariedade de tais pessoas, ao contrário, tiveram a intervenção direta e consequente da exigência do poder público, considerando que havia gabinetes, secretarias e pessoas responsáveis para assessorar e criar nas comunidades tais associações de moradores.

Diante disso, é possível concordar com Tarrow (2009) que alguns Estados têm uma estratégia preponderando em relação aos desafiantes, que é inclusiva, respondendo a suas reivindicações e absorvendo-as, facilitando a sua entrada no sistema político. Da mesma forma, Tarrow (2009) destaca que criando e difundindo oportunidades, o Estado contribui para que a ação coletiva iniciada por um grupo ou um objetivo particular ou não, forneça elementos e modelos de ação coletiva,

quadros interpretativos e estruturas de mobilização que podem produzir novas oportunidades.

Nesse sentido, considera-se que de fato, foram sim as associações de moradores induzidas na sua criação pelo poder público, mas, além destas surgiram outras no cenário de Blumenau, com um caráter mais reivindicativo e menos institucionalizado, bem como, as que nasceram de forma institucionalizadas, não significa que continuaram por muito tempo assim. Um acontecimento importante de se citar foi a realização de um congresso das associações de moradores em Blumenau, no dia 26 de julho de 1995, organizado por uma comissão composta de líderes comunitários e com apoio técnico de profissionais da Secretaria de Ação Comunitária existente neste período e de representantes da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Existia nesta época em Blumenau 97 associações de moradores registradas, sendo que participaram deste encontro 46% destas. A pauta havia sido elencada no encontro do ano anterior e versava sobre experiências que estavam acontecendo no Brasil de participação popular. Esse encontro aconteceu no momento em que líderes comunitários, incentivados por atores sociais da academia, partidos político de esquerda, discutiam sobre a importância da experiência que vinha se desenhando no Brasil, obtendo a visibilidade do que era o Orçamento Participativo.

Este momento de discussão de algumas associações de moradores sobre participação na gestão da cidade, também é passível de exemplificar o que Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2006) enfatizam sobre determinado contexto nacional, onde as associações de bairro buscam não mais se manifestar em movimentos de caráter combativo, mas sim, começam a buscar novas estratégias de atuação na gestão das políticas, junto ou paralelo ao poder público e não mais contra ele. Em Blumenau, isso também aconteceu, e as associações de moradores discutiam formas para ocupar os novos espaços de participação que vinham surgindo no Brasil após a Constituinte de 1988, mesmo antes da experiência de Orçamento Participativo ser proposta na cidade.

Cabe ainda destacar aqui que, no ano de 1997, também se criou a UBAM – União Blumenauense de Associação de Moradores (atualmente UNIBLAM – União Blumenauense de Associações de Moradores e entidades afins) e a União das Associações de Moradores das Itoupavas. A primeira agregava as AMs de todo o município e, a segunda, a de uma determinada região da cidade. Ambas, no entanto,

tinham como fundamento a articulação e fortalecimento destas organizações no contexto local (NEPEMOS, 2003). Interessa aqui trazer informações quanto a UNIBLAM, considerando que é uma entidade com papel fundamental junto às associações de moradores em Blumenau.

A UNIBLAM é composta por um número indeterminado de Associações de Moradores, Centros e Conselhos Comunitários em Geral, Núcleos Agrícolas e outras entidades afins, com personalidade jurídica distinta das pessoas físicas e jurídicas que as compõem. Todos os membros componentes da UNIBLAM prestam seus serviços na condição de voluntários não-remunerados. A atuação da UNIBLAM nasce com uma característica crítica e combativa e em defesa de mais participação da população na gestão da cidade.

Contudo, com o passar do tempo, a participação da UNIBLAM em conselhos e espaços de representação acaba ficando bastante centrada na figura do seu representante, sem que haja uma discussão sobre os posicionamentos da entidade nestes espaços junto às entidades associadas.

Este contexto que se falou acima se trata do momento em que a coligação formada por partidos de esquerda, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) assume o poder executivo em Blumenau e configura na cidade espaços de participação popular que requer a organização das associações de moradores para participar da discussão de alocação dos investimentos públicos, quando se propõem e implementa-se, então, o Orçamento Participativo na cidade<sup>35</sup>.

Desde já se destaca que OP em Blumenau vai ter significado central e é considerado aqui na perspectiva de Oportunidades Políticas de Tarrow (2009) como representação da dimensão que ele trata que é a ampliação de acesso para participação de novos atores. Contudo, mais argumentações sobre o OP serão feitas mais adiante quando os dados forem mais bem elucidados. A preocupação inicial é deixar claro o processo de criação das associações de moradores.

---

<sup>35</sup> A cidade já contava antes do Orçamento Participativo com experiências de Conselhos gestores, contudo, não será adentrado aqui na discussão desta experiência em Blumenau. Destaca-se apenas que o Conselho de Assistência Social, o Conselho de Direitos da Criança e Adolescente e o Conselho de Saúde (especialmente os conselhos locais de saúde) são, desde sua instituição, bastante atuantes e significativos na cidade. As associações de moradores são chamadas a participar nestes conselhos geralmente representadas pela UNIBLAM.

Especificadamente sobre a UNIBLAM, pode-se dizer que esta esteve presente nos momentos em que o contexto permitiu maior ou menor abertura para sua participação (LAVALLE, HOUTZAGER E CASTELLO, 2009) e esse fato determinou o protagonismo desta organização civil sendo que se expressa de forma mais combativa quando há em Blumenau a gestão do PT (1997-2004) e que permitia a discussão e cobrança com relação à infraestrutura e políticas públicas, e menos combativa e mais articulada com outros atores (no caso aqui um partido político específico) na tentativa de se colocar diante da gestão pública na gestão a partir de 2005 até o momento.

Neste período da gestão em que esteve à frente o PT na cidade de Blumenau houve a criação de algumas associações de moradores novas, inclusive no ano de 2000. Contudo, não há informações suficientes que possibilitem concluir que foram criadas por efeito do Orçamento Participativo. O que se tem de informação é que de fato, a partir de pesquisas na época para acompanhar o processo do OP em Blumenau (ANDRADE E MOURA, 1999, 2001) os participantes do OP eram na maioria participantes de associações de moradores. Destaca-se aqui uma pesquisa realizada em 1998 com os delegados da gestão 1998-2000, na qual se constatou que num universo de 412 sujeitos participantes do OP (delegados e conselheiros), 61% deles faziam parte de alguma Organização Comunitária (ANDRADE E MOURA, 1999, 2001). Foi verificado também que as associações de moradores eram as organizações comunitárias mais presentes no interior do OP. Como mostra a tabela a seguir:

#### **Quadro 08 – Caracterização associativa dos participantes do OP em Blumenau –1998-2000**

<i>Participação em organização comunitária</i>	<i>Percentual (%)</i>
Participantes	61%
Não participantes	18%
Não Responderam	21%
<i>Organização comunitária que o delegado mais participa*</i>	<i>Percentual (%)</i>
Associação de moradores	34,8%
Mais de uma organização comunitária	24,4%
Não responderam	22,7%
APPs	5,9%
Diretoria de Igreja	2,3%
Sindicatos	2,0%
Clube de caça e tiro	2,0%

Outras organizações comunitárias	1,8%
Partido político	1,2%
Clubes recreativos	1,0%
Clube de Mães	0,8%
Pastorais	0,6%
Centro comunitário	0,2%

Fonte: Relatórios de pesquisa de ANDRADE E MOURA (1999).

\* As resposta nos questionários eram múltiplas.

Percebe-se que entre os que participam de apenas uma organização comunitária, 34,8% participam de associação de moradores. No entanto, se for considerado que os que participam de mais de uma organização comunitária (que totalizam um percentual de 24,4%) e se cruzadas com a leitura dos questionários e com a observação participante decorrentes da pesquisa que levantou estes dados, pressupõe-se que, quem participa de mais de uma organização, normalmente participa também da associação de moradores. Frente a isto, se deduz que o número de delegados na época em Blumenau que participava de associação de moradores pode ser elevado para 59,2%, comprovando o importante papel mobilizador das mesmas (ANDRADE E MOURA,1999).

Além de participarem das organizações comunitárias, 66% dos delegados no período de 1998-2000 foram eleitos como representantes de alguma organização comunitária e dos 412 sujeitos, 50% afirmaram que ocupavam algum cargo de diretoria.

#### **Quadro 09 - Vínculo participantes do OP de Blumenau em Organizações Comunitárias-1998-2000**

<i>Eleição através de Organização Comunitária</i>	
Sim	65,6%
Não	18,9%
Não responderam	15,6%
<i>Delegado ocupa cargo de diretoria na organização comunitária</i>	
Sim	50%
Não	30%
Não Responderam	20%

Fonte: Relatórios de pesquisa Andrade e Moura, 1999.

Verifica-se, assim, que em Blumenau aconteceu uma mobilização das associações de moradores para a participação da população do OP, refletido no número de participantes nas atividades do OP. Assim, é possível que algumas associações de moradores tenham surgido influenciadas pelo orçamento participativo, na medida em que as comunidades precisavam estar organizadas nas assembleias a fim de eleger o maior número de delegados e garantir que na hora em que fosse decidido, quem receberia determinadas obras, quais ruas ou bairros receberiam os recursos disponíveis, que sua comunidade fosse contemplada.

Diante de tais informações, pode-se novamente fazer ênfase de que a fundação das associações de moradores em Blumenau foi por indução do poder público, caracterizando uma oportunidade política na perspectiva de Tarrow - dimensões consistentes do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas. Ao incentivar ações coletivas, o contexto permitiu que novas associações surgissem ou fortaleceu aquelas que já existiam, e, a partir de uma abertura política expressa por espaços de participação, houve a necessidade das associações de moradores em Blumenau se reorganizarem em seus objetivos e dinâmicas o que impactaria futuramente como ser verá adiante.

Assim, a instituição do OP em Blumenau, a partir da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), foi uma oportunidade política que possibilitou às associações de moradores se colocarem presentes no cenário político local neste momento e, posteriormente, como será verificado nas análises seguintes, vai permitir que estas mesmas associações comecem um processo de reorganização interna, reconfiguração de posturas, relações e posicionamentos mais democráticos e de valorização da participação na gestão da cidade, principalmente no momento em que questionam o próprio processo do OP, mas o defendem como experiência importante e necessária para a cidade.

A partir de informações quanto à fundação e seus fundadores, as associações de moradores em Blumenau permitem reforçar a tese de que o contexto importa e tem relevância direta no surgimento e na configuração de organizações civis, nos protagonismos de seus atores e na ocupação de espaços que vão se colocando como permeáveis para



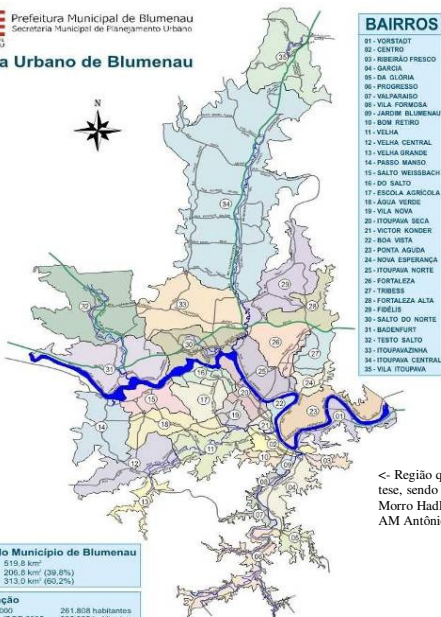
tais organizações buscarem sua visibilidade política e capacidade de atuação.

Contudo, no sentido de evidenciar se e como as organizações civis têm participado dos novos arranjos institucionais e participativos de elaboração de políticas públicas, e quais mudanças ou não se processam neste contexto de abertura de participação na gestão pública tem predominado e se constituído, passa-se a seguir a apresentar as informações do indicador que trata das características, as dinâmicas internas e as principais preocupações e formas de encaminhamento e atuação das associações de moradores.

Nesse sentido, alerta-se antes de adentrar nas dinâmicas internas das associações de moradores, que se prima por caracterizar e situar elementos das associações de moradores sob a ótica longitudinal, destacando informações de três períodos e contextos distintos.

## 5.2 CARACTERIZAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES SELECIONADAS PARA ANÁLISE DA TESE

As associações de moradores pesquisadas nesta tese localizam-se em sua maioria na margem direita do rio Itajaí-Açu. No mapa da cidade de Blumenau, poderá se perceber a localização de tais associações:



<- Região que se localiza maioria das AMs pesquisadas na tese, sendo elas: - AM Santa Maria (Nova Rússia); - AM Morro Hadlich; - AM Santa Terezinha e Transversais e - AM Antônio Zendon e Transversais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau.

Esta região em que predominou a amostra de associações de moradores pesquisadas é bastante populosa, de características mais residenciais, sendo que abrigou na sua origem trabalhadores têxteis, considerando indústrias deste ramo instaladas na região, mas que atualmente, mesmo predominando característica residencial, a região conta com uma boa infraestrutura de comércio, empresas de vários segmentos e abrigam prestadores de serviços, funcionários públicos e empresários. Apesar de ser uma região com boa infraestrutura nas partes centrais dos bairros que a compõem, possui nas extremidades (nos locais mais afastados do centro da cidade), regiões precárias de infraestrutura e bastante marcadas pela ocupação irregular.

Para se ter um panorama das características dos bairros, cujas associações foram amostra desta pesquisa, segue o quadro abaixo:

**Quadro 10 – Caracterização dos bairros e AM pesquisadas**

BAIRRO	Características do bairro	População e localização	Associações de Moradores
--------	---------------------------	-------------------------	--------------------------

			<b>Pesquisadas/tese</b>
<b>Progresso</b>	Apresenta características predominantemente residencial. A principal aglomeração de atividades econômicas é a Terciária (comércio e serviços). Na área urbana do bairro, encontra-se, ainda, a existência de pequenas hortas de fundo de quintal e uma pecuária pouco significativa, ambas para consumo próprio. No fundo dos vales da área rural, há uma região agrícola muito rica, com plantações de banana, milho aipim, mandioca e outras culturas não menos importantes. A pecuária é formada por criação de bovinos, suínos e gado de leite.	12.371  Margem direita do rio Itajaí-Açu, porção Extremo-Sul de Blumenau	- AM Santa Maria (e Nova Rússia)  - AM Morro Hadlich  - AM Santa Terezinha e transversais
<b>Garcia</b>	Apresenta características predominantemente residencial, embora esteja ocorrendo mudanças acentuadas para atividades econômicas, principalmente junto aos principais Corredores de Serviços. Encontra-se situado dentro de um vale relativamente estreito, estando bastante adensado, chegando a atingir 2.276 habitantes por km <sup>2</sup> em 1991, segundo Censo Demográfico.	14.649  Margem direita do rio Itajaí-Açu, porção Sudeste de Blumenau.	- AM Rua Itapuí  - AM do Médio Garcia
<b>Valparaíso</b>	Apresenta característica predominantemente residencial, embora esteja ocorrendo mudanças acentuadas para atividades econômicas, principalmente junto aos principais Corredores de Serviços. Encontra-se situado dentro de um vale relativamente estreito, estando bastante adensado, chegando a atingir 2.117 habitantes por km <sup>2</sup> em 1991, segundo Censo Demográfico.	4.945  Lado direito do rio Itajaí-Açu, na porção Sul da cidade	- Antonio Zendron e Transversais
<b>Itoupava Central</b>	Cortado pela rodovia SC-474, apresenta característica predominantemente residencial, havendo mudanças acentuadas para atividades econômicas. Com a fixação do novo Perímetro Urbano de Blumenau, ampliou-se sua área territorial de 16,4 km <sup>2</sup> para 39,8 km <sup>2</sup> permitindo, segundo os aspectos da legislação, a instalação de novas atividades econômicas.	20.454  Margem esquerda do rio Itajaí-Açu, porção Norte do município	- AM Amigos da Tatutiba
<b>Fortaleza</b>	Apresenta características predominantemente residencial, embora esteja ocorrendo mudanças acentuadas para atividades econômicas, principalmente junto aos principais Corredores de Serviços. No bairro, encontra-se, ainda, a existência de pequenas hortas de fundo de quintal e uma pecuária pouco significativa, ambas para consumo próprio. Próximo aos limites de Blumenau com Gaspar	12.508  Margem esquerda do rio Itajaí-Açu, porção Centro-Nordeste do município	- AM Fortaleza
<b>Tribess</b>	Era pertencente ao bairro Fortaleza, do qual foi emancipado. A região do Tribess é composta por toda a Rua Hermann Tribess e suas transversais. Esta rua, considerada via principal da região, tem ligação direta com as ruas Julio Michel e Francisco Vahldeck, além da BR-470. Tem características predominantes residenciais.	7.738  margem esquerda do rio Itajaí-Açu, porção Nordeste do município	- AM Hermann Tribess

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, encontra-se os bairros Fortaleza e Tribess, ambos populosos e também muito bem servidos por comércios e indústrias locais. Nestes bairros, houve duas associações pesquisadas na tese.

Outra associação de moradores pesquisada na tese fica ainda no bairro da Itoupava Central, que, por sua vez, localiza-se afastado do centro da cidade e com bastante área rural e predominância da cultura alemã, sendo inclusive rota de turismo germânico da cidade, mas que contam também com comunidades (oriundas de ocupação), que convivem com carência de infraestrutura, transporte público, equipamentos públicos, etc.

Cabe salientar que a ocupação irregular está presente em todas as regiões da cidade, inclusive na região central, paralelo a uma conjuntura nacional no que tange a habitação, na qual famílias não conseguem

pagar por terrenos ou aluguéis em regiões consideradas “nobres” da cidade. A diferença na cidade são as muitas áreas de risco existentes, dificultando ações tanto da própria comunidade, como do Estado, para providenciar e cobrar ações a fim de regularização dos terrenos. Como não é objetivo adentrar nesta discussão no presente trabalho, cabe apenas destacar que a regularização fundiária vem sendo preocupação eminente de líderes comunitários em Blumenau, como poderá se perceber mais adiante na análise das principais reivindicações das associações de moradores.

Já no que tange as informações específicas das associações de moradores, o quadro a seguir traz informações quanto à data de fundação, objetivos de criação obtidos junto aos estatutos, bem como informações relativas à infraestrutura de cada uma delas:

### Quadro 11 – Caracterização Associações de Moradores analisadas

AM	Data de fundação da associação, infraestrutura e objetivos de criação
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERS AIS	<p>Data de fundação: 19/09/1987 Data de registro: 19/07/1988</p> <p>Surgiu com o objetivo de reivindicar recursos para a comunidade, principalmente de infraestrutura, bem como, em decorrência da necessidade de organização da comunidade para receber o tiquetes do leite na época.</p> <p>A associação tinha sede, adquirida na época com intervenção de um deputado estadual. Com relação à sede da associação, por faltar condições de mantê-la e devido ao fato de o governo de 2004 retirar os programas que ali eram desenvolvidos com a comunidade, como ginástica e dança para as crianças, devolveram a sede a prefeitura como forma de protesto.</p>
2 - AM DO MORRO HADLICH	<p>Data de fundação: 25/09/1988 Data de registro: 06/08/1990</p> <p>Tinha por objetivo resolver os problemas de infraestrutura da comunidade. Foi organizada por pressão municipal, sendo que não trouxe benefício à comunidade até 8 de junho de 1991, quando foi reativada, pois, as enxurradas que aconteceram em 1990, debilitaram muito a comunidade.</p> <p>A comunidade recebia tiquetes do leite. Não havia calçamento na rua, não havia escola, nem creche, nem igreja e havia deficiência de infraestrutura.</p> <p>Ainda não possuem sede, sendo esta uma das prioridades da comunidade atualmente.</p>
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTE S	<p>Data de fundação: 01/05/1989 Data de registro: 20/12/1991</p> <p>Nasceu da junção entre A.M Canto do Rio e a A M Nova Rússia no dia 11 de agosto de 1990, sendo os cargos foram ocupados pelos integrantes da Nova Rússia. Este processo de criação se deu com pessoas de dentro do bairro, ajudados pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Comunitário na época. A união ocorreu por falta de participação da comunidade.</p> <p>A associação ativa é a Santa Maria e esta possui sede desde 2004, sendo esta utilizada também pelo clube de mães. A sede possui boa infraestrutura e foi adquirida a partir de subvenções, doações empresariais e com dinheiro arrecadado a partir de promoções da associação. Infraestrutura levantada em mutirão entre moradores.</p>
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	<p>Data de fundação: 17/04/1988 Data de registro: 07/10/1988</p> <p>O surgimento da associação ocorreu devido à exigência do governo federal (gestão 1984/89 intitulada “Nova República”) que criou, através da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), vinculada diretamente ao Gabinete do Presidente, um programa de distribuição de tiquetes de leite, para as populações carentes. A Associação na época não tinha outro propósito a não ser a distribuição dos tiquetes de leite.</p> <p>Possui uma sede que atualmente vem sendo cedida em comodato para prefeitura instalar uma creche, principal reivindicação da comunidade. Outra sede já está em andamento para construção, sendo que os recursos provém de subvenções, doações empresariais e arrecadação em promoções da associação na comunidade.</p>
5 - AM	Data de fundação: 23/07/1989

<b>AMIGOS DAS TATUTIBAS</b>	Data de registro: 23/04/1990 A organização foi necessária para solucionar os problemas da comunidade (infraestrutura), sendo que havia a influência e pressão do governo municipal na época. Quem impulsionou a criação da AM foram pessoas que conheciam experiências em outros bairros. Foi citado nos registros de Andrade que havia necessidade de organização para distribuição do tiquete do leite. Possui sede ampla, com campo, lanchonete, sala de reuniões. Serve de espaço para abrigar e oferecer cursos e aulas de diversas modalidades para a comunidade. Foi adquirida com subvenções, doações empresariais e arrecadação de promoções da associação na comunidade.
<b>6 – AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERS AIS</b>	Data de fundação: 04/06/1986 Data de registro: 18/12/1989 Surgiu a partir do interesse de alguns membros da comunidade para buscar solução as muitas demandas existentes naquela região. Não citam a distribuição do tiquete de leite, nem a pressão municipal. Possui sede ampla com campo de futebol, cancha de bocha, sala de reuniões, parque, lanchonete. Foi adquirida através de subvenções, doações e arrecadação em promoções da associação.
<b>7 – AM DO BAIRRO FORTALEZA</b>	Data de fundação: 09/11/1986 Data de registro: 04/05/1988 Fundada por pessoas ligadas à Igreja Católica – Pastoral Operária, pois algumas pessoas da comunidade sentiram necessidade de uma organização comunitária para ganhar maior pressão. Foram buscar informações para iniciar o trabalho com pessoas ligadas a movimentos populares. A sede da associa de moradores atualmente serve para a tentativa de implementação de uma rádio comunitária no bairro.
<b>8 – AM DO MÉDIO GARCIA</b>	Data de fundação: 24/03/1991 Data de registro: 28/04/1992 Surgiu a partir do momento que um candidato a vereador (eleições 1989) quis fundar uma associação na comunidade, mas não morava na região, seu objetivo era conseguir votos. Um grupo de pessoas do bairro formou uma comissão e foi contra a proposta do candidato a vereador e iniciou o trabalho com pessoas da comunidade. Objetivo da associação de moradores era reivindicar melhorias para o bairro. Possui sede ampla, com sala de reuniões, creche, anexo um posto de saúde, parque. Oferece espaço para clube de mães e outros programas que necessitem de espaço para funcionar. Foi adquirida a partir de subvenções, doações e arrecadação em promoções da associação na comunidade.
<b>9 – AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERS AIS – AMSTET</b>	Data de fundação: 17/12/1988 Data de registro: 01/06/1990 Sua criação tinha por objetivo cobrar as promessas feitas pelos políticos durante a campanha eleitoral. A associação foi legalizada por incentivo do governo municipal que só atendia as reivindicações se a comunidade estivesse organizada e legalizada. Possui sede ampla, com sala de reuniões, creche, anexo um posto de saúde, parque. Oferece espaço para clube de mães e outros programas que necessitem de espaço para funcionar. Foi adquirida a partir de subvenções, doações e arrecadação em promoções da associação na comunidade.

Fonte: Banco de Dados NEPEMOS; Registros e fontes originais de pesquisa de ANDRADE (1995).

Os dados referentes aos objetivos da criação estão contemplados na discussão acima, quanto à criação e surgimento das associações de moradores em Blumenau. No que tange aos dados sobre infraestrutura destas associações de moradores, a grande maioria possui sede bem equipada, com cozinha, espaço para eventos, parquinho, quadra de futebol, lanchonete, entre outras repartições, contudo, esta não é a realidade da maioria das associações de moradores de Blumenau, de fato, as associações de moradores pesquisadas contam com bons recursos materiais.

Chama-se a atenção nos dados acima e a partir das observações feitas a campo que atualmente as associações de moradores com maior infraestrutura são percebidas pelos membros que a frequentam como

área de lazer da comunidade, sendo que Blumenau tem carência deste tipo de espaço, bem como, é considerada importante para abrigar serviços (geralmente saúde e educação) ou programas oferecidos para a comunidade pelo próprio poder público. Praticamente todas que se teve contato e que possuíam sede disponibilizavam as instalações para funcionamento de outros grupos organizados da comunidade como clube de mães, atividades de idosos, etc. O que se percebeu no contato e visita às instalações das associações é que, aquelas que têm serviços de saúde ou educação anexo a sede da associação, veem isso como positivo, primeiro por atrair a participação e os olhares da comunidade para a associação de moradores e legitimá-la como instância representativa, e segundo, por ser uma forma de manter financeiramente a infraestrutura da associação a partir da renda obtida pelas promoções realizadas no local ou aluguel dos espaços ou provindas do aluguel da lanchonete.

Percebe-se, assim, que além de bons recursos materiais, enquanto organização de bairro, as associações pesquisadas possuem significativos recursos financeiros. Por outro lado, apareceu durante a pesquisa a tendência atual das associações de moradores em entregar ou devolver a sede para o poder público, como forma de protesto, quando não têm recursos financeiros para sua manutenção. Nesse ato, consideram que o poder público deveria dar mais valor as associações de moradores, ou acabam assumindo o que Estado parece não dar conta, como por exemplo, propor espaço para creche ou posto de saúde a fim de suprir a demanda da comunidade:

*Nós temos aqui a sede da associação. E aqui nós temos o campo. E o que nós estamos fazendo: nós vamos, este espaço aqui que tem da associação, mais ou menos 600 a 700 metros, nós estamos doando para o município, prédio com tudo. Vamos fazer um COMODATO aqui, para instalar uma creche, entendeu? E nós vamos começar a construir a nova sede aqui, a sede nova. Por quê? Porque a comunidade, a maior necessidade aqui é uma creche. (Depoimento AM Rua Itapuí, 2008)*

(...) chegou num ponto que ficou impossibilitado de todas as formas, a gente não conseguiu mais manter, devido ao grande abuso de depredação, a molecagem chegava lá, tinha portas quebradas, buraco na parede e as coisas foram sendo roubadas e o local não era de... a gente não tinha como fazer ali uma segurança mais forte, nenhuma associação, nenhum clube consegue manter um guarda noturno, então teve bastante prejuízo, então a nossa associação foi depredada várias vezes... E hoje nós não temos sede... A prefeitura, então, colocamos a disposição a nossa sede para a prefeitura e a prefeitura deu, doou ela para a Associação dos Canaricultores, criadores de canários e curios. É uma pena, já foi jogado muito dinheiro, tem muitos bairros, muitas associações que querem sua sede, que querem sua associação e a nossa fez o contrário e devolveu. (Depoimento, AM Hermmam Tribess, 2008)

Fica evidente a procura por parte das associações de moradores em chamar a atenção para a legitimidade deste tipo de associação pelos próprios líderes comunitários e diretoria. Mesmo “devolvendo” a sede da associação, todos os líderes comunitários, também os que ainda não tiveram sede, quando perguntados sobre a importância de ter uma sede, são unânimes em dizer que a sede é importante para a população no sentido de ser “um espaço de lazer”, de “encontro de pessoas da comunidade” e por ter um espaço para “se organizar e buscar solucionar os problemas da comunidade”.

No que tange a um perfil dos líderes comunitários atuantes nas associações de moradores pesquisadas, pode-se observar a partir do quadro abaixo:

**Quadro 12 - Perfil dos entrevistados em 2008**

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	PROFISSÃO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	MORADIA
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Comerciante	Divorciado	Superior completo	Própria
2 - AM DO MORRO HADLICH	Comerciante	Casado	Ensino fundamental completo	Própria
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E	Operador têxtil	Casado	Ensino médio completo	Própria

ADJACENTES				
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	Funcionário Público	Casado	Ensino superior completo – Pós-graduado	Própria
5 - A M AMIGOS DAS TATUTIBAS	Representação comercial	Casado	Ensino médio completo	Própria
6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Motorista transporte urbano coletivo	Casado	Ensino médio completo	Própria
7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA	Pedreiro autônomo	Casado	Ensino fundamental completo	Própria
8 - AM DO MÉDIO GARCIA	Empresário	Separado	Superior completo	Própria
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET	Marceneiro	Casado	Ensino médio completo	Própria

Percebe-se, a partir do quadro, que o perfil dos líderes comunitários representantes das associações de moradores pesquisadas não refletem situações extremas de carência ou falta de escolaridade, ao contrário, revela que, no que tange aos recursos associativos referente à posição social dos atores em questão, há uma boa inserção profissional e um nível educacional significativo, sendo que apenas dois aparecem apenas com ensino fundamental completo e muitos com superior completo. As condições de moradia, sendo própria, também contribuem para inferir que há bons recursos associativos dos representantes das associações de moradores.

Percebe-se também que os membros participantes da diretoria são geralmente pessoas acima de 30 anos, com bastante vínculo na própria comunidade, que já participaram de conquistas significativas da associação de moradores e moram há muitos anos no bairro. A relação destas associações com o comércio local, indústrias e prestadores de serviços é bastante próxima, sendo que apóiam as associações principalmente em eventos comemorativos como natal, páscoa, dia das crianças. Isso talvez por estarem entre as mais antigas de Blumenau e localizam-se nas regiões mais centrais dos bairros em que fazem parte, pois não são características de todas as associações na cidade.

Cabe destacar que é comum num mesmo bairro haver muitas associações de moradores, ou seja, cada rua forma uma associação. Muitas destas são datadas de criação em 2000 e localizam-se em áreas precárias de infraestrutura, nível de escolaridade mais baixo e inserção profissional mais informal, contudo não será foco de nossa atenção no momento.

No momento que se destaca que as associações que são analisadas nesta tese são mais antigas, mais bem estruturadas e possuem



representantes com recursos associativos que permitem estratégias de atuação condizentes com tais recursos, de fato, há de ser considerado que estas associações souberam aproveitar as oportunidades políticas que foram se colocando no contexto de Blumenau.

Isso pode ser observado principalmente se compararmos quais eram as principais reivindicações quando estas surgiram e quais são as principais reivindicações atualmente, bem como, com outros fatores que serão mais adiante destacados.

Especificamente quanto às reivindicações das associações de moradores no decorrer de sua existência, estas giravam em 1994 em torno de infraestrutura básica, por exemplo, buscava-se obter na época instalações que trouxessem água para a o bairro, agora, em 2008, há a necessidade de manutenção ou ampliação dessa mesma rede de água, assim também acontece com as ruas, buscava-se a pavimentação, agora, busca-se a manutenção destas. No contato com as AM em 2008 e 2009, fica muito evidente o avanço das AM, ao se preocuparem com discussões que fogem do âmbito local. Preocupam-se em discutir regularização fundiária, transporte de qualidade, educação ou segurança pública.

Na tentativa de estabelecer uma leitura dos dados em períodos, na tabela abaixo se percebe quais eram as principais reivindicações no decorrer dos três períodos pesquisados.

**Quadro 13 – Principais reivindicações**

AM	1994	2000	2008
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Melhorias no ambulatório; Telefones públicos; Área para cemitério; Bocas de lobo; Escola;	Educação – reforma da escola Pavimentação da rua principal.	Área de Lazer Segurança Pública.
2 - AM MORRO HADLICH	Melhoria de água; Rede de energia elétrica; Telefone público; Tubulações; Coleta de lixo; Limpeza Ribeirão;	Creche Pavimentação da rua principal.	Transporte Público; Sede e área de lazer; Regularização dos terrenos.
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	Tubulação; rede de água; construção de pontes; alargamento de ruas	PSF Área de lazer	Cobertura da sede da associação de moradores; manutenção geral das ruas; segurança pública;
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	Falta de água; legalização dos terrenos; posto médico; creche.	A principal seria ônibus em todas as vias da comunidade	Creche; Regularização dos terrenos; Pavimentação da rua e aumento do trajeto de ônibus;
5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS	Construção da escola; rede de água; Iluminação pública; pavimentação; abrigos e horários de ônibus	Pavimentação Creche comunitária Posto de saúde, mobilização social	Manutenções gerais das vias de acesso as casa da população; Políticas de lazer;
6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Melhorias do bairro; escola; calçamento de rua; rede de água.	Creche Pavimentação	Falta de segurança no bairro; Recolhimento do lixo;

7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA	Feira livre; sede de associação; comportas para contenção de enchente; calçamento de ruas;	Serviços gerais de manutenção das ruas pavimentadas; Área de lazer;	Segurança pública; Manutenção das ruas
8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA	Construção de creche; posto de saúde; galpão para feira livre; telefones públicos; pavimentação; canalização de ruas;	A construção da creche, a implementação do posto de saúde, ônibus, calçamento de rua, ribeirão, iluminação pública;	Segurança pública; Melhoria no trânsito;
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET	Pavimentação de ruas; rede de água; esgoto; construção de Centro Social com creche e centro de saúde.	Construção de sede, área de lazer, serviços básicos.	Manutenção geral das ruas do bairro;

Percebe-se que, assim que as principais reivindicações das AMs de Blumenau, no período de 1994-1996, eram as mesmas referentes aos serviços básicos e infraestrutura do bairro. Enquanto que no período consequente aparecia como principal demanda a construção de creches, essa de fato era a principal reivindicação também no Orçamento Participativo, ficando atrás apenas das solicitações de pavimentação (ANDRADE E MOURA, 1999).

O que se percebe no período atual de pesquisa 2008-2009, é que as associações de moradores reivindicavam principalmente manutenção geral da rua e como já apontado acima, demandas de políticas públicas como educação, segurança, habitação, transporte. Demandas estas que saem da preocupação somente com o local de moradia e exige das associações envolverem-se nas discussões mais amplas frente às políticas apontadas. O ficar sabendo é importante, pois, geralmente os líderes comunitários acabam por não serem informados dos eventos que acontecem na cidade, como conferências, congressos, entre outras formas ou espaços de discussão de tais temáticas. No máximo, há o convite para UNIBLAM que representa todas as associações, mas esta acaba por não divulgar para as associações muitas vezes por, entre outros motivos, pré-julgar que estes não irão participar como a fala de um dos representantes da UNIBLAM:

*“Não adianta convidar, ninguém vai mesmo, então a gente representa pra não ficar sem ninguém lá das associações de moradores”.*  
(Depoimento de representante UNIBLAM, 2008)

Este fato pode ser visto da seguinte maneira: em primeiro lugar, a UNIBLAM agindo dessa forma, não permitindo a oportunidade das associações ficarem sabendo destes momentos de discussão mais amplas, já que ela é convidada como representante das mesmas, conseqüentemente, está adotando uma perspectiva extremamente centralizadora e autoritária que não contribui para alcançar níveis maiores de participação das associações de moradores nas atividades de discussões públicas, de direção das políticas públicas de segurança, transporte, saúde.

Entretanto, apesar de ter aparecido com significativa expressão a preocupação de líderes comunitários com políticas públicas, já tendo demandas de infraestrutura básica atendidas, esta não é a realidade em todas as associações de moradores em Blumenau, como se pôde observar no contato durante o tempo em que sempre se pesquisou Blumenau, algumas associações que surgiram mais recentemente estão localizada em áreas que ainda carecem de muita infraestrutura básica. Estas associações mais recentes têm alcançado um perfil mais carente, com pessoas menos escolarizadas, com uma realidade empregatícia muito informal<sup>36</sup>. São justamente estas que vêm fazendo frente a uma série de ações, que questionam e confrontam a atual administração pública. Contudo, não sendo este o foco deste trabalho, não será adentrado nesta discussão, mas, fica o alerta para a potencialidade de futuras agendas de pesquisas.

Por fim, no que tange a caracterização das associações de moradores, as que foram especificadamente analisadas nesta tese, demonstram que há significativos recursos associativos, tanto no que tange a estrutura física da associação de moradores e condições financeiras dos membros das associações. Com isso, ao se questionar como, diante dos recursos associativos apresentados, estas mesmas associações de moradores perceberam ou percebem a implementação de espaços participativos (como oportunidade ou ameaça), poderá se perceber a resposta deste questionamento a partir de outros elementos a serem destacados na sequência.

---

<sup>36</sup> A participação no projeto de extensão de assessoria e capacitação às organizações comunitárias atendia na época em que se esteve com vínculo, comunidades que tinham associações de moradores criadas mais recentemente, e as condições, tanto de infraestrutura, como dos membros dessas associações eram muito inferiores ao das associações de moradores mais antigas em Blumenau.

Os elementos que serão apresentados nos itens seguintes permitirão visualizar como, a partir de um contexto que abriu oportunidade para existência deste tipo de organização, estas entidades participam, questionam quanto à sua eficácia, e acabam por ter impactos positivos nas suas próprias dinâmicas internas e sentimentos quando a relação entre sociedade e Estado.

### 5.3 ORGANIZAÇÃO INTERNA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (AM) EM BLUMENAU

Neste item, a partir da análise das dinâmicas internas das associações de moradores em Blumenau, é possível verificar que estas ocupam e utilizam as novas instituições de participação conforme as oportunidades lhes são colocadas pelo Estado. Oportunidades políticas promovidas pelo Estado, em alguns momentos no contexto de Blumenau, acabam por provocar ampliação da perspectiva de participação popular, bem como, sentimentos e concepções de práticas políticas mais democráticas no interior das associações de moradores.

Nas pesquisas realizadas na época por Andrade e Sibert (1995) e Andrade e Weber (1996), num segundo momento de pesquisa, houve o acréscimo da discussão sobre os subdiretórios de partidos políticos em Blumenau. Para entender melhor o que significavam estes subdiretórios, destaca-se que, após o golpe de 1964 e com a instituição do bipartidarismo no Brasil, o MDB era o partido que fazia oposição na época à ditadura. Para se consolidar no país como oposição, uma das estratégias do MDB foi a criação de subdiretórios nos bairros e distritos municipais com o objetivo de combater propostas centralizadoras do governo e aproximar-se da população.

Segundo consta nas informações de Andrade e Weber (1996), existia em Blumenau entre 1974-78, cerca de 200 subdiretórios do MDB organizados, que atendiam os moradores e suas reivindicações, através de um representante. As autoras se propuseram, então, em pesquisar se, após não existirem mais os subdiretórios, as associações de moradores não estariam tendo o mesmo papel que era antes dos subdiretórios.

Através da análise e da interpretação dos dados relativos às associações de moradores, como também dos subdiretórios do MDB, as autoras perceberam que as relações entre a população e o poder local em Blumenau realizavam-se na época através de uma intermediação, onde a população era vista como cliente das políticas sociais e não como cidadão com direitos, contudo, o único dado que permite visualizar as associações de moradores, como substituindo os subdiretórios, é o momento em que Andrade e Weber (1996, p. 33) destacam depoimentos dos fundadores do MDB em Blumenau, afirmando que “sim, os subdiretórios foram embriões de associação de moradores. As associações de moradores substituíram os subdiretórios” e ainda comentou que “muitos ex-membros de subdiretórios foram para as associações de moradores”.

Na medida em que aparece esta situação, a partir do depoimento e confirmação de alguém que era na época representante do governo, cabe destacar que poderia sim ter sido objetivo do governo local na época, transformar as associações em organizações que tivessem o mesmo papel dos subdiretórios, contudo, há de se questionar se as associações de moradores incorporaram este papel ao longo do tempo. Se aceitaram fazer a intermediação entre população e governo, teria sido para obter ganhos eleitorais? Ou uma forma de compreensão das lideranças, como sendo uma oportunidade de adentrar em espaços que até esse momento não haviam encontrado para resolução das demandas, das quais as associações de bairro geralmente estão em busca?

Na busca por compreender esta dinâmica, é importante visualizar como as associações de moradores organizavam-se internamente, bem como, as mudanças ou não no decorrer da trajetória destas organizações em Blumenau e a relação com a abertura/existência de novas oportunidades políticas. Sintetizou-se as informações num quadro, apresentado a seguir, e destaca-se alguns elementos que caracterizam os períodos analisados para esta tese.

Será possível perceber que a dinâmica interna das associações de moradores em Blumenau teve mudanças significativas que merecem ser destacadas no decorrer dos anos.

## Quadro 14 – Organização interna e dinâmica de funcionamento das Associações de Moradores (AM) – comparação entre períodos

AM	Organização interna da associação de moradores – 1994	Organização interna da associação de moradores – 2000	Organização interna da associação de moradores – 2008
1 - AM RUA HERMANN TRI-BESS E TRAN S-VERS A-IS	<p>Associação ficava nas mãos da diretoria.</p> <p>Havia intervenção de vereadores.</p> <p>Havia distribuição do tíquetes de leite.</p> <p>Não constam informações quanto à dinâmica interna das reuniões na época.</p>	<p>Relação considerada boa, demandas discutidas entre diretoria.</p> <p>Reuniões entre diretoria: presidente, vice, tesoureiro e secretário. São encarregados da AM.</p> <p>Cada diretor era responsável pelas atribuições do seu cargo.</p> <p>Não havia ata atualizada das reuniões na época da pesquisa.</p>	<p>Diretoria hierarquizada, contendo Conselho Fiscal. Relação entre diretoria boa. Calendário reuniões mensais para o ano.</p> <p>Reuniões abertas ao público. Livro ata com registro das reuniões, arquivos de ofícios recebidos e expedidos, cartas, convites, decisões e atividades gerais da associação.</p>
2 - AM DO MORRO HA-DLICH	<p>Diretoria assumia as questões da comunidade.</p> <p>O presidente ficava responsável pelo encaminhamento das demandas da comunidade, centralização das ações em sua pessoa.</p> <p>Não havia costume de registrar as reuniões em livro ata, somente ata de posse.</p>	<p>A relação considerada boa.</p> <p>O presidente centralizava as atividades da associação em sua pessoa neste período, justificada pela falta de participação dos demais associados.</p> <p>Havia livro ata, mas não o registro permanente das reuniões e atividades da associação.</p>	<p>Diretoria hierarquizada contendo Conselho Fiscal. Relação entre diretoria boa e cooperativa entre membros. Calendário de reuniões mensal. Reunião com pauta, abertura, assuntos gerais, debate e encaminhamentos.</p>
3 - AM DA RUA SANTA MARI A, (NOV A RÚSSIA) E ADJACENTES	<p>Houve junção de duas associações para formação dessa associação na época (Nova Rússia + Santa Maria e Adjacências), devido a pouca participação dos moradores.</p> <p>Centralismo do presidente nas decisões referentes à associação.</p> <p>Não cumprimento da pauta nas reuniões.</p>	<p>As duas associações ainda estavam unidas.</p> <p>Relação entre os diretores era colocada como ótima e colaborativa.</p> <p>Havia ata e registro das atividades da associação.</p>	<p>Houve a separação da AM Nova Rússia (atualmente desativada) da Santa Maria e adjacências(ativa).</p> <p>Diretoria hierarquizada contemplando Conselho Fiscal. A relação entre diretorias é boa e harmoniosa.</p> <p>Reunião com pauta, abertura, assuntos gerais, debate e encaminhamentos.</p> <p>Livro ata com registro das reuniões, arquivos de ofícios recebidos e expedidos, cartas, convites, decisões e atividades gerais da associação.</p>
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	<p>Centralização do poder por parte do presidente.</p> <p>A associação era frágil quanto à organização e funcionamento interno.</p> <p>O presidente era nomeado para exercer este cargo na AM e acabavam abandonando a associação.</p>	<p>Pouca colaboração da diretoria para as atividades da associação. A figura do presidente era responsável pela associação e busca da resolução das demandas.</p> <p>Havia livro ata, mas não o registro permanente das reuniões e atividades da associação.</p>	<p>Diretoria hierarquizada, com Conselho Fiscal. A relação da diretoria era considerada excelente.</p> <p>Reunião com pauta, abertura, assuntos gerais, debate e encaminhamentos.</p> <p>Livro ata com registro das reuniões, arquivos de ofícios recebidos e expedidos, cartas, convites, decisões e atividades gerais da associação.</p>

5 - AM E AMIG OS DAS TATU TIBAS	Reuniam-se mensalmente..  Não havia registro em ata das atividades.	A relação entre a diretoria é dada como muito boa, sendo que foi esclarecido quando formada chapa que haveria de ter um trabalho conjunto ou se abandonaria tudo.  Havia ata e registro das atividades da associação.	Diretoria hierarquizada contendo Conselho Fiscal. Relação diretoria muito boa. Cooperação entre os membros da diretoria, cada um assume uma função e tem que prestar contas das ações. Calendário das reuniões mensais para o ano todo. Reuniões abertas ao público. Reunião com pauta, abertura, assuntos gerais, debate e encaminhamentos.
6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Não constam informações sobre a dinâmica das reuniões, somente citam que havia reuniões frequentemente.	Relação entre diretoria amigável com parceria nas atividades.  Havia ata e registro das atividades da associação.  Não havia registro de prestação de contas.	Diretoria hierarquizada com conselho fiscal e diretorias. A relação entre diretoria é boa. Há cooperação nas atividades. Calendário das reuniões mensais para o ano todo. Reuniões abertas ao público. Reunião com pauta, abertura, assuntos gerais, debate e encaminhamentos.
7 - AM DO BAIRO FORTALEZA	Não constam informações da dinâmica das reuniões, ou renovação das lideranças no período da criação da associação.	Os dados apontam para boa relação entre diretoria nessa época.  Falta de participação e dificuldade de encontrar lideranças.  Reclamava-se que as pessoas tinham outros compromissos e faltava tempo para se dedicarem AM.  Havia ata e registro das atividades da associação.	Diretoria colegiada. Pouca participação da diretoria nas questões da associação. As reuniões não têm acontecido, há dificuldade de tempo para reuniões dos associados. Sempre houve livro ata, registros e formalidades necessárias de uma reunião.
8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMO RMEGA	Não havia registro das atividades em ata.	Relação considerada boa.  Autonomia dos diretores para realizar atividades na associação.  Decisões eram referendadas nas assembleias com toda a comunidade.  Havia ata e registro das atividades da associação.	Diretoria hierarquizada contendo Conselho Fiscal. Reuniões periódicas diretoria e, quando necessário, toda a comunidade. Calendário das reuniões mensais para o ano todo. Reuniões abertas ao público. Reunião com pauta, abertura, assuntos gerais, debate e encaminhamentos.
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS	Centralidade na figura do presidente, sendo citado na época da pesquisa que o motivo era devido ao bom relacionamento do presidente da associação com o prefeito. Não havia registro das atividades em ata.	Relação era dita como familiar.  As tarefas eram definidas e divididas nas reuniões.  Havia livro ata, mas não o registro permanente das reuniões e atividades da	Diretoria hierarquizada, contendo Conselho Fiscal. Relação entre diretoria dada como tranqüila.  Calendário das reuniões mensais para o ano todo, fixado na sede da associação.  Reuniões abertas ao público.

SAIS – AMST ET		associação.	Reunião com pauta, abertura, assuntos gerais, debate e encaminhamentos.
----------------------	--	-------------	---

Percebe-se que as associações de moradores em Blumenau, segundo dados datados de 1994 a 1996, quanto ao quesito organização interna e dinâmica de funcionamento, tinha de fato as funções muito atreladas à diretoria ou figura do presidente da associação. Havia pouco envolvimento de todos os membros da diretoria nas tarefas da associação, ficando a associação a cargo do presidente. Nos documentos originais que tiveram a coordenação de Andrade (1995, 1996), constam algumas observações que merecem ser destacadas:

Havia um presidente autoritário, que centralizava o poder e anulava a participação da comunidade. (Registros originais de pesquisa, ANDRADE E SIBERT (1995) - AM Itapuí)

Há um grande centralismo no presidente, e pouca participação da comunidade. (REGISTROS ORIGINAIS DE PESQUISA, ANDRADE E SIBERT (1995) - AM SANTA MARIA E NOVA RÚSSIA).

A diretoria delegava todos os poderes e os moradores não compareciam as reuniões. (Registros originais de pesquisa, ANDRADE E WEBER (1996) - AM Tatutibas)

Os dados referentes às formas de organização interna e condução das reuniões nas associações durante o período destacado acima, demonstram que não havia práticas de estabelecer pauta, registro em atas, prestação de contas e havia, conforme registros originais das pesquisadoras, muita dificuldade em encontrar alguém para formar chapas de oposição que permitissem a população ter opções de votos.



As constatações de centralidade na figura do presidente, das posturas que os diretores tomavam sendo extremamente autoritárias aparecem em vários momentos nos registros de pesquisas até 1996. Contudo, é de se enfatizar que havia uma secretaria de ação comunitária na época que deveria dar apoio em questões de ordem de funcionamento interno às associações e que estas pessoas sim, poderiam ter intenções e posturas na mesma linha de ação dos subdiretórios. Os dados encontrados nos relatórios provenientes da fala dos responsáveis por fundar os subdiretórios em Blumenau mostram que estes mesmos personagens atribuem o fim dos subdiretórios ao surgimento das associações, mas, novamente questiona-se: será que a população percebia as associações da mesma forma que os representantes do governo estavam percebendo. Sobre os dados que foram destacados por Andrade e Weber (1996), de que havia muitos presidentes de associações concorrendo para vereador e usando a associação de moradores como trampolim, de fato, se as pessoas que eram vinculadas ao MDB viram nas associações de moradores uma oportunidade destas servirem de trampolim, tiveram a intenção e usaram a associação para este objetivo. Entretanto, poderá se ver mais adiante nos dados sobre participação, que a própria população local da qual a associação pertencia, rejeitava este tipo de ação e mostrava isso a partir da não participação na associação.

Na medida em que se foi analisando os dados da dinâmica interna das associações de moradores no decorrer dos anos e em novos contextos, percebeu-se que as associações de moradores, ao longo prazo, não substituíram os subdiretórios. Conforme foi havendo uma reestruturação das oportunidades políticas, foi repercutindo positivamente na atuação dos atores do associativismo de bairro em Blumenau.

Por exemplo, na análise dos dados referentes ao período de 1999 a 2001, lembra-se mais uma vez que era o ano em que Blumenau contava com uma administração de cunho mais de esquerda, tendo a frente o Partido dos Trabalhadores (PT), o que fica acentuado quanto à organização interna e dinâmica de funcionamento nas associações de moradores é uma boa relação entre lideranças. Havia ainda bastante centralidade das atividades na figura do presidente e vice, mas, haviam maiores tentativas das associações em realizar reuniões com mais formalidades (convocação, ata), com tentativas de manter atualizado o

livro ata e registro das atividades. Os relatos abaixo demonstram estas observações:

*A relação entre os diretores é ótima, o pessoal está colaborando. Teve eleições que tivemos muita participação, pois havia mais que uma chapa concorrendo para direção da associação. (Depoimento presidente AM Santa Maria (Nova Rússia, obtido em 2000)*

*A diretoria principal, o presidente, vice, tesoureiro e secretário, são esses os encarregados, que tem o fundamento de tocar a AM, mas na maioria é o presidente que tem que fazer a maior parte. A associação tem se organizado mais nas suas questões. (Depoimento presidente AM Hermam Tribbes, obtido em 2000)*

*A cada dois anos tem uma nova eleição, uma nova diretoria, cada um tem o seu cargo, apesar que a gente começa em vários no papel e acaba só o presidente e o vice. Acho que é sempre assim em todas elas. A gente fez a chapa, concorre e ganha, mas quem trabalha mais é o presidente e vice. Só que a gente precisava do pessoal pra fazer a chapa, e a gente assumiu agora. (Depoimento presidente da AM Rua Itapuú, obtido em 2000)*

*A relação dessa nova diretoria é muito, muito boa, amigável, de parceria. Eles deixam mais a carga do presidente. É difícil o outro diretor acabar cumprindo todo o mandato ou assumir os compromissos, ele jogam a carga mais para o presidente, isso é de todas. (...) Mas a minha aqui, eu tive sorte dessa vez arrumar uma diretoria coesa, junto tem alguns já cuidando de suas tarefas e só consultando o presidente se pode fazer tal coisa, como na área de esportes, que a gente é muito carente aqui (...) e tem um diretor muito bom a gente decide com ele, traz os projetos pra mim e ele tá na luta pra arrecadar.*

*(...) Tá havendo a participação. (Depoimento do presidente da AM Antônio Zendrom e Transversais, obtido em 2000).*

Percebe-se assim pelos depoimentos e pelas informações sintetizadas no quadro acima, que no período em que Blumenau experimentava uma gestão que abriu mais possibilidades para a participação popular, as associações começam a se perceber enquanto entidades importantes na cidade, que deveriam ocupar os espaços que estavam sendo possíveis no contexto de Blumenau e necessitam neste mesmo momento se organizar mais, havendo inclusive a partir de 2000, conforme constatado nas atas das associações, maiores disputas nas eleições para direção da associação. Foi verificado nas atas que praticamente todas as associações tiveram no período de 2000 a 2004, algum momento em que havia mais que uma chapa concorrendo nas eleições para diretoria das associações (anexo 9 – ata AM Hermann Tribess). Em 2008, algumas associações de moradores acabam declarando que há momentos em que é feita campanha para diretoria da associação quando há mais que uma chapa (anexo 5 – material de campanha para diretoria da AM Antônio Zendrom). Diante de tal fato, retoma-se Tarrow (2009), quando este aponta que ações podem estimular outras, ou seja, a ação coletiva iniciada por um grupo ou objetivo qualquer, fornecem modelos de ação coletiva, quadros interpretativos e estruturas de mobilização que produzem novas oportunidades.

Cabe aqui destacar que no período de 1999 – 2004, na medida em que se acompanhou as associações de moradores, pôde-se verificar um movimento da UNIBLAM muito importante na época, sendo que esta dava assessoria para as associações de moradores nas eleições, especialmente aquelas que tinham chapas concorrentes, assessoravam em como fazer atas, organizar uma reunião e manter a associação legalizada em seu estatuto, isso acontecia na época voluntariamente, sendo que os próprios membros da UNIBLAM se organizavam para atender as associações que os chamavam. Da mesma forma, havia evidências de que um vereador do partido de oposição à gestão do PT na época, e que tinha grande simpatia pelo Orçamento Participativo em andamento na cidade neste período, também fazia esse tipo de “ajuda” para as associações (MOURA, 2004). Essa “ajuda” acabou por render

muitos votos conseqüentemente para este candidato nos momentos em que disputou cargos eletivos em Blumenau.

Contudo, mesmo considerando que a UNIBLAM e outros agentes estiveram presentes nas associações contribuindo para difundir a importância de uma organização interna e condução das atividades da associação, ainda sim, as ações estavam bastante atreladas ao presidente e vice da associação. A UNIBLAM acabou deixando de fazer estas atividades, pois os custos ficavam a cargo dos próprios associados da entidade. Houve tentativa da Universidade Regional de Blumenau (FURB), através da extensão, apoiar a continuidade neste tipo de ação junto a UNIBLAM. Contudo, no momento em que a equipe da universidade começou a questionar a postura da própria direção da UNIBLAM para com as entidades cuja mesma representava, esta acabou por não aceitar e fechou-se entre o grupo diretor da entidade.

Já nos anos de 2008 e 2009, o que fica perceptível, quanto ao mesmo quesito, é que na maioria das associações a diretoria continua organizada de forma hierarquizada, tendo presidente, vice, secretário, entre outros cargos de direção; a relação é considerada boa, só que aparece nesse momento outros elementos que se diferenciam das dinâmicas que eram presentes nestas associações durante os períodos anteriores. Estes elementos giram em torno, por exemplo, de todas as associações pesquisadas adotarem o calendário de reuniões (anexo 7 – calendário reunião AM Antônio Zendron), algumas inclusive estabelecendo as pautas e datas em todos os meses.

Verificou-se e se confirmou durante as visitas às associações de moradores, que as reuniões eram abertas ao público, o livro de ata (anexo 8 – exemplo de ata das associações de moradores de 1998 e atas de 2008) com registro de reuniões, estavam em dia com arquivo de ofícios recebidos e expedidos (anexo 9 – ofício AM Santa Terezinha solicitando extensão de linha de ônibus), convites (anexo 10 – convites para assembléia geral), decisões (anexo 11 – ata constando decisões da AM Hermann Tribess; anexo 12 – boletim informativo da associação de moradores Hermann Tribess; 13 – Jornal da associação de moradores da Rua Pedro Krauss; e atividades gerais da associação (anexo 14 - formulário para reivindicações da AM Antônio Zendron). Alguns depoimentos podem dar visibilidade a este fato:

*As reuniões são a cada primeiro domingo do mês, a gente faz na casa de um rapaz ali logo na entrada. E ali a gente faz reunião, vota e convoca a comunidade. É aberto para quem queira vir para ver como funciona. A gente faz um balanço do que foi e o que não foi e no final da reunião a gente marca já a próxima num outro local. (Depoimento AM Morro Hadlich, 2008)*

*(...) Se eles, a diretoria, me deixar sozinho, eu largo a Associação também. Convoco outra eleição se precisar. Porque é ruim, vieram comigo, então agora vão ficar comigo. (Depoimento AM Morro Hadlich, 2008)*

*Nós geralmente fizemos uma reunião na primeira segunda do mês a gente faz a reunião a partir de um calendário elaborado para o ano inteiro e geralmente um mês antes de cada evento a gente se reúne para determinar o que cada um vai fazer. (Depoimento AM Tatutibas, 2008).*

*Uma vez por mês a gente só faz reunião com a diretoria e uma vez do mês com a comunidade. (...) Elaboramos um calendário de reuniões do ano todo. Pode haver mudança, mas a gente estuda bem para dar tudo certo. E se tiver outra reunião que não esteja no calendário e que precisasse ser feito a gente convoca uma reunião extraordinária. E estamos seguindo o calendário sim. (Depoimento AM Antônio Zendron, 2008).*

*A gente tem feito muita reunião com a diretoria, houve épocas que toda semana tínhamos reunião cada semana um membro da diretoria fazia uma reunião, qualquer tipo de problema trazia pra reunião (...) qualquer membro da diretoria tem o direito de convocar uma reunião, seja secretário, tesoureiro não importa, daí volta e meia, alguém fazia uma reunião o conselho fiscal é o que mais solicitou reunião, tem uma pessoa em comum, ele vivia fazendo, solicitando reunião, fizemos pra*

*todos os tipos e motivos, a creche tava precisando de uma sala, e se podíamos ceder mais um espaço foi feito reunião, convocada a diretoria, chegávamos a um acordo em comum, decidíamos. Nada foi decidido sozinho. (Depoimento AM Garcia, 2008).*

A constatação de melhor organização interna das associações de moradores foi possível também durante a participação nas reuniões, sendo que se percebeu que havia preocupação em arrumar o local, em seguir a ordem estabelecida na pauta e possibilitar a todos o direito de fala (anexo 16 – exemplo de organização da reunião por pontos de pauta; 17 – exemplo de formulário para assinatura dos presentes nas reuniões das AM).

Ainda verificou-se que a principal preocupação atual das lideranças que tem cargos de diretoria refere-se às atividades de prestação de contas (anexo 15 – prestação de contas AM Antônio Zendron). Sobre isso, a tabela seguinte mostra que esta atividade vai ganhando relevância, conforme o passar dos anos.

**Quadro 15 – A prestação de contas para a comunidade**

AM	1994	2000	2008
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Não havia prestação de contas.	Mencionou a prestação de contas atrelada a um jornal que um vereador prometeu fazer.	Nas reuniões, pessoalmente e contato telefônico.
2 - AM DO MORRO HADLICH	Não havia prestação de contas.	Não consta.	Afirma não fazer muito para a comunidade, somente entre diretoria. Registram tudo em ata.
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	Não havia prestação de contas.	Não consta.	Afirma que em toda reunião é feita a prestação de cada mês.
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	Não havia prestação de contas.	Pessoalmente para os moradores.	Pessoalmente ou liga para o interessado.
5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS	Não havia prestação de contas.	Colocam no Boletim Informativo, ou ligam para os que foram mais interessados ou os que fizeram a solicitação. Também discutem entre a diretoria como fazer.	Fazem através de ofício para quem solicitou fazem a prestação de contas nas reuniões dos eventos e festas. É feito um relatório de quanto entrou e saiu, o lucro e coloca-se no mural da associação.

<b>6 – AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS</b>	Não havia prestação de contas.	Não consta	Fazem uma prestação de contas todo mês nas reuniões. Fixam no mural da associação. Registra-se tudo e divulga-se na sede da associação e nas reuniões.
<b>7 - AM BAIRRO FORTALEZA</b>	Não havia prestação de contas	Feita verbalmente e pessoalmente aos solicitantes.	É realizada nas reuniões e também por telefone.
<b>8 – AM DO MÉDIO GARCIA – AMORMEGA</b>	Não havia prestação de contas.	Depende da situação. De maneira geral nas reuniões, nas reuniões da diretoria, que fica à disposição dos moradores a associação.	Fazem reuniões e o retorno acontece na reunião ou por contato telefônico e pessoal.
<b>9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS – AMSTET</b>	Não havia prestação de contas.	Afirma devolver a solicitação com a conquista da obra. Conversamos pessoalmente ou por telefone.	Realizam na reunião mensal, da prestação de contas, toda a segunda quarta-feira do mês, ou se tem algum evento, ou algum problema mais sério marcam reunião extra.

Destaca-se aqui que, no período pesquisado de 1994-1996, dados demonstram que não havia a preocupação ou prática de prestação de contas da associação para com a comunidade, conforme eram as características já pontadas desta época.

Contudo, ao analisarmos os dados de pesquisa do período em que estava em andamento o Orçamento Participativo em Blumenau, a partir de 1999, o que se percebe é que havia indícios de preocupação, mas, ainda de forma muito esporádica e por meios mais informais, através de devoluções verbais, pessoalmente ou por telefone, para cada solicitante de alguma demanda. Ou seja, havia a preocupação com a devolução para a pessoa que havia solicitado algo, de forma individualizada e não das atividades da associação como um todo de forma coletiva.

*“Geralmente é no boca-a-boca mesmo. A gente vai na casa da pessoa, liga.”(Depoimento AM Rua Itapuí, 2000)*

*“A gente procura colocar no Boletim, senão eu peço o telefone e ligo, mas também se for ligar pra todo mundo, então eu levo para diretoria e a gente vê o que faz.” (Depoimento AM Tatutibas, 2000)*

*“Devolve com a conquista da obra. Conversamos pessoalmente ou por telefone e devolve as informações. Outras divulgações fazemos através de panfletos ou cartazes.” (Depoimento AM Santa Terezinha, 2000)*

Já no período de 2008-2009, podem-se observar vários momentos de prestação de contas das associações de moradores em reuniões, considerando a influência de um contexto institucional, com bastante preocupação em registrar em ata. As lideranças deixaram transparecer uma grande preocupação e valorização do ato de prestar contas, tanto de forma coletiva, como ainda de forma individualizada diante de solicitações específicas de moradores. Contudo, reclamam que a própria população não tem esse mesmo interesse por saber do que a associação fez, deixou de fazer e como está conduzindo as suas atividades.

*Hoje faz 14 dias, foi feita a eleição e no mesmo dia houve a posse. Foi feita a prestação de contas de dois anos de mandato do presidente anterior. A participação da comunidade para a votação foi de 107 votantes. Mas a participação na hora da posse e da prestação de contas, foi trinta pessoas. (...) Temos a reunião mensal, da prestação de contas, toda a segunda quarta-feira do mês, ou se tem algum evento, ou algum problema mais sério a gente marca alguma reunião extra, aí a nossa secretaria entra em contato com todos os membros. Esta reunião mensal ela está no mural, justamente pra que, pra comunidade saiba, porque as nossas reuniões são abertas. (Depoimento AM Santa Terezinha e Transversais, 2008).*

*“Fizemos através de ofício e fizemos a prestação de contas também. Todo evento ou festa que é feito é mandado o convite e após a festa é feito um relatório de quanto entrou e saiu, o lucro e*



*colocamos aqui no mural da associação.”  
(Depoimento AM Tatutibas, 2008)*

Percebe-se assim que, com relação à prestação de contas, houve um avanço desde 1994, sendo que atualmente a maioria faz prestação de contas para comunidade e pública as informações (deixam fixados no mural da associação, ou em panfletos, etc.). Contudo, as lideranças afirmam que a comunidade cobra muitas respostas e participam pouco da busca por resolutividade. Essa reclamação da comunidade não perceber a prestação de contas como um ato importante por parte das lideranças é aqui significativa, pois, diferencia-se daquela outra postura de centralização das atividades da associação no papel do presidente, onde de fato prestar contas não era prioridade de quem estava à frente da associação.

Outro elemento que merece destaque ainda na discussão de funcionamento e dinâmicas internas das associações de moradores em Blumenau, diz respeito às eleições para diretoria. As observações, os depoimentos e consultas em atas e documentos das associações, permitem destacar que período de 2000-2004 foi o que mais houve disputa entre chapas para diretoria da associação, contudo, após o ano de 2005, essa realidade volta a ser de dificuldade em haver chapas concorrentes para direção da associação. Os anos em que paralelamente houve mais concorrências nas eleições eram os mesmos que, no contexto local, se dava a experiência de orçamento participativo (ver anexo 6). Da mesma forma, a partir do ano de 2005, no mesmo momento em que começa a diminuir as disputas eleitorais no interior das associações, o Orçamento Participativo começa a dar indícios de enfraquecimento no que tange ao cumprimento do que havia prometido, atrasando obras colocadas no plano de investimento pelos delegados do OP na época, não cumprindo o ciclo anual de funcionamento da experiência (anexo 18 – reportagem sobre dificuldades do OP na imprensa local). Se antecipadamente se concluir que houve diminuição da participação da população no OP nessa época, pode-se afirmar que foi justamente ao contrário, o que houve foi o questionamento e cobrança da população, especialmente a reclamação de presidentes de associações que eram delegados do OP na época, quanto à situação (estas reclamações ficam evidentes no item 5.4). Exemplo disso, são

dados que trazem a participação no OP desde sua implementação, encontrados em Andrade e Moura (2001), sendo que 1997 foram 5.490 participantes, em 1998 foram 7.050, e em 2000, foram 8.020 pessoas participando do OP.

Mais recentemente, o que se encontrou foi a predominância de lideranças repetirem seus mandados mais de uma vez e isso é muitas vezes atribuído ao fato de não haver quem de fato queira assumir esta responsabilidade. Quando questionados com relação a isso em 2008 e 2009, as lideranças tendem a explicar isso pelo fato de não haver participação da comunidade e isso faz com que não haja muitas pessoas interessadas em disputar cargos de diretoria.

As constatações até aqui demonstram que no decorrer do tempo em Blumenau, dado o contexto onde houve reestruturação de oportunidades políticas de forma positiva, sendo instituída a experiência de Orçamento Participativo, por exemplo, há indícios de valorização de práticas mais democráticas e participativas por parte dos representantes das associações e isso se reflete nas dinâmicas internas das associações de moradores pesquisadas. Corrobora-se, mais uma vez, com Houtzager, Lavalle e Acharya (2004, p. 287), quando estes pressupõe que as características específicas do desenho institucional de experiências influenciam quem participa e o OP favorece a participação de associações de base territorial.

Há ainda outros elementos que podem contribuir para elucidar a afirmação acima, como por exemplo, os dados relativos à participação da população junto às atividades da associação.

Geralmente quando se questiona lideranças sobre a participação dos moradores em geral junto às associações, é constante a reclamação de que “não há participação”. É interessante observar no quadro abaixo, elaborado a partir dos depoimentos e relatórios obtidos, como a questão da participação é tratada pelas lideranças em diferentes períodos em Blumenau:

**Quadro 16 – A comunidade e a participação na associação**

AM	1994	2000	2008
I - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVE R-SAIS	Pouca participação. Acontecia na hora de reivindicar e depois deixava de existir.	Desinteresse da comunidade pela associação.	Participa quando é chamada. Participam de protestos, mobilizações para benefício da comunidade;

<b>2 - AM DO MORRO HADLICH</b>	Não havia participação nas reuniões da associação. Dizem haver participação nos eventos comemorativos e festivos.	Comunidade não participa.	Quando há assembleias, festas, promoções em dias comemorativos a comunidade participa.  A não participação deve-se por falta de interesse e por não receber benefício financeiro para esta ação. Fala que as pessoas reclamam que ficam cansadas e não participam por isso.
<b>3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES</b>	Pouca participação devido ao centralismo do presidente.	Há participação na medida do possível, na medida em que as pessoas conseguem ter tempo para participar.	A comunidade sempre está participando ativamente.  O entrevistado afirma que, quando as pessoas fazem solicitações em lugares que o encontram, ele cobra que vá na reunião e que os moradores dizem que não tem tempo, que estão cansados.
<b>4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ</b>	No início, não havia participação devido a postura da diretoria, muito centralizadora. Com a entrada e atuação de estagiárias, a participação começou a aumentar.	Há participação. Só não participam mais por falta de infraestrutura, por exemplo, não tem sede e acabam fazendo na casa do presidente e algumas pessoas não gostam dessa situação.	Afirma que não há muita participação nas reuniões da associação, porque as pessoas afirmam não ter tempo.  Crítica as pessoas que veem a associação só como espaço reivindicatório.
<b>5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS</b>	No início, não havia participação por questões de desconfiança política da população para com a diretoria. Com a entrada e atuação de estagiárias, a participação começou a aumentar.	No início, até existia a participação, colocaram-se pessoas na direção, mas aos poucos foram deixando. A associação ficou um tempo sem atividade e retomou-se novamente em 2000.	Afirma que não há muita participação e nem valorização da associação por parte da comunidade.
<b>6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS</b>	Dados informam que não há participação.	A participação é pouca, mesmo diante de tentativas diferentes de divulgação ou pauta da reunião.	Afirma que há participação relativa nas reuniões e atividades da associação.  Atribui a não participação de algumas pessoas não pela falta de divulgação, mas pelo pouco tempo que as pessoas têm hoje em dia. Afirma que muitos trabalham à tarde, muitos trabalham a noite.
<b>7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA</b>	Dados apontam que há pouca participação e tentativas de melhorar a situação pelas estagiárias na época.	Pouca participação. Nas reuniões, participa a diretoria.	Percebe-se que no passado a associação tinha mais participação e isso é atribuído ao fato dela ter mais demandas e ser mais ativa naquela época.  Segundo informações, a não-participação acontece agora por falta de tempo, todos são muito ocupados. Falta de tempo.

<b>8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA</b>	Dados apontam que há participação da comunidade, mas, no relato do presidente da época poderia existir mais.	Afirma que numa associação de bairro é preciso mobilizar para ter a participação. Afirma que há bastante mobilização em sua região e por isso há participação da comunidade nos eventos.	Participação vem caindo ao longo do tempo, na medida em que o bairro foi se estruturando.  A não-participação é atribuída a presidência anterior que é acusada pela presente diretoria de não ter prestado contas a comunidade do dinheiro recebido.
<b>9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAS - AMSTET</b>	A participação é considerada boa nesta época.	Decisões da diretoria, mas com aprovação da população que é comprovada pela participação.	Segundo informações coletadas, a participação sempre existiu de forma satisfatória.  A não participação é atribuída a falta de responsabilidade e às vezes ao cansaço.

No período destacado e com base nos dados sintetizados no quadro acima, percebe-se que havia pouca participação da comunidade junto às AMs no período anterior a 1996. Algumas informações registradas na época demonstram esta situação quando apontam o seguinte:

Não há participação nenhuma da comunidade, as reuniões se limitam aos membros da diretoria. Só há participação da comunidade nas festas que a Associação promove. (REGISTROS ORIGINAIS DE PESQUISA, ANDRADE E SIBERT (1994) - AM MORRO HADLICH)

Apesar de haver um esforço de envolver a comunidade através de reuniões, assembleias e palestras, isto ainda não se concretizou. Percebe-se que houve certa integração entre os diversos grupos, mas ainda não se conseguiu o envolvimento da população em geral. (REGISTROS ORIGINAIS DE PESQUISA, ANDRADE E SIBERT (1994) - AM FORTALEZA)

Considerando que os registros apontam para a pouca participação da comunidade junto às associações de moradores no período anterior a 1996, há que se destacar que essa não-participação pode ser devido à postura muito autoritária ou centralizadora do presidente e/ou vice apresentavam na época. Lembra-se aqui a questão levantada anteriormente, de que havia pessoas interessadas em fazer das associações substitutas de antigos subdiretórios. Sendo assim, é possível que a população na época demonstrasse sua reprovação às posturas centralizadas ou autoritárias, a partir da não-participação. Contudo, não há dados suficientes deste período que apontem se é isso ou não, há sim, dados dos períodos posteriores, onde a situação aparece diferente a partir de oportunidades que surgiam ao protagonismo do associativismo de bairro em Blumenau.

Situação interessante é que mesmo considerando que nas atas pesquisadas prevalecem os períodos de 2000-2004 como muito participativos, em que houve mais disputa para direção da associação, os relatos de lideranças nesta época (nas pesquisas de 1999-2001) trazem uma grande queixa das lideranças com relação à falta de participação da comunidade em geral para com a associação, contudo, as próprias lideranças acabam assumindo as responsabilidades da associação. Alguns depoimentos podem demonstrar estes fatos.

*Primeiro a gente faz reunião só da diretoria, como numa empresa. Mas têm alguns assuntos que dizem respeito a AM, eu primeiro tenho que chamar a diretoria. A diretoria senta, **conversam principalmente as pessoas principais**, não o conselho fiscal ou conselho social, desportivo. (Depoimento AM Hermam Tribess, 2000)*

*A gente tem muito trabalho, muita coisa pra ver, porque a associação, seria muito interessante, talvez uma sede própria. Por exemplo, teve a FAMESC, **eu liguei** pra todo o pessoal da diretoria, convidando pra participar, porque **eu não queria que acontecesse que o pessoal dissesse que eu não avisei**. eu não queria. Mas*

*tem muita coisa, que a gente tenta passar.  
(Depoimento AM Santa Maria, 2000)*

*Olha. Até que a gente não pode reclamar da participação do pessoal, o pessoal só não participa mais por falta de infraestrutura, por exemplo, a nossa associação não tem sede, **eu faço as reuniões aqui em casa**, então tem muita gente que diz, ah, é lá na casa do presidente, ah, lá eu não vou. E outra coisa é tipo assim, hoje a gente já tem um terreno, mas se a gente tivesse uma sede, um salão onde a gente tivesse banheiros pra trazer mais eventos e coisas que pudessem atrair mais pessoas, eu penso que iria ter bastante aceitação. As pessoas realmente participam, só não participam mesmo por falta de infraestrutura. (Depoimento AM Rua Itapuí, 2000)*

*A participação é pouca. Nas reuniões só é mais o pessoal da diretoria que participa. Mas se alguém tem problema em sua rua, daí procura vir até a associação, mas às vezes eles preferem ir direto à prefeitura, então eles vêm até resolver o seu problema e depois não vem mais... isso, se resolver, porque se não resolver também reclamam que dizendo “não adianta nada vir até a associação... esta não resolve nada mesmo”. Às vezes, o poder público também não resolve nada, se você não estiver em cima todo dia cobrando, mesmo que seja uma coisa simples de fazer e você não consegue e talvez por isso as pessoas não vêm até aqui. Mas nós não temos culpa, pois vamos atrás, levamos ofícios, falamos com responsáveis e ainda assim, não conseguimos resolver o problema. **Eu já vou** direto ao fiscal, pois se for direto à prefeitura, um empurra para o outro até chegar no fiscal, então já vou direto nele.(...) Quanto a participação das pessoas nas assembléias é boa, eles têm interesse, porque sabem que alguma coisa está para acontecer.*

*Teve assembléias que vieram duzentas pessoas. As pessoas participam, mas se você chama a comunidade à participar de algo, eles quase não vem. Até para fazer um mutirão é difícil. (Depoimento AM Fortaleza, 2000)*

Os depoimentos referentes a essa questão da participação em 2008 e 2009 mostram que, além da queixa da pouca participação, começa haver uma reflexão por parte dos líderes comunitários do porque não há mais participação. Os depoimentos trazem justificativas e reflexões que perpassam tanto por motivos de falta de tempo das pessoas atualmente, para as atividades que a associação demanda. Alguns depoimentos expressam essas informações:

*Sempre contamos com a colaboração da comunidade. A comunidade está sempre participando ativamente. E tem sido assim, lógico, sempre tem que ter alguém para estar desenvolvendo essa parte, buscando, sendo criativo, teve festa junina, noite da pizza, feijoada, café colonial, casa da criança. (Depoimento AM Santa Maria, 2008)*

*É hoje a gente percebe assim que realmente é o desinteresse da comunidade. Só para você ter uma idéia: olha o que a gente vem oferecendo para a comunidade [...]. Hoje, o que a gente tem aqui nesse 1 ano, nós trouxemos para cá: iluminação para o campo de areia, não tinha iluminação. Nós rebocamos a sede por dentro, rebocamos o banheiro. Conseguimos a areia. Neste último ano, nós fizemos um convênio com a Clínica INTERBLU, consulta para a comunidade da região com oftalmologia, ortopedista, fizemos também um convênio com um banco para aposentados da região para dar empréstimos com*

*descontos, fizemos o clube de mães na sexta-feira, escolinha de futebol duas vezes por semana, fizemos durante um ano um campeonato interno na comunidade participando do futebol de área lá com a APAE e com os alunos da região aqui. E mesmo assim a comunidade mal prestigia, mal consegue vir nas festas. (Depoimento AM Tatutibas, 2008)*

*A participação nas reuniões depende do dia da semana que cai a reunião. Durante a semana, muitos não podem ir. Mas, geralmente, sempre vêm dez ou doze pessoas da diretoria. Uma vez por mês, a gente só faz reunião com a diretoria e uma vez do mês com a comunidade. (Depoimento AM Antônio Zendron, 2008)*

*As dificuldades é a gente conseguir pessoas para acompanhar. Para estar juntos na luta, no trabalho. A maioria das pessoas não se interessam, não querem, reclamam, mas não participam. Existe a falta de participação. (...) Às vezes, por falta de tempo, todos que estão aí são muito ocupados em outras partes, partes profissional, e também outros afazeres. E eu acho que o principal ponto, é a falta de tempo. (Depoimento AM Fortaleza, 2008)*

Nota-se que mesmo tentando refletir sobre os motivos da não participação, ainda assim há reclamação de que a população não prestigia e justifica isso pela falta de tempo. Em vários momentos que se teve contato com os membros das associações de moradores em reuniões e atividades diversas, a reclamação era de que as pessoas não tinham mais tempo para nada. Com relação à falta de tempo para participação, concorda com Ricci (2004, p. 33) quando este aponta que a “não-participação por falta de tempo parece mais associada à falta de recursos para participar do que à decisão de não participar”.

Ricci (2004, p. 31) destaca ainda que, apesar de haver teorias que relacionam a não participação a escolhas dos indivíduos, há também uma análise alternativa em que “a participação não construiria apenas



uma opção dos indivíduos, mas ela está também associada ao controle de um conjunto de recursos que facilitam a participação”. Ainda para o autor, os recursos são os de natureza diversa, tais como tempo, recursos materiais ou até mesmo o conhecimento de pessoas que participam.

A partir dos contatos em diversos momentos junto a estas associações, tanto no período em que estas se organizavam para participação no Orçamento Participativo (1999-2001), como no momento que buscávamos dados para esta tese (2008-2009), havia reclamação dos líderes comunitários de não haver participação, porém, quando solicitado que exemplificassem sobre em que momentos gostariam que a comunidade participasse mais, estes acabavam por não responder ou então ressaltavam que seria nos encaminhamentos das reivindicações, nos momentos de deliberação junto ao poder público. Quando se referiam às atividades em que eram chamados por ocasião de grandes discussões sobre determinada situação do bairro, como por exemplo, a mobilização para o Orçamento Participativo, ou então, em eventos festivos, promoções para arrecadar fundos, afirmavam que geralmente havia bastante participação, mas era preciso insistir na mobilização. O que geralmente os líderes comunitários enfatizam é com relação ao custo da mobilização, ou seja, reclamam que é necessário insistir bastante, relembrar as pessoas de horário, local e data das atividades que se quer que compareçam.

Sobre a questão da participação, é importante ressaltar aqui a discussão que Lüchman e Borba (2007, p 15) fazem ao abordarem o tema sobre estruturas de oportunidade políticas e participação. Estes destacam que “conselhos gestores e orçamentos participativos são tanto resultantes como condicionantes de um novo contexto político-institucional no país”, sendo que um novo contexto político possibilitou “o desenvolvimento de novas instituições”, referindo-se os autores à novos espaços participativos que “ampliaram as oportunidades de participação política no país”. Como destacam, “este novo tipo de participação política está diretamente relacionada, ou a um novo arcabouço institucional legal do Estado (no caso dos conselhos gestores), ou está mais diretamente ligada ao projeto ou vontade política dos governantes (no caso dos OPs)” e, na medida em que avançam na discussão, apontam os elementos que refletem na configuração da participação nestes espaços que são: “o papel das elites políticas, o

caráter do campo institucional (natureza jurídica e tipo de política) e os diferentes desenhos institucionais”.

No que tange a análise das elites políticas – que é uma das variáveis de Tarrow na análise das estruturas de oportunidades políticas – Lüchman e Borba (2007, p. 19-20) destacam que os orçamentos participativos constituem-se como uma “participação mobilizada”, pois “dependem do projeto, vontade e compromisso político do governo” e ainda condicionam a obtenção de benefícios (obras e serviços públicos) à participação”. No campo institucional, no que concerne aos OPs, o fato de não haver “amarras jurídicas” possibilitando maior flexibilidade institucional, possibilita também serem “espaços co-gestionários, onde as regras são definidas a partir da interação entre atores participantes”, mas que, por outro lado, pode acontecer “das experiências ficarem reféns da vontade política do governo de plantão, além das possibilidades de manipulação que são abertas pela ausência de regramento institucional” ( Lüchmann e Borba, 2007, p, 21).

Assim, destaca-se ainda o último elemento abordado por Lüchman e Borba (2007, p. 21), na questão da configuração da participação e a qual mais se aproxima das observações feitas em Blumenau, que é o desenho institucional. Este se trata como destacam os autores do “formato (regras, espaços, sujeitos participativos e representativos) que condicionam, em alguma medida, maior ou menor capacidade de inclusão política, junto a setores populares da população”.

Para os autores, o fato dos OPs na sua maioria respeitarem uma configuração espacial da cidade, levando em consideração a estrutura do bairro ou região, diminui os custos de participação. Em Blumenau, de fato no momento das assembleias e reuniões de delegados, quando existia o OP, a participação das associações de moradores era significativa, como já destacado acima. Os próprios depoimentos acima destacados demonstram que a participação é condizente com as condições das pessoas de estarem participando em determinada data, horário, local.

Outro fator importante com relação à participação, que Lüchmann e Borba (2007, p. 22) destacam ainda na discussão do desenho institucional e que também é possível visualizar em Blumenau, especialmente nos dados referentes ao período que o OP funcionava na época, é que de fato do OP, por ter seu formato baseado em estruturas da cidade, como bairro ou regiões, permite uma reunião de pessoas em

condições mais iguais, ou seja, “rompendo com eventuais receios de determinados atores quanto à participação em espaços mais heterogêneos (onde as desigualdades de recursos para a participação são mais visíveis)”.

Em Blumenau, o OP mobilizou as associações de moradores para participar das etapas desta experiência e, considerando que mesmo com limitações durante o seu desenvolvimento, há avaliações positivas em relação ao mesmo, conforme os dados da tabela extraída dos relatórios de Andrade e Moura (2001), na qual se percebe algumas posições dos delegados do OP de Blumenau, na época em que estava em andamento:

**Tabela 10 - Avaliação dos delegados sobre o processo do OP (%)**

VARIÁVEIS DE AVALIAÇÃO	Concorda	Discorda	N/R
OP é dominado por um partido político	38	52	10
Interesse de poucos prevalece sobre interesse da maioria	41	44	15
As pessoas não têm oportunidade de se manifestarem	23	64	13
Manipulação na escolha das prioridades	31	54	15
Conselheiros estão interessados somente na promoção de seus interesses	24	64	12
Média	31,4	55,6	13

Fonte: ANDRADE E MOURA (2001). Pesquisa aplicada aos delegados do OP na gestão 2000-2001 (universo 412 sujeitos)

Percebe-se na tabela que a maioria das respostas mostra que os delegados tinham confiança no processo do OP e chama-se atenção aqui para os 64% que discordaram na época que o OP não permitia participação.

Assim, de fato, se as estruturas que requerem a participação da comunidade forem mais distribuídas, melhores pensadas em termos de espaços, locais, horários, regras e critérios mais participativos, e que levem em conta os formatos organizativos por bairros ou regiões, de fato, haverá melhores condições de participação. O OP mostrou-se com

potencial mobilizador e ampliador da participação e em Blumenau não foi diferente.

Atrelado a esta discussão da participação, cabe destacar abaixo um quadro que sintetiza informações com relação às formas de mobilização da comunidade, considerando que em 1994, as pesquisas que eram feitas naquela época já traziam a preocupação em tentar estabelecer uma relação de causalidade entre a participação da população e as estratégias de mobilização que a associação utilizava.

### Quadro 17 – Mobilização da comunidade para as atividades da AM

AM	1994	2000	2008
<b>1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS</b>	Cartazes em pontos estratégicos e jornais locais.	A mobilização é feita com cartazes, nas escolas, não tem dinheiro em caixa e o presidente é obrigado a tirar do bolso.	Avisa uma pessoa de cada rua, cada rua já tem um conhecido, liderança. Não é difícil.
<b>2 - AM DO MORRO HADLICH</b>	Avisos na escola.	Através de telefonema, convites, cartazes.	Pegam um representante em cada rua para ficar responsável de divulgar naquela rua. Fazem a divulgação de casa em casa, de boca em boca, avisos na igreja, pelo telefone.
<b>3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES</b>	Não havia mecanismos de mobilização da comunidade. A diretoria se comunicava pessoalmente.	Através de reuniões, através de cartazes, faixas.	Fixam a programação das reuniões para o ano todo no comércio local e divulgam nos eventos comemorativos ou promocionais.
<b>4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUI</b>	Não havia mecanismos de mobilização da comunidade.	Panfletos em pontos estratégicos, os mercadinhos, as canchas de bochas e bares. Também é feito comunicado através de cartazes, bate boca, telefone.	Avisos. Mais ou menos 15 em 15 dias. Mobilização via telefone e pessoalmente pelo presidente, vice e secretário da associação.
<b>5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS</b>	Não havia mobilização até a entrada de estagiárias no local, depois aconteciam por convites, chamadas na rádio e calendário das atividades em lugares de acesso da comunidade.	Através de boletim informativo, distribuído de casa em casa.	A divulgação é feita bem perto do dia da reunião, através de convite via ligação telefônica.
<b>6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS</b>	Através das crianças da escola e cartazes em pontos estratégicos.	Carro de som, divulgação com cartaz no comércio local.	Distribuição de um calendário, divulgação nos bares, nas padarias, cartazes dentro dos estabelecimentos e convite pelas escolas.

7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA	Boletins informativos, avisos na rádio, na missa e padarias. Há pessoas da diretoria responsável pela divulgação.	Divulgação local pessoalmente	Convite para comunidade, normalmente com carro de som. Para reuniões da diretoria é agendado anteriormente ou então, avisa-se através de telefone.
8 - A M DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA	Não havia mecanismos de mobilização ou divulgação para a comunidade. Havia calendário pré-definido e a diretoria sabia a data das reuniões.	Era feita mobilização por meio de: cartazes, avisos na igreja, contatos pessoais da diretoria.	Contato telefônico, carro de som, através de rádio, nos murais da AM, no posto de saúde e no comércio da região que ela abrange.
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET	Cartazes em pontos estratégicos, carro de som, convites nas casas.	Panfletos cartazes, contatos pessoais e telefonemas	Faixa, propaganda na rua com carro de som.  Calendário é fixado no mural da associação, e quando necessário, é feito contato telefônico com os moradores.

Observando o quadro acima, especificadamente sobre os dados das pesquisas até 1996, percebe-se que grande parte das associações de moradores pesquisadas e destacadas aqui, preocupava-se muito pouco ou não havia nenhuma preocupação com as formas de mobilização da comunidade para as atividades da associação, sendo fato importante na época, a presença de estagiárias nestas associações para confrontar tal situação, mas nem sempre com sucesso, sendo que consta no relatório de Andrade e Weber (1996) que, de 15 associações de moradores que aceitaram estagiárias na época de 1995 – 1996, apenas uma comunidade continuou com a presença de estagiárias.

Já os dados referente ao período de 1999-2001, mostram que a mobilização da comunidade frente às atividades da associação era feita principalmente com o uso de telefonemas, cartazes, faixas e avisos em locais de ampla circulação de pessoas. De fato, neste período, as associações tiveram que se mobilizar muito em Blumenau para garantir maior representatividade do bairro ou rua nas reuniões do Orçamento Participativo, considerando que quanto mais delegados conseguiriam eleger nas assembléias do OP, mais delegados estariam nas reuniões que definiriam quais ruas, obras seriam colocadas no Plano de Investimento do OP. Aparece assim, já de antemão, a centralidade da abertura de uma experiência participativa e como as associações veem esta experiência em Blumenau como uma oportunidade política e acabam participando significativamente, o que possibilitou impacto positivo para a própria dinâmica destas organizações.

Esmiuçando ainda mais as dinâmicas internas das associações de moradores e atreladas a esta discussão da participação, também se sintetizou informações quanto às formas como as reivindicações da população chegavam e chegam à associação de moradores no decorrer dos anos em que se obtiveram os dados. A tabela a seguir sintetiza as informações obtidas:

### Quadro 18 – Como as reivindicações chegam à associação de moradores

AM	1994	2000	2008
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Procurava-se o presidente da associação.	O presidente da associação na época passava nas ruas com o carro e anotava as reivindicações dos moradores pessoalmente nas suas horas de folga.	Os moradores procuram o presidente da associação por telefone e pessoalmente. Entrevistado cita que não há prática de reivindicar nas reuniões.
2 - AM DO MORRO HADLICH	As reivindicações eram aquelas que a diretoria percebia, não havia diálogo com a comunidade.	Contato pessoal ou por telefone direto com presidente da associação.	Procuram o presidente ou alguém da diretoria pessoalmente ou contato telefônico. Entrevistado cita que não há prática de reivindicar nas reuniões.
3 – AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	Havia estagiárias curriculares (Serviço Social) apoiando a organização da associação. As estagiárias na época enfrentaram uma postura centralizadora do presidente e promoveram várias vezes o diálogo e enfrentamento dessa postura, levando a comunidade a participar mais das reuniões. Nessas reuniões, elencavam-se as reivindicações da comunidade na época.	Contato pessoal ou telefônico diretamente ao presidente da associação.	Contato pessoal com presidente ou alguém da diretoria, indo até a residência ou telefonando.  Entrevistado cita que não há pratica de reivindicar nas reuniões.
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	Havia estagiárias curriculares (Serviço Social) apoiando a organização da associação. As estagiárias na época enfrentaram uma postura centralizadora da vice-presidente da associação. A comunidade não se sentia representada e não levava as reivindicações para a associação.	Contato pessoal ou telefônico com o presidente e vice na época.	Contato pessoal, e-mail e telefones. Procuram diretamente o presidente ou membros da diretoria. Entrevistado critica esta atitude e defende a participação na reunião e nos encaminhamentos.
5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS	Havia estagiárias curriculares (Serviço Social) apoiando a associação neste período. As estagiárias impulsionaram a participação da comunidade nas reuniões a partir de um levantamento das necessidades da região.	Contato pessoal ou pelo telefone para com o presidente ou alguém da diretoria.	Contato telefônico ou pessoalmente com o presidente ou alguém da diretoria. Usam também a estrutura da sede da associação, sendo que quem cuida da lanchonete é ex-presidente e membro da diretoria.
6 – AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Há relato de pouca participação da população nas reuniões. As reivindicações ficavam restritas as percepções da diretoria.	Entrevistado colocou seu escritório a disposição para atender os moradores que tenham alguma reivindicação. Havia tentativa de fazer formulário e o morador trazer até a reunião da associação.	Há um documento da associação de moradores que é utilizado para solicitações da comunidade. Este documento é entregue na sede da associação. A diretoria leva a solicitação para a reunião e discute os encaminhamentos. Os moradores são convidados para participar de todo o processo de encaminhamento da solicitação.

			realizada.
<b>7 - AM DO BAIRO FORTALEZA</b>	Não constam informações sobre como as reivindicações chegam à associação neste período.	Contato pessoal direto ao presidente da associação ou aos membros da diretoria.	Contato pessoal com quem está a frente da associação. Poucas solicitações são levadas às reuniões.
<b>8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA</b>	Reivindicações eram feitas diretamente para o presidente através de contato pessoal.	Telefone, contatos na rua, da maneira mais é por telefone.  Entrevistado reclama de muitos pedidos individuais, como conflitos familiares.	Possui uma caixa de reivindicações e sugestão anexa a sede da associação.  Contatos pessoais, telefônicos permanecem. Há participação também nas reuniões da associação.
<b>9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET</b>	Havia pouca participação da comunidade nas reuniões. As reivindicações ficavam na maioria restritas as percepções da diretoria.	Elegeram-se em cada rua um membro da diretoria e os moradores levam as reivindicações a esta pessoa.	A comunidade procura a associação de moradores diretamente na sede que possuem, sendo que a pessoa que cuida da lanchonete é membro da associação e anota as reivindicações para passar aos demais associados. Participam também das reuniões quando necessário para discutir encaminhamento das reivindicações.

Considerando as informações providas do período da pesquisa entre 1994 a 1996, a forma como as reivindicações chegavam até a diretoria variava entre aquelas que a diretoria percebia, pois não havia um diálogo com a comunidade, e aquelas em que surgiam a partir da atuação das estagiárias curriculares (Serviço Social), apoiando a organização da associação. As estagiárias na época enfrentavam uma postura centralizadora do presidente e promoviam várias vezes o diálogo e enfrentamento dessa postura, levando a comunidade a participar mais das reuniões, sendo que nessas reuniões elencavam-se as reivindicações da comunidade.

Já os dados de pesquisa no período de 1999-2001, demonstram que o contato se dava mais diretamente com o presidente ou alguém da diretoria, seja por telefone ou pessoalmente, mas muito de forma individualizada.

No período de pesquisa mais atual, 2008 e 2009, o que se percebe é que os moradores procuram o presidente ou alguém da diretoria via telefone ou pessoalmente e sobre tal fato, há de ser significativo o fato das lideranças queixarem-se das pessoas não irem até a associação fazer suas reivindicações e ajudar encaminhar as soluções, situação esta que nos anos anteriores, os presidentes assumiam para si as demandas e nem

sequer questionavam este fato. Outro fator importante aqui é que há por parte de algumas associações, a tentativa de inovar colocando caixas de reivindicações e sugestões, distribuição de formulários para a população apontar suas demandas.

Cabe destacar que em 2008 e 2009, não mais existindo Orçamento Participativo e sim outra experiência chamada CODEB - Conselho de Desenvolvimento de Bairros, que como destacado no capítulo anterior, funcionou em Blumenau de 2004 até 2008, a mobilização para participação de muitas pessoas do bairro ou região para garantir obras junto ao poder público já não era mais necessária, sendo que o CODEB não abria espaço para participação de qualquer pessoa, solicitava somente os presidentes da associação ou seu representante para que participassem das discussões quanto ao que poderia ser investido na região no decorrer do ano.

Especificamente sobre a experiência dos CODEBs pós-Orçamento Participativo, será tratado mais adiante. Por hora, cabe destacar que a institucionalidade das duas experiências, no que tange as formas de participação, é de fato questionado pelas próprias lideranças em que se tinha contato nas reuniões e durante as entrevistas em 2008 e 2009. As falas a seguir podem demonstrar isso:

*Na época era o OP. A participação do povo lá. O povo participava mais. Porque eles vinham buscar a comunidade. Agora tem que ser convocado, o pessoal não vai. Agora se vem buscar, um leva três. O CODEB não funcionou. Tipo, na época, cada um tinha que dizer sua dificuldade. Aí a gente até colocou alguma coisa da escola e não foi nem questionado. Lá na época do orçamento participativo não, um começava, era na época uma briga e era muito bom. O povo participava bem mais. A briga era mais forte e daí a pressão. (Depoimento AM do Morro Hadlich, 2008)*

*Com certeza eu, se fosse para escolher, eu escolheria por um lado, o Orçamento Participativo, não o CODEB. Só que acho que a gente tem que se*



*apegar no que tem. (Depoimento AM da Rua Antônio Zendron e suas Transversais, 2008)*

*Então teve participação sim no CODEB. E a diferença, levando em conta a última pergunta, a diferença ali foi que o CODEB no início ele teve uma caminhada da forma até meio parecido com o orçamento participativo da cidade. Posso dizer assim praticamente igual. E no decorrer de um ou dois anos, dois anos principalmente, no segundo correndo para o terceiro ano, eu que sempre tive uma participação, acabei deixando até de participar em partes, não participei mais ativamente, pelo fato de que a gente ia para lá não mais para reivindicar ou procurar as questões necessárias para a comunidade. Mas sim ia para lá para ficar escutando palestra. Então isso foi uma coisa que para mim, no meu entender, não corresponde com a distribuição de recursos para a comunidade. Se eu vou para lá para uma reunião, para escutar uma palestra, não tem nada a ver com o que o CODEB realmente deveria estar fazendo. Então deveria sentar com as associações, sentar com os líderes comunitários e procurar saber o que precisa, o que eles querem, está sendo atendido ou não. E isso, nos últimos dois anos não aconteceu. Então teve uma grande diferença ali. Enquanto o orçamento participativo, ele teve os problemas, mas sempre foi participativo. (Depoimento AM Bairro Fortaleza, 2008)*

*O orçamento participativo tinha mais participação e CODEB menos participação. Agora, as duas não funcionam. [...] Não adianta assim e eu senti isso, não só eu, mas todos que estavam no conselho, fomos para lá motivados, levamos idéias, projetos e nada. (Depoimento AM da Rua Santa Maria (Nova Rússia) e Adjacente, 2008)*

Contudo, as associações de moradores buscavam se organizar e resolver suas demandas através tanto do OP na época em que existia,

como do CODEB mesmo que, somente através da participação do presidente ou vice da associação, como também através de outras estratégias como manifestos, passeatas, solicitações diretamente para a prefeitura. Fato interessante vai aparecer nas pesquisas de 2008, que vereadores já não são mais tão bem-vindos como forma de buscar a resolutividade das questões da associação, fato este que era constante nos dados obtidos no período de 1994 a 1996.

Destaca-se aqui que, no momento em que as associações de moradores tiveram no seu contexto (na existência do OP) uma oportunidade política bem determinada de participar da alocação dos recursos públicos de investimento na cidade, mesmo o OP com todas as suas questões de ordem de funcionamento, como apontado no capítulo anterior, teve de certa forma, impacto no sentido de fazer com que as associações de moradores se posicionassem como entidades importantes na cidade e que poderiam, sim, discutir sobre o que é melhor para seu bairro, como mostra o depoimento abaixo:

*Eu acho que podemos perceber nos últimos anos que as associações têm muita importância, ela inclusive assusta o próprio prefeito e os vereadores pelo próprio poder que ela tem até onde ela pode chegar nomeio de comunicação, botar a boca e falar realmente colocar a boca no trombone e falar, tem presidente de AM que já foi no meio de comunicação e soltou o sarrafo! E só assim conseguiu ser atendido. O próprio ministério público abre uma porta grande pra gente. Alguns presidentes de AM nem sabe o poder que tem nas mãos e o próprio morador não sabe que tem na comunidade um representante, só que às vezes ele deixa a desejar. (Depoimento AM do Médio Garcia – AMORMEGA, 2008)*

Sobre esse sentimento, quanto à importância das AM em Blumenau, quando abordados os líderes comunitários em 2008 sobre isso, pelos depoimentos fica nítido na posição destes líderes deveria haver maior apoio do poder público para com as AMs, já que estas são

representantes da comunidade, são na opinião dos próprios líderes, quem realmente sabem das demandas locais:

*Com certeza. Porque assim: é um líder que está aí e tem que ser valorizado. Nem vou dizer que é o prefeito. Porque é assim: o prefeito não conhece a cidade toda. Eu acho que hoje quem tem o poder é a comunidade. As pessoas conhecem a cidade. Porque cada região é um tipo de gente. É verdade. Vai lá no bairro da Velha, tem um pessoal do Paraná. Vai lá no morro do Artur, tem um pessoal lá mais do oeste. Vê aqui em cima que eles têm um palavreando diferente. É isso, e cada um precisa de coisas diferentes. Não tem, eu acho que a prefeitura está procurando já dar mais atenção, ajudar mais um pouco. Porque se vem me procurar já hoje, para o que, aqui vai melhorar. Eu preciso de dez casinhas aqui para nós estar tirando este pessoal que está aqui. Vamos fazer dez casinhas legais aqui para tirar este pessoal daqui. (Depoimento AM do Morro Hadlich, 2008)*

*É a força da população, é ir lá cobrar e pedir. Porque é assim, mas é assim. No fim, ele até pode não querer fazer, mas para parar, da pessoa de ir lá e encher o saco, a pessoa vai fazer para não... Imagina, “não, não quero mais te ver aqui, vou mandar fazer. É, eu acho que a associação de moradores é importante porque está mais perto da comunidade. Um representante da associação de moradores, ela está na comunidade, ela sabe os problemas da comunidade. É, como um prefeito, ele não sabe. É que geralmente às vezes se ele não vem no bairro, ele nem vai saber. Então eu acho que é muito importante uma associação. Depois, ela está ali, está no núcleo, ela sabe qual o problema da comunidade, está no dia-a-dia da comunidade, sabe os problemas e as dificuldades. Eu acho que isso que é importante. Porque podia acabar, vamos*

*supor, não ter associações, e os vereadores podia fazer o que quiser com as associações, só que os vereadores não vão nos bairros. Não vão, não vão mesmo. A associação não. Ela está aqui na comunidade, sabe o problema, então é um acesso mais fácil para resolver as coisas. Então, por isso que eu digo: deveria ter mais, uma associação deveria ter um acesso mais fácil. Deveria ser mais ajudada pelo município, mais apoio para a comunidade. (Depoimento AM da Rua Antônio Zendron e suas Transversais , 2008)*

*É válido a população decidir. O único problema é que se coloca à disposição para a população decidir quando chega na hora de passar a caneta, não é a população. Esse que é o grande problema (...). Há uma necessidade de o povo estar por dentro do que está acontecendo. Não deixar com que o governo faça tudo sozinho por sua conta, que às vezes não atinge o anseio da população. E quando se tem a participação popular, ela é mais fácil de chegar mais perto do povo, os recursos. (Depoimento AM Bairro Fortaleza, 2008)*

O posicionamento dos líderes comunitários sobre a importância das associações de moradores é importante, pois destacam que estas se reconhecem no cenário de Blumenau e que estão atentas ao que o governo oferece a elas enquanto oportunidades políticas. Dessa forma, destaca-se aqui a atualidade dos estudos de oportunidade política e construção política da sociedade civil, na medida em que se recupere o que Lavalley, Houtzaguer e Castello (2009, p. 48) afirmam, que é preciso compreender a configuração de sociedades civis nacionais a partir dos contextos locais em que estão inseridos seus atores e avançar na determinação dos fatores que explicam as variações encontradas.

Por fim, na medida em que se apresentaram dados da dinâmica interna das associações de moradores nos três períodos de tempo pesquisados, cabe destacar que está havendo sim uma mudança significativa, no que tange as formas de organização, preocupação e

relações no interior deste tipo de organização de bairro, incentivada pela reestruturação das oportunidades políticas que foram se colocando no contexto de Blumenau ao longo de sua existência.

Na intenção de apresentar que as associações de moradores em Blumenau foram se reconfigurando internamente de forma positiva e mais democrática, a partir da configuração de novas oportunidades políticas, apresenta-se na sequência informações destas e as relações com outros atores.

#### 5.4 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AS RELAÇÕES COM OUTROS ATORES

No sentido de destacar e analisar com quem, como e quais atores as associações de moradores de Blumenau se relacionam e buscam a resolutividade de suas demandas, apresentam-se informações quanto à forma de encaminhamento das reivindicações que chegam à associação. O que ficará perceptível é que as num primeiro momento de existência das associações de moradores em Blumenau, havia uma relação muito próxima com vereadores e poder executivo, perpassada pelo clientelismo e uma cultura do favor. Entretanto, no decorrer dos períodos analisados esta característica de relacionamento vai se desconfigurando e vão aparecendo indícios de repúdio para com relações da associação de moradores junto a vereadores, deputados ou outros agentes públicos ou políticos.

Com relação as formas de encaminhamento das reivindicações por parte da diretoria das associações de moradores, o quadro abaixo apresenta informações nos três períodos pesquisados:

**Quadro 19 – Como as reivindicações são encaminhadas**

AM	1994	2000	2008
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Através de ofício, tendo como intermediário o vereador S.	Direto nos departamento competentes. Declaram não fazer nada via vereador.	Repudiam a busca de soluções para as demandas via vereadores ou deputados.
2 - AM DO MORRO HADLICH	Encaminhadas através de vereadores ou direto ao prefeito.	O presidente da associação encaminha para os órgãos competentes.	Afirmam que vão buscar nos departamentos e secretarias competentes para cada situação.
3 - AM DA RUA SANTA	Encaminhadas através	Direto nos departamentos	Tudo através de ofício e

<b>MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES</b>	da secretaria de educação e ação comunitária e vereadores.	responsáveis através de ofício e é enviado direto para as secretarias.	protocolado.  Repudia a ação de reivindicar via vereador.
<b>4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUI</b>	São encaminhadas para os funcionários da prefeitura através de ofícios.	Encaminhamento direto para prefeitura nos órgãos competentes.	Encaminham para o poder público. Crítica os vereadores que vão à associação e prometer e depois somem.
<b>5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS</b>	São enviadas à prefeitura através dos seus representantes do gabinete.	Procuravam o órgão que atendia as associações na época. Reclamam dos vereadores por estes agirem atrelando reivindicações nos seus gabinetes pra depois dizerem que foram eles que encaminharam.	Fazem ofício, duas vias, protocola-se para depois poder cobrar a solicitação.
<b>6 – AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS</b>	São encaminhadas diretamente a prefeitura através de ofício.	Encaminham direto ao gabinete do prefeito.	Quando vão solicitar algo para a prefeitura, fazem ofício, uma via fica protocolado na associação e a outra entrega na prefeitura. Reafirmam a importância do protocolo para cobrar a solicitação caso não sejam atendidos.
<b>7 - AM BAIRRO FORTALEZA</b>	Encaminhadas através de ofício, e quando não obtém resposta, vão buscar por outros meios como vereadores.	Procuram as secretarias competentes e os vereadores. Reclamam que não dá para depender dos vereadores para encaminhar a reivindicação, pois estes acabam esquecendo ou perdendo o ofício.	Vão diretamente ao departamento responsável pelo problema, pela situação.  Envolvem o mínimo possível os vereadores e deputados. Utilizam ofício pelo fato de que fica mais concretizado.
<b>8 – AM DO MÉDIO GARCIA – AMORMEGA</b>	São feitas pessoalmente a prefeitura e são atendidos por dois deputados.	Procuram todos (desde a iniciativa privada, até os órgãos públicos, o executivo, legislativo) que puderem resolver os problemas indicados, desde que deem conta de solucionar.	Procura os órgãos competentes e quem for preciso para serem atendidos.
<b>9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS – AMSTET</b>	Encaminhadas via vereadores e quando não há retorno vão direto ao prefeito.	Encaminham para os órgãos competentes, secretarias e vereadores quando necessário.	Procuram o poder executivo e quando necessário o legislativo. Utilizam como canal de reivindicação as possibilidades que são dadas, como o distrito e os gerentes de bairro.

Se observado o quadro acima, no ano de 1994, o principal meio das associações de moradores encaminharem suas reivindicações era através de vereadores, deputados ou direto ao prefeito. Se retomarmos aqui os resultados das pesquisas de Andrade e Sibert (1994) e Andrade e Weber (1996), nas quais ficou evidente a vinculação de pessoas que tinham intenções políticas junto às associações de moradores (atores políticos ocupados em fazer o espaço das associações de moradores uma substituição do que eram os subdiretórios na década de 70), é de se esperar que as formas de reivindicações não seriam diferentes. Um depoimento de 2008 confirma esta relação antiga de pessoas nas associações com intenções políticas:

*Os dois fundadores da AM foram o Sr. A. e o Sr. J. P. e o ex-vereador G., isso em 1988, eles eram funcionários da antiga Artex. O G. foi presidente da AM durante anos e depois ele foi duas vezes vereador, presidente da câmara, foi o único membro aqui da diretoria, mas hoje ele não faz mais parte. (Depoimento AM Santa Terezinha, 2008)*

Mesmo as associações mais combativas e menos intucionalizadas na época, acabariam ou teriam que buscar relacionar-se com pessoas influentes no sistema político de Blumenau, pois era o único acesso possível que se colocava no contexto na época. Essas pessoas influentes eram agentes públicos, representantes do prefeito ou então pelos vereadores ou líderes de partido político influentes e as relações perpassam por ações personalista, clientelista, onde a população acabava por ser vista como cliente das políticas públicas e não detentoras de direitos. Contudo, o que é importante enfatizar nessa questão de como eram encaminhadas as reivindicação, é exatamente como isso vai se apresentar ou acontecer nos anos que se seguiram. Seria ainda, via vereadores, deputados ou pessoas ligadas diretamente ao prefeito que as associações de moradores estariam buscando resolver os problemas do bairro?

Para elucidar tal incógnita, buscaram-se dados referentes ao período de 1999 a 2001, e também no período de 2008 e 2009. Nos

dados referentes ao período de 1999 a 2001, momento em que havia uma gestão de cunho mais possibilitador da participação, o que se percebeu foi que as lideranças nas suas falas diziam encaminhar primeiro direto às secretarias ou departamentos competentes na prefeitura, através de ofícios, mas, no decorrer das observações da época, percebeu-se que estes não abandonavam a procura pelos vereadores.

As associações de moradores estavam participando da experiência do Orçamento Participativo, mas nas falas estes nem sequer citavam o OP como uma instância ou canal de reivindicação na época, como demonstram os depoimentos a seguir do ano de 2000:

*Direto nos departamentos responsáveis. A gente faz reivindicação através de ofício e é enviado direto para as secretarias, tudo via ofício. (Depoimento AM Santa Maria, 2000)*

*A princípio, a gente vai pegar informação na prefeitura, lá eles me orientam para algum vereador e o vereador fala que precisa remeter um ofício, e tem bastante interesse político nesta parte, porque o vereador depois chega e diz 'eu fiz isso, eu fiz aquilo'. (Depoimento AM Tatutibas, 2000)*

*Ah, eu vou direto, faço um ofício no gabinete do vereador, é mais porque a gente é amigo, que é o B.R., tem o C.D., e se a gente precisa fazer um ofício a gente vai lá, eles atendem bem, fazem pra gente. E através deles a gente também faz as reivindicações. Por exemplo, a nomeação de ruas, porque 90 % das ruas aqui não são nomeadas. (Depoimento AM Morro Hadlich, 2000)*

Há evidência, neste período de 1999-2001, de uma relação ainda restrita a proximidade com pessoas influentes no sistema político, como os vereadores ou amigos do prefeito como já destacado, não reconhecendo o Orçamento Participativo como instância de



reivindicação. Contudo, as associações de moradores participavam significativamente do processo.

O Orçamento Participativo em Blumenau, conforme já sinalizado no capítulo anterior, teve problemas em realizar as obras que eram colocadas no plano de investimentos, além do que não houve um compromisso governamental na época com a experiência<sup>37</sup>. Isso revoltava os líderes comunitários que haviam mobilizado a população para participar. Assim, os líderes comunitários acabavam por buscar outros meios de solucionar as questões que a população havia colocado como necessária no bairro, sendo que a figura do vereador ainda era constante, especialmente pelo fato dos vereadores em Blumenau sentirem-se ameaçados pelo OP na época, sendo que uma das críticas na época sobre o OP era quanto ao engessamento do OP para atendimento das obras, crítica esta que os vereadores argumentavam para os líderes comunitários, como se vê nos depoimentos abaixo.

*Não colocamos no Orçamento Participativo, pois o Orçamento Participativo só ajuda se tem terreno e nós não temos terreno. Bem que o vereador C.D. disse que isso iria ser assim. Este ano, nós queremos colocar no OP, já estou desde 86, nós temos um terreno em vista que custa 70 mil reais, ele atenderia nossa demandas, nós criaríamos uma sede, uma quadra pra tirar as crianças da rua, então a gente tem colégio, mas não tem ginásio, as associações daqui não tem terreno. (Depoimento AM Morro Hadlich, 2000)*

*Marquei uma reunião com a secretaria da educação, eles foram categóricos a nós, e disseram que não tinha como fazer pelo OP e não podiam fazer nada. Esta creche então eu vi como algo impossível, fui claro com a comunidade, não iria mentir (...) assim, fui solicitar aos vereadores, eles também não acreditam no OP. Mandeí também para a câmara júnior, que até é uma sobrinha minha, um e-mail para o programa do*

---

<sup>37</sup> Sobre informações quanto à experiência de OP em Blumenau, ver a dissertação de mestrado de MOURA (2004).

*Ratinho, e do Gugu, pedindo a doação para uma creche. (Depoimento AM Rua Antônio Zendon, 1999)*

Essa questão dos vereadores permite lembrar o que Silva (2009) destaca, de que é preciso observar no contexto de oportunidades políticas, se estas estão sendo vistas como oportunidades ou ameaças. No caso de Blumenau, fica visível que os vereadores em sua maioria percebiam o OP como uma ameaça aos seus interesses. Cabe destacar que com experiências como se propõe o OP, vereadores se veem solicitados a partilhar sua prerrogativa de decidir sobre o que muitos veem como seu principal papel, isto é, a alocação de recursos públicos, não só com o executivo, mas também com os movimentos sociais organizados em torno do OP. Ainda, vereadores e elite local geralmente com um processo de OP na cidade perdem o monopólio da representação dos interesses locais. Dias (2000), ao analisar a relação de vereadores e OP, acaba percebendo que a instituição de uma política como o OP gera problemas teóricos e práticos que afetam o funcionamento do sistema formal de representação de interesses, base das democracias ocidentais.

Em Blumenau, poucos eram os vereadores que apoiavam o OP e os que participavam do processo ativamente defendendo-o, inclusive perante as associações de moradores. Obtiveram ganhos políticos da situação, sendo que foram eleitos posteriormente para compor a câmara legislativa em Blumenau, com um número significativo de votos, fato este que ocorreu tanto vereadores que na época eram da coligação junto ao PT, como com vereadores que eram na época oposição.

Contudo, no que tange as formas de encaminhamento das reivindicações pelas associações de moradores ao longo do tempo, foram os dados obtidos em 2008 e 2009 que mais surpreenderam. No contato com as associações de moradores, encontrou-se total repúdio à busca de soluções via vereadores, sendo que os líderes comunitários deixavam claro em seus discursos que registravam todo e qualquer ofício de solicitação as secretarias municipais de competência de acordo com as necessidades da associação.

Quando perguntados, em 2008 e 2009, sobre quem as lideranças procuravam para encaminhar demandas, estes diziam que procuravam as secretarias competentes, com ofício protocolado para poder cobrar

depois. Apareceu também depoimentos que mencionavam outras formas de reivindicar, como passeatas com faixas, movimentos de abaixo assinado, e o uso da mídia para chamar a atenção caso não obtivessem respostas.

*Até agora não teve um caso, assim, mas já tivemos casos desses assim de ter que cobrar mais pelas reivindicações. Já tivemos na nossa rua aqui, não tava sendo atendida a obra que pedimos. É uma rua principal que vai para a Velha é uma das melhores ruas e que tem um acesso bom, mas no caso de uma enchente, estas coisas ela é muito útil, mas na verdade, era a rua que estava mais desprezada. Então se não fosse este asfalto agora, a gente ia fechar esta rua, ia fechar e ia chamar um protesto grande. Esta era a nossa ideia, mas como agora foi asfaltada, a rua, então ai a gente não fez. Mas estava perto para fazer uma grande mobilização. (Depoimento AM Rua Antônio Zendron, 2008)*

*A Rua Santa Maria foi pavimentada em 2002. Isso era uma promessa que era para pavimentar, o prefeito na época era o Décio Lima. E na verdade foi feito manifestação, a gente colocou faixa onde eles estavam. Também onde teve inauguração, nós estávamos, nós, a comunidade da Santa Maria e o pessoal da diretoria teve a inauguração da Rua Guarapari e do Morro do Hadlich, nós fomos às duas inauguração, em baixo de chuva, nós estávamos lá pedindo a pavimentação da Rua Santa Maria e conseguimos também aqui agora com relação ao alargamento da ponte, quando foi inaugurado o distrito em 2004, ou em 2005, foi inaugurado a secretaria municipal, nós fomos com uma faixa lá pedindo o alargamento da ponte, quando foi a inauguração da ponte lá no Jordão, não lembro agora o nome dessa ponte, fomos com uma faixa dizendo assim: “Prefeito João Paulo quando será assinada a ordem de serviço do alargamento da Ponte Bruno [...] ?”*

*Na verdade foi uma promessa do prefeito em 2005, e só foi feito agora em 2008. Então, nós cobrávamos já isso. (Depoimento AM Santa Maria, 2008)*

*Já, já convoquei reunião com a população. E é assim: o Nelson estava fazendo o mandato dele, tipo, no movimento ruim [...] sobre este loteamento fundiário, mas é cobrado. Isso é um processo demorado, muito mais demorado, e ele estava cobrando. Aí eu convoquei uma assembléia, deu umas cento e poucas pessoas, para que viesse o advogado que estava cuidando o caso e dar uma explicação. E foi muito bom. (Depoimento AM Morro Hadlich, 2008).*

Os depoimentos acima apontam que a forma de reivindicar via vereadores, que era predominante na década de 90, acaba por se reconfigurar nos anos mais recentes e os vereadores deixam de ser única forma de acessar o poder público, inclusive, surgindo evidências da própria perspectiva dos atores do associativismo de bairro em Blumenau, de que o atendimento as demandas dos bairros pode ser reivindicado, pois é um direito.

Cabe destacar que este fato está em acordo com o que Houtzager, Lavalle Acharya (2004, p. 281) apontam, quando colocam que “para verificar se participantes com vínculos institucionais com o Estado são apenas clientes na cadeia ‘patrão-cliente’ ou são cooptados de outras maneiras”. É preciso verificar, segundo os autores, “se estes atores realizam entre suas atividades a organização de protestos e outras formas de mobilização (extra-institucional) política”. Em Blumenau, de fato isso vem sendo expressivo (anexo 20 – exemplos de reivindicações de demandas pelas comunidades de Blumenau de forma menos institucionalizada).

Fato também possível de ser verificado a partir da manifestação de líderes comunitários na imprensa. A imprensa vem sendo bastante usada pelas associações de moradores, como se pode ver nas matérias publicadas abaixo, mesmo que não são especificamente das associações pesquisadas na tese, mas podem retratar um pouco que associações de

moradores em Blumenau não têm deixado de se expor na mídia quando tem alguma reivindicação:

Cerca de 70 pessoas, liderados pelo presidente da Associação de Moradores da Rua Franz Muller, Adriano Pereira, e pelo advogado Célio Hohn, protestaram nesta sexta-feira na Rua Governador Jorge Lacerda, no bairro da Velha, em Blumenau. Eles queriam protestar em frente à prefeitura, mas foram contidos. Com faixas e coros, reclamavam da falta de água. A ideia era partir da Rua José Reuter, na Velha, e seguir até a prefeitura, no Centro, onde o grupo protestaria contra a escassez do recurso. Os dois ônibus em que os manifestantes seguiam, porém, foram interceptados pela Guarda Municipal de Trânsito e recolhidos ao pátio do SETERB, sob a alegação de irregularidades na documentação. Às 10h25min, o grupo bloqueou a Jorge Lacerda por cerca de 15 minutos. Com o reforço do policiamento, manifestantes liberaram uma das pistas. Em seguida, um carro de som do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis (SINTRAFITE) chegou ao local para servir aos organizadores do protesto. O primeiro a falar foi o presidente da Associação de Moradores da Rua Franz Muller. (PEREIRA, 27/02/2009 – JORNAL A NOTÍCIA)

Ampliação de horário é fruto de ação conjunta entre SETERB, Siga e associações de moradores. Oito novos horários começam a operar em seis linhas de ônibus nesta segunda-feira (8), para atender a demanda municipal. Ação conjunta com as associações de moradores definiu a necessidade de incorporar novos horários nas linhas em que foram constatadas superlotações. (FOLHA DE BLUMENAU, SETEMBRO DE 2008)

Moradores exigem calçadas e ciclovias no bairro Fidélis. A associação de moradores do bairro Fidélis entregou a prefeitura um abaixo assinado

com 600 assinaturas, reivindicando que as Ruas Professor Hermamm Larige e Guilherme Scharf recebam, além da pavimentação asfáltica, calçadas e ciclovias (...). (PLAUTZ, FOLHA DE BLUMENAU, 30/07/08 A 01/07/2008)

Moradores da Rua Estrela são contra mudanças no trânsito. Uma faixa instalada no início da Rua Estrela, no bairro Salto, mostra o descontentamento dos moradores quanto às obras da rotatória com a Ponte Salto (...). (PLAUTZ, FOLHA DE BLUMENAU, 09/07/2008 A 11/07/2008)

Quando citado no momento dos contatos com as associações de moradores em 2008 e 2009, que houve antigamente em Blumenau muito atrelamento das associações de moradores com vereadores, estes se demonstravam irritados e contestavam imediatamente. Comentavam sobre o fato de existir as subvenções, que segundo as lideranças comunitárias, seria uma das formas, além das promoções (jantares, torneiros, rifas) promovidas pela própria entidade com apoio do comércio local e de empresários com boas condições econômicas, de obter financiamento para este tipo de entidade (anexo 19 – ata da associação de moradores registrando subvenções de vereador e prestando contas). Contudo, dizem que mesmo com as subvenções que são de valores baixos, não gostam que depois os vereadores venham cobrar algo em troca:

*Buscamos só as Secretarias. Vereadores não. Nós não encaminhamos ofício para o vereador para resolver problema em alguma rua, sempre para a secretaria, literalmente, para ter um conhecimento e ficar a par. (Depoimento AM Rua Itapuí, 2008)*

*Não. Não. A gente não pede auxílio aos vereadores. Tem vários ofícios que foram encaminhados para eles para conseguir alguma*

*obra, mas, nós preferimos ir direto lá com Secretário de Obras no caso. (Depoimento AM Rua Antônio Zentro, 2008)*

*Eu penso que começar um trabalho via vereador, não é uma boa opção. Não adianta, vai bater a cara no meio. É muito mais fácil eu ir buscar na secretaria, do que levar o vereador junto. [...] nós somos de outra opção. Não adianta, é muito mais fácil eu juntar uma ou três pessoas e ir direto para a secretaria. A nossa opção é válida eu acho que não é o vereador que vai resolver os problemas da comunidade. (Depoimento AM Morro Hadlich, 2008)*

*Não é mais via deputados. Relacionados a buracos na rua e manutenção, aí nós temos no bairro, o gerente da região (Pessoa da SEMAC responsável pela região e pelo CODEB). (...) A gente consegue, digamos, o Secretário você procura, nós procuramos o Secretário de Saúde na última vez foi... A gente fez reivindicações junto com a APP do colégio, aí nós fomos procurar o Secretário da Educação. (Depoimento AM Rua Hermamm Tribbes, 2008)*

Os fatos destacados acima são interessantes se for observado que a forma de encaminhamento das reivindicações foi o que mais se diferenciou do que era em 1994. Naquele período, as AMs demonstravam ser bastante dependentes dos vereadores, pois precisavam sobreviver, precisavam de subvenções e era o que estava dado para conseguir resolver as questões do bairro, já que o próprio prefeito afirmava que só atenderia se houvesse organização da população na época e essa organização era feita na maioria das vezes por pessoas que tinham intenção política. O quadro sintetizado abaixo permite visualizar com mais clareza como se dava esta relação entre associações de moradores e vereadores nos três períodos pesquisados:

## Quadro 20 – Relação associações de moradores e vereadores para encaminhamento de demandas

AM	1994	2000	2008
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Os vereadores tinham contato direto com a associação, intermediando a relação direta com o prefeito e encaminhando as reivindicações. Houve candidato a vereador na época que se elegeu participante da associação de moradores.	Atribui as necessidades do bairro à falta de vereadores da própria região.  Crítica posicionamento de vereadores que prometeram e não cumpriram ações.	Crítica que as associações dependem muito de subvenções sociais e por isso ficam dependentes dos vereadores.
2 - AM DO MORRO HADLICH	Consta também que, na terceira gestão da associação, o presidente Sr P.C. ficou apenas um ano e não concluiu o mandato, considerado que tinha na época pretensões políticas e não conseguiu nada para a população, abandonando a associação.	Reclamam que depois das eleições os vereadores desaparecem. Afirmam que elegem, mas quando precisam, tem que correr atrás e eles não aparecem.	Afirma que começar um trabalho via vereador, não é uma boa opção. É muito mais fácil ir buscar na secretaria, do que levar o vereador junto.
3 – AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	Havia relacionamento estreito com os vereadores.	Afirmava na época estar frustrado com a atuação dos vereadores, por estes não apoiarem mais a associação.  Reclama que vai um vereador lá dizer que indicação do vereador, sendo que é um trabalho da associação.	Afirmam não gostarem de depender dos vereadores para solução das reivindicações da comunidade, mas sim, vão direto para as secretarias para ter um conhecimento e ficar a par do que foi ou não realizadas.
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	Havia uma relação estreita com os vereadores. Estes compareciam nas inaugurações de obras que haviam sido reivindicadas pela comunidade.	Diziam conseguir muita coisa com os vereadores. Reclamavam de não ter um vereador deles, da região ou bairro, ficando dependentes dos vereadores de outras ruas. Diziam se apegar a um ou dois vereadores e investirem nestes para conseguir as coisas.	O entrevistado se mostra muito irritado com a política e os governantes dizendo que hoje estão com ideias práticas.
5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS	A relação com os vereadores acontecia de forma a buscar as soluções que a comunidade pretendia.	Afirmavam na época que a associação não é política e não achavam certo, não aceitavam fazer política. Afirma que “eles ajudam, depois logo vem um jornal dizendo que foi feito por ele. Eles só ajudam se dá votos pra eles”.	Afirma que procura os vereadores em caso de extrema necessidade, quando não sabem mais como encaminhar alguma reivindicação. Diz que pedido de subvenção é encaminhado para os vereadores.
6 – AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Houve candidato a vereador na época que era membro da associação. Havia relacionamento com os vereadores para encaminhar as reivindicações da associação.	Afirmava que a região se dava bem com os vereadores e que estes poderiam participar das reuniões, escutarem reivindicar e até cobrar da associação. Mesmo assim, dizia que a associação não tinha partido nenhum.	Criticou a politicagem e o uso dos presidentes de associação pelos partidos políticos. Afirma que, como presidente da associação, é bastante procurado pelos partidos políticos.



<p><b>7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA</b></p>	<p>As informações disponíveis mostram que havia necessidade da associação procurar vereador para ser atendido na época. Isto aparece de forma crítica nos dados coletados junto a esta associação.</p>	<p>O entrevistado afirma que há vereadores que participam das atividades da associação. Vereadores tentavam dominar as ações na associação, mas que não conseguiam fazer isso. Afirmavam na época que sabiam que tinha vereadores com intenção de usar a associação como troca política.</p>	<p>O entrevistado afirma que quem tem intenção de sair na política deve se afastar da associação para não misturar as coisas.</p> <p>Afirma que a associação é neutra e não pode se por a disposição de nenhum partido.</p>
<p><b>8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA</b></p>	<p>Relação direta com os vereadores para encaminhar reivindicações.</p>	<p>Afirma não ter reclamação da relação com os vereadores. Crítica o trampolim político pela associação.</p>	<p>Afirma que procuram os vereadores para encaminhar o que for necessário e os vereadores participaram de várias conquistas da associação no sentido de melhorias para o bairro, mas afirma que a associação não leva bandeira de nenhum candidato ou partido.</p>
<p><b>9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET</b></p>	<p>Relacionamento pessoal com os vereadores propiciava a busca por solução das reivindicações.</p>	<p>No depoimento deste entrevistado cita o ciúme que os vereadores sentem da atuação dos presidentes de associação de moradores, vendo-os como um perigo para seu bom desenvolvimento como vereador.</p>	<p>Afirma que houve antigamente membro da diretoria que foi vereador em BNU, mas que não está mais na associação e não prejudicou a relação da associação com outros vereadores.</p>

Enquanto que no período pesquisado até 1996 aparece que os vereadores tinham contato direto com as associações, intermediando a relação direta com o prefeito e encaminhando as reivindicações, no período de 1999 a 2001, já aparecem questionamentos quanto aos vereadores e seu papel nas associações.

*Olha, a relação é boa, a gente não visa partido político, mas uma política comunitária, da saúde, da pavimentação, essa é a nossa política e não partidária. O que choca é que hoje, é um trabalho da comunidade e do poder público, e vai um vereador lá pra câmara legislativa, que hoje pouca gente tem acesso, eu na verdade não tenho, vai um vereador lá dizer que indicação do vereador, sendo que é um trabalho da associação. (Depoimento AM Santa Maria, 1999)*

Contudo, é somente nos anos mais recentes que há uma tendência dos líderes comunitários de questionar mais a presença dos vereadores nas associações. Atualmente, a questão de a entidade sobreviver financeiramente continua, as subvenções continuam existindo e sendo importantes para as entidades dessa natureza – de bairro. O fato das lideranças não acharem que devem favor para estes vereadores quando estes possibilitam subvenção à entidade, já é de tamanho significado.

*Poder público. Hoje é o Poder Público. Porque nós sempre tivemos o quê? Estas pessoas vindo aqui: o G., D., o B. e outros aí que vinham aqui, o V. O., esses vereadores prometiam, prometiam, mas não fizeram. Então hoje nós fizemos um canal direto com o Poder Público. O poder público é o município, com o poder e a caneta que pode resolver o problema. (Depoimento AM Rua Itapuá, 2008)*

*A Secretaria de Obras. Mais era o distrito do Garcia, mas agora o distrito começou a ficar meio complicado, eu acho por causa deste período de mudança, aí a gente ia direto lá, nós ocupamos muito também a central de atendimento aqui no distrito. (Depoimento AM Rua Antônio Zendron, 2008)*

*Sempre que existe alguma reivindicação, a preferência é diretamente ao departamento responsável pelo problema, pela situação. (...) A Secretaria. Exatamente. Envolver o mínimo possível, vereadores, deputados. Caso necessário, sim. Mas sempre procurar antes de tudo o órgão competente ao que se está sendo reivindicado. (...) Que nem quando eu disse antes, que a associação não se envolve partidariamente, então ela transcorre dentro da normalidade. Quando se necessita de um deles para que a gente possa realmente reivindicar, é preciso achar um que não diga: há, mas vocês não me apóiam, e coisa*

*assim. Isso é complicado. (Depoimento AM Bairro Fortaleza, 2008).*

Mesmo tendo presidentes de associações de moradores se candidatando a vereador em 2004 e/ou 2008, das 9 associações pesquisadas, - 5 tiveram presidentes candidatos na última eleição - estes destacavam o seguinte posicionamento, quanto ao papel da associação e a necessidade de não ter vínculo político:

*Citei isso através dos panfletos que sou presidente da associação pelo fato de ter quatro mandatos consecutivos. Agora, porque a associação conseguiu isso conseguiu aquilo, nunca fiz essa relação. Sempre procurei separar. Tanto é que a partir do dia que eu estava decidido em ser candidato eu desvinculei da associação por três meses e retornei no dia 19 agora. (Depoimento AM Santa Maria (nova Rússia) e adjacências, 2008)*

*Aqui dentro, a associação não teve vínculo nenhum comigo, não tem nenhum compromisso com nenhum candidato eleito ali. Só fui às casas, na comunidade, fiz visitas e pedir um apoio. Fiz o básico. Aqui dentro nada. Ela fica neutra, não pode participar ou apoiar candidato A, B ou C. (Depoimento AM Amigos da Tatutiba, 2008)*

Fica evidente, no depoimento, e pode-se perceber no acompanhamento das atividades das associações no período de eleição municipal, que de fato os presidentes que foram candidatos a vereadores afastaram-se da associação.

Sobre tal fato, argumenta-se a partir do que Tarrow coloca sobre uma das dimensões de oportunidades políticas – a de ampliação do acesso para participação de novos atores, onde afirma que as eleições são de fato a forma mais imediata de expansão do acesso à participação de novos atores, e em Blumenau, isso fica evidenciado também a partir

da participação de pessoas que tem cargos de diretoria nas associações de moradores no processo eleitoral do município.

Cabe mencionar dois fatos que foram percebidos durante o contato com as associações no período de 2008 e 2009 no que diz respeito às eleições: um deles é que há uma pressão muito grande dos partidos políticos em cima dos presidentes de associações de moradores para que estes se candidatem como vereador. Este fato foi inclusive presenciado em algumas reuniões das associações, onde membros de partidos políticos apareciam e faziam um discurso que elevava o nome de determinado presidente da associação na frente das outras pessoas presentes na reunião e isso não era bem visto pelos presidentes ou vices ou atores participantes das associações de moradores, quando acabava a reunião, ficava nítido o descontentamento com tal acontecimento por parte dos membros das associações.

E um segundo fato é que no ano de 2008, em pleno ano eleitoral, no contato direto com associações de moradores, em reuniões e atividades da associação, percebeu-se que havia uma abertura das associações para que os candidatos de partidos diferentes fossem expor suas propostas. A justificativa das lideranças era de que havia candidatos a vereadores no bairro ou região que eram de diferentes partidos e que a associação receberia todos para saber o que estavam planejando para cidade e poderem cobrar depois.

As reuniões em que se presenciou que havia candidatos a vereadores, observou-se a participação e questionamento dos membros presentes na reunião quanto às políticas públicas em Blumenau, especialmente sobre habitação, segurança e áreas de lazer. Os candidatos a vereadores que se encontrou nas associações foram Fábio Fidler, do DEM (que se elegeu), Wanderlei de Oliveira, do PT (reelegeu-se), entre outros, que não se anotou o nome. Como a presença dos candidatos não fazia parte da pauta das reuniões, nas atas destas reuniões não consta a participação, ou visita, como os líderes comunitários chamam, desses vereadores. A presença dos vereadores só é destacada nas atas das reuniões, quando estes repassam subvenções. Presenciou-se 3 reuniões que houveram candidatos a vereadores presentes, sendo que a participação em cada uma delas era de no máximo 10 pessoas, já que eram reuniões da diretoria.

Por fim, na busca por compreender com quem as associações de moradores de Blumenau se relacionam ao longo dos anos na obtenção

de solução para suas reivindicações, fica claro que as associações de moradores estabelecem uma relação com o poder público que é, em determinado período, permeada por relações vinculadas aos vereadores, já que estes se fazem presentes com este tipo de papel junto às associações de moradores e veem vantagens eleitorais nesse tipo de relação. Mas que, com o passar do tempo, com a vivência de novas oportunidades políticas e não necessariamente tendo a necessidade de adentrar na esfera pública decisória, apenas por vias eleitorais, as lideranças começam a demonstrar traços, mesmo que frágeis ainda, de avanço no exercício democrático, isso aparece na medida em que vão se interessando mais pela política, vão se posicionando perante candidatos políticos e vão aprimorando formas de reivindicações que não são apenas centrados em canais formais, mas sim, utilizando cada vez mais protestos, abaixo assinados e a mídia de forma a chamar atenção para os problemas da comunidade. Contudo, as lideranças não deixam de ocupar os espaços tradicionais da política como as eleições.

Entretanto, ao se levar em consideração o que alerta Tarrow, quando afirma que as oportunidades e restrições políticas são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais, procurou-se obter dados que pudessem apurar o fato de que a ampliação de acesso para participação de novos atores na gestão pública em Blumenau, mostrou-se eficiente em promover aprendizados democrático-participativos que podem estar contribuindo para afetar a cultura política do associativismo de bairro em Blumenau.

## 5.5 AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES POLÍTICAS, DINÂMICA ASSOCIATIVA DE BAIRRO E APRENDIZADO DEMOCRÁTICO EM BLUMENAU

Conforme se viu até o momento, os dados que datam do período de 1994-1996, comparados com os dados de 1999-2001, e ainda analisados com dados obtidos nas mesmas associações em 2008 e 2009, vão demonstrar a trajetória e protagonismo político do associativismo de bairro na cidade de Blumenau, sendo que, visto sob a ótica de Estruturas

de Oportunidades Políticas, destaca-se a experiência do OP implementado na cidade de 1998 – 2002, que impacta positivamente nestas organizações civis, expressando isso por elementos que vão desde mudanças nas dinâmicas internas das associações de moradores, relação com a comunidade, encaminhamento das reivindicações, até as formas de se relacionarem com outros atores.

A instituição de canais de participação na cidade, como foi o caso da experiência de OP em Blumenau, dado a sua importância na dinâmica associativa das associações de moradores, é entendida nesta tese como uma ampliadora de oportunidade política. Oportunidades políticas são entendidas aqui a partir de Tarrow (1996), enquanto dimensões de um contexto que encorajam a participação das pessoas em ações coletivas e afetam a capacidade de grupos sociais. No caso do associativismo de Blumenau, há evidências que as oportunidades políticas foram passíveis de deflagrar aprendizados políticos dos atores sociais no associativismo de bairro.

Cabe ressaltar aqui, que está se entendendo aprendizado democrático no sentido pedagógico de adquirir capacidades, conhecimentos, habilidades, como por exemplo, a valorização e a prática da participação, do questionamento, tomadas de decisão, gestão de recursos e políticas públicas.

Há vários enfoques teóricos que tratam dos elementos pedagógicos da participação nas abordagens sobre democracia, como por exemplo, em Habermas (1995), quando trata da formação de opinião, a partir de um caráter dialógico nos espaços públicos, ou então Pateman (1992), quando supõe que participar promove a capacitação e o desenvolvimento da cidadania. Mas, como destaca Lüchmam (2008, p. 4), tendo em vista a complexidade e fatores múltiplos do processo de aprendizado, “torna-se praticamente impossível isolar o impacto da participação no processo de aprendizagem, seja individual ou social”.

Contudo, no sentido de uma aproximação sobre os possíveis aprendizados que podem surgir a partir da realidade de novas oportunidades políticas, buscaram-se dados empíricos que pudessem dar um panorama quanto à prática, avaliações, percepções e conhecimento das lideranças de associações de moradores sobre experiências participativas na cidade de Blumenau. Os dados obtidos corroboram com o fato de que houve sim aprendizado democrático por parte das

lideranças das associações de moradores em Blumenau, sendo que estes acabam incorporando elementos de valorização da democracia e participação, o que acaba por afeta de alguma maneira, mesmo que muito timidamente, a cultura política local.

Os dados quanto ao aprendizado democrático opta-se em apresentar a partir dos seguintes elementos e sequência: – *Práticas e significados dos espaços participativos em Blumenau*; – *Significado de abertura de canais de participação na gestão pública no país*; - *Conhecimento adquirido a partir dos canais de participação abertos em Blumenau*; - *Sentimentos quanto à política e democracia no Brasil*.

Antes de se apresentar os dados que revelam a relação entre a dinâmica associativa das associações de moradores e o aprendizado democrático a partir das oportunidades políticas em Blumenau, destacam-se informações que datam da década de 80 e meados da década de 90, com a concepção de pesquisadores na época quanto à cultura política de participantes de associações de moradores, a fim de possibilitar melhores comparações com os dados que serão apresentados atualmente.

Para isso, ganha relevância o trabalho de Hillesheim (1996), cujo objetivo na época era apreender a visão que os moradores organizados em AM tinham sobre a cidade e até que ponto os participantes das AM estavam avançando na construção da cidadania e sua cidade.

Sobre esta pesquisa, pode-se destacar algumas considerações importantes do autor sobre a cultura política na época nas associações de moradores:

Em Blumenau, ainda há uma cultura política arcaica, que tenta reafirmar uma concepção delegativa de poder e ainda muito personificada na figura do prefeito. O executivo ganha uma importância elevada enquanto que o legislativo é visto como um espaço de representação muito frágil. (HILLESHEIM, 1996, p. 81)

Essa análise da cultura política por Hillesheim (1996) é baseada em fatos que o autor pode perceber na época, como o seguinte:

O movimento de AMs local tem muito a desenvolver, no que se refere à autonomia e à formulação de propostas advindas das discussões dos próprios moradores. Muitas destas organizações ainda estão servindo para ampliar as bases de legitimação do poder público, ao mesmo tempo em que causam poucos impactos sobre o sistema político em nível mais geral. Algumas AMs não conseguiram elaborar novos elementos culturais neste campo político. Ou seja, o surgimento destas organizações fora das instâncias institucionais não garantiu que elas não sofressem influências da cultura política tradicional. Há casos, por exemplo, em que as lideranças (sujeitos individuais) substituem o movimento (sujeito coletivo), decidindo e respondendo autocraticamente por ele. (HILLESHEM, 1996 p. 249)

Ainda segundo Hilleshem (1996), nesta época que as AM acabavam vinculando-se as administrações públicas e a noção de direito se confundia com a noção de privilégios. As AM não conseguiam na época perceber limites na relação com o poder público e acabam acatando o que o poder público colocava sem muita resistência:

“As AMs são vistas como instrumentos de difusão de ideologias partidárias e, ao mesmo tempo, estas organizações se permitem instrumentalizar para garantir benefícios. (...) A relação entre as AMs em Blumenau e os partidos políticos, reflete uma característica da cultura política brasileira: a conciliação de interesses. Conflitos são protelados em nome da paz social, ou melhor, da paz burguesa”. (p. 89)



De fato, era isso mesmo que acontecia na época, se analisarmos também o que foi exposto nos ítems acima. Contudo, o que mais chama a atenção é o que autor traz informações sobre a forma como o poder público acabava desenvolvendo estratégias de driblar as aspirações dos moradores. Segundo ele, o executivo mostrava-se interessado na participação dos moradores, mas não se abria para efetivar essa participação usando como arma à burocracia. Passava a ideia de fazer junto, parceria e ao final, a participação acabava mesmo sendo uma consulta e um faz de conta que houve participação.

Esse fato volta a acontecer, ao nosso ver depois, na gestão de 2004-2008, com o CODEB, só que dessa vez, considerando que as associações de moradores já haviam passado por uma experiência de Orçamento Participativo, estes acabam questionado a real participação que era proporcionada nos CODEBs, como se poderá perceber nas informações que serão apresentadas abaixo.

No sentido de desenvolver e apresentar informações que mostram um aprendizado democrático das lideranças das associações de moradores em Blumenau, um primeiro elemento trata-se justamente da percepção dos próprios entrevistados sobre as *práticas e significados dos espaços participativos ocorridos na cidade*. Inicialmente, apresenta-se um quadro que sintetiza informações sobre a participação das associações de moradores na época do OP, como avaliavam esta experiência, quando estavam em plena participação nela e como a experiência é lembrada pelas lideranças das mesmas associações em 2008.

### **Quadro 21 - Síntese informações sobre participação, avaliação e retrospectiva do OP em Blumenau**

AM	Participação OP 1998-2002	Avaliação sobre o OP 1988-2002	Retrospectiva sobre o OP pelos entrevistados de 2008
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Houve pouca participação da diretoria.	OP proporcionava participação da comunidade.	Canal de reivindicação importante para comunidade, mas deixou a desejar no funcionamento
2 - AM DO MORRO HADLICH	Havia participação da comunidade.	Era importante, mas ficou desacreditado, pois, não se cumpria o que era prometido.	OP deixou a desejar no funcionamento
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	Havia participação da diretoria.	O OP funciona desde que a comunidade esteja organizada.	O OP necessitava bastante articulação, houve organização na comunidade, mas deveria ter sido mais. O OP não funcionou,

			pois não atendeu as demandas.
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	Havia participação.	OP é importante, mas ficou descredito na cidade.	Apesar de ter acontecido bastante mobilização, o OP não funcionava como deveria.
5 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DAS TATUTIBAS	Havia participação.	OP seria uma ótima experiência, mas não foi levado a sério. Considerava fadada ao fracasso por incompetência.	Considera que é importante qualquer espaço de reivindicação.
6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Havia participação.	O OP, por ter feito muita mobilização, acabou descredito e prejudicou o próprio líder da comunidade, que solicitava a participação da comunidade e depois teve que dar explicações do não-funcionamento da experiência.	Considera que vale a pena participar e se não funcionar, pelo menos tentaram. É considerado um canal de reivindicação.
7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA	Havia participação.	Considera a melhor coisa que aconteceu na época por proporcionar a participação, mas como não vinha funcionando, estava descredito, dificultando o processo de mobilização da comunidade.	Canal de reivindicação onde as prioridades eram disputadas.
8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA	Havia participação.	Canal instituído para buscar solução de demandas no bairro, mas estava descredito.	Foi uma experiência importante,, mas não funcionou pois não teve dinheiro suficiente.
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET	Havia participação.	Proporcionava participação da comunidade.	Na época do OP, quanto mais membros levava-se naquelas reuniões e assembléias, melhor; só que não havia dinheiro para cumprir o que foi colocado como prioridade.

Percebe-se, no quadro acima que, das 9 associações de moradores pesquisadas em Blumenau, todas participaram em algum momento da experiência do Orçamento Participativo. A participação mais intensa era no momento das assembléias populares, onde as regiões definiam os seus delegados que seriam os responsáveis por definir as obras que iriam constar no Plano de Investimento e os que escolheriam os representantes para o conselho do Orçamento Participativo, que acompanhava o tramite orçamentário da cidade junto ao poder executivo, entre outras funções<sup>38</sup>.

Quando se obteve depoimentos dos líderes comunitários na época em que o OP estava em pleno desenvolvimento (1999-2001), pode-se

<sup>38</sup> Para mais informações quanto ao processo e ciclo do OP em Blumenau, as etapas e funções dos representantes do OP, ver Moura (2004).

constatar que estes o consideravam uma experiência importante por proporcionar a participação da comunidade, isso é, comprovado anteriormente pela expressiva participação das associações no processo do OP, significando que davam credibilidade a proposta do OP. Contudo, com o passar do tempo, os líderes comunitários começam então a questionar e alertar para o descrédito que a experiência poderia ganhar se continuasse não cumprindo o calendário de obras definido junto à população.

Pode-se dizer que o OP em Blumenau, por ser uma experiência que provocou a opinião, a crítica e avaliação dos líderes comunitários, acaba demonstrando sua importância no sentido que provocou a tensão entre a população e poder executivo, conforme demonstram os depoimentos abaixo. Da mesma forma, o OP possibilitou que atores representantes de associações de moradores, os quais muitas vezes acabavam não tendo muita voz em outros espaços, sentirem-se a vontade para tecer questionamentos e até mesmo críticas ao não funcionamento do que havia acordado entre governo e comunidade, no momento do OP. Os seguintes depoimentos merecem destaque:

*Eu penso o seguinte sobre o OP, eu penso que antes de orçar, de fazer o orçamento, primeiro tem se conseguir o dinheiro, a prefeitura teria que fazer lá o orçamento dela e dizer assim, não nós temos 5 milhões para determinada, então agora sim nos vamos fazer o OP, Teria que fazer um orçamento dentro daquilo que você é capaz de fazer. Não adianta fazer um orçamento hoje se no ano que vem tem que fazer de novo e muitas vezes a reivindicações desse ano não é a prioridade do ano que vem, ou o orçamento que você fez esse ano, o calçamento 'tá' no OP, e pra calçar a rua precisava a 4 anos atrás de 10 mil reais, só que hoje a realidade é outra. (Depoimento AM da Rua Itapuí, 2000)*

*Eu acho assim: está muito demorado, por exemplo, cada prioridade é escolhida para o próximo ano, mas passa o ano e a prioridade não é feita, sempre a desculpa é a falta de verba. Essa é uma grande*

*falha, o OP é bom, mas a falha essa, a falta de dinheiro para fazer as coisas. A gente vai lá discute o problema, tenta colocar qual é a prioridade, mas tu vai ver o outro lá tem outra prioridade, e que talvez seja igual então se divide o dinheiro que já é pouco então não dá para fazer nenhum nem outro. Ninguém sabe se tem ou não dinheiro, não sabemos se realmente a prioridade do prefeito é o OP. Não sei se só colocou-se o OP para as pessoas discutirem, mas depois tira-se o dinheiro. Não sei se não estamos fazendo papel de palhaço. (Depoimento AM do Bairro Fortaleza, 2000)*

*O OP é bom, mas a comunidade não tem noção do que é necessário para o momento. Por exemplo, nunca, jamais pavimentação é prioridade num município como Blumenau. E a comunidade escolhe pavimentação como prioridade, inclusive, induzido pelos membros do OP que são do governo. E isso é errado. (...) O OP já vem direcionado para a pavimentação e drenagem, porque isso dá voto repentino, pois isso aparece. (Depoimento AM da Rua Santa Terezinha e suas Transversais, 1999)*

Fica evidente o questionamento, já naquela época da falta de prioridade do governo para com o OP. De fato, em Blumenau, como consta em Moura (2004), não houve compromisso governamental para com a experiência e isso prejudicou a credibilidade da experiência na época.

Convém destacar que o Orçamento Participativo por si só já enfrenta uma crítica que é a reduzida parcela dos investimentos alocados para decisão através do OP. Na maioria das experiências de OP que se vê, o percentual e os valores absolutos das verbas disponibilizadas são muito baixos para o porte das cidades, não ultrapassando 10% da receita própria do município. Em Blumenau, no máximo foram 7% da receita do município destinado ao OP na época, variando entre os anos em que esteve em vigor. Este fato era mencionado especialmente por pessoas que se sentiam ameaçados pelo OP, ou seja, que não necessariamente precisavam de um canal de participação, como se propunha o OP.

Silva (2009, p. 20-21), ao problematizar a questão das oportunidades políticas e recursos associativos, destaca que o OP, por definir “um novo recurso como fator central para a eficácia neste fórum participativo: a capacidade de mobilização coletiva”, e tendo a capacidade de “desvalorização da mediação personalista (clientelista ou não) como mecanismo eficaz de acesso a bens e serviços públicos”, acaba por produzir aquilo que o autor vai chamar de “reestruturação no valor relativo dos recursos”, privilegiando atender hierarquicamente demandas de setores mais populares em detrimento de outros que já tem demandas relativamente atendidas.

Dessa forma, considera-se que, mesmo os índices percentuais de investimentos para o OP sendo baixos, os ganhos dessa prática ultrapassam em muito o simples acesso a bens públicos. Ao instituir a possibilidade de participação, discussão e envolvimento da população num espaço que tradicionalmente não se tinha, o Orçamento Participativo oportuniza a integração de novos atores no processo de tomada de decisão sobre a alocação de recursos da prefeitura, especialmente daqueles que não dispõem de muitos recursos associativos, e que outras formas de relação com o poder público apresentam-se muito limitadas. Assim, é possível então concordar com Abers (2000, p. 19), quando aponta que para muitos “o Orçamento Participativo lhes ofereceu um contexto em que, pela primeira vez em suas vidas, era fácil e frutífero participar da vida pública”.

Em Blumenau, o OP, mesmo com os problemas que vinham ocorrendo no desenrolar da experiência, como a falta de compromisso governamental, teve impacto pedagógico, no sentido em que despertou em lideranças comunitárias atuantes em associações de bairro, a própria possibilidade de crítica, de questionamento - o que se considera importante para o processo democrático. Ainda mais se observado que em décadas anteriores, as associações de moradores da cidade mostravam-se bastante passíves aos acontecimentos da cidade, do que vinha do poder público, sem muito questionamento.

Na retrospectiva feita junto às associações de moradores no momento em que se falava novamente do OP no período de pesquisa de 2008 e 2009, constata-se, mais uma vez que, as lideranças consideravam o OP um canal de participação e reivindicação, mas que teve problemas de execução do que havia levantado como prioridade:

*Nós não conseguimos nada, naquela época. Participaram muitas pessoas, muita gente, as ideias da participação eram boas, mas eles não conseguiram fazer muita coisa. (Depoimento AM da Rua Hermann Tribess, 2008)*

*Tipo, na época do OP, cada um tinha que dizer sua dificuldade. Aí a gente até colocou alguma coisa da escola e não foi nem questionado. Lá na época do Orçamento Participativo não, um começava, era na época uma briga e era muito bom. O povo participava bem mais. A briga era mais forte e daí a pressão. (Depoimento AM do Morro Hadlich, 2008)*

*No OP, sempre foi bastante gente. Bastante, bastante. Foi feito reuniões aqui pela comunidade também. Eu acho que vale a pena ir, é importante. Eu acho que vale a pena participar. É se não funcionar, pelo menos fomos participar. Fomos tentar. Se não funcionar é outra história. Se a população começou a perceber: “bom, espera aí, não está dando um retorno, eu não vou mais”. Então eu acho isso uma forma de protesto. (Depoimento AM da Rua Antônio Zendron e suas Transversais, 2008)*

Tendo em vista o exposto, considera-se portanto que a experiência de OP foi uma oportunidade política imprescindível em Blumenau. Possibilitou ao associativismo de bairro participante da experiência atentar-se para o que estava acontecendo na cidade e pensar sobre os investimentos públicos da cidade. Mesmo que estes investimentos não estivessem saindo do papel, lideranças continuavam a dizer que a “ideia” interpretada aqui como a proposta do OP, era boa e enfaticamente cobravam explicações do porquê não estava funcionando como deveria, não se intimidando em solicitar respostas, em questionar, pois havia a abertura para que houvesse esse tipo de ação mais questionadora, o que também se deve levar em conta como fator positivo, se considerarmos que “o Estado pode ter papel decisivo na

geração de ação coletiva independente na sociedade civil” (RENNÓ, 2003, p. 74).

Percebe-se, a partir dos relatos acima, que as lideranças relacionam muito o não funcionamento do OP com a falta de verba; de fato, houve no último ano do OP muitas dificuldades com relação ao cumprimento das prioridades que haviam sido apontadas pela comunidade. No sentido de dar explicações as associações de moradores, os membros que compunham a equipe do OP na época passaram a fazer reuniões nas comunidades e explicar que havia tido um erro de cálculos orçamentários e que por isso que não seria possível cumprir com todas as prioridades dos planos de investimento construídos no OP.

Na época, até mesmo essas reuniões, poderiam ter sido melhor aproveitadas para se trabalhar a importância que uma experiência como o OP teve na cidade, mas ao contrário, ficou-se muito nas justificativas e preocupações com as eleições de 2004, que se aproximavam e na tentativa de recuperar o crédito das lideranças comunitárias. De fato, é importante ressaltar que o PT perdeu as eleições em 2004, e nos discursos da coligação que ganhou na época, havia indícios de que o orçamento participativo continuaria.

A gestão que assumiu em 2004-2008 teve todo um cuidado de incorporar em seu governo uma forma de atendimento das associações de moradores que se assemelhasse ao Orçamento Participativo. Foi então que instituíram uma secretaria de ação comunitária, na qual, entre outras atividades realizadas nos bairros, criaram o CODEB - Conselho de Desenvolvimento de Bairro, conforme já explicitado no capítulo anterior informações quanto ao seu funcionamento.

Especificamente sobre a participação e percepções desta experiência – CODEB - o quadro a seguir sintetiza as informações obtidas em 2008:

**Quadro 22 - Síntese das informações sobre a participação no CODEB**

AM	Participação CODEB	Avaliação sobre o CODEB	Formas de envolver a comunidade no CODEB
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Participação é do presidente. Outros membros da associação vão quando achavam necessário – geralmente quando queriam cobrar alguma reivindicação.	Logo que foi criado (2004) atendeu muitas reivindicações da comunidade. No momento da entrevista (2008) não estava mais funcionando, deixou de cumprir calendário de reuniões e reivindicações.	Sempre que possível ela acontece. Procuravam divulgar em espaços alternativos quando dava tempo, pois muitas reuniões eram avisadas que aconteceria de um dia para outro.
2 - AM DO	Participou no início do	Identifica a experiência como	A diretoria da associação era

<b>MORRO HADLICH</b>	processo como conselheiro.	uma continuidade do OP e que também deixou muito a desejar. Afirma a dificuldade em dialogar e discutir obras com o prefeito, sendo que também é difícil, pois quem intermedia as conversas são secretários, gerentes, etc.	sempre informada e colocada a par das discussões.
<b>3 – AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES</b>	Participava como conselheiro.	Não aprovou a experiência, por não possibilitar participação ou diálogo autônomo. Os gerentes é que intermediavam esta relação e não achavam interessante.	Consideram que no CODEB havia menos participação. Não é necessário mobilizar a população. A diretoria e comissão de ruas da associação se envolvem com CODEB.
<b>4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ</b>	Não participam do CODEB.	Afirma que não tem sentido existir o CODEB e muita reunião não vai adiantar nada, critica o poder público pela demora e inércia que apresenta.	Não mobiliza a comunidade. Não há envolvimento com o CODEB
<b>5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS</b>	Souberam da existência, mas não participaram.	A idéia do CODEB é muito importante. Mas reclamam que a comunidade não entende a maneira que funciona e questiona por não participar. O CODEB hoje é praticamente só obras e secretarias na região.	Se a comunidade toda participasse, nomeava todas as obras de infraestrutura da nossa região. Mas isso não é possível no CODEB.
<b>6 – AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS</b>	Participam.	Participam, porque está ali pra ser um espaço usado, mas consideram que se tem e não funciona, não adianta ter. Tem que fazer funcionar	Quando havia reunião do CODEB, era informado aos membros da diretoria. Não havia participação de outras pessoas.
<b>7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA</b>	Participaram no início do processo.	Reclama que ia para lá, não mais para reivindicar ou procurar as questões necessárias para a comunidade, mas sim, ia para lá para ficar escutando palestra que não era de interesse da comunidade.	Só presidente da associação e alguns membros da AM que participaram do CODEB.
<b>8 – AM DO MÉDIO GARCIA – AMORMEGA</b>	Participam.	Consideram a experiência, onde qualquer um pode ir., participar e reivindicar.	Afirma que participam os presidentes das associações de moradores da região do Garcia.
<b>9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS – AMSTET</b>	Afirma não terem participado.	Não expressa opinião sobre o CODEB. Afirma que quando são convidados mandam representantes.	Não houve participação.

Percebe-se que, das 9 associações de moradores pesquisadas, 3 afirmam não participar e mantêm uma posição de crítica à experiência do CODEB ou preferem não opinar sobre tal. Quando questionados acerca de como estava sendo o processo do CODEB em Blumenau, as lideranças deixavam transparecer que usavam o espaço, pois estava colocado, mas não estavam contentes com o fato de não ter uma



autonomia frente aos gerentes ou ao secretário de ação comunitária Reclamavam que o calendário de reuniões que era estabelecido no início do ano não era cumprido, deixava a desejar na hora das discussões, sendo que vinham com uma agenda de prioridades já estabelecidas e o fato das discussões não possibilitarem muito a participação, como se percebe nos depoimentos:

*Vou dizer para você que eu não vi com bons olhos este conselho. Muita coisa foi colocada e muito pouco foi feito. Assim, o que foi feito, na área de abrangência da Associação Santa Maria, foi feito por quê? Através da associação, da diretoria da associação, da pessoa do Maurício, a gente conseguiu articular, envolver a comunidade. Tanto que a rua ali perto, a nova rua foi pavimentada através de sistema de mutirão. (Depoimento AM Santa Maria (Nova Rússia) e transversais, 2008)*

*A ideia do CODEB é muito importante. Mas infelizmente, a comunidade não entende a maneira que funciona. O CODEB hoje é praticamente só obras e secretarias da região. Se a comunidade toda participasse, nomeava todas as obras de infraestrutura da nossa região. Infelizmente não posso ajudar, dizer o que fazer pela nossa região sozinho, o nosso pessoal, apesar de fazer parte da comunidade, infelizmente não participa. Muitas vezes vem cobrar coisas que não existem para ter o que falar, mas participar para reivindicar, aí a comunidade, eles não aparecem. (Depoimento AM e Amigos das Tatutibas, 2008)*

*O orçamento participativo tinha mais participação e CODEB menos participação. Agora, as duas não funcionam. [...] Não adianta assim, e eu senti isso, não só eu, mas todos que estavam no nesse conselho, fomos para lá*

*motivados, levamos ideias, projetos e nada.  
(Depoimento AM da Rua Santa Maria (Nova  
Rússia) e Adjacentes, 2008)*

No sentido de evidenciar ainda mais a preferência dos líderes comunitários pela proposta da experiência do OP e como estes percebiam o OP, sendo o momento em Blumenau que houve muito mais participação, foi solicitado às lideranças entrevistada em 2008 e 2009 que fizessem uma comparação do OP e do CODEB e obteve-se o seguinte:

### **Quadro 23 - Comparação do OP e CODEB pelos líderes comunitários**

<b>AM</b>	<b>Síntese dos depoimentos</b>
<b>1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS</b>	OP era importante, mas não funcionava direito  O CODEB funciona devido à existência de um gerente que conduz bem as reuniões.
<b>2 - AM DO MORRO HADLICH</b>	No OP o povo participava mais. CODEB não funciona e o povo não é convidado a participar.
<b>3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES</b>	OP e CODEB são praticamente o mesmo processo. Considera que só muda o nome.
<b>4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ</b>	O CODEB seria uma discussão a longo prazo e o OP como curto prazo.
<b>5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS</b>	OP e CODEB são iguais.
<b>6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS</b>	OP e CODEB são iguais. O CODEB é mais partidário e OP é melhor e mais participativo.
<b>7 - AM BAIRRO FORTALEZA</b>	No CODEB não estão claras as regras de como funciona OP é mais participativo.
<b>8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA</b>	São experiências semelhantes, mas prefere o OP por não ser tão partidário.
<b>9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET</b>	Experiências semelhantes, mas no OP era mais gente participando.

Nota-se que os líderes comunitários consideram as experiências parecidas mas, a maioria aponta que no processo do OP a participação era mais clara e efetiva, como constam nos depoimentos:

*Na época, era o OP. A participação do povo com o Décio lá. O povo participava mais. Porque eles vinham comunicar à comunidade onde ir. Agora tem que ser convocado, o pessoal não vai. O CODEB não funcionou. Tipo, na época, cada um tinha que dizer sua dificuldade. Aí a gente até colocou alguma coisa da escola e não foi nem questionado, nem teve discussão. Lá, na época do orçamento participativo não, um começava, o outro falava, era na época uma briga e era muito bom. O povo participava bem mais. A briga era mais forte e daí a pressão. (Depoimento AM Morro Hadlich, 2008)*

*Funciona assim: OP e CODEB são praticamente os mesmo processos. Só muda o nome. Mas assim, a parte de obras de colocação de prioridades, é a mesma. Mas você tem que estar organizado e OP fez isso acontecer mais. Tem que se organizar. E a associação estava organizada tanto no orçamento participativo, que foi conseguido algumas ruas pavimentadas, através do orçamento participativo e no CODEB também. (Depoimento AM da Rua Santa Maria, (Nova Rússia) e Adjacentes, 2008)*

*São meio parecidos, até às vezes deveriam até funcionar junto. Os dois juntos. Os dois querem a participação da comunidade. E o que é mais partidário é este CODEB. Como eu digo, mais partidário mesmo, querem algo em troca pra ajudar a comunidade. Tem este lado. Eu acho que não podia funcionar assim também. Deveria, independente se a prioridade é essa, e é essa, não tem porque sempre o presidente do CODEB decidir, mas sim a comunidade que deve votar. Com certeza eu, se fosse para escolher, eu*

*escolheria por um lado, o Orçamento Participativo, não o CODEB. Só que acho que a gente tem que se apegar no que tem. (Depoimento AM da Rua Antônio Zendron e suas Transversais, 2008)*

*E a diferença, levando em conta a última pergunta, a diferença ali foi que o CODEB no início, ele teve uma caminhada da forma até meio parecido com o orçamento participativo da cidade. Posso dizer assim, praticamente igual. E no decorrer de um ou dois anos, dois anos principalmente, acabei deixando até de participar em partes, não participei mais ativamente, pelo fato de que a gente ia para lá, não mais para reivindicar ou procurar as questões necessárias para a comunidade. Mas sim, ia para lá para ficar escutando palestra. Então isso foi uma coisa que para mim, no meu entender, não corresponde com a distribuição de recursos para a comunidade. Se eu vou para lá para uma reunião, para escutar uma palestra, não tem nada a ver com o que o CODEB realmente deveria estar fazendo. Então deveria sentar com as associações, sentar com os líderes comunitários e procurar saber o que precisa, o que eles querem, está sendo atendido ou não. E isso, nos últimos dois anos não aconteceu. Então teve uma grande diferença ali. Enquanto o Orçamento Participativo, ele teve os problemas, mas sempre foi participativo. Não digo que conseguiu recurso, sempre conseguiu conversar com a comunidade dentro dos problemas e das dificuldades. E o CODEB começou assim, e acabou não fazendo mais. Então, a diferença está dentro desse ponto. (Depoimento AM do Bairro Fortaleza, 2008)*

O que os depoimentos mostram é que o OP de fato é percebido como melhor em termos de propiciar a participação da população. Concorde-se assim, com Ricci (2004, p. 53), que o OP possibilita a participação individual da população a partir de seu formato

institucional e esta participação pretende garantir a distribuição de bens públicos.

Ou seja, democratizando o processo de tomada de decisões, bem como a definição de prioridade e possibilitando uma maior transparência no que diz respeito, sobretudo, aos gastos públicos, aos destinos dados aos recursos públicos, ocorre que de fato há um sucesso que não se pode deixar de levar em consideração ao pensar no OP, enquanto importante estrutura de oportunidade política, especialmente na dimensão em que Tarrow define como estruturas de oportunidades política como a entrada de novos atores na cena pública.

Ainda em Blumenau, especificamente sobre a opção dos líderes comunitários para com o OP, é importante destacar o fato de que lideranças terem vivenciado o processo que oportunizou perceber os ganhos com a participação e, em certa medida, torna-se mais interessante para líderes de associações de bairro - organizações que têm como a principal característica a conquista de bens públicos para sua comunidade - terem uma experiência institucional que possibilite a eles, como líderes, compartilhar a tomada de decisão, bem como ter subsídio no incentivo a participação – já que o OP faz ampla divulgação das reuniões (datas, horário, locais). Isso acaba por ser bem mais viável do que uma experiência nos moldes do CODEB, na qual, se as lideranças querem fazer pressão junto ao governo na hora de discutir qual a obra é mais prioritária para determinada comunidade; terá muito mais custos de mobilização, ou então, terá que se empenhar muito mais para conseguir que pessoas da comunidade acompanhe-o nas reuniões. Sem contar que, num processo como o CODEB, onde o desenho institucional não tem a preferência de ampla participação popular, terá que dar explicações se caso vier a mobilizar mais pessoas da comunidade para acompanhar a reunião junto com a própria liderança.

Prova disso é o que se pode observar em reuniões<sup>39</sup> do CODEB, durante o período da pesquisa da tese - cenas em que houve um certo desconforto dos representantes governamentais por haver líderes comunitários com muitos membros da comunidade junto com eles nas reuniões, principalmente quando havia necessidade de defesa de algumas propostas que eram contra aquelas que estavam sendo colocadas pelo próprio governo.

---

<sup>39</sup> Não houve acesso as atas das reuniões do CODEB.

Assim, percebe-se que a vivência de oportunidade política, como a de OP, possibilita um aprendizado democrático, na medida em que permite a visualização por parte dos líderes comunitários de que há outras maneiras de fazer a deliberação dos investimentos públicos e, concordando com Ricci (2004, p. 55), acaba acontecendo que “o fato de o monopólio de decisão do Estado sobre políticas ser partilhado em questões selecionadas, leva à ampliação desse novo elemento na sociabilidade política”.

O fato de um governo proporcionar “uma nova forma de relação política e de deliberação com o Estado, que altera a cultura política, na medida em que introduz um elemento horizontal no processo de deliberação e expande sua abrangência no território da cidade” (RICCI, 2004, p. 55), potencializa de fato uma cultura mais igualitária no pensar a cidade e isso fica evidente na realidade empírica de Blumenau.

Ainda no sentido de desenvolver o argumento de que hoje é possível perceber um aprendizado democrático das lideranças das associações de moradores, a partir da ocupação de espaços participativos em Blumenau, e que isso acaba por influenciar na cultura política dos líderes comunitários, foi abordado às lideranças sobre *experiências de participação popular no Brasil*. Os depoimentos em 2008 revelam que os membros das associações de moradores consideram de extrema importância existirem espaços de participação da população, no que tange as questões do destino de recursos e políticas públicas na cidade, como pode-se perceber nas informações sintetizadas abaixo:

**Quadro 24 - As impressões sobre experiências participativas no Brasil**

AM	Opinião
1 - AM RUA HERMANN TRIBES E TRANSVERSAIS	É importante. Hoje a população não precisa mais pedir favor.
2 - AM DO MORRO HADLICH	É importante. Hoje a população necessita saber que pode participar neste tipo de experiência e que vai dar resultado em algum momento.
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	É importante à comunidade trazer a reivindicação para o poder público. Mas desde que o poder público dê o respaldo também.
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	Fica complicado quando usam estas experiências para fins eleitorais, porque aí fica tudo muito lento. O gestor tem que ter pulso firme.
5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS	Porque tudo o que acontece é bom a comunidade estar atenta.
6 - AM DA RUA ANTÔNIO	É onde há a representação da comunidade. Só que há também politicagem junto aos

ZENDRON E TRANSVERSAIS SUAS	representantes de comunidades, isso é ruim quando acontece.
7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA	Importante a comunidade poder participar, aprende e governo também não tem como desviar as verbas, a comunidade que está participando o processo é mais lícito e dentro das expectativas da comunidade
8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA	A população tem um poder muito grande.
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET	Há a reclamação da cultura do povo em não participar e isso atrapalha que experiências deem certo.

Os depoimentos revelam as informações apresentadas acima:

*É importante. É importantíssimo. Hoje a gente não precisa mais estar mais agendando as audiências com o prefeito. Não precisa mais estar batendo na porta dos vereadores para pedir favor para ir lá arrumar a cabeceira de uma ponte que esta caindo e assim por diante. (Depoimento AM da Rua Hermann Tribess, 2008)*

*É importante a comunidade trazer a reivindicação para o poder público. Mas desde que o poder público dê o respaldo também. (Depoimento AM da Rua Santa Maria, (Nova Rússia) e Adjacentes, 2008)*

*Importante. Muito importante a comunidade poder participar dessa parte. Ela fica com certeza com mais clareza. O governo também não tem como desviar as verbas para outras situações. Quando se desvia, é incorretamente. Mas sendo que a comunidade que está participando o processo é mais lícito, vamos dizer assim. É mais dentro das expectativas da comunidade (Depoimento AM Bairro Fortaleza, 2008)*

*A população hoje, desde o governo Collor, desde os caras pintadas, ela tem um poder muito grande, não precisa fazer baderna, quebrar, é um poder organizado, porque é a maioria.*

Percebe-se que há uma valorização do processo participativo e há uma percepção de ganho de poder para a comunidade, bem como a percepção dos líderes comunitários do governo dar respaldo para aquilo que a comunidade tem como prioridade.

Muitos falaram das outras instâncias de participação existentes no município no momento que se discutia sobre aberturas para participação da população e apontavam positivamente o fato de participarem de tais espaços como os conselhos locais (segurança, educação, saúde), APPs, etc.

Mais uma vez concorda-se com Ricci (2004, p. 94), que de fato, práticas associativas, ao disseminarem informações sobre políticas públicas e “motivar o envolvimento de seus participantes em fóruns públicos que discutem a cidade”, instiga seus membros a romperem com uma cultura da qual ele chama de ambivalente, sendo “uma cultura peculiar, instável, insegura, indecisa, pendular” e que está, segundo o autor, enraizada no país.

Mesmo que leve em consideração que prevaleça no cotidiano das associações de moradores em Blumenau traços de uma cultura política mais tradicional, onde se tem ainda muito a concepção de que o Estado é aquele que está “ajudando as pessoas” e não como aquele que está oportunizando a ação coletiva, só o fato de já adquirirem argumentos que defendam a participação popular, o fato de questionarem as experiências, quanto ao seu desenho institucional, o fato de hoje não se colocar mais como submissos aos vereadores ou ao prefeito e de reconhecerem a importância que uma associação de moradores ou qualquer outra forma de organização pode ter, como pode-se verificar nos itens apresentados acima, já mostra significativos avanços em termos de democracia e qualidade das discussões e posicionamento frente ao poder público.

A partir do momento que citavam a participação em espaços oportunizados em Blumenau para pensar a cidade, começaram então a destacar o que haviam ganho com isso. É a partir disso que se destacam dados quanto ao *conhecimento adquirido a partir dos canais de participação em Blumenau*.



Com efeito, os entrevistados que participaram de alguma prática associativa revelaram algumas mudanças em sua concepção e comportamento sobre diversos aspectos, como se pode ver no quadro e nos depoimentos abaixo:

**Quadro 25 - Aprendizado e reflexos da participação nos espaços possibilitados em Blumenau**

AM	Síntese dos depoimentos
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Aprende sobre o poder público e como reivindicar.
2 - AM DO MORRO HADLICH	Aprende sobre o poder público e como reivindicar.
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	Quanto mais participação, mais conquistas para a comunidade.
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUI	Aprendizado não abrange a toda a população
5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS	Aprende sobre o poder público e como reivindicar.
6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Entende melhor a política, a saúde, como funciona para reivindicar as coisas.
7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA	Possibilita que se enxergue além dos problemas individuais.
8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA	Aprende sobre o poder público e como reivindicar.
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET	As coisas da prefeitura ficam mais claras.

Das associações de moradores pesquisadas, pode-se constatar que através das experiências participativas houve a possibilidade de enxergar além, de conhecer os mecanismos do poder público e as formas mais eficientes de fazer as reivindicações. Conforme os depoimentos revelam:

*Eu creio que conforme a participação das pessoas, até mesmo no Conselho Local de Saúde, ou de uma APP, ou de uma associação de moradores, mostra a importância que eles têm na comunidade, quanto mais você participar, mais importante é, mais conquistas você tem para a comunidade e isso é importante. (Depoimento AM*

*da Rua Santa Maria, (Nova Rússia) e Adjacentes, 2008)*

*Eu acho que as associações que participam, que se interessam, elas nessas ocasiões são informadas, elas tem as informações necessárias, principalmente no que se refere a legislação e lamenta-se que não tem 100% de participação, muitos não participam. (Depoimento AM da Rua Hermann Tribess, 2008)*

*Eu acho que a gente aprende muitas coisas, com certeza. Hoje a gente sabe de como é feito, de que maneira pode cobrar; antes da associação a gente não sabia como proceder, se pode ou não pode, de que maneira é feito um projeto. Eu acho que isso vale tudo, vale participar destes espaços que são dados. (Depoimento AM e Amigos das Tatutibas, 2008)*

*Numa forma, sim e no outro abrir um pouquinho os olhos também sobre todos os problemas, todas as questões que às vezes que se achava que era de uma forma, de repente é outra e muitas vezes não se tem como mudar por causa das próprias leis internas e assim por diante contribui. É claro que o povo ele começa a enxergar um pouquinho mais longe. E o problema, que da maneira, da forma de que às vezes não acontece essa participação, aí o povo questiona. Quando a população participa, e vê que o recurso não está indo para aquilo que se pede, porque quer aí também existe o momento importante que o povo pode decidir pelo sim ou não daquilo que está acontecendo. (Depoimento AM Bairro Fortaleza, 2008)*

*Sempre aprende muito. É complicado, se os próprios vereadores têm dificuldade, imagina os presidente de AM, nem tudo que o vereador deseja é aprovado na câmara, imagina um*

*presidente, antes mesmo de levar, ele tem que se encostar-se a um vereador que leve. Assim, se tiver mais conhecimento será bem mais fácil para a comunidade obter o que quer sem ficar devendo favores. (Depoimento AM do Médio Garcia – AMORMEGA, 2008)*

Os depoimentos demonstram que de fato as lideranças percebem ganhos com a participação. A maioria demonstrou valorizar o aumento da participação e apreciar aspectos ou mecanismos de participação que pudessem fazê-los compreender mais sobre a máquina pública.

Concorda-se, então, com Santos e Avritzer (2002, p. 59), na medida em que estes afirmam que “os processos de democratização parecem partilhar um elemento comum: a percepção da possibilidade da inovação, entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão”. E ainda, quando estes destacam que “em geral, estes processos implicam a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades de o aumento da participação, especialmente no nível local”.

Há que se destacar a partir disso que existem outros espaços de participação citados em que os membros das associações de moradores também participam e contribuem muito para o aprendizado democrático. Isso ficava muito evidente durante os contatos nas reuniões que se acompanhou no período de pesquisa para a tese. Tais espaços são conselhos locais e regionais de saúde, conselhos de segurança, ou espaços de deliberação vinculados a escola ou clubes desportivos. Era comum perceber nas próprias discussões, durante as reuniões de algumas associações, que a participação em espaços de deliberação de recursos como os conselhos escolares, por exemplo, trazia um conhecimento mais específico, quanto ao funcionamento, por exemplo, de onde se poderia gastar o dinheiro público.

Entretanto, percebeu-se a partir dos depoimentos e observações realizadas durante o período de pesquisa da tese em 2008-2009, que a vivência nestes espaços dos atores das associações de moradores que se teve contato, foi potencializado a partir da vivência destes no OP em Blumenau. Isso porque há uma tendência de ver as demandas a partir de uma ótica mais abrangente, que não é do universo do bairro ou região, mas num âmbito maior.

Assim, concorda-se com Ricci (2004, p. 30), quando este afirma que a participação em associações civis acaba contribuindo para com os participantes, na medida em que estes entram “em contato com a democracia, a praticá-la e aprender sobre como entrar em contato com o Estado e, nesse processo, entender sobre como melhor defender os seus interesses”.

Nesse sentido, retoma-se mais uma vez a ideia de que o Estado tem um papel importante para a promover a ação coletiva e garantir o acesso igual para todos nas decisões públicas. Da mesma forma, Rennó (2003, p. 75) destaca que “instituições podem fomentar ação coletiva criando estruturas de oportunidade política para grupos sociais.” De fato, isso é possível visualizar em Blumenau a partir do que os dados apontam.

Ainda no desenrolar das verificação do aprendizado democrático, no sentido de compreender melhor os *sentimentos quanto à política e democracia no Brasil* e revelar mais a fundo alguns ideais, percepções e formas de pensar dos líderes entrevistados, solicitou-se que falassem o que achavam da política no Brasil. No quadro, é possível verificar uma síntese das informações:

### Quadro 26 - O significado da política

AM	Síntese dos depoimentos
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Política é administrar bem.
2 - AM DO MORRO HADLICH	Tudo é política.
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	É tudo na vida da comunidade
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUI	Construção da cidadania.
5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS	A população não sabe da importância da política, hoje é possível saber se quiser.
6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Política é uma coisa boa.
7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA	Política é uma coisa boa.
8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA	Ela não se restringe somente aos políticos. Faz toda a diferença para a vida das pessoas na cidade.
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET	Política é tudo.

A partir dos depoimentos, será possível perceber que a concepção de política dos líderes comunitários incluem cidadania e participação como referência. Pode-se corroborar com o sentido de cidadania tratado por Dagnino (2004, p. 104-105), na qual ela destaca que “o reconhecimento dos direitos de cidadania, tal como é definido por aqueles que são excluídos dela no Brasil de hoje, aponta para transformações radicais em nossa sociedade e em sua estrutura de relações de poder”. Ainda para a autora, essa é a importância que essa forma de pensar a cidadania de fato acabou adquirindo “na emergência de experiências participativas como os Orçamentos Participativos e outras, onde os setores populares e suas organizações lutam para abrir espaço para o controle democrático do Estado mediante a participação efetiva dos cidadãos no poder.” Além disso, concorda-se com a autora, quando esta destaca que “não há dúvida de que essas experiências expressam e contribuem para reforçar a existência de cidadãos-sujeitos e de uma cultura de direitos que inclui o direito a ser co-participante em governos locais”. Sem contar ainda que “esse tipo de experiência contribui para a criação de espaços públicos, onde os interesses comuns e privados, as especificidades e as diferenças, podem ser expostas, discutidas e negociadas”.

Se observado os depoimentos abaixo, poderá se perceber que as lideranças enfatizaram que política faz parte da vida, não se restringindo ao processo eleitoral apenas, e enfatizam a política como uma coisa boa a ser pensada na vida das pessoas:

*Política é tudo aquilo que faz o bem para a comunidade. Em poucas palavras seria isso. O que se discute para fazer o bem para a comunidade, é política. (Depoimento AM Bairro Fortaleza, 2008)*

*A política hoje, tudo é política. Mas a política pública ela envolve tudo, é cidadania. Tudo o que você vê aqui é política. E é interessante a comunidade, todo mundo precisaria saber o que é política. Se todo pessoal aprender a política democrática, acho que falar e escutar, diminuir*

*as diferenças, aí a coisa só vai melhorar. (Depoimento AM do Morro Hadlich, 2008)*

*Primeiramente, dizer que não gosta de política é um erro do povo, porque nós devíamos nos inteirar, porque nem dentro de casa a gente vive sem política, tem que haver isso aí, para ser cidadão tem que saber e gostar da verdadeira política, aquela que faz a gente ser igual a qualquer um. (Depoimento AM da Rua Santa Terezinha e suas Transversais - AMSTET, 2008)*

*Pra mim política é seria e importante, e há vários tipos de política, ela não restringe somente ao político, ela já começa dentro de casa, na sua casa você tem sua política, você e sua esposa, você cria uma forma de administrar valores, respeito, educação com os filhos, ela se estende aos filhos, então existe a política família, a política comunidade, temos a nossa política, temos a nossa maneira de administrar a nossa Associação de Moradores e preservar o direito dos cidadãos. (Depoimento AM do Médio Garcia – AMORMEGA, 2008)*

*Hoje, a política muitas vezes, a população não sabe a importância da política. Você vê que até numa eleição para vereador, se a comunidade tiver a consciência da força que o vereador tem para defender a comunidade, a comunidade, com certeza elegeria candidato da região. Porque quantas vezes o município ela passa pela câmara dos vereadores, participa da assembleia de deputados, assembleia federal é a mesma coisa, aprovam-se tudo numa mesa, numa roda cheia de política. Só que o povo, ultimamente, não tem essa consciência, essa vontade, vota por votar, aí é fácil eleger um cara do Garcia deixando aqui sem representante. (Depoimento AM e Amigos das Tatutibas, 2008)*

Os depoimentos chamam a atenção, pois as pessoas acabam destacando a importância da política e parecem ter uma interessante percepção sobre a importância dessa nas suas vidas. Com relação a essa valorização da política, é importante destacar a diferença com dados sobre a cultura política coletados no Brasil e na América Latina por Moisés (1995) e Baquero e Prá (2007), onde estes apontam que a maioria da população afirma não ter nenhum interesse por política.

Observa-se também falas em que a política é vinculada com o voto e o fato da população em geral estar desacreditada da política. Abaixo, mais alguns depoimentos chamam a atenção ao enfatizaram a política vinculada ao processo eleitoral e o descrédito que a corrupção provoca no país:

*Política é administrar bem. Política. Infelizmente a política está desacreditada, está muito desacreditada. Muitas pessoas, muitas lideranças, muitos líderes, muitas pessoas de bem, hoje, ficam distantes. Porque é vergonhoso ser político. Eu acho que é vergonhoso ser político. Então muitas pessoas que poderiam trabalhar por este ideal, que tem grandes ideias, muita boa vontade, acaba não participando porque, eu acha feio ser político. (Depoimento AM da Rua Hermann Tribess, 2008)*

*Olha, política é uma coisa bonita, boa. Só que existe muita coisa errada. A gente vê hoje quando a gente liga uma televisão tu vê é corrupção, é ladroeira, é desvio e ninguém é punido. Que nem você vê, este negócio esse homem só pede diante do juiz, e o juiz diz não a gente só vê só prende o banqueiro lá. Pô, isso não existe. O juiz manda prender o outro e manda falar isso. Então o que tem ali: ou alguém recebeu dinheiro para não deixar ele preso lá, vai saber se está com o rabo preso, ou está fazendo a coisa de que jeito? Então não é assim. Então isso revolta, revolta mesmo. Eu quando vejo uma coisa assim, fico revoltado mesmo, fico. Porque não é assim, acho que o lado lá de cima tem que dar o exemplo. Agora, como*

*que eles vão punir uma pessoa daquele, tipo assim, e depois vão punir outra pessoa? E também não sou a favor de prender um cara, olha o cara desviou um milhão, não sou de judiar de prender o cara. Deveria de fazer o que: de ir lá e tirar todo esse um milhão dele. Deixar a zero. É, justamente. Tu tira, se ele tem um milhão, mas tira tudo o que ele tem. Então ele vai começar do zero. Vai começar a trabalhar, comprar sua casa de novo e vai começar. E não precisa mais sustentar mais um lá. Por isso que eu digo: então, pô, o que é isso? E pior que estes caras se candidatam e se elegem de novo. (Depoimento AM da Rua Antônio Zendron e suas Transversais, 2008)*

*(...) eu só acho que os nossos políticos no Brasil são interesseiros, com algumas exceções, não são todos iguais, mas tem muitos que estão na vida pública por puro interesse e não pela comunidade. É só você ver os jornais que tem todo dia escândalos políticos, houve suborno, falcaturia, pra nós é lamentável, mas a política é obrigada a existir, é uma forma de administrar, mas a cultura do povo é acomodada, infelizmente é assim, é e vai continuar assim, eu acho que só vai mudar na próxima geração. Mas a minha geração odeia política, numa reunião na câmara de vereadores tem só uns cinco ou seis, ninguém gosta de participar. Quando houve a inauguração da ponte, tinha órgão público, e só tinha umas 15 pessoas, aquele momento era a hora de pressionar, mas a comunidade não gosta de política. Para o nosso povo, quanto mais longe política melhor, quando existe um programa na televisão de programa eleitoral onde eles colocam suas propostas que na maioria das vezes nunca são cumpridas, o que as pessoas fazem, mudam de canal. (Depoimento AM da Rua Santa Terezinha e suas Transversais - AMSTET, 2008)*



Ao serem questionados sobre o que motivaria eles a pensarem diferente da população em geral, sobre a importância da política, estes atribuíram ao fato deles participarem de associações e espaços que oportunizam melhores conhecimentos e a entender a política com mais clareza. E ainda, na medida em que se questiona mais intensamente os líderes comunitários sobre a política no Brasil, ou seja, se eles consideram que a política influencia na vida deles, todos dizem que sim. Da mesma forma, ao serem questionados se eles próprios consideram que influenciam na política, a maioria afirma que sim, porém, vinculam a influência na política com aspectos eleitorais.

*Sim, se nós conseguimos eleger mais candidatos da região, aí sim teríamos mais força para barganhar o que precisamos. (Depoimento AM da Rua Santa Terezinha e suas Transversais - AMSTET, 2008)*

*Influenciamos na medida em que cobramos daqueles que elegemos (Depoimento AM e Amigos das Tatutibas, 2008)*

Os dados apontados acima dão a entender que, de fato no Brasil, como apontam as pesquisas de Moisés (1995, p. 146) sobre cultura política no Brasil, na qual aparece que há uma preferência pela democracia, mas há associação da democracia com procedimentos, ou seja “o direito de formar governos através de eleições e com liberdades políticas (direito de organizar –se, de expressar-se, etc), embora também com a ideia de ‘maior igualdade social’”. Assim, percebe-se traços desse pensamento igualmente em Blumenau.

Outra questão que interessava junto às lideranças era sobre a democracia, ao solicitarmos que falassem o que achavam que seria, obteve-se várias percepções, como se pôde sintetizar a baixo:

#### **Quadro 27 - O significado da democracia**

AM	Síntese dos depoimentos
1 - AM RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS	Democracia eu acho que é liberal demais. O Brasil deveria ter menos, está tudo muito solto, muito frouxo, tem muita liberdade. A democracia que traz isso.

2 - AM DO MORRO HADLICH	Igualdade, tratar as pessoas tanto pretas, brancas, crianças com igualdade
3 - AM DA RUA SANTA MARIA, (NOVA RÚSSIA) E ADJACENTES	É a participação nas decisões, não é só voto.
4 - AM E AMIGOS DA RUA ITAPUÍ	Uma criança que precisa de direção.
5 - AM E AMIGOS DAS TATUTIBAS	O povo em união.
6 - AM DA RUA ANTÔNIO ZENDRON E SUAS TRANSVERSAIS	Importante. Mas hoje está distorcida em corrupção no Brasil
7 - AM DO BAIRRO FORTALEZA	Liberdade e comunidade.
8 - AM DO MÉDIO GARCIA - AMORMEGA	Trabalho integrado.
9 - AM DA RUA SANTA TEREZINHA E SUAS TRANSVERSAIS - AMSTET	Liberdade de expressão.

Nota-se que há uma predominância em concepções como liberdade, povo, igualdade, trabalho coletivo. Chama-se a atenção que não aparecem elementos de preferência de outro regime de governo que não seja a democracia, conforme pode ser mais bem observado nos depoimentos a seguir:

*Porque a democracia, ela é como se fosse uma criança que, constantemente, nós temos que trabalhar para que ela não se perca. Para que ela não se perca nas discussões políticas. A democracia, ela é perene. Deveria ser perene. Mas não é. Nós tivemos o que? Vários momentos aí da história da humanidade no século XX mesmo, como a Guerra Mundial, a crise de 29, depois os regimes totalitários como a ditadura, fascismo, nazismo, a ditadura no mundo: a guerra fria, adquirimos experiências, tanto dos neoliberais [...] tristes, como também tivemos luz ao longo da história. E no Brasil, também tivemos momentos democrático, talvez não nos 20 e poucos anos de ditadura militar, mas a democracia não existia. A democracia deve estar como irmã da política, que é o espaço de construção da cidadania, pautada pela ética. Por mais que você crie, volto a dizer, estas instâncias ditas democráticas, na verdade isso ali é só um*

*verniz. Por que quem centraliza sempre as coisas, não deixa de ser o governante. Por mais que dizer, há, o governo popular, ou o governo de direito, mas sempre vai ter o pessoal que está lá no poder que vai dar a palavra final. (Depoimento AM e Amigos da Itapuí, 2008)*

*Em minha opinião, é o povo. Se o povo se unir, ele consegue tudo. (Depoimento AM e Amigos das Tatutibas, 2008)*

*Olha, eu acho que existe uma meia democracia. Para mim, não existe uma democracia assim de fato mesmo acontecendo. Porque hoje você bota lá cinco candidatos e às vezes você não está de acordo com os cinco candidato. Eu acho importante isso aí. Só que hoje a gente não tem uma democracia, assim 100% mesmo. Eu acho que não, na minha opinião. Não tem 100%, mas é importante a democracia. (Depoimento AM da Rua Antônio Zendron e suas Transversais, 2008)*

*Democracia é liberdade, a liberdade que se dá. A comunidade, em discutir com os próprios membros eletivos que foram eleitos pelo povo tem poder também ter sua participação dentro da questão aonde se decide os problemas a comunidade. (Depoimento AM Bairro Fortaleza, 2008)*

*A democracia é quando isso, a política funciona junto, em comum acordo, quando todos estão interagindo e integrados nos problemas. Quando eles trabalham juntos, há uma democracia. (Depoimento AM do Médio Garcia – AMORMEGA, 2008)*

*Liberdade de expressão. (Depoimento AM da Rua Santa Terezinha e suas Transversais - AMSTET, 2008)*

É possível perceber pelos depoimentos sobre democracia, e anteriormente sobre política, que apesar de haver um claro apelo por urgência de valores mais participativos, há certa desconfiança e descontentamento da democracia no país em voga.

Esse descontentamento vai ao encontro de pesquisas realizadas pelo PNUD e divulgadas no relatório “*Democracia na América Latina*”, onde se constatou que na América Latina nos últimos anos, a maioria dos cidadãos aceitaria um regime autoritário, se ele resolvesse os problemas econômicos de seu país (54,7%) e avaliam que desenvolvimento é mais importante que democracia (56,3%). Os pesquisadores também elaboraram dez perguntas para tentar aferir o grau de convicção democrática da população e a partir da análise das respostas, o relatório concluiu que os democratas, embora sejam em maior proporção na América Latina (43%), não é a maioria: há 30,5% de ambivalentes e 26,5% de não-democratas.

Em Blumenau, no entanto, percebe-se que as práticas participativas que vivenciaram as lideranças de bairro estão possibilitando aquilo que Ricci (2004, p. 71) também percebeu em São Paulo, a partir da análise de dados em pesquisas do associativismo de lá, que “nos encontramos numa transição ou relação intrincada entre os modelos formais e tradicionais e modelos participativos de gestão pública”.

Da mesma forma que se observou em São Paulo, é necessário o alerta de que “há avanços significativos nas práticas e instituições democráticas do país nas últimas duas décadas”, porém, concorda-se com o autor quando este comenta que não se pode deixar de levar em consideração que “grande parte das experiências mais significativas são locais e localizadas, não conseguindo se espalhar significativamente pelo país, nem envolver instâncias superiores do sistema de gestão pública” (RICCI, 2004, p. 99).

Corroborar-se com autor dessas questões, pois mesmo que em Blumenau esteja havendo avanços significativos com relação ao pensar a política e a democracia, com a inclusão nas percepções de ideais participacionistas e controle social, ainda sim, essa legitimação parece requerer “esforços das lideranças sociais e dirigentes governamentais que coordenam os programas e instâncias de participação no processo decisório de governos” (RICCI, 2004, p. 99). Ou seja, é preciso atentar-se para o fato de que “as iniciativas inovadoras aparecem, ainda,

como marginais em relação às práticas e ideário político nacional” (RICCI, 2004, p. 99).

Assim, de fato há que se valorizar o OP, na medida em que este tem um potencial de possibilitar aprendizado democrático da população. Tal como o OP, também são importantes outros mecanismos criados pela Constituição de 1988, como o referendo, o plebiscito, a consulta popular, e os Conselhos Gestores. Todos introduzem a possibilidade da gestão participativa, portanto, a possibilidade da democratização do poder, uma vez que se trata de gerir sobre recursos públicos que serão investidos (ou não) para satisfazer as necessidades da população.

Ressalta-se aqui mais uma vez Rennó (2003, p. 80), dizendo que “trata-se, sim, de um Estado que limite a prevalência de comportamentos oportunistas – dessa forma gerando incentivos indiretos ao fortalecimento de movimentos sociais independentes”.

Assim de fato, pode-se dizer que o Orçamento Participativo pode ter um processo educativo a partir do momento que tenha formato institucional, que permita discutir questões mais amplas da cidade. Isso acontece, pois “os participantes iniciam o processo com uma visão micro (a casa, a rua e, no máximo, o bairro) e vão adquirindo uma visão mais abrangente da cidade, dos problemas urbanos e das limitações governamentais, aumentar a capacidade de visualizar o processo orçamentário, anteriormente percebido apenas como assunto de especialistas e assim, faz crescer o número de pessoas envolvidas com as decisões públicas, possibilitando o aumento do controle social e do comprometimento do poder público municipal com práticas mais transparentes.

É claro que há inúmeros desafios a serem enfrentados por experiência que abrem a possibilidade de participação e aprendizado democrático à população, tais como, a complexidade do processo público de licitação que atrasa obras, a dificuldade de aprovação de projetos mais em longo prazo para pensar a cidade no futuro, entre outros. Da mesma forma, não se pode pensar que o processo do OP seja em todos os sentidos sem conflitos, ou então, que não exista problemas mesmo naquelas experiências mais consolidadas. No entanto, há de se reconhecer os avanços pontuados nesta tese a partir da vivência da experiência de Orçamento Participativo.

Considerando que se observou nos líderes comunitários pesquisados ao longo do tempo a preferência clara por elementos

participativos e democráticos, acredita-se que é fruto da vivência destes elementos no contexto em estão inseridos esses atores sociais. Assim, destaca-se a necessidade de que do Estado investir em oportunidades que permitam cada vez mais na participação popular, no tocante as questões de gestão da cidade, tendo em vista a capacidade pedagógica que ações assim podem exercer.

É preciso atentar-se para a importância de estruturas de oportunidades políticas na dimensão de inclusão de novos atores, tal como se percebeu o OP em Blumenau, pois, como se viu pelos dados apresentados, o aprendizado democrático da população talvez seja dentre as características do OP, as mais fundamentais.

Contudo, para visualização mais abrangente dos aprendizados democráticos que se argumenta nesta tese, apresentam-se no item a seguir informações quanto à percepção dos atores sobre sua participação em entidade associativa, a avaliação de seu papel no sistema político e sua capacidade de influenciar a tomada de decisão, considerando que o conhecimento de tais elementos dá visibilidade às tendências que vem se configurando à cultura política do associativismo de bairro em Blumenau.

## 5.6 TENDÊNCIAS DA CULTURA POLÍTICA DO ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO EM BLUMENAU

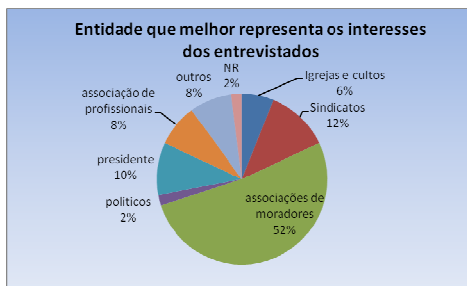
No sentido de complementar as informações apresentadas nos itens anteriores, apresenta-se neste subitem o resultado dos dados quantitativos<sup>40</sup>, obtidos junto aos membros participantes das associações de moradores pesquisadas para esta tese, os quais possibilitam ter um panorama da cultura política que vem se contornando no associativismo de bairro em Blumenau.

A partir da pergunta realizada: “em sua opinião, qual a entidade que melhor representa os seus interesses?”, obteve-se que as lideranças consideram a associação de moradores (52%) a entidade que melhor representa seus interesses, seguido da opção sindicato (12%) e logo

---

<sup>40</sup> Foram aplicados 50 questionários (com perguntas de respostas múltiplas) nas reuniões das associações de moradores convocadas para acontecer com a diretoria.

depois a opção presidente da república (10%), conforme se percebe no gráfico a seguir:

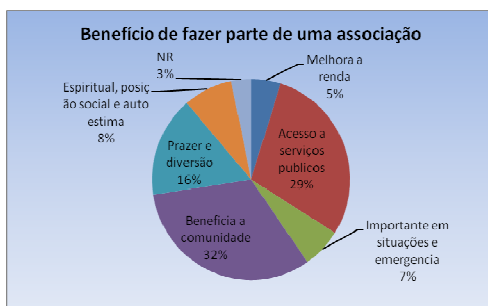


Há que se destacar que há um alto nível de confiança na própria entidade como aquela que vai conseguir encaminhar demandas necessárias aos seus interesses. Acredita-se que esse resultado é condizente com o fato destas entidades serem compreendidas por seus próprios associados, como legítimas representantes de seus interesses, tanto pelo tempo de existência das associações em questão, como pelo fato destas terem exercido, ao longo desse tempo, de existência, papel significativo na busca e conquistas de obras, serviços e equipamento públicos e outras demandas da comunidade. Como se evidenciou nos itens acima, há na maioria dos casos, uma boa infraestrutura dos bairros, aos quais as associações pesquisadas nesta tese pertencem.

Outro destaque é que poucos dos que responderam ao questionário, optaram pelo presidente da república (10%) e menos ainda optou pelos políticos (2%) como representantes de seus interesses. Há de se destacar as respostas obtidas no item anterior, quando líderes comunitários são indagados sobre a política, nas quais, os entrevistados destacam a corrupção como o grande problema do país. Por outro lado, algumas falas que aparecem nas entrevistas apontam o fato de não haver políticos (vereadores) pertencentes de seu bairro na Câmara Legislativa, sendo isso uma reclamação, pois ficam sem representatividade para as questões do bairro. Na medida em que aparece em somente 2% das respostas que os políticos são os que melhor representam seus interesses, acredita-se que esse fato possa estar atrelado ao fato de que

os entrevistados consideram que os vereadores não representam o bairro. Assim, não existe, tanto para os que responderam a entrevista, como para os que responderam o questionário, porque os políticos (no caso os vereadores) serem a instituição que melhor os representem.

Outra pergunta contida no questionário aplicado junto aos membros participantes das associações de moradores foi “qual o benefício de fazer parte de um grupo ou, de fazer parte de uma associação de moradores?”. Das respostas obtidas, sendo que poderiam optar por mais uma opção de resposta, destacam-se, conforme o gráfico abaixo, a participação em entidades associativas como sendo uma forma de beneficiar a comunidade (32%), seguido da opção de acessar serviços públicos (29%) e ainda prazer e diversão (16%).

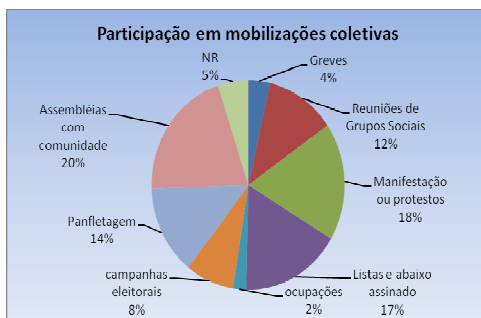


As respostas vão ao encontro do que se encontrou na pergunta analisada anteriormente, pois, se é a associação de moradores a entidade que melhor representa os interesses dos participantes deste tipo de entidade, de fato, o benefício, como era de se esperar, é beneficiar a comunidade com acesso aos serviços públicos. Com relação às respostas que identificam aspectos de prazer e diversão, há que se destacar que de fato as associações de moradores em Blumenau têm sido construídas e idealizadas como espaço de lazer e diversão (com sedes bem estruturadas), considerando a carência da cidade com relação a áreas de lazer. Isso foi possível observar nos itens anteriores, a partir dos depoimentos das lideranças das associações de moradores.

Da mesma forma, quando perguntado sobre a participação em mobilizações coletivas, considerando que a pergunta era “qual foi a

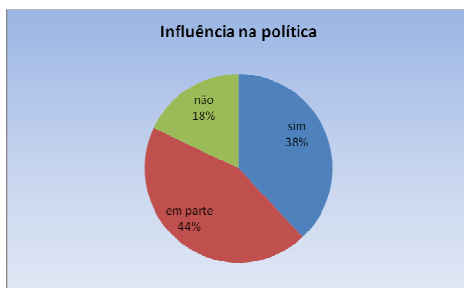


última forma de mobilização coletiva que o Sr lembra-se de ter participado na cidade?”, e a opção de resposta também era múltipla, aparece com mais frequência as ações vinculadas à própria entidade, sendo que aparece a predominância da participação em assembleia da comunidade (20%), seguido de manifestação ou protestos (18%) e lista e abaixo assinado (17%).



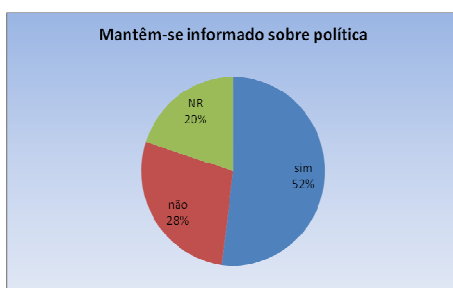
Uma das opções menos frequente nas respostas obtidas sobre esta variável foi com relação à participação em campanhas eleitorais (8%). Condiz com as informações obtidas nos itens anteriores, principalmente se considerado que os líderes comunitários afirmam nas entrevistas que as associações de moradores não devem envolver-se com nenhuma sigla partidária ou candidato nas eleições.

Quando as perguntas são direcionadas às orientações políticas dos próprios membros das associações de moradores, as respostas demonstram uma percepção positiva dos atores, quanto ao seu próprio papel no sistema político e capacidade de influenciar a tomada de decisões. Uma das perguntas realizadas foi “O (a) Sr (a) acha que através de sua participação, seja nas eleições, seja participando da associação de moradores, consegue influenciar de alguma forma o que acontece na política de Blumenau?”, a maioria das respostas foi que influencia em partes (44%), sendo logo em que uma parcela significativa (38%) optam que sim, influenciam de alguma forma a política na cidade, conforme dados a seguir:



Os dados acima acabam revelando uma avaliação positiva por parte dos membros das associações de moradores em relação ao seu papel frente ao sistema político na cidade, percebendo-se capazes de influenciar o sistema político o que pode ser avaliado como positivo para o regime democrático. Diferentemente de outras pesquisas, como a de Moisés (1995) e Baquero e Prá (2007), nas quais aparece que a maioria dos pesquisados não acreditavam influenciar na política.

Outra pergunta ainda para verificar as orientações dos membros das associações de moradores pesquisadas quanto ao sistema político foi “O Sr (a) costuma se manter informado sobre política?” Destaca-se que 52% dos que responderam esta pergunta afirmaram que sim e 28% afirmam que não.



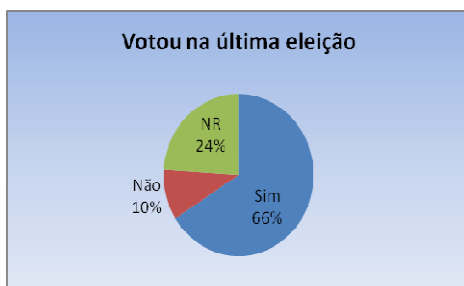
Considera-se significativo o percentual dos que responderam que se mantêm informado sobre a política. Contudo, há de se considerar o

percentual dos que não responderam que somam 20%. Essas não respostas são decorrentes das dificuldades de aplicação do questionário, conforme destacado no item sobre os procedimentos metodológicos da tese, mas, não inviabilizam a importância de se citar estes dados no momento.

No sentido de visualizar ainda mais sobre a percepção dos atores em questão sobre a política, foi questionado o seguinte “você votaria mesmo que não fosse obrigatório?”. A maioria respondeu que sim (60%) e mesmo considerando os que não responderam a questão, apenas (16%) afirmam que não votariam se o voto não fosse obrigatório.



Perguntou-se ainda “você votou na última eleição?” e 66% dos membros das associações de moradores responderam que sim e apenas 10% afirmou que não tinha votado, lembrando-se que houve nesta questão muitos que não responderam, mas, conforme já destacado acima, não inviabiliza o mérito das respostas.



Os dados apontados até aqui demonstram que os membros das associações de moradores pesquisados na tese consideram que podem influenciar no sistema político da cidade, bem como, a maioria afirma manter-se informada sobre a política, participando do processo eleitoral na medida sendo que a maioria afirma ter votado na última eleição. Da mesma forma é significativo o número de respostas dos que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório.

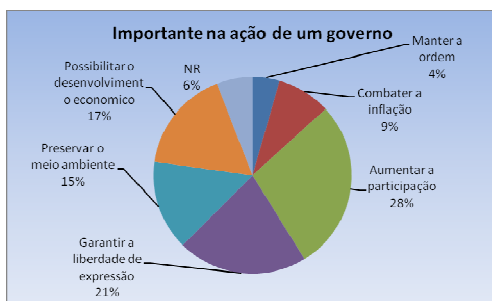
Esses dados são importantes, pois, atrelados aos depoimentos obtidos e apresentados no item anterior, no qual aparecem concepções positivas quanto à política e a democracia, pode-se sugerir que os membros das associações de moradores são congruentes com o regime democrático. Contudo, demonstram não estarem contentes com as situações de corrupção que assola o país, fazendo a credibilidade nos políticos ser muito baixa. Além do mais, percebe-se que os membros das associações de moradores são orientados por uma tendência de valorizar a participação, o que também foi percebido no item anterior e pode ser confirmado pelos obtidos a partir dos questionamentos seguintes e respectivos resultados.

Quando questionado “o Sr (a) considera importante a sua participação na política para resolver os problemas do país?”, destaca-se que dos que responderam, a maioria (56%) afirmam que consideram importante sua participação.



Outro questionamento reforça a tendência por uma democracia e política mais participativa como preferência, sendo que foi perguntado

“para o Sr (a), o que deve ser mais importante nas ações de um governo?”. As respostas que se destacaram foram que seria importante aumentar a participação (28%), logo em seguida, aparece a preferência por garantir a liberdade de expressão (21%), fato este extremamente significativo no tocante a democracia.



Contudo, aparece com índice menor, mas também significativo, a opção de que o governo deve promover o desenvolvimento econômico (17%). Esse índice requer que seja destacada aqui a pesquisa coordenada por O'Donnell, financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e intitulada *A Democracia na América Latina*, a qual envolveu 18 países latino-americanos e revelou que para 56,3% dos entrevistados, o desenvolvimento econômico é mais importante que a democracia e para 54,7% disseram que apoiariam um governo autoritário se ele resolvesse os problemas econômicos.

Ainda no Brasil, os dados apontados pelo PNUD, destacam que quase metade dos entrevistados apresentaram uma posição ambivalente a respeito da democracia, o que segundo Ricci (2004, p. 67), no caso brasileiro, “a cultura política ambivalente sustentaria uma ação governamental pragmática, cautelosa, mesmo nos governos engajados na implementação de instrumentos institucionais de participação à sua gestão”. Nesse sentido, é que o autor chama a atenção para ações de naturezas pedagógicas “no avanço do associativismo e participacionismo”, sendo que teriam a capacidade de articular e sistematizar, mesmo que de forma oculta, uma “cultura política mais complexa e madura desse campo ideológico”.

No caso de Blumenau, mesmo aparecendo um índice significativo a favor da incorporação da participação e da maior igualdade nas ações de um governo, não se pode deixar de ser intrigante o percentual que apontou sobre o desenvolvimento econômico. Contudo, os dados apresentados no decorrer da tese corroboram com as observações de Ricci, de que o associativismo e as experiências de participação pode sim ter natureza pedagógica e contribuir de alguma forma, e, acrescenta-se aqui, mesmo que em longo prazo, para a consolidação da democracia no país.

E ainda, tendo em vista que quem respondeu ao questionário foram atores sociais engajados numa entidade associativa de bairro, que é considerada por Gurza Lavalle, Castello e Bichir, (2006, p. 18) como aquelas em que desempenham atividades a partir de demandas urbanas específicas e que trabalham em e para uma comunidade, estes estão de certa maneira vinculados com ações de caráter reivindicativo e/ou contestatório em algum momento, por isso acredita-se que tendem de fato a desenvolver uma avaliação sobre si mesmo como relevantes para o sistema político.

Avritzer, Recamán e Venturi (2004, p. 43), ao analisar o associativismo de São Paulo, perceberam, no que tange aos hábitos políticos de pessoas associadas em algum tipo de entidade, que o pertencimento a associações provoca uma visão mais clara quanto a política e a sua importância. Esta também parece ser a tendência no associativismo de bairro em Blumenau.

Da mesma forma, Houtzager, Lavalle e Acharya (2004, p. 272) contribuem na medida em que chamam a atenção de que “indivíduos ou participação, de um lado, e atores coletivos ou participação de organizações civis, do outro, obedecem a diferentes lógicas particulares que não deveriam ser combinadas”. Segundo os autores, aqueles que participam de organizações civis parecem estar “construindo novas formas de representação, cuja cabal compreensão não pode simplesmente ser equacionada em termos de democracia direta e cujos traços parecem diferir daqueles próprios às instituições de representação convencionais das democracias liberais”. É por isso que, na opinião dos autores, devem-se distinguir análises de cidadãos comuns, daqueles que participam de organizações civis, sendo que “atores institucionalmente imbuídos podem cultivar diversas modalidades ou dimensões de sua autonomia” (HOUTZAGER, LAVALLE E ACHARYA, 2004, p. 315).

Os dados destacados no decorrer desta tese, mesmo considerando o fato da amostra ter sido empreendida apenas ao associativismo de bairro em Blumenau, apontam para a importância de se levar em consideração as questões apontadas por Houtzager, Lavallo e Acharya (2004).

Por fim, ressalta-se o fato de que há uma dimensão pedagógica para os atores sociais, tanto por participarem de uma associação, e mais ainda, por estes atores estarem à mercê das oportunidades políticas, com o aproveitamento dos espaços que um contexto de abertura democrática vai possibilitar, sendo que vai impactar de alguma forma nas ações, percepções e orientações dos atores sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu analisar a dinâmica institucional e a construção política do associativismo de bairro de Blumenau, focando as estruturas de oportunidades políticas e aprendizados democráticos no contexto da cidade.

As questões norteadoras desta tese versaram sobre o contexto que veio a influenciar a trajetória política do associativismo de bairro de Blumenau, como novas estruturas de oportunidades políticas impactaram no protagonismo de atores sociais em Blumenau, em especial do associativismo de bairro, se houve algum tipo de aprendizado democrático dos membros do associativismo de bairro em Blumenau a partir da vivência de experiências decorrentes de oportunidades políticas na cidade e ainda quanto aos aspectos que caracterizariam a cultura política dos membros do associativismo de bairro em Blumenau, após o incentivo institucional para a participação popular no processo público decisório no contexto político da cidade.

Para embasar teoricamente as questões que nortearam este estudo e evidenciar a hipótese sugerida, fez-se um resgate da literatura sobre a teoria democrática, a partir das contribuições de Santos e Avritzer (2002) e Miguel (2005), onde se destacou a democracia em suas diferentes variações e autores que as representam no plano teórico. Enfatizou-se o debate da democracia participativa e destacou-se a necessidade de se atentar analiticamente para a representatividade dos atores sociais e o aprofundamento da democracia diante de contextos de inovações institucionais.

Este contexto institucional foi tratado nesta tese como a configuração de inúmeras experiências participativas no cenário brasileiro, a exemplo dos conselhos gestores, orçamentos participativos, entre outras, tendo como resultado o constante fortalecimento e avanço de políticas afirmativas e reconhecimento cultural e o desempenho de políticas sociais específicas como as de saúde, assistência social, moradia, entre outras.

Corroborando-se com a literatura que considera este contexto importante para a incursão política dos atores sociais, enfatizaram-se neste estudo as considerações de Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009) de que a construção política da sociedade civil fornece a



possibilidade de compreensão da atuação de seus atores e suas capacidades de escolha e negociação.

Diante de tais argumentos destacaram-se, a partir de Gurza Lavalle, Houtzager e Castello (2009), as principais correntes de análise do conceito de sociedade civil: as de perspectiva habermasiana por Cohen e Arato (1994) e os de influência do conceito de capital social de Putnam. Sobre esta última corrente, corrobora-se aqui sobre as contribuições de Putnam, de que não se pode negar a importância desta, mas chamar a atenção em termos de uma compreensão menos enfática de autonomia. Contudo, com relação à posição dos autores sobre a teoria de inspiração habermasiana, acredita-se que o debate de fato merece continuar em evidência, considerando que análises como estas podem ser constantemente problematizadas e utilizadas para clarear o sentido das práticas dos atores sociais.

Da mesma forma, também se corrobora com a literatura que chama a atenção para os bastidores das organizações civis, sendo necessário levar em consideração as diferenças internas, conflitos, afinidades, hierarquias e modalidades de articulação próprias ao universo das organizações civis. (GURZA LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006, p. 03).

Acatou-se nesta tese também a importância e centralidade do debate quanto às estruturas de oportunidades política (EOP), a partir de Sidney Tarrow (2009), e a perspectiva de que instituições importam no incentivo à participação e fortalecimento dos grupos sociais. Acata-se, dentro da discussão de EOP a contribuição de Silva (2009), da importância de se atentar para o volume e composição dos recursos associativos com os quais conta determinada organização social, que implicará em valorização ou desvalorização das oportunidades políticas em contextos sociais distintos.

Evidenciaram-se também nesta tese, os estudos da cultura política, enfatizando os principais pesquisadores no Brasil (MOISÉS, 1992, 1995 E BAQUERO E PRÁ, 2007). Apresentou-se sobre a configuração de diferentes formas de participação num contexto de abertura democrática e os possíveis aprendizados que estão sendo considerados importantes por impactar na cultura política de atores sociais e na qualidade da democracia no país, enfatizando os estudos de Krischke (2008, 2003, 2002) e os que apontam para a centralidade da experiência do Orçamento Participativo nessa empreitada.

O capítulo que trata da análise e interpretação dos resultados da pesquisa, ao levar em consideração estudos sobre as diferentes formas de participação e os aprendizados decorrentes de tais experiências, evidenciou que as novas oportunidades políticas, num contexto de abertura democrática, resultam também em aprendizado democrático para as organizações ou atores nelas atuantes, fato este considerado importante para qualidade da democracia no país. Metodologicamente, adotou-se uma série de técnicas de coleta de dados e analisou-se longitudinalmente, a partir de informações de três períodos de tempo (1994-1996; 1999-2002; 2008-2009) tendo em vista materiais de pesquisas anteriormente realizadas.

A parte empírica que vai comprovar os argumentos acima foi precedida por um capítulo com informações sobre a cidade de Blumenau, seu contexto econômico, político e associativo, desde sua colonização, sendo que foi possível observar em Blumenau que o associativismo civil caracteriza-se como atuante na cena pública, disputando a agenda e decisões sobre a cidade de formas diferenciadas, considerando uma lógica nacional de um cenário pós-transição, onde as organizações civis ocupam os novos espaços institucionais que foram se abrindo para além dos espaços tradicionais e eleitorais, a exemplo das experiências participativas colocadas em prática no contexto político local, a exemplo dos conselhos, o Orçamento Participativo e após o CODEBs - Conselhos de Desenvolvimento de Bairros.

As informações sobre o associativismo civil em Blumenau reforçaram a importância de se levar em consideração a diversificação das organizações civis, tanto no protagonismo dos atores sociais, como nos bastidores destas organizações, suas fontes de financiamento, formas e capacidade de atuação, sugerindo-se aqui a observância destes aspectos em futuras pesquisas no campo da sociedade civil.

Com a pesquisa empírica, uma das conclusões que se chega é que em Blumenau, as associações de moradores ocupam e utilizam as novas oportunidades políticas de participação de formas diferentes, e acabam tendo um conseqüente aprendizado democrático. Estas conclusões foram demonstradas a partir dos indicadores que orientaram empiricamente os argumentos de hipótese e respostas às questões colocadas nesta tese.

A partir do indicador do surgimento e criação das associações de moradores em Blumenau, evidenciou-se que diante de uma conjuntura

nacional, houve por parte do Estado, uma ação que culminou em grande parte o surgimento deste tipo de organização associativa na cidade. A ação do Estado até meados de 1996 caminhava mais para um controle da organização popular e atores sociais, do que necessariamente o incentivo da participação. Contudo, mesmo esta oportunidade política ter sido regada de centralismo por parte do Estado de tentativas de controle da organização social e dos atores participantes na época, verificou-se que ela acabou por estimular a organização social, abrindo caminho para o surgimento de outras associações de moradores, com possibilidades de desafiar e cobrar o próprio Estado e legitimar-se na cena pública da cidade.

Referente ao indicador da caracterização das associações de moradores, evidenciou-se que as demandas das associações de moradores em Blumenau giravam, num primeiro momento (nos primeiros anos após o surgimento das mesmas), em torno de elementos de infraestrutura. Com o passar do tempo, as demandas reivindicadas passaram a girar em torno da manutenção da qualidade de vida, como preocupações destas associações com transporte, insegurança, falta de áreas de lazer, política habitacional, sede para associação, entre outras. Identificou-se ainda que as associações de moradores pesquisadas dispõe atualmente de recursos associativos significativos, contudo, por sua tipologia e protagonismo, não deixaram de aproveitar as oportunidades políticas que lhes eram colocadas na busca por resolutividade de suas demandas e legitimidade enquanto entidade representativa da população, sendo que ficou muito evidente que percebem as experiências de conselhos e de Orçamento Participativo, não como ameaça, mas sim, oportunidades.

Já com relação ao indicador que trata das dinâmicas internas das associações de moradores em Blumenau, evidenciou-se que estas entidades tinham, num primeiro período de tempo analisado (do surgimento até meados de 1996), uma dinâmica interna muito atrelada aos presidentes das associações, com poucas preocupações em mobilizar a participação da comunidade junto à associação, pouca participação da população ou membros da diretoria na associação - as reivindicações ficavam muito restritas a percepção da diretoria da associação e não se preocupava ou se valorizava na época atividades de prestação de contas das ações da associação de moradores. Já num período posterior, quando houve a administração de um partido de esquerda que instituiu a

experiência de Orçamento Participativo, não houve de imediato a adesão a ações internas mais democráticas nas associações, sendo que os presidentes e vices das associações de moradores tomavam muito ainda para si as atividades de funcionamento e organização da entidade. Porém, com o passar do tempo, evidenciou-se que a implementação do Orçamento Participativo contribuiu para que as próprias práticas internas nas associações de moradores começassem a se tornar mais organizadas (nas atas, documentos, eleições, mobilizações, reuniões). Observou-se que tendo em vista a significativa participação das associações de moradores no OP em Blumenau na época de sua existência, contribuiu para que as associações tivessem a necessidade de ter que se organizar mais, para garantir obras e delegados representantes dos seus bairros no processo do OP e, a partir disso, começaram a se perceber como atores importantes no contexto político da cidade, ocupando, questionando e reivindicando com maior ênfase suas demandas, o que refletiu também na própria dinâmica interna das associações.

Assim, com base nas informações coletadas no período de 2008 e 2009, acredita-se que ao longo do tempo, houve uma reelaboração das dinâmicas internas no interior das associações de moradores, a partir do efeito positivo de uma gestão que promoveu maior abertura democrática na cidade, sendo que estas vão apresentar características menos centralizadora, com formas mais eficazes de mobilização da população para participação na associação, mais abertura para participação da população nas atividades das associações, com instrumentos descentralizados, bem como, uma grande preocupação e valorização da prestação de contas.

Quanto ao indicador das Associações de Moradores e as relações com outras instituições, encontrou-se que as reivindicações das associações eram encaminhadas, num primeiro período de tempo analisado (até 1996), tendo como intermediários os vereadores, deputados e pessoas com cargos comissionados, ligados diretamente ao poder executivo. Entretanto, no decorrer dos períodos analisados, esta característica de relacionamento vai se desconfigurando e vão aparecendo indícios de afastamento e certa autonomia das associações de moradores frente a vereadores, deputados ou outros agentes públicos ou políticos, sendo que as lideranças começam a encaminhar as solicitações da comunidade diretamente às secretarias competentes, com

ofício protocolado. Destacaram-se também a incidência de outras formas de reivindicar, como passeatas com faixas, caso não obtivessem respostas. Contudo, verificou-se que as eleições continuam sendo a forma mais imediata de expansão do acesso à participação de novos atores e em Blumenau - isso fica evidenciado a partir da participação de pessoas que tem cargos de diretoria nas associações de moradores no processo eleitoral do município.

No indicador referente às oportunidades políticas de participação e aprendizado democrático, ficou evidente que houve um aprendizado democrático que aparece, tanto a partir dos elementos apresentados nas dinâmicas internas e relações com outras instituições, como também a partir do momento que houve uma nova estrutura de oportunidade política na cidade – o Orçamento Participativo. Os líderes comunitários, a partir do momento em que tiveram as oportunidades políticas colocadas e as aproveitaram de formas diferentes, acabaram valorizando e refletindo sobre a importância de uma gestão democrática e participava mais inclusiva dos cidadãos nas decisões de investimentos e no pensar políticas públicas, tendendo a interiorizar valores democráticos mais participativos frente à gestão pública da cidade.

Contudo, no indicador referente às tendências da cultura política dos atores sociais de bairro em Blumenau, as orientações dos membros das associações de moradores apontam para uma compreensão significativa do seu papel, frente ao sistema político e consideram que influenciam no contexto político da cidade. Demonstram não estarem contentes com as situações de corrupção que assola o país, dando pouca credibilidade aos políticos. Percebeu-se também a valorização da participação nas ações de um governo, mas ainda é alto o percentual dos que apontaram que o governo deve resolver os problemas econômicos.

Após analisar e interpretar os dados da pesquisa realizada, corrobora-se, enfim, com a literatura, de que participar em associações civis ajuda os participantes a contatar com a democracia, de forma que os atores acabam praticando-a no âmbito mais local e acabam aprendendo a negociar e defender melhor seus interesses. (AVRITZER, RECAMÁN E VENTURI, 2004, p. 31)

Diante de tal argumento, cabe ressaltar que em Blumenau, após os acontecimentos que marcaram a cidade em novembro de 2008 (enchente e deslizamentos, possível de ser visualizada a partir das notícias publicadas pela mídia impressa – anexo 21), as estratégias de

atuação do poder executivo voltaram-se totalmente para as ações de recuperação da cidade, sendo que a secretaria de ação comunitária que atendia as associações de moradores durante a gestão 2004-2008 foi extinta, e os CODEBs – Conselhos de Desenvolvimento de Bairro, deixou de existir, permanecendo apenas uma proposta de organização do plano diretor da cidade (ver reportagem - anexo 22). As informações que se obteve das lideranças das associações de moradores após os acontecimentos de novembro na cidade, foi de que as associações de moradores não estavam sendo mais atendidas, sendo que as questões ligadas ao atendimento das comunidades ficaram sob a responsabilidade do gabinete do vice-prefeito.

Diante de tal situação, mais uma vez foi possível identificar que esse aprendizado democrático de cunho mais reivindicativo e participativo, vem se intensificando na trajetória do associativismo civil em Blumenau, tendo em vista algumas situações que extrapolam o âmbito das associações de moradores pesquisadas nesta tese, mas que merecem ser comentadas, inclusive por se constituírem como futuras agendas para pesquisa em Blumenau, observada a contribuição de Tarrow (2009, p. 106), sobre as oportunidades políticas, restrições e forças do Estado, especialmente quando o autor destaca que “os primeiros que se erguem, colocam a fragilidade dos seus oponentes a vista de todos”.

Uma dessas situações, diz respeito ao fato de que quando o OP deixou de existir, surgiu a experiência do CODEB, porém, como se viu no capítulo 5, não houve uma institucionalidade de incentivo à participação da população sendo que funcionou mais como consulta sobre o já havia sido planejado pelo poder público para a cidade, do que um espaço de negociação e deliberação. Aconteceu que nesse novo contexto, ressurgiu com força, o Fórum de Movimentos Sociais na cidade, e a UNIBLAM reaparece no cenário político local com ações mais combativas e questionadoras, frente à administração municipal, mas ainda muito deficiente no sentido de representação e dinâmicas internas muito centralizadas na figura do presidente. Da mesma forma, algumas associações de moradores, principalmente as que foram criadas após o ano de 2000, acabam adotando uma postura mais crítica e aliam-se ao Movimento dos Atingidos pelo Desastre – MAD, fazendo intensamente o enfrentamento à administração municipal, que tenta cooptar o movimento de todas as formas (inclusive tentando retirar as

famílias que ocuparam uma área pública que era cedida para a uma associação de moradores e que não estava sendo usada), mas, sem sucesso, devido à organização e ações do MAD, juntamente com o Fórum de Movimentos Sociais, apoiados por alguns setores da Igreja e da Universidade (ver anexo 23, sobre as atuações do MAD em Blumenau).

Nesse sentido, este estudo contribuiu para o aprofundamento da literatura que aborda a necessidade do Estado investir em oportunidades que permitam cada vez mais o avanço da participação de organizações civis, na gestão da cidade, tendo em vista a capacidade pedagógica que ações assim podem exercer. Como, por exemplo, Ricci (2004, p. 94), que coloca que a prática associativa difunde informações sobre políticas públicas e motiva o envolvimento dos participantes em discussões sobre a cidade, instigando o rompimento com práticas políticas culturais ambivalentes no Brasil.

Da mesma forma, esta tese contribui com estudos que vêm destacando a importância dos desenhos institucionais e objetivos das experiências participativas, a exemplo de Lüchmann (2008, p. 11), que destaca em suas pesquisas sobre o OP que “a dimensão educativa não faz parte dos objetivos dos programas que, além disso, apresentam vários limites em promover debates coletivos”. Acredita-se que deve haver bastante empenho para elevar aspectos de aprendizados que experiências participativas possuem e não centrar-se somente na eficácia das obras discutidas, inclusive empreendendo ações que “promovam o aprofundamento e a ampliação de conhecimentos, habilidades, atitudes e práticas políticas de orientação moral pós-convencional” (LÜCHMANN, 2008, p. 11).

## REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy em Five Nations.** , Little Brown e Co, 1963.

ANDRADE, Edinara Terezinha de. **Democracia, orçamento participativo e clientelismo. Um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre/RS e de Blumenau S/C.** Blumenau. Porto Alegre, 2005. Teses (Programa de Pós-graduação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. **Diário de pesquisa sobre a reconstituição da história das associações de moradores.** 1994 (*mimeo*)

ANDRADE, E. T. de; MOURA, R. R. de. **Desafios da democracia participativa: o orçamento participativo de Blumenau e seu impacto sobre as associações de moradores.** Departamento de Serviço Social, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2002. (Relatório Final de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. **Poder local, participação popular, descentralização e clientelismo: a experiência do orçamento participativo de Blumenau.** Departamento de Serviço Social, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2001. (Relatório Final de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. **As mediações entre o poder político local e a população.** Departamento de Serviço Social, FURB, Blumenau, 1999. (Relatório Final de Pesquisa).

ANDRADE, E. T. de.; SCHUMACHER, A. **Associações de Moradores de Blumenau: movimento comunitário ou práticas clientelísticas instituídas pelo poder público para substituir os subdiretórios?** Curso de Serviço Social, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 1995. (Relatório Final de Pesquisa – PIPE-Programa de Incentivo a Pesquisa).



ANDRADE, E. T. De; SIEBERT, A. J. **Reconstituição da História das Associações de Moradores de Blumenau**. Curso de Serviço Social, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 1994. (Relatório Final de Pesquisa – PIPE-Programa de Incentivo a Pesquisa).

ANDRADE, E. T. de. e WEBER, S. C. **As organizações político partidárias (subdiretórios) da década de 70 e a relação com a estrutura das atuais associações de moradores de Blumenau**. Curso de Serviço Social, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 1996. (Relatório Final de Pesquisa – PIPE-Programa de Incentivo a Pesquisa).

ARATO A.; COHEN J 1994. Sociedade civil e teoria social. In Avritzer L. **Sociedade civil e democratização**. Del Rey: Belo Horizonte.

AVRITZER L. Cohen, Arato e Habermas: além da dicotomia Estado/mercado. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36. p. 213-222, 1993.

AVRITZER, L.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. In: Avritzer, L. (org) **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 28, 1995.

BAQUERO, Marcelo; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007.

BAQUERO, M. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: PERISSINOTO, R.E FUKS, M. (Orgs.) **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Sociedade Civil, Estado e Terceiro Setor. **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 4. 1998.

CHAVES, I. **Associativismo Civil em Blumenau: evoluções e Tendências**. Relatório de Pesquisa. 2004.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: Um Estudo Comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Senac, 2000.

COSTA. S. **As cores de Ercília**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Categoria analítica em passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 3-25, jan./jul.1997.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Unicamp, 2006.

DAGNINO, Evelina . “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAHL, Robert A **poliarquia: Participação e Oposição**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DOIMO, Ana Maria. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In: **A participação em São Paulo**. Avritzer, L. (org). São Paulo: UNESP, 2004.

FEDOZZI, L. **O eu e os outros: a construção da consciência social no Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2002. 339p. Tese de doutorado. UFRGS.

FLORIT, L. F. e SILVA, J. da. **Associativismo civil e participação política**. Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, NEPEMOS, FURB, Blumenau, 2004. (Relatório Final de pesquisa).

FOLHA de Blumenau. Disponível em: <[www.folhadeblumenau.com.br](http://www.folhadeblumenau.com.br)> Acesso em: 09/2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. (org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. Petrópolis, Vozes, 2003.

GÓMEZ, L. H. Cultura Política: El estado del arte contemporáneo. **Reflexión Política**. Año 4 n° 8, UNAB, Colombia/Convergencia N° 30, UAEM. México, diciembre de 2002.

GRUPO de Estudos a Construção democrática – GECD. Os Movimentos Sociais e a construção democrática. Sociedade Civil, esfera Pública e Gestão Participativa. **Ideias**, v.5. n. 2. e v.6 n. 1, p. 7-122, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. 1999.

GURZA LAVALLE, A. Sem pena nem glória - O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, n.66, jul. 2003.

GURZA LAVALLE. A., CASTELLO, G. e BICHIR. R. M. Protagonistas na Sociedade Civil: Redes e Centralidades de Organizações Cívicas em São Paulo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 465- 498. 2007.

GURZA LAVALLE. A., HOUTZAGER, P. e CASTELLO, Graziela. A construção política das sociedades civis'. In: Gurza Lavalle, Adrián

(org). **O horizonte da política – questões emergentes e agendas de pesquisa**, São Paulo: Cosac Naify, (no prelo), 2009.

\_\_\_\_\_. Representação Política e Organizações Civas: Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **RBCS**, v. 21, n. 60. 2006a.

\_\_\_\_\_. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 49-103. 2006b.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984a.

\_\_\_\_\_. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, nº 36, 1995.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HILLESHEIM, Jaime. **O cenário citadino de Blumenau: imagens criadas e realidade vivida**. São Paulo, 1996. Dissertação de mestrado - Programa de Estudos Pós-graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. As Associações de Moradores na cidade de Blumenau: expressão das contradições urbanas. In: THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. **Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a História e a historiografia em Blumenau**. Blumenau: Ed. da FURB/ Cultura em Movimento, 2000.

\_\_\_\_\_.; BRUNS, Camile. Associativismo civil em Blumenau: Evolução e tendências - Um estudo das associações escolares e educativas, associações filantrópicas e de mútua ajuda, sindicatos de trabalhadores, associações profissionais, clubes de serviço e associações comunitárias. (Fase 2) . NEPEMOS/FURB. Relatório final de pesquisa – PIPE, PIBIC/CNPq, 2002.

HOUTZAGER, P.; COLLIER, R. B.; HARRISS, J. e GURZALAVALLE, A. **Rights, representation and the poor:** comparisons across Latin America and India. *Destin Working Paper* 02-31, London, London School of Economics. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/gdr/cfs/research/Collective%20Actors.html>>. Acesso em: 2006.

HOUTZAGER, P.; GURZA LAVALLE, A.; ACHARYA, A. Atores da Sociedade Civil e Atores Políticos: Participação nas Novas Políticas Democráticas em São Paulo In: L. Avritzer (ed.) **O Associativismo em São Paulo**. São Paulo, v. 1, p. 257-322. 2004

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Pesquisa de Orçamento Familiar, 2002/2003.

IPUB. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Blumenau. Disponível em: <[www.blumenau-sc.gov.br](http://www.blumenau-sc.gov.br)>. Acesso em: 09/2007.

KRISCHKE, P. **Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

\_\_\_\_\_. Aprendizado em bairros populares: notas de pesquisa e teoria. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 9, n. 95. 1998.

\_\_\_\_\_. Abordagens ao aprendizado. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto alegre. v. 2, n. 2, dez. 2002.

KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leonardo. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/269.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/269.pdf). Acesso em: 1999.

LANDIM, Leilah. Múltiplas Identidades das ONGs. In: S. Haddad (org.), **ONGs e Universidades – desafios para cooperação na América Latina**. São Paulo: ABONG.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Capital Social, Sociedade Civil e Democracia Deliberativa. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 3, p. 75-104, set./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **Democracia participativa e aprendizado político: lições da experiência brasileira.** International Conference Learning Democracy by Doing - Alternative Practices in Citizenship Learning and Participatory Democracy Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto 252 Bloor St. West, Toronto, Canada October 16-18, 2008.

\_\_\_\_\_.; BORBA, J. **Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes.** Trabalho apresentado no 31<sup>o</sup> Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu, 2007.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal : origens e evolução.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: I – Feuerbach.** 5 ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.

MENARD, Scott. Longitudinal research. Quantitative applications in the social sciences. London: **Sage**, n.76, 1991.

MEYER, David S. MINKOFF, Debra C. **Conceptualizing Political Opportunity.** The University of Carolina Press Social Forces, June 2004. 82 (4): 1457-1492.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. In: **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), São Paulo, n. 59, p. 5-41, 1<sup>o</sup> semestre. 2005.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. In: **Lua nova: cultura e política**, n. 26, p. 5-51. 1992.

\_\_\_\_\_. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática.** São Paulo: Ática, 1995.

MOURA, Reidy Rolim de. **Compromisso governamental, desenho institucional e tradição associativa: o orçamento participativo em Blumenau/SC e Chapecó/SC.** Florianópolis, 2004. Dissertação de Mestrado. UFSC.

NEPEMOS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Movimentos Sociais. Bando de dados da pesquisa: Mudanças e Tendências do Associativismo Civil em Blumenau. Relatório parcial de pesquisa. Fundação Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências Humanas e de Comunicação. (s/d) (sem data).

NÚCLEO de Estudos sobre os Movimentos Sociais - NEPEMOS. Mudanças e Tendências do Associativismo civil de Blumenau: estudo qualitativo das décadas de 1920 a 1950. Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. FURB, 2003. (Relatório Preliminar).

NÚCLEO de Estudos sobre os Movimentos Sociais - NEPEMOS. Relatório para FUNCITEC, (S/d) Sem data.

O'DONNEL, Guillermo. Democracia delegativa? **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, p.30-32, out. 1991.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAZ, Rosângela. Organizações Não-Governamentais: um debate sobre a identidade política das associadas à ABONG. **Cadernos ABONG**, n. 33.

PEDRINI E MARTINS. As relações entre mulheres e homens no associativismo civil de Blumenau. Scherer-Warrem, Ilse. Chaves, Iara (orgs). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências.** Insular, 2004.

PEDRINI, Dalila M. & Hennings, Sheila I. Z. **Associativismo civil em Blumenau: evolução e tendências - um estudo sobre as associações culturais, ligadas a religião e religiosidade, comunicação, direitos humanos e causas femininas**. NEPEMOS/FURB. Relatório final de pesquisa – PIPE, Fase I, 2002.

PEDRINI, Dalila M. Tecendo as malhas de uma rede cidadã: o associativismo civil de Blumenau. In: THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. **Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a História e a historiografia em Blumenau**. Blumenau : Ed. da FURB/ Cultura em Movimento, 2000.

PEREIRA. Jornal A Notícia. Joinville. Edição de 27/02/09.

PLAUTZ. Folha de Blumenau. 30/07/2008 à 01/07/08. Disponível em: <[www.folhadeblumenau.com.br](http://www.folhadeblumenau.com.br)>. Acesso em: 02/2009.

\_\_\_\_\_. Folha de Blumenau. 09/07/2008 à 11/07/2008. Disponível em: <[www.folhadeblumenau.com.br](http://www.folhadeblumenau.com.br)>. Acesso em: 02/2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Dados gerais do município. Disponível em: <[www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)>. Acesso em: 02/09/2002.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fudação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, Bruno. **Capital Social e confiança: questão de teoria e método**. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n 21, 2003.

RENNÓ, Lucio. Estruturas de oportunidades políticas e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América



latina. **Revista Sociologia e política**, Curitiba, n. 21, p. 71-82, Nov. 2003.

\_\_\_\_\_. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre de 1998, p. 71-92.

RICCI, Rudá. Associativismo paulistano e cultura ambivalente. In: Avritzer, L. (org) **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizando a democracia - os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Juliana da. **Sociedade civil e conselhos municipais: o enigma da participação**. Blumenau, 2005. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau. Disponível em: <[http://www.bc.furb.br/docs/MO/2005/298429\\_1\\_1.pdf](http://www.bc.furb.br/docs/MO/2005/298429_1_1.pdf)>. Acesso em: 16/09/2008.

SILVA, Marcelo Kunrath . (2009). **Associativismo e desigualdade: uma análise sobre oportunidades políticas e recursos associativos em duas Associações de Moradores de Porto Alegre**. Preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009.

SIMÃO, Vilma M. **As trajetórias e a organização do trabalho cooperado e autogestor**. Brasília, 2008. Tese de doutorado. Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social – Programa de pós-graduação em Política Social.

\_\_\_\_\_. **Blumenau: da indiferenciação étnica a diferenciação de classe.** São Paulo, 1995. 195 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Blumenau no período da ditadura: um partido organizado com o apoio dos trabalhadores e uma ação governamental voltada aos interesses econômicos. **Blumenau em cadernos**, Blumenau, v. 48, n. 11/12, p. 257-286, nov./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Da hegemonia passiva hegemonia ativa. In: THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. **Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a historia e a historiografia em Blumenau.** Blumenau: Ed. da FURB/Cultura em Movimento, 2000.

SÀNCHEZ. Felix. O orçamento Participativo em São Paulo (2001/2004): uma inovação democrática. In: Avritzer, L. (org) **A participação em São Paulo.** São Paulo: UNESP, 2004.

SCHERER-WARREM, Ilse. Chaves, Iara (orgs). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências.** Insular, 2004.

SECRETARIA de Ação Comunitária. Prefeitura Municipal de Blumenau. . Disponível em: <[www.blumenau-sc.gov.br](http://www.blumenau-sc.gov.br)>. Acesso em: 08/2009.

SINGER, Paul. **São Paulo: o povo em movimento.** Petrópolis: Vozes. 1980.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento : movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América.** Itatiaia Editora:1962.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. Breve história da burguesia industrial têxtil blumenausa. In: THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. **Nosso passado**

**(in) comum: contribuicoes para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau.** Blumenau: Ed. da FURB/Cultura em Movimento, 2000.

TROTTA, Wellington. O pensamento político de Hegel à luz de sua filosofia do direito. **Revista de Sociologia Política.** (on-line). v. 17, n. 32, p. 9-31. 2009.

## APÊNDICES

### Apêndice 01 – Roteiro de Entrevista com Presidentes das Associações de Moradores.

#### ROTEIRO ENTREVISTA – ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO - BLUMENAU

##### **IDENTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES**

Nome do Presidente Atual: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Data de Fundação: \_\_\_\_\_

##### **IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Cargo na Associação de Moradores: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo participa da Associação de Moradores: \_\_\_\_\_

Cargos ocupados cronologicamente: \_\_\_\_\_

Iniciar a entrevista perguntando: VIVÊNCIA DO SUJEITO... DA FAMÍLIA...  
SOBRE A COMUNIDADE... MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO...

O que lhe motiva a ser um líder comunitário? \_\_\_\_\_

Quais os benefícios de fazer parte de um grupo comunitário, como a AM? Por quê? \_\_\_\_\_

Quais as principais dificuldades em ser um líder comunitário? Por quê? \_\_\_\_\_

O Sr participa de outra organização comunitária além da AM? Qual? \_\_\_\_\_

A AM participa de algum movimento social, fórum ou congresso em Blumenau? \_\_\_\_\_

Há a participação de bastantes membros da AM nestas outras formas de organização comunitária? \_\_\_\_\_

Como funciona atualmente nas seguintes questões:

- a) estrutura - diretoria ou colegiado; b) relação entre os diretores;
- c) renovação de lideranças; organização interna para o cumprimento das tarefas (eleições – chapas? Quantas geralmente? Quantas chapas na última eleição? Quem assume as questões da associação?...)

De quanto em quanto tempo acontecem reuniões da diretoria? (mensal, quinzenal)

Qual foi a última? (o que foi discutido?)

Quais os mecanismos (se usa faixas, carro de som, cartazes, jornal) usados pela associação de moradores para buscar a participação da comunidade?  
Como a AM faz para convidar, mobilizar para as reuniões? Reuniões da diretoria? Reuniões com toda a comunidade?

Qual foi e por que a última assembleia (com participação da comunidade em geral) ou reunião que a população participou (que reuniu a comunidade)?

E os que não participam, porque o senhor acha que não participam?

Como as reivindicações dos moradores chegam até a diretoria: através de assembleias; reuniões; lideranças do bairro; contato pessoal com o presidente, outras.

Como é a participação dos moradores na associação de moradores no que diz respeito:

- a) reuniões e/ou assembleias;
- b) nas decisões que envolvem o bairro;
- c) no apoio às propostas da diretoria;
- d) no engajamento das tarefas encaminhadas (os moradores cobram, fiscalizam, contribuem de alguma forma).

Depois de criada a associação de moradores, a situação do bairro melhorou?

Nos últimos anos, a AM fez ou participou de alguma manifestação, protesto, abaixo-assinado? Lembra quando e o motivo? Quem apoiou além da AM? Onde? Como que se resolve?

Algum membro da atual diretoria ou dos anos anteriores já foi candidato a algum cargo eletivo?

(Existe algum membro da associação candidato a vereador? Ou se já foi?)

Qual?

Quem?

Elegeu-se?

Se a AM fez ou faz campanha para o candidato da AM?

Trouxe melhorias para a comunidade? Quais?

A AM contribui de alguma forma com o candidato? Como?

A quem a associação procura para encaminhar alguma reivindicação? (vereador, deputado, cabo eleitoral, funcionário da prefeitura, secretários municipais, partidos políticos, outras instituições).

Como procede? (carta, ofício, telefone, pessoalmente, audiência, imprensa local)

Por quem?

Como são recebidos?

Tem recebido retorno?

O que a AM faz quando não é atendida? (em obras e serviços, etc...)

Como é a relação da AM com os vereadores e o prefeito?

Atualmente, a AM participa dos CODEBs - Conselhos de Desenvolvimento de Bairros) em Blumenau? É conselheiro?

Como tem sido esta participação? (é uma participação mais efetiva, ou mais esporádica? De quanto em quanto tempo?...)

Se não participam, por quê?

No CODEB tem tido recursos para as comunidades?

Como é decidido quem receberá (ou qual rua) receberá recursos primeiro? (como fazem na hora da reunião para escolher quem receberá primeiro este recursos).

Houve retorno?

A AM ou alguém representando a AM participou de alguma forma (nas assembleias, ou como conselheiro, ou como delegado) do OP em Blumenau?

Se não, acha que deveriam ter participado?

Se sim:

Em que momento mais participou? (foi na escolha dos representantes, ou foi na hora de definir para onde iriam os recursos disponíveis?)

Quem participou?

Quantos membros da associação?

Por quanto tempo? (se foi de 98 – 2003)

Em algum momento tiveram que negociar/ disputar obras com outras comunidades? Como foi isso?

Como o senhor se sente participando, ou seja, decidindo sobre as verbas, tanto no CODEB ou no OP?

Das experiências de participação no Brasil (Conselhos, OPs, Congressos da Cidade), qual a sua opinião? (é válido a população decidir? Ou o governo tem que decidir tudo?)

E em Blumenau? O que acha destes espaços de participação que foram abertos nos últimos anos? (o que Blumenau ganhou com isso?)

Acha importante a participação das AM nesses espaços que o poder público possibilita? Por quê?

O Sr. acha que a AM deve estar presente nas discussões públicas da cidade?

Por quê?

No decorrer dos anos, o que facilitou ou contribuiu para a população entender melhor sobre o funcionamento da coisa pública? Por quê? Como? Exemplo.

A participação no OP ou no CODEB ou em outras experiências participativas (conselhos, fóruns, etc.), permitiu algum aprendizado sobre o funcionamento da prefeitura ?

Se comparar o OP e o CODEB, como seria essa comparação? Por quê?

Na opinião do Sr, o que é política?

O que é democracia?

Quem é que tem mais poder hoje na nossa sociedade para resolver os problemas da cidade: governantes ou população? Por quê?

Nas pesquisas sobre as AM em Blumenau, há informações de que muitas foram criadas por indução ou necessidade do poder público. Algumas mantiveram estas características e outras não. Como o senhor vê isso nesta AM? (Ela foi criada por indução do poder público ou não?)

O senhor acha que a AM representa quem atualmente?

Faz parte da UNIBLAM?

Tem participado das atividades da UNIBLAM? Como?

Se for não, por quê?

**OBSERVAÇÕES NA APLICAÇÃO DA ENTREVISTA:**

## Apêndice 02 – Termo de Participação e Autorização para Uso do Conteúdo da Entrevista

### DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Declaro para os devidos fins que participei da pesquisa realizada pela Sra. Reidy Rolim de Moura, com a finalidade de coletar dados sobre o associativismo comunitário de Blumenau, para sua tese de doutorado no Programa de Sociologia Política, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Concedi entrevista na data subscrita e concordo com a exploração de seus dados pela pesquisadora.

Blumenau, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_.

Nome Legível do Entrevistado:\_\_\_\_\_.

Assinatura do entrevistado



## Apêndice 03 – Questionário Aplicado aos Membros das Associações de Moradores

### QUESTIONÁRIO ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

**BAIRRO:** \_\_\_\_\_

**1. Sexo:**

( ) Masculino ( ) Feminino

**2. Idade:** \_\_\_\_\_

**3. Qual seu Estado Civil:**

( ) Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) ( ) Divorciado(a) ( ) Vive Junto

**4. Em sua opinião, qual a entidade que melhor representa os seus interesses?**

( ) Igrejas e cultos ( ) Sindicatos ( ) Associação de Moradores ( ) Políticos (vereadores, prefeito, deputados) ( ) Presidente da República ( ) Associação Profissionais ( ) outros.

Qual \_\_\_\_\_ Por quê? \_\_\_\_\_

**5. Qual o benefício de fazer parte de um grupo ou, de fazer parte de uma associação de moradores?**

( ) Melhora renda atual ( ) Acesso a serviços públicos ( ) Importante em situações de emergência/no futuro ( ) Beneficia a comunidade ( ) Prazer/diversão ( ) Espiritual, posição social, auto estima ( ) Outros.

Quais \_\_\_\_\_

Por que? \_\_\_\_\_

**6. Além da Associação de Moradores, participa de outra organização comunitária ou entidade da sociedade civil?**

( ) Sim ( ) Não.

Se sim, Qual? \_\_\_\_\_

**7. Falando em política, de um modo geral o(a) Sr (a) se interessa por política?**

( ) Sim, muito. ( ) Sim, pouco ( ) Não, nenhum pouco

**8. O (a) Sr. (a) acha que através de sua participação, seja nas eleições, seja participando da associação de moradores, consegue influenciar de alguma forma o que acontece na política de Blumenau?**

( ) Sim. Como \_\_\_\_\_ ( ) Em parte ( ) Não

**9. O(a) Sr. (a) costuma se manter informado sobre política?**

( ) Sim ( ) Não

**10. O(a) Sr. (a) considera importante a sua participação na política para resolver os problemas do país?**

( ) Sim ( ) Não

**11. Qual a principal fonte de informação que você usa para decidir o voto:**

( ) Televisão ( ) Amigos e parentes ( ) Rádio ( ) Jornais e revistas ( ) Igreja e cultos ( ) sindicato ( ) chefe ou patrão

( ) Outra, qual \_\_\_\_\_

**12. Você votaria mesmo que não fosse obrigatório?**

( ) Sim ( ) Não

**13. Você votou na última eleição:**

( ) sim ( ) não

**14. O(a) Sr. (a) se identifica com algum partido político?**

- ( ) PT ( ) PMDB ( ) PDT  
( ) PDS/PPR/PPB ( ) PTB  
( ) PC do B ( ) PSB  
( ) PSDB ( ) PL  
( ) PFL ( ) PPS  
( ) PRN ( ) OUTRO. Qual: \_\_\_\_\_  
( ) Não se identifica com nenhum deles

**15. Para o Sr (a) o que deve ser mais importante nas ações de um governo?**

- ( ) Manter a ordem; ( ) Combater a inflação; ( ) Aumentar a participação; ( ) Garantir a liberdade de expressão; ( ) Preservar o meio ambiente; ( ) Possibilitar o desenvolvimento sustentável

**16. Atualmente, você participa de alguma forma de definição das obras de investimento para seu bairro?**

( ) ) sim

Qual? \_\_\_\_\_

( ) não

**17. Qual foi a última forma de mobilização coletiva que o Sr. (a) lembra de ter participado na cidade**

- ( ) Greves ( ) Reuniões de grupos sociais ( ) Manifestações ou protestos ( ) Listas e abaixo assinados ( ) Colocou cartazes;  
( ) ocupações ( ) Campanhas ( ) Panfletagens ( ) Assembléia para discutir os problemas da cidade Outras: \_\_\_\_\_

Qual o motivo?

**18. Em sua opinião, o que é democracia?**

**19. Em sua opinião, o Brasil é uma democracia? Por quê?**

**20. Gostaríamos de saber qual é sua escolaridade:**

- ( ) Sem instrução ( ) Até 4ª Série ( ) De 5ª a 8ª Série ( ) II Grau incompleto ( ) II Grau completo ( ) Superior incompleto ( ) Superior Completo

**21. Condições de moradia:**

- ( ) própria ( ) Alugada ( ) cedida

**22. Por último, qual a renda mensal da sua família?**

**OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!**

## **ANEXOS**

# Anexo 1 – Reportagem Décio Lima fala sobre sua gestão no poder executivo de Blumenau

MUNICÍPIOS Ampliar a infra-estrutura se apresenta como grande desafio de 2004 na terra da Oktoberfest

## Preparar Blumenau para o futuro

KARLA SANTOS

▼ BLUMENAU

O prefeito de Blumenau, Décio Lima, quer fechar seu segundo mandato este ano e ser lembrado como o governante que abriu as portas da cidade para o futuro. "Ninguém mais segura Blumenau a partir de 2004", desafia.

Em entrevista concedida ontem ao DC, por telefone, Décio Lima afirma que o maior desafio de 2004 é a conclusão de dois grandes projetos: Blumenau do Século XXI e Blumenau do Futuro.

### INFRA-ESTRUTURA

"Nosso grande desafio é concluir o Blumenau Século XXI, o que acontecerá nos próximos meses e está sendo executado com recursos captados junto a ENDEES, no valor de R\$ 40 milhões, e vamos dar início ao projeto Blumenau do Futuro, cujos investimentos somam R\$ 82 milhões, e que será concluído após o meu mandato. São obras de infra-estrutura onde se destacam duas pontes, e que vão induzir o crescimento da cidade para o Norte."

### CENTRO DE EVENTOS

"Outro desafio é consolidar o Centro Internacional de Feiras e Feiras (CIEF), que será o maior empreendimento na área de eventos e Feiras de Santa Catarina e do Sul do Brasil. Este projeto é uma parceria articulada por empresários da cidade, com os governos municipal e estadual. Além de auditórios com capacidade para 5 mil pessoas, serão construídos dois hotéis cinco estrelas neste complexo, que será um centro de serviço por excelência, para a realização de feiras e congressos. É uma política estratégica que pretende atrair o turismo de negócios. Estamos na fase de desapropriação e encantilhando para a captação de recursos internacionais, junto ao BRID. Firmamos um intercâmbio com os portugueses, que têm um know how grande nesta área. Há quase oito anos, peguei uma prefeitura estagnada e um povo com a auto-estima em baixa, mas a partir de 2004 ninguém segura Blumenau."

### SANEAMENTO

"Vimos investir nos próximos anos, cerca de US\$ 70 milhões na área de saneamento. Já temos o plano diretor do saneamento básico, feito em parceria com uma estatal alemã, e estamos trabalhando com investimentos que devem se iniciar este ano. Já resolvemos o problema dos dejetos industriais e temos selecionado de forma vanguardista a questão do tratamento do lixo. Temos um aterro sanitário que é modelo no Brasil."



PROJETOS: Prefeito Décio Lima (detalhe) garante que "ninguém mais segura Blumenau a partir de 2004"

### Conheça a cidade

- **Perfil**  
População: 261.868 habitantes  
Área: 210 quilômetros quadrados  
Densidade da Capital: 21 habitantes/km²
- **Principais atividades econômicas**  
Atividade Quantidade Empregados  
Indústria 2.742 38.463  
Comércio 7.557 20.052  
Serviços 8.287 57.681  
Autônomo 1.521 27.681  
Agricultura 2.380 proprietários 6.800
- **Principais atividades industriais**  
Têxtil, Vestuário, Alimentícia, Metalurgia  
PIB per capita: R\$ 13.619  
Renda per capita: US\$ 7 mil  
Sistema bancário: 44 agências, 28 privadas e 16 estatais
- **Aspectos sociais (2000)**  
Expectativa de vida: 72 anos  
Habituados acima do nível de pobreza: 70,7%  
Taxa de analfabetismo (p/1000 habitantes): 19,25  
Taxa de mortalidade infantil (p/1000 nascidos vivos - um ano): 11,25

### Infra-estrutura (2002)

- Transporte coletivo:  
Terminais urbanos - 6  
Empresas - 3  
Linhas - 61  
Ônibus - 255  
Frota de veículos do município (2002):  
110.315 (79.829 são automóveis)  
Sistema viário (2002):  
Estensão total: 1.026.966,48 km com 43,9% das vias pavimentadas asfalto:  
Pavimentação: 11,2%; lipeis: 25,5%; esfalto: 7,1%; paver: 0,1%
- Telefonia (2000):  
87.481 convencionais  
2.255 públicos  
24,0 mil celulares  
Água (2002):  
90.700 domicílios atendidos (atende 98,4% da população de Blumenau)  
Energia elétrica (2002):  
96.882 consumidores (domicílios)  
194.847

Fonte: Departamento de Pesquisa e Planejamento

### Indicadores econômicos (em R\$)

Renda bruta anual em 2002 (tributos)	
	(%) Total
Ricacão	6,68 10.281.862,08
IPU	1,71 2.619.904,96
Taxas	2,49 4.085.508,20
ICMS	40,28 65.202.105,98
ISS	11,81 19.427.744,64
IPVA	5,42 8.919.918,55
Dívida ativa	3,21 5.447.467,19
FPM	10,08 16.550.264,95
PI EXP	0,85 3.038.829,75
Transferências	0,98 1.592.882,20
Fundido	13,11 21.567.009,10
OP CRED MT	3,17 5.217.091,75
Outros	0,98 1.592.882,20
	<b>184.547.807,44</b>

O orçamento do município se eleva com os recursos das autarquias (transporte coletivo, saneamento e água), mais os de Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb) e deve ultrapassar R\$ 300 milhões

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

### Investimento em obras é prioridade

A fortuna que a multinacional sul-coreana Hwvis Sintercil pretende despejar em Blumenau nos próximos cinco anos, cerca de US\$ 500 milhões (R\$ 1,5 bilhão), colocou a infra-estrutura como primeiro item na lista de prioridades. De acordo com o secretário da Fazenda, João Krein, este ano o município vai investir R\$ 60 milhões em obras.

Iniciar a construção de duas pontes sobre o Fajal-Açu, concluir o acesso a BR-470 e asfaltar duas ruas no distrito industrial, em Itoupava Central, são as principais obras orçadas pela prefeitura para 2004. Outras 50 devem ser concluídas. Os novos investimentos em infra-estrutura estão focados na região Norte. De acordo com o secretário, Blumenau está sendo preparada para absorver o impacto que terá com a instalação, já a partir deste ano, de novas empresas no Blumenau Business Park. A sul-coreana Hwvis, beneficiadora de fiscais e considerada a âncora do projeto, começará suas atividades atendendo entre 250 e 300 novos postos de trabalho. "É um projeto de US\$ 500 milhões em cinco anos, o que é o maior investimento privado do ponto de vista empresarial da história de SC", analisa Krein.

# Anexo 02 – Reportagem João Paulo Kleinubing



Anúncio da reforma administrativa foi feito sexta-feira, no plenário da Câmara de Vereadores

# Kleinübing fecha quatro secretarias

**Prefeito eleito estima que nova estrutura trará economia mensal de R\$ 500 mil**

**PATRICIA LIMA**  
patricia.lima@naua.com.br

**BLUMENAU** - O prefeito eleito de Blumenau, João Paulo Kleinübing (PFL), apresentou sexta-feira detalhes da reforma administrativa que vai implementar na estrutura do Executivo municipal. O principal eixo da reestruturação é a redução de 17 para 15 no número de secretarias e de oito para seis no total de autarquias.

Kleinübing também anunciou os nomes de parte do colegiado que dividirá com ele a responsabilidade de administrar o município a partir de janeiro de 2005. Durante reunião no plenário da Câmara, ele oficializou os oito primeiros nomes de sua equipe de governo.

Com o corte de postos e cargos, Kleinübing pretende economizar cerca de R\$ 500 mil mensais. Ele quer investir o montante em obras, na qualificação dos servidores públicos e na melhoria dos salários do funcionalismo. Ele garantiu ainda a redução de 50% dos cargos de confiança no segun-

### A nova estrutura

Secretarias e autarquias extintas	Secretaria de Planejamento Urbano e Iguais
Secretaria de Criação de Recursos	Secretaria de Turismo
Secretaria de Cargos e do Adolescente	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Criança, Adolescente e Ação Social
Chefia de Gabinete	Secretaria de Defesa do Cidadão
Chef. Urbanização de Blumenau (URB)	Secretaria de Comunicação
IPUB	Secretaria de Administração
Secretarias criadas	Secretaria de Educação
Secretaria de Defesa do Cidadão	Procuradoria-Geral de Município
Secretaria de Ação Comunitária	Administração Indireta
Colegiado em 2005	Sinapi
Administração Direta	Selub
Secretaria de Ação Comunitária	Pião
Secretaria de Obras e Urbanizadora	Fundação do Mito Anabela
Secretaria de Fuzenda	Fundação Cultural
Secretaria de Saúde	Fundação Municipal de Desporto

do, terceiro e quarto escalões. A metade das funções que sobrar será desempenhada por servidores de carreira.

A principal mudança trazida pela reforma administrativa foi a extinção de quatro secretarias – Captação de Recursos, Chefia de Gabinete, Criança e Adolescente e Assistência Social. Também deixaram de existir a Companhia Urbanizadora de Blumenau (URB) e Ipub.

Os órgãos extintos serão incorporados por algumas pastas. A Secretaria de Obras adotará a URB, enquanto a Secretaria de Planejamento Urbano vai incorporar o Ipub. A chefia de Gabinete dará lugar

ao vice-prefeito Edson Brunnsfeldt (PP), a quem caberá fazer a articulação política do governo.

A reforma de Kleinübing não tem apenas cortes. Ele criou as secretarias de Defesa do Cidadão e de Ação Comunitária. Entre as responsabilidades do secretário de Defesa, estarão a nova guarda municipal – contingente que cuidará do trânsito e auxiliará a Polícia Militar – e a Defesa Civil. Para fazer a ligação da prefeitura com as associações de moradores, desenvolver projetos comunitários e administrar multirres de planejamento e o programa de habitação, foi criada a Secretaria de Ação Comunitária.

### O perfil das novas secretarias

- **Procurador-Geral do Município** - Mirco Paisley (PFL)
  - Formação: Formado em Direito pela Furb e especialista em Direito Empresarial pela mesma Universidade.
  - Cargos públicos que já ocupou: Procurador-geral de Blumenau (1998), secretário de Finanças de Blumenau (1989/1990), presidente da BaseC (1991/1994), membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) (1989/2001), presidente do Cade (2003), presidente do Conselho do Centro de Inovação Empresa Escola (2001)
- **Secretaria de Obras e Urbanizadora** - Luís Carlos Klitzke (PP)
  - Formação: Formado em Engenharia pela Furb
  - Cargos públicos que já ocupou: Secretário de Obras de Blumenau (1989 e 1991/1992)
- **Secretaria de Saúde** - Newton Maia (PP)
  - Formação: Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e especialização em cirurgia cardiovascular no Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul
  - Cargos públicos que já ocupou: Secretário de Saúde de Blumenau (1989/1992), vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde de Blumenau (1991/1992), vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1991/1992), integrante do Conselho Regional de Medicina (Cremesp), vice-presidente do Cremesp (1996/2002), presidente do Cremesp (2002/2003)
- **Seluber** - Silvio Hir (PFL)
  - Formação: Curso de Ciências Econômicas pela Furb
  - Cargos públicos que já ocupou: Membro do Conselho do Contribuinte da Prefeitura de Blumenau (2001/2003)
- **Secretaria de Fuzenda** - Nelson Santiago (PFL)
  - Formação: Formado em Administração de Empresas pela Furb, especialista em gerenciamento de Marketing e Administração de Publicidade e Propaganda pela Furb e mestre em Administração pela Furb
  - Cargos públicos que já ocupou: Chefe de gabinete do deputado estadual João Paulo Kleinübing na Assembleia Legislativa (2003/2004)
- **Secretaria de Ação Comunitária** - João Beltrame (PSL)
  - Formação: Ensino médio completo
  - Cargos públicos que já ocupou: Membro do Conselho de Segurança de Fregião da Grande Vitoria (1989), vereador eleito (2001/2004), tesoureiro da Associação das Câmaras de Vereadores do Médio Vale (2003/2004)
- **Secretaria do Planejamento Urbano e Iguais** - Waldino Balduino (sem partido)
  - Formação: Formado em Engenharia Civil pela Furb, curso de engenharia de Avaliações na Universidade Federal de Santa Catarina, curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho na Furb e mestrado em Direito para Direito Empresarial na Unival
  - Cargos públicos que ocupou: Nunca ocupou cargo público
- **Sinapi** - Luiz Air Ferreira da Silva (PP)
  - Formação: Bacharel em Administração de Empresas e pós-graduado em Auditoria de Instituições Públicas e Empresas Privadas pela Universidade Federal de Santa Catarina
  - Cargos públicos que já ocupou: Gerente local, gerente regional, chefe do Divisão de Documentos e Informação, chefe do Divisão de Administração Financeira, chefe do Divisão de Assessoria Médica e Diretor de Assessoria Financeira do Instituto de Previdência de Santa Catarina (1973/1983), vereador eleito (2001/2004)



# Anexo 03 – Replanejamento das ações do governo de Blumenau a partir de 2009, tendo em vista a catástrofe ocorrida na cidade

## POLÍTICA

Editor: Francisco de Assis • (47) 3363-1338  
 e-mail: fassis@pauloemiliao.com.br  
 Redação: Avenida Itália, 1000 • (47) 3363-1311  
 www.pauloemiliao.com.br

4

ENTREVISTA: PAULO EMILIANO, PREFEITO DE BLUMENAU

# “As coisas mudaram de forma radical”

SOBRE O PAÍS  
 pauloemiliao@pauloemiliao.com.br

**A**ssim que teve confirmada a eleição para um segundo mandato à frente da prefeitura de Blumenau, em outubro, Paulo Emílio Emílio (PSDB) disse que mudariam os sistemas de saúde e a construção da Ponte do Babelert seriam atribuições especiais do governo municipal a partir de 2009. Logo depois, quando perguntado sobre prioridades,

**Emiliano responde agora:**

**– Primeiro, habitação.**  
*A primeira coisa, é claro, deve-se à maior catástrofe ambiental já vivida por Blumenau, que destruiu milhares e obrigou milhares pessoas do planejamento urbano do município. Então, primeiro, é a necessidade de enviar a Legislação ao Conselho de Obras para a ocupação do solo Blumenauer. Neste momento, contatado ao Sesta semana passada, o prefeito fala sobre temas pontuais da reconstrução de Blumenau.*

ARTUR MOHR - UOL

**Paulo de Santa Catarina – Quais os principais pontos que o senhor vê para o ano?**

**Emiliano:** Primeiro, habitação. Da eleição para cá, as coisas mudaram de forma radical e, embora algumas das prioridades da eleição, como saúde, continue, o aspecto habitacional ganha dimensão muito maior, complexa o que aconteceu. Tem também a questão das obras que a cidade precisa para continuar se desenvolvendo.

**Santa – Como vai adaptar e reorganizar os serviços segundo o município?**

**Emiliano:** O orçamento, já aprovado pela Câmara, foi elaborado antes do desastre ambiental que se abateu sobre a cidade. Algumas coisas já foram adaptadas, mas é claro que haverá necessidade de muito mais de se adaptarmos no longo de 2009. A Secretaria de Obras, por exemplo, terá uma necessidade maior de recursos para se reconstruir a cidade.

**Santa – Qual o principal projeto a ser executado a Câmara de Blumenau em 2009?**

**Emiliano:** Acho que ele vai acabar tratando da questão habitacional e de ocupação do solo. A situação vai exigir algumas modificações nesse aspecto. A prefeitura já contratou serviços do Centro de Apoio Científico em Desastres, da Universidade Federal do Paraná, que embasará relatórios e projetos. Em 2009, o principal projeto que enviaremos para a Câmara certamente vai versar sobre a ocupação do solo em cima dos resultados que aparecerem destas análises.

**Santa – Para onde vão os investimentos quanto ao saneamento?**

**Emiliano:** São três soluções. A primeira é o pagamento de aluguel. A segunda é dar apoio às famílias que estão abrigando outras, utilizando recursos do Auxílio Residência (do governo do Estado). Como não há casas disponíveis para todo mundo, teremos que formar condomínios próprios em espaços



“As pessoas estão machucadas, mas com espírito de reconstrução.”

como galpões, que serão alugados. All vamos dividir espaços, para que as famílias possam ter privacidade e dignidade, com estruturas comuns de banheiro e refeitório.

**Santa – De onde vêm os recursos para ocupar a Via Loggia e quando começa a reconstrução?**

**Emiliano:** Contratamos o projeto para saber qual a melhor solução, até porque ainda há movimentação de terra naquele ponto. Os recursos poderão vir do governo

federal e do governo do Estado. Acreditado que, se os recursos vierem, e não que virão, começamos a obra em dois meses.

**Santa – Por onde vão os recursos do município, como a obra em dois meses.**

**Emiliano:** São recursos federais, do Estado e do município. Já estamos trabalhando com o município para saber qual a melhor solução, até porque ainda há movimentação de terra naquele ponto. Os recursos poderão vir do governo

federal e do governo do Estado. Acreditado que, se os recursos vierem, e não que virão, começamos a obra em dois meses.

**Santa – De onde vêm os recursos do município, como a obra em dois meses.**

**Emiliano:** São recursos federais, do Estado e do município. Já estamos trabalhando com o município para saber qual a melhor solução, até porque ainda há movimentação de terra naquele ponto. Os recursos poderão vir do governo

**Emiliano:** Dos R\$ 45 milhões que o governo federal repassou para o Estado, encaminhados o recebimento de R\$ 10 milhões, que dependem agora dos últimos acordos burocráticos.

**Santa – A questão burocrática não deveria ter sido resolvida pelo decreto de calamidade pública?**

**Emiliano:** Considerando a normalidade de burocracia, o processo até que está muito ágil. Existem procedimentos iniciais que precisam ser seguidos, pois também não se pode sair por aí assinando cheque, por mais que as vezes é vantajoso.

**Santa – Todos os países que sofreram com grandes enchentes? Qual está o cenário?**

**Emiliano:** Nós vamos buscar, em cima do cadastro que temos, uma alternativa de moradia para cada um, dentro da sua realidade. Nossa preocupação é que não estava previsto mas foi criado após tudo o que aconteceu, também precisará de corpo técnico.

**Santa – Como vai atuar para trazer o pagamento a arrecadação do município diante das enchentes?**

**Emiliano:** Vamos ter que reduzir despesas. Hoje o projeto para a atividade econômica e isso ir-competível. Por isso vou não poder querer tirar mais de quem não tem. Vamos ter que administrar despesas. Já que adquire receitas vai ser mais complicado.

**Santa – Quando o Parque Itaipava finalizar os 90% reorganizados?**

**Emiliano:** O grande problema do parque é o lago, que já está praticamente recuperado. Mas boa parte da grama do parque em si, a própria natureza vai se encarregar. Faltam algumas poças e áreas, como a pista de skate, que terão início em 2009.

subsidio. Os 30% restantes vão ser pagos em 20 anos.

**Santa – Como ingressar com ocupação de áreas regulares e especiais?**

**Emiliano:** Fiscalizando com rigor e oferecendo alternativas.

**Santa – O senhor tem que muita gente deve a cidade após a tragédia?**

**Emiliano:** Não, acho que não vai ser representativo. Há um sentimento de recuperação, de força de vontade. As pessoas estão machucadas, mas com espírito de reconstrução.

**Santa – Pouco antes da tragédia, Ministério Público, município e construtoras estavam se preparando por causa da construção civil próxima do rio.**

**Emiliano:** Não, acho que não vai ser feito no todo, considerando todo o território. Até por que o problema não foi o rio, e sim as encostas.

**Santa – Como vai atuar para trazer o pagamento a arrecadação do município diante das enchentes?**

**Emiliano:** Já concedemos algumas postergações do ISS, conforme havia sido solicitado pelas entidades empresariais. Com relação ao IPTU, vamos ter que fazer uma avaliação caso a caso. É claro que quem perdeu a casa ou o terreno não vai pagar a mesma coisa que pagava antes.

**Santa – O número de serviços é adequado para a atual população de serviços e comunidade?**

**Emiliano:** Eu diria que sim, mas é difícil falar em número. Claro que temos situações pontuais, como a dos médicos, que é insuficiente. Essa situação toda vai exigir reforço do serviço de fiscalização, por exemplo. O Serviço Municipal de Geologia, que não estava previsto mas foi criado após tudo o que aconteceu, também precisará de corpo técnico.

**Santa – Como vai atuar para trazer o pagamento a arrecadação do município diante das enchentes?**

**Emiliano:** Vamos ter que reduzir despesas. Hoje o projeto para a atividade econômica e isso ir-competível. Por isso vou não poder querer tirar mais de quem não tem. Vamos ter que administrar despesas. Já que adquire receitas vai ser mais complicado.

**Santa – Quando o Parque Itaipava finalizar os 90% reorganizados?**

**Emiliano:** O grande problema do parque é o lago, que já está praticamente recuperado. Mas boa parte da grama do parque em si, a própria natureza vai se encarregar. Faltam algumas poças e áreas, como a pista de skate, que terão início em 2009.

“Não se pode sair por aí assinando cheque, por mais que às vezes é vantajoso.”

Anexo 04 – Registros originais de Andrade *et al.* (1994, 1995, 1996)

17 A. Mas. que foi digit. e nome de arquivo é A:164ADRO.

Andrea, tirei uma cópia com as coisas

**QUADRO COMPARATIVO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES PESQUISADAS**

**1. DESCREVER COMO FOI O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES? COMO TUDO COMEÇOU E PESSOAS ENVOLVIDAS.**

**1.1. A.M. NOVA RUSSIA, STA MARIA E ADJACENCIAS X**

Esta Associação nasceu da junção entre A.M. Canto do Rio e A.M. Nova Rússia no dia 11 de agosto de 1990, sendo os cargos foram ocupados pelos integrantes da Nova Rússia. Este processo de criação se deu com pessoas de dentro do bairro ajudados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário. A união ocorreu por falta de participação da comunidade.

A criação da A.M. do Canto do Rio, no dia 12 de maio de 1989, nasceu da necessidade de construir uma caixa d'água comum abastecida por um riacho, uma vez alcançado o objetivo esta estacionou.

*Município Municipal 1989*

**1.2. A.M. AMIGOS DO SALTO DO NORTE - AMASTE**

A Associação surgiu da crise sócio-econômica decorrente da enchente de 1983 e devido a política assistencialista do município (prefeito Dalton dos Reis 1983-1989) que só atendia a comunidade por intermédio da Associação de Moradores. Ano de fundação 1984.

As pessoas envolvidas foram pessoas dentro do bairro com ajuda do Departamento de Assessoria de Atendimento as Associações de Moradores.

*então 1984*

**1.3. A.M. AMIGOS DAS TATUTIBAS X**

Foi fundada em julho de 1989, pois algumas pessoas da comunidade sentiram a necessidade de se organizarem para solucionar seus problemas (infra-estrutura). Sofreu influências e pressões pela nova gestão municipal que se iniciava.

*Município Municipal 1989*

**1.4. A.M. DO BAIRRO FORTALEZA X**

Foi fundada em 1986 por pessoas ligadas a Igreja Católica - Pastoral Operária, pois algumas pessoas da comunidade sentiram a necessidade de uma organização comunitária para ganhar maior poder de pressão.

Foram buscar informações para iniciar o trabalho com pessoas ligadas a movimentos populares.

*Pastoral Operária 1986*

**1.5. A.M. DA RUA RUI BARBOSA - AMORB X**

Foi fundada em 02/07/89  
Seus dados estão incompletos - saltar dar o endereço pt a Irene na A.M.

*pressão comunit. 1989*

**1.6. A.M. E AMIGOS DA ITOUPAVA NORTE**

Anexo 05 – Panfleto de campanha para diretoria da Associação de  
Moradores Antônio Zendron, 2008

**VOTE CHAPA 2**

ELEIÇÃO DIA 15/04/2007 DAS 8:00 hs. AS 12:00 hs.

**RENOVAÇÃO, TRABALHO E TRANSPARENCIA**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Presidente: Juvino Antonio Rezini (Motorista de ônibus)

Vice Presidente: Jailson Reis e Silva (Mengo)

1º Secretário: Simone Wosniak

2º Secretário: Valdir Ovidio (Dico)

1º Tesoureiro: Antonio Sabel Neto (Tonho)

2º Tesoureiro: Luiz Martins (Motorista de ônibus)

**CONSELHO FISCAL TITULAR**

1º: Sergio Luiz Vieira (Serginho)

2º: Altair Torresani (Gatinho)

3º: Mario Tallmann

**CONSELHO FISCAL SUPLENTE**

1º: Ednilson Bianquessi (Ito)

2º: Jeferson Catani

3º: Edna Carla Reis e Silva



Anexo 06 – Ata Associação de Moradores Hermann Tribess com formação de chapas para concorrer diretoria na época 1998

081

A Associação de moradores da Rua Ferreira Tribess, e Transversais reuniu-se em 26 de novembro de 2000 para a abertura da votação e escolha da nova Diretoria que durará a Oitavo mandato ano 2001. Dando início a votação o Sr. Jairo de Oliveira, Presidente da Associação foi convidado para presidente de mesa e o Sr. Manoel R. Stachon como mesa auxiliar: pelo Sr. Silveira Bonfim e Keomar Louke. Ao final da votação, foi apresentado o seguinte resultado.

Votantes, . . . . .

Votos chapa 1 - sim = 40    Chapa 2 - sim = 10

Votos contra - não = 01    não-votos = 01

Composições da chapa eleita: Presidente Sr. Keomar Louke, Vice Presidente Arno Byllaardt, 1º Secretário, Oswaldo Preto, 2º secretário Maria Helena R. Cavampri, 1º Tesoureiro Juliana Hezag e 2º tesoureiro M. Schlingmann.

Comitê fiscal: Augustinho Bongem, Franko Paz, Zuzana, Wilson Volpato Philpeli, Luiz Antonio, Wladimirski e Osair Byllaardt e Werner Schroeder.

*(Assinaturas manuscritas)*

Anexo 7 – Calendário reuniões Associação de Moradores Antonio  
Zendron

Ano 11



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA ANTÔNIO ZENDRON  
E TRANSVERSAIS DO BAIRRO VALPARAÍSO  
BLUMENAU SANTA CATARINA

19/Blumenau / SC, 20 de Janeiro de 2008.  
**REUNIÃO ORDINÁRIA.**

**CALENDÁRIO DE REUNIÕES DE DIRETORIA, / SÓCIOS 2008**

Local:

**19:30h TERÇA**

**DIRETORIA AMAZ**

**Titulares**

- |                         |                       |
|-------------------------|-----------------------|
| 1 Presidente            | Juvino Antônio Rezini |
| 2 Vice-Presidente       | Jailson Reis e Silva  |
| 3 1º Secretário         | Simone Wosniak        |
| 4 Vice-Secretário       | Valdir Ovidio         |
| 5 1º Tesoureiro         | Antônio Sabel         |
| 6 Vice-Tesoureiro       | Luiz Martins          |
| 7 Diretor de Patrimônio | Paulo José Quadro     |

**CONSELHO FISCAL TITULAR**

- 1 Sérgio Luiz Vieira
- 2 Altair Torresani
- 3 Mário Tallmann

**Suplentes**

- 1 Adenilson Bianquessi
- 2 Jefferson Catani
- 3 Edna Carla Reis e Silva

**Diretor de Esporte**

Jair Marinho da Silva

**Diretor de Eventos**

Reinaldo Zendron

**Diretor Ambiental**

Ingo Gebien

**Relações Públicas**

Wilson Roberto de Souza

**Diretora Social**

Teresinha de Jesus Rosa

**Diretor de Defesa Civil da Associação**

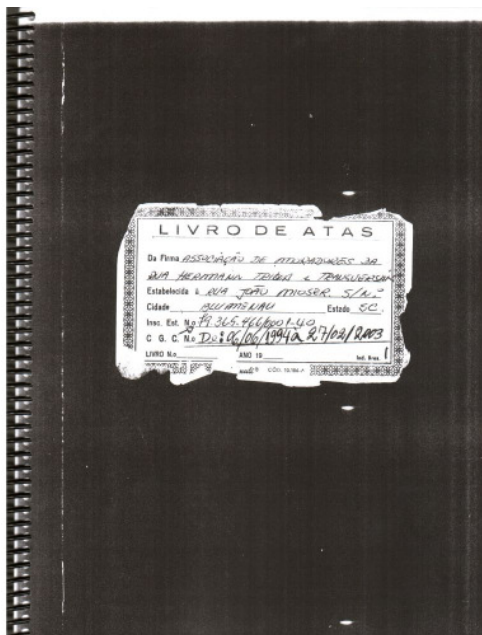
Sandro

DATA		
<b>2008</b>		
12 / 02	TERÇA	DIRETORIA
11 / 03	TERÇA	SÓCIO
15 / 04	TERÇA	DIRETORIA
13 / 05	TERÇA	SÓCIO
10 / 06	TERÇA	DIRETORIA
08 / 07	TERÇA	SÓCIO
12 / 08	TERÇA	DIRETORIA
09 / 09	TERÇA	SÓCIO
14 / 10	TERÇA	DIRETORIA
11 / 11	TERÇA	SÓCIO
09 / 12	TERÇA	DIRETORIA

**SEM COMUNICAÇÃO, NÃO HÁ EVOLUÇÃO.**

FUNDADO EM 04/06/1986 / ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL LEI Nº 5.902

Anexo 8 – Exemplos de organização de Atas das Associações de Moradores



Ata 1998

Ata de reunião Ass. de Moradores de Rue Hermann  
 Tribess, e Transversal. Aos cinco de maio de hum mil  
 novecentos e noventa e oito às 20:00 horas, reuniu-se  
 a comunidade em geral, em sua sede para tratar em  
 de assuntos de interesse da comunidade.

O senhor Mano Roggano vice-presidente deu início  
 a reunião, dando as boas vindas a todos e em  
 seguida passou a palavra a comunidade para  
 fazer suas reivindicações. O sr. João Antonio Thom  
 gar, relatou a falta de uma grelha na boca de lote  
 para o sr. Carlos Fickel, que habita ao lote 3 e a fal-  
 ta de legalização dos lotes. O sr. Augusto Maria  
 Bento relatou a necessidade de uma gabriete no  
 reparo de rua João Miguel de qual existem  
 calçamenos. O sr. Delamar Schoneider relatou  
 da rua Otto Sasse "1" comentou que a primeira pla-  
 entramente quando houve a falta de calce-  
 mento. O sr. Valdemir Mesquita de Benjamin Fran-  
 Rein relatou a falta de uma fechadura de mesmo  
 sendo que os moradores tem dificuldade de acesso.  
 Devido a tantas reivindicações o sr. Mano Roggano  
 sugeriu uma reunião a todos os delegados eleitos  
 em 16/04 p/ o "Movimento Participativo" de 99, que  
 ficou marcado p/ 14/05, às 20:00 horas.

A pedido do sr. Delamar Schoneider, passou o relatório sobre  
 o atendimento aos ambulatórios durante o mês  
 também se fez presente o professor de música o sr.  
 João Tomé, que fez um breve comentário sobre  
 os alunos de qual participam os alunos no período  
 de 19:00 às 20:00 horas do Instituto. O sr. Valdemir Mesquita  
 comentou sobre a presença de poluição ambiental  
 em frente a hum de onde de qual chegou os  
 moradores que pertencem os objetos de rede social

de qual o secretário de Educação sugere que a comunidade difunda as paróquias, sendo que o terreno tem espaço para creche e casa de lazer.

Estão presente a sr. Vera Lúcia Coordenadora de Secretari de Criança expondo os programas oferecidos a crianças de 4 a 16 anos, Projeto Sobie, Criança Forte e Dança dos Bailes.

Foi apresentado pela comunidade do So da comunidade há uns um terreno assinado reservando uma área de lazer que estava já sendo no local.

Foi falando a reunião houve uma apresentação do grupo Sobie.

E mais, havendo a falar p sr. Mário Stechouckoff / sr. comede a reunião que foi lavrada por mim Ivone Bauer pmissa seguinte.

Blumenau, 02 de Junho de 1978.

*Presidente*  
Mário Stechouckoff

*1º secretário*  
Ivone Bauer.

Ata da Associação de moradores de Rua, Blumenau Faria e Transperrap. Das sete de Junho de hum mil novecentos e oitenta e oito às sete horas, reuniu-se a comunidade que gere em sua sede para tratar de assuntos de interesse da comunidade.

O presidente sr. Mário Stechouckoff deu início a reunião dando as boas vindas a todos e em seguida fez um breve momento sobre a intimação, recebida p. D. J. J. referente ao processo geral assunto da rua Roberto Roldi. No dia seis de Junho de hum mil novecentos e oitenta e oito em reunião com o prefeito Dr. Dácio Neri de Lima foi aprovado o Livro do ter-

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA HERMANN TRIBESS E  
TRANSVERSAIS**

Rua Hermann Tribess, nº.1.637, Bairro: Tribess – CEP.89057-300 – Blumenau-SC  
Lei de Utilidade Pública Municipal nº.3710 de 27/04/90  
CNPJ.79.365.466/0001-40

**ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA**

Aos quatorze dias do mês de Abril de dois mil e oito, reuniram-se na rua Hermann Tribess nº. 1.637, à diretoria da Associação de Moradores da Rua Hermann Tribess e Transversais, para tratarem da seguinte Ordem do dia: **1) Abertura; 2) Indicações de Delegados na UNIBLAM; 3) Assuntos Gerais e Encerramento.** No item 1 – Abertura: O presidente desta Associação Sr. Aloísio José Lanser, agradeceu a presença de todos e destacou as atividades realizadas pela Associação neste último bimestre. Destacou a importância da Associação se fazer representar no CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança – Setor Leste 135 e Conselhos Municipais, com representantes no CODÉB – Conselho de Desenvolvimento de Bairros, precisando indicar 02 (dois) delegados para representar a entidade na UNIBLAM – União Blumenauense de Associações de Moradores. Item 2 – **Indicação de Delegados na UNIBLAM:** O presidente Sr. Aloísio, solicitou para que dois membros da diretoria colocassem seus nomes para participarem como Delegados na UNIBLAM, onde representará a associação e também para compor a Chapa que está sendo formada para eleição desta entidade que será realizada em maio deste ano. A diretoria sugeriu vários nomes e ficou decidido que o Sr. Ademir Nunes (membro do Conselho Fiscal-Efetivo), CPF.351.327.609-53 e Aloísio José Lanser (presidente desta entidade), CPF.381.161.549-15, serão os representantes desta associação, como delegados nas plenárias e assembleias realizados pela UNIBLAM, assim como colocam seus nomes a disposição para compor a chapa que concorrerá para eleição. Item 3 - **Assuntos Gerais e Encerramento:** O presidente agradeceu a todos da diretoria e informou que a sede da Associação de Moradores, localizada na Rua João Moser, s/nº., foi finalmente confirmada a devolução para a Prefeitura Municipal de Blumenau e que foi repassada para a Associação Blumenauense de Ornitologia e Canaricultura, conforme Projeto de Lei Ordinária nº 5489/2008 de 02/04/2008. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e eu Márcia S. Lanser, Primeira Secretária da entidade lavrei a presente ata, que lida e aprovada pela diretoria, vai devidamente assinada por mim, pelo Presidente, Aloísio José Lanser e pelo Primeiro Tesoureiro, Hanko Przygoda, Blumenau, 14 de Abril de 2008.

  
Aloísio José Lanser  
Presidente  
CPF. 381.161.549-15

  
Hanko Przygoda  
1º Tesoureiro  
CPF. 522.209.909-15

  
Márcia S. Lanser  
1ª Secretária  
CPF. 861.538.709-53

Anexo 9 - Ofício Associação de Moradores Santa Terezinha e Transversais (repassado por e-mail).

AMSTET – Associação de Moradores da Rua Santa Terezinha e Transversais

Rua Santa Terezinha, nº 295 CEP: 89026-800 Fone: (47) 3336-9401

CNPJ: 793.751.84/0001-24

Inscrição Estadual: Isento

Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 3.955/1991

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 9.246/1993

Início das Atividades em 17 de dezembro de 1988

Blumenau, 18 de Setembro de 2007.

Prezado Senhor,

***Braz Roncáglio***

Secretário Distrital do Grande Garcia

Vimos por meio desta solicitar a extensão da linha de ônibus André Nicoletti, passando pela Santa Terezinha, Santa Tereza até início da Rua Carmen Mello Zunino, devido ao grande número de idosos que moram nesta rua e por ela estar localizada em morro acentuado, dificultando a locomoção destes idosos até o ponto de ônibus mais próximo, que se situa na Rua Progresso, em frente a Auto Mecânica Canto do Rio.

Neste novo trajeto o transporte público passará em frente á aproximadamente 60 casas, favorecendo em média 240 pessoas.

Nas páginas á seguir temos um esboço do trajeto atual da linha André Nicoletti e a linha estendida até início da Rua Carmen Mello Zunino, conforme pedidos da comunidade.

Contando com vossa colaboração.

Atenciosamente,

---

Pedro Pereira Rodrigues  
Presidente

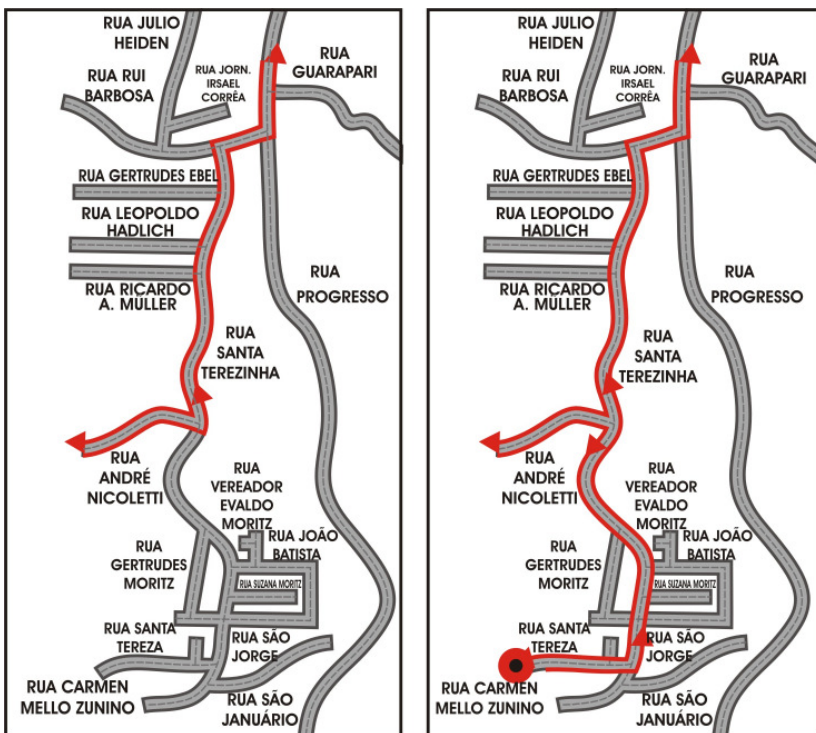
---

Mônica Dematté  
Secretária

**Trajetos Atuais do Transporte**

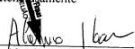

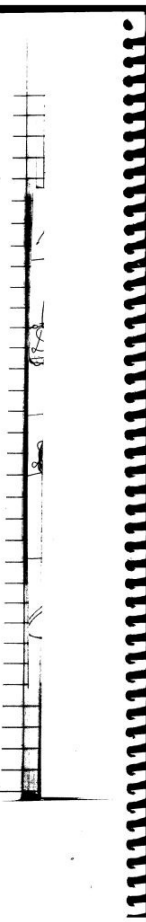


**Público – Linha André Nicoletti**



**Trajetos Estendido do Transporte Público – Linha André Nicoletti**

## Anexo 10 - Exemplo de edital para assembléia geral

<p><b>ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA HERMANN TRIBESS E TRANSVERSAIS.</b></p> <p>Sede: Rua João Moser, s/nº, - Bairro Tribess - CEP. 89057-680 - Blumenau - SC Fones: 3340-6350/3339-0366/9121-5331 - Lei de Utilidade Pública Municipal nº. 3.710 de 27/04/90 CNPJ: 79.365.466/0001-40</p> <p>Blumenau, 03 de Agosto de 2007.</p> <p><b>EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA</b></p> <p>Eu Aloísio José Lanser, Presidente da Associação de Moradores da Rua Hermann Tribess e Transversais, conforme estabelece o Estatuto Social da Entidade em seu Artigo 12 (item b), vem mui respeitosamente perante todos os moradores (sócios) da área de abrangência da Associação, convocar para Assembléia Geral Extraordinária para Alteração Estatutária (Adequação obrigatória ao novo Código Civil).</p> <p><u>Ordem do Dia:</u></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) Abertura/ saudação</li><li>2) Reforma Estatutária</li><li>3) Assuntos Gerais (não deve ser incluída na ata)</li></ol> <p><b>Data:</b> 28 de Agosto de 2007 (Terça-Feira) <b>Horário:</b> Às 19:00 horas (1ª Convocação) e às 19:30 horas (2ª Convocação) <b>Local:</b> Sede da Associação de Moradores Rua João Moser, s/nº. - Bairro Tribess</p> <p>Será mais para o momento, Atenciosamente</p> <p> Aloísio José Lanser Presidente</p> <p></p>	
---	--

Anexo 11 – Ata Herman Tribess decisões tomadas registradas em ata

44

Segue abaixo a relação dos materiais  
guardados no Quarto da APP da Fim-  
Francisco Louzer, pois não temos mais  
condições de guardar na associação,  
pois ela foi destruída por veredais.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA HERMANN  
TRIBESS E TRANSVERSAIS.

- 3 painéis grandes com tampa
- 1 fogão de 4 bocas (doméstico)
- 1 fogão industrial de 6 bocas
- 1 botijão de gás

Estes materiais estão guardados no quarto da APP da E.B. M. Francisco Louzer.

Francisco Louzer  
Presidente da APP

Presidente da AM

As per dias do mês de março de dois mil  
e sete reuniram-se durante a reunião  
para deliberar sobre a eleição do novo dire-  
tor da Associação de Moradores da Rua  
Hermann Tribess e Transversais foi aberta a  
inscrição de listas para eleição da diretoria  
a qual foi inscrita de forma livre sendo  
eleito por aclamação e assim constituída:

- Presidente: Alcirio José Louzer
- Vice-Presidente: Claudyane Fagundes Leite
- 1º Secretário: Francisco Louzer
- 2º Secretário: Rosalvo Davino de Andrade
- 1º Tesoureiro: Haroldo Corrêa
- 2º Tesoureiro: Roberto Tribess
- Conselho fiscal: Adriano Tribess

## Anexo 12 - Boletim Informativo Hermann Tribess

### Boletim Informativo – *O Grito*

A Associação da Rua Hermann Tribess e transversais através de sua Diretoria relata as últimas aquisições realizadas. Estas compradas com verbas recebidas, providas de solicitações e reivindicações feitas por esta Diretoria.

#### Material Esportivo

- Duas (2) mesas de ping-pong (oficial); ✓
- Dois (2) jogos de rede de ping-pong (oficial); ✓
- Duas (2) bolas (oficial) e raquetes; ✓
- Uma (1) rede de voleibol (oficial); ✓
- Duas (2) bolas de voleibol (oficial); ✓
- Duas (2) bolas de futebol de arsa (oficial); ✓
- Uma (1) bola de basquetebol (oficial); ✓
- Uma (1) tabela de basquetebol (oficial); ✓
- Vinte (20) coletes para futebol (oficial); ✓
- Uma (1) bolsa de massagem. ✓

#### Beneficências realizadas na sede

- Dez (10) bancos novos; ✓
- Iluminação da quadra de arsa e toda area construída; ✓
- Rede para cobrir a quadra de arsa;
- Material de limpeza; Material de cozinha (panelas, pratos, etc).

#### Projeto Violão

- Compra de um (1) micro system e dez (10) suportes para colocar partituras.

Parte desta verba recebida de governo municipal foi destinada a doações para as instituições do nosso bairro.

#### Doações para o CEE Emma Tribess

- Dez (10) coletes para futebol infantil (oficial);
- Uma (1) rede de voleibol infantil (oficial);
- Duas (2) bolas de futsal (oficial);
- Uma (1) bola de voleibol (oficial);
- Uma (1) bola de futebol de campo (oficial);
- Uma (1) bola de basquete mirim (oficial);
- Uma (1) tabela de basquetebol (oficial);
- Um (1) jogo mingol-trave.

#### Doações para Escola Estadual Norberto Lanser

- Um (1) micro system;
- Uma (1) bola futsal adulto.

#### Doações para EBM Francisco Lanser

- Vinte (20) coletes de futebol (oficial);
- Uma (1) bolsa de massagem;
- Um (1) micro system para a banda Marcial;
- Um (1) micro system para as turmas do 1º ciclo.

#### Doações Igreja São Luiz Gonzaga

- Um (1) micro system;
- 36 sacos de cimento.

#### Beneficências no Bairro

- Manutenção de calçamento e tubulação na rua Hermann Tribess e transversais;
- Alvará de licença para S.N.M.A. por cause do fato de agua;
- Luta junto a Prefeitura para melhorias na assistência das Escolas e do CEE;
- Apoio ao projeto Criança Feliz e violão-beje com spose 200 crianças.

## Anexo 13 - Jornal associação de moradores da Rua Pedro Krauss

# Pedro Krauss em

Blumenau Ano 1 Jornal Piloto nº01 Edição de Setembro e Outubro 2007

A VOZ DO POVO

## MORADORES QUEREM MELHORIAS NO ACESSO DA UNIDADE DE SAÚDE

A Associação de Moradores da comunidade, com a ajuda de estagiários da faculdade de Serviço Social da FURB, foi saber dos moradores o que eles pensam sobre o acesso à Unidade de Saúde Pedro Krauss. Os moradores foram unânimes ao dizer que, em relação ao atendimento, não há do que se queixar. Porém, o acesso é algo que tem dificultado a vida dos moradores que utilizam os serviços da Unidade.

Segundo pesquisa realizada, os idosos, portadores de deficiência física e as gestantes são os que mais têm dificuldades com a situação, pois, para se ter acesso a Unidade, é necessário subir escadas.

Outras pessoas, que moram mais afastadas do posto, reclamam que seus parentes e vizinhos mais idosos tem dificuldades para vir andando por causa dos morros e do difícil acesso à unidade de saúde. Eles ainda confirmam que o melhor lugar para o posto de saúde era o antigo local, localizado próximo à capela Bom Jesus. Dentro da Unidade, a situação também se complica devido à existência de escadas que dão acesso ao 2º andar do posto de saúde.

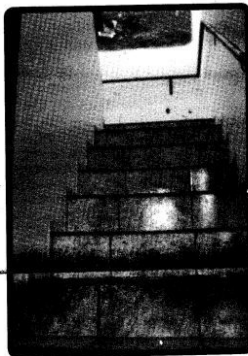
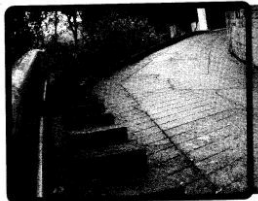


Foto: Daniela Zimmermann

Um simples degrau, para um idoso, pode se tornar uma grave queda e causar um acidente.



Degraus para o atendimento. O atual posto de saúde é uma verdadeira prova de fogo para deficientes, idosos e gestantes.

**Alumetal**  
Qualidade em Produtos para Identificação

**ETIQUETAS E BRINDES METÁLICOS**

Etiquetas: Auto Adesivas, Moveleira, Resnada,

PROJE



Uma mi  
resulta  
horizo  
comuni

CENTR  
EDUC  
PEDRO

Conheç  
Centro  
Blumen

ALAR

O alar  
Krauss,  
447, p  
Docum  
já foi e

QUAD  
ESTÁ

Falta a  
docum  
constr  
saúde

Anexo 14 - Formulário para reivindicações de demandas Associação de Moradores Antônio Zendron e transversais

AM007



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA ANTÔNIO ZENDRON  
E TRANSVERSAIS DO BAIRRO VALPARAISO  
EUMENAU SANTA CATARINA

PLANILHA DE REINVIDICAÇÕES

DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ NÚMERO: \_\_\_\_\_

1º QUAL É O PROBLEMA ?

2º QUAIS SÃO AS CAUSAS DO PROBLEMA ?

3º QUAIS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES ?

4º, QUAL A MELHOR SOLUÇÃO ?

\_\_\_\_\_  
SOLICITANTE

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

FUNDADO EM 04/06/1988

Anexo 15 – Prestação de contas Associação de Moradores Antonio Zendron

Associação de Moradores da Rua Antônio Zendron e Transversais do Bairro Valparaíso.

<b>Balancete do evento do dia 14/06/2008</b>			
<b>Entrada</b>			
		<b>Unitário</b>	<b>Total</b>
201	Cerveja Skol	R\$ 2,50	R\$502,50
241	Cerveja Kaiser	R\$ 2,00	R\$482,00
146	Refrigerantes	R\$ 2,00	R\$ 292,00
02	Doses de uísque	R\$ 2,00	R\$4,00
25	Doses de conhaque	R\$ 1,00	R\$25,00
78	Quentão	R\$1,50	R\$ 117,00
74	Pinhão	R\$1,50	R\$111,00
140	Cachorro-quente	R\$1,50	R\$210,00
60	Pastel	R\$1,50	R\$90,00
35	Pipoca	R\$1,00	R\$35,00
	<b>TOTAL</b>		<b>R\$1.868,50</b>
<b>SAÍDA</b>			
	Bebidas		R\$690,20
	Serviço de som		R\$30,00
	Copos descartáveis		R\$36,25
	Mercado Edson		R\$47,04
60	Pastéis		R\$48,00
02	Faixas		R\$70,00
	Tickets		R\$26,00
		<b>Total</b>	<b>R\$947,49</b>
	<b>Total</b>	<b>R\$921,01</b>	
	<b>30% Econômico</b>	<b>R\$276,30</b>	
	<b>Total líquido</b>	<b>R\$644,71</b>	

# Anexo 16 - organização da reunião por pontos de pauta

Am005



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA ANTÔNIO ZENDON  
E TRANSVERSAIS DO BAIRRO VALPARAÍSO  
BILIMENAU SANTA CATARINA

IG/BLU \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ORDEM DO DIA

### ASSUNTOS:

1º

2º

3º

4º

5º

6º

7º

8º

FUNDADO EM 04/06/1988 / ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL LEI Nº 5.802 17 / 12 / 2001



Anexo 17 – Exemplo de formulário para assinar presença nas reuniões AM Santa Terezinha e Transversais

17

REGISTRO DE PONTO					
		ENTRADA		SAÍDA	
DIA	MÊS	Nº	ASSINATURA	HORAS	ASSINATURA
<p><b>Eleição da Nova Diretoria</b></p> <p><b>Para Gestão 2009/2010.</b></p> <p style="text-align: right;">Blumenau, 28 de Fevereiro de 2009</p>					
			Nome		Assinatura
01			Fernando Dickmann		
02			Carolina Dickmann		
03			Waldia Hadlich		
04			Luiz Moretti		
05			Cláudio Hadlich		
06			João Pereira		
07			Cláudio Wilbert		
08			Cláudio Pereira		
09			Monique do Vale		
10			Proença Hadlich		
11			<del>Cláudio Wilbert</del>		
12			Luciana M. Moreira		
13			Osvaldo Wilbert		
14			Carla Montebelo		
15			Angela S. B. Costa		
16			Frederico Romizatti		
17			Francisco de Assis		
18			Waldia Hadlich		
19			JOÃO MONTANA		
20			Waldia do Vale		
21			José Luis C. Costa		
22			Alexandra Wilbert		
23			Edson S. Costa		
24			Waldia do Vale		
25			Donata Camargo		

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

# Os impasses do Orçamento Participativo

Redução no volume de recursos e atraso nas obras afeta credibilidade do programa

DEBILIDADES

**BOA VISTA** - Apesar dos avanços em obras, o programa de Orçamento Participativo (OP) enfrenta dificuldades para garantir a credibilidade e a participação da população. Segundo o coordenador do programa, o volume de recursos destinados às obras tem diminuído significativamente em comparação com os anos anteriores, afetando diretamente a execução dos projetos planejados.

ficante, várias obras não foram concluídas e o planejamento se tornou inviável.

A queda no volume de recursos obrigou o município a priorizar apenas as obras consideradas essenciais, deixando muitas outras em espera. Além disso, o atraso na liberação dos recursos também impactou o andamento das obras, gerando insatisfação entre os moradores.

Apesar dos avanços, a falta de recursos e o atraso na execução das obras têm afetado a credibilidade do programa. Muitos moradores reclamam que as obras prometidas não estão sendo realizadas, o que gera desconfiança em relação à administração municipal.

**Articulação é que obras foram feitas abaixo do custo**

O prefeito da cidade, ao analisar o balanço do programa, destacou que, apesar da redução de recursos, algumas obras foram concluídas com valores abaixo do custo planejado. Isso foi possível graças à articulação com empresas locais e ao uso eficiente dos recursos disponíveis.

Investimentos em saúde



FOTO: JAVIER SACRIMENTO

Delegada do OP, Rosemar Bilencourt mostra área que aguarda obra incluída no programa

Beirito Pádua, era o objetivo do programa de obras para a ampliação do posto de saúde. As obras foram reservadas R\$ 16 mil em 2004. Até o momento, porém, não foram liberados os recursos. "Sabemos que precisamos melhorar o atendimento, e que trabalhamos com urgência", diz Rosemar.

**Bairro espera ampliação de posto de saúde**

Garantir atendimento de qualidade é uma das prioridades do programa. As obras que aguardam em 307 ruas do bairro são essenciais para melhorar a infraestrutura local.

**Dificuldades maiores na área de saúde**

Mais de mil famílias que vivem no bairro dependem do Terminal do Aterro localizado no ambulatório central do bairro. O atendimento médico é precário, o que resulta na superlotação das unidades, podendo ser prejudicado o atendimento.



Algo Acabara (E) lembra ação para asfaltar Rua Pomerode

Anexo 19 - Ata Associação de moradores registrando subvenções de vereador e prestando contas

096

todos sobre as verbas apresentadas e repassadas a Associação. O 1º repasse aconteceu em 09 de maio no nota de empenho 3405 valor R\$ 1.200,00 a prestação de contas foi apresentada a secretaria das finanças em 12 de junho. Esta verba foi utilizada para término da quadra de areia conforme notas nº 2607 e 2610 do São Roque Materiais de Construção Ltda. O 2º repasse foi através do Vereador José Luis Clerici que nos repassou R\$ 2000,00 o 3º repasse foi através do Vereador Jean Jackson Kuhlmann, valor R\$ 1000,00. O 4º repasse foi pelo Vereador Luiz Ayr Ferreira da Silva valor R\$ 3000,00. Estas verbas passaram sendo gastas no mês de julho para prestação de contas a Secretaria Finanças. A Diretoria através da sugestão dos presentes adquiriu e reparou as entidades do Bairro:

Benefícios para a sede e Compra de: 10 bancos novos, iluminação quadra de areia, cobertura com tela de proteção na quadra, material de limpeza, material de limpeza, pailões, pratos, bacias plásticas etc. Adquiridas de materiais esportivos como bolas e mesas de ping-pong e canos, tábua de basquete, obra de manutenção. Também foi sugerido colocação de lona ao redor da quadra e sede e aquisição de 1 aparelho CD mais 10 suportes para colocar as partituras para as aulas de violão. O grupo também se

Anexo 20 – exemplos de reivindicações de demandas pelas comunidades de Blumenau de forma menos institucionalizadas

FALTA DE ÁGUA

AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA REGIÃO DA GRANDE VELHA, JUNTAMENTE COM AS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, CONVIDAM TODOS OS MORADORES DA REGIÃO PARA PARTICIPAREM DA MANIFESTAÇÃO PÚBLICA SOBRE A FALTA DE ÁGUA. NESTA SEXTA-FEIRA 27/02/09 ÀS 09:30H, EM FRENTE A PREFEITURA DE BLUMENAU, COM SAÍDA DE ÔNIBUS GRATUITO ÀS 09:00H DOS PONTOS FINAIS RISTOW, HERMANN BARTHEL; HERMANN KRATZ, EMIL WEHMUTH E BRUNO RUEDIGER NA VELHA GRANDE.

"É IMPORTANTE A PRESENÇA E A UNIÃO DE TODOS, POIS A ÁGUA É UMA PRIORIDADE PARA TODAS AS FAMÍLIAS."



Buscar



---

### Atenção para buraco

na edição 283, no dia 03-07-2009



Moradores tomaram iniciativa em protesto conta o Poder Público

...esto, moradores da rua Farmacêutico Fritz Hauffe, no bairro Tribess, “plantaram” uma bananeira em um buraco na...  
...u a iniciativa afirmando que o buraco trazia riscos de acidentes, negando, no entanto, que tenha sido a idealiza...  
...passar veículos pelo local, a bananeira foi plantada justamente para chamar...  
...feito. A Secretaria de Obras tapou o buraco dias depois. O secretário de Serviços Urbanos, Edir Marchi, diz que o pr...  
...água sob a via, garantindo que as obras já começaram . “Depois da tragédia de novembro, tivemos muitos serviços...  
...quadrados de ruas”, garante

---

de setembro de 2009



Buscar

---

### para cobrar obras no Fidélis

na edição 304, no dia 21-08-2009



a rua Guimarães Rosa, no Fidélis, reuniram-se na tarde desta sexta-feira (21) para protestar contra a falta de obras de pavimentação. De acordo com o representante dos moradores, o motorista Edson da Silva, há três anos eles pedem solução para a rua. Ele disse que já preparou a rua com macadame para receber asfalto, mas não resolveu o problema. “A tubulação segue entupida e toda a água vai para a casa”, critica.

# Anexo 21 – Reportagem citando catástrofes em novembro de 2008 – Blumenau SC

**GERAL**

**Tapetes de pedras orientais**  
 Venda, Lavagem e Personalização Especializada  
 R. João Pessoa, 226 - 89073-2730

Editor: Sônia de Góes • (47) 3224-1439  
 sbrndr.gomes@monta.com.br  
 Editor: Antônio Chai Soares • (47) 3224-1428  
 dfg@monta.com.br

18

OPINIÃO DE NUESTRO EDITOR

**FLAGELO DA CHUVA**

**GEOLOGIA**

Central de Defesa Civil, Florianópolis

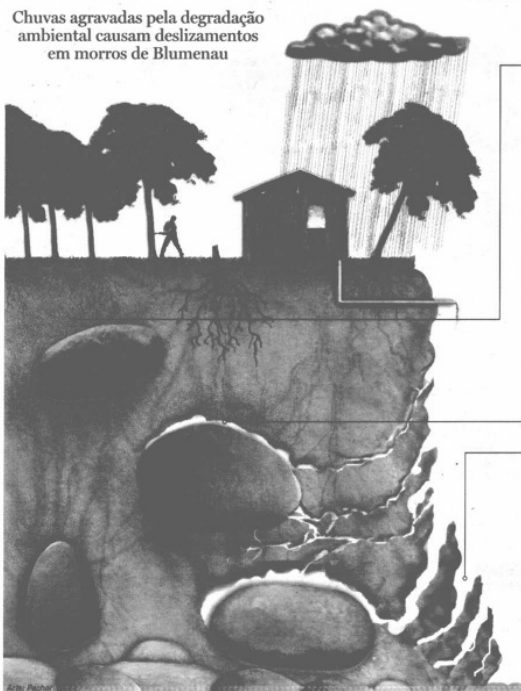
ENDEREÇO: RUA JOÃO PESSOA, 226 - 89073-2730



REILDO BERNAL

## Por que a terra cede

Chuvas agravadas pela degradação ambiental causam deslizamentos em morros de Blumenau



### Terra, rochas e vegetação

■ A base do morro é formada por rochas sólidas, que sustentam todas as demais estruturas. Todas os morros de Blumenau têm esta base.

■ Dentro dos morros, há rochas grandes, de 70 a 100 toneladas. Elas ajudam na sustentação de toda a estrutura.

■ De espaços entre as rochas são preenchidos com rochas trituradas e terra. Esta estrutura chama-se manto de intemperismo. Se não houver interferência externa, o manto é estável, mas até mesmo a retirada de uma árvore pode comprometer a sustentação.

### A interferência do homem

■ Para construir casas ou estradas, o homem arranca árvores e prejudica a vegetação nativa do morro. Isto deixa espaço para a infiltração de água.

■ A água infiltra chega até a rocha grande e a lava, deixando a superfície da pedra lisa. Com menos atrito, o manto formado por rocha triturada e terra começa a escorregar.

■ Assim como modifica a vegetação, o homem altera a estrutura do morro, cortando-o para abrir ruas e terrenos planos. Desta forma, tanto as rochas grandes como o manto ficam sem apoio e caem, provocando deslizamentos.

■ A instalação de caixas d'água, canos de esgoto, canalizações para o escoamento da água sem o supervisão de um responsável técnico também aumenta os danos na estrutura do morro, que passa a receber mais água do que pode suportar.

### Quando a terra cai

■ A degradação natural, somada à ação do homem, faz com que a estrutura do morro entre em risco de deslizamento. Quando os riscos recebem grande quantidade de chuva, como ocorrem nos últimos dois meses em Blumenau, o morro fica instável e escorrega com facilidade.

■ Conforme a terra vai deslizando, as ruínas vão se abafando, as casas racham e as pedras maiores perdem a estabilidade e rolam.

### Dois encostas em perigo

■ O Morro Cordeiro não sofre com deslizamentos há 25 anos, desde os enchentes de 1983 e 1984. Na época, a chuva coincidiu com a ocupação irregular, que desestabilizou a estrutura do morro, por isso houve a retirada de todos do local. Era uma área de risco, assim como algumas outras no município.

■ A situação é semelhante no morro na Rua Pedro Knauss Sáenz, Bairro Vitorral, onde o morro começou a abrir em cima e as rachaduras não atingiram as casas.

Reildo Bernal

Fonte: Rodrigo Soares Basso e Juarez Arruand, professores de Ciências Biológicas da UFPA e UFPA.

## FLAGELO DA CHUVA

## MORADIA

Morador deixa casa em Guaraniém



# Moradia improvisada

Deslizamentos no Morro Coripós e na Rua Pedro Krauss Sênior levam 71 pessoas a abrigos temporários

DANIELA PEREIRA

danielda.pereira@midiaonline.br

**BILIMENAU** - Famílias que moravam no Morro Coripós e na Rua Pedro Krauss Sênior, no Vorstad, agora ocupam abrigos improvisados. Sexta-feira, 71 pessoas, entre adultos e crianças, estavam em locais provisórios. Elas tiveram de deixar as moradias por risco de deslizamentos. A volta para as antigas casas está descartada pela Defesa Civil e a mudança para um novo lar ainda não tem data para ocorrer.

Na Escola Básica Municipal Tiradentes, Rua Leopoldo Kubo, Bairro Vorstad, as 50 pessoas que compõem as 11 famílias da Rda Pedro Krauss Sênior temem a chegada da segunda-feira. As aulas, suspensas quinta-feira, têm de recommençar. Sexta-feira, maridos deixaram esposas e filhos na moradia temporária e saíram para alugar uma casa. Voltaram sem novidades.

### Reunião definirá novo local para os desabrigados

— Eles até encontram alguma coisa, mas quando falam que tem seis, sete filhos, não podem. Enquanto isso, tentamos nos organizar e viver por aqui, até quando der — desabafou Sandra Regina Laguna, 39 anos, que tem sete filhos e está dividindo uma das salas da escola com uma irmã. Uma reunião entre as secretárias de Educação, Assistência Social, Habitação e o gabinete do prefeito, agendada para sábado, definirá o destino destas pessoas.

— Estamos indo na direção do retor-



RAIANEIA MARTINS

Onze famílias que deixaram a Rua Pedro Krauss Sênior ocupam salas de aula na Escola Tiradentes, no Bairro Vorstad

no das aulas para terça-feira. Segunda será usada para a limpeza e organização da escola. Vamos encontrar um lugar mais apropriado para as famílias, com certeza — afirmou o secretário de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, Mário Hildebrandt.

A saída das famílias do morro da Rua Pedro Krauss, no Bairro Vorstad, ocorreu sexta-feira e deve seguir pelo fim de semana. O auxílio da Defesa Civil deve diminuir entre sábado e domingo. O diretor Telmo Duarte disse que os agentes precisam de descanso, mas retornam segunda-feira de manhã.

— Por enquanto, não encontramos resistência. As pessoas compreendem o risco que estão correndo — falou Duarte.

### Alunos terão aula em Centro Comunitário

**GAZPAR** - Os 210 alunos da Escola Angélica Costa, Comunidade Serro Verde, retornam às aulas terça-feira. Os estudantes, da Educação Infantil e Ensino Fundamental, serão transferidos para o Centro Comunitário São Sebastião, próximo à escola. O retorno para a estrutura que teve três salas de aula soterradas quinta-feira pela manhã foi descartado pela secretária de Educação de Gaspar, Lúcia Helena Tiscina de Melo.

No horário do acidente, dois funcionários estavam na secretária do colégio, que não foi atingida. Os alunos foram dispensados quarta-feira à tarde, quando a direção da escola chamou a Defesa Civil e eles acasalaram liberar a área.

Neste sábado, haverá uma reunião com a comunidade para avisar sobre as mudanças. A intenção é terminar o ano letivo no centro comunitário, em 16 de dezembro, e providenciar a construção de uma nova escola, no mesmo bairro, para o ano que vem.

Segunda-feira, funcionários da escola estarão no centro comunitário para organizar as três salas e o salão, que serão usados como salas de aula, e para a busca da cozinha e dos banheiros.

### Ainda há famílias em perigo

No Morro Coripós, a Defesa Civil encontra dificuldade para a retirada de quatro famílias, que insistem em ficar nas casas até encontrar outro lugar para morar. Segundo o diretor Telmo Duarte, as conversas com os moradores vão ser mantidas, mas a Justiça deve ser acionada durante a semana para auxiliar na desocupação da área de risco.

As 21 pessoas de três famílias que estão abrigadas na Igreja Nossa Senhora Aparecida, Morro Coripós, ainda não têm perspectiva de alugar uma casa. O galpão na igreja ficará à disposição das famílias até que a situação seja resolvida.

### Como ajudar as famílias desalojadas

A Secretaria De Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Semsaci) recebe doações para auxiliar as famílias desalojadas da Rua Pedro Krauss Sênior, no Bairro Vorstad. As famílias estão abrigadas na Escola Básica Municipal Tiradentes. Material de higiene e limpeza, alimentos, em especial leite, roupa para crianças e adultos e festas para crianças entre cinco e nove meses são as principais necessidades. Para doar, ligue 3326-6812. A secretária se encarrega de buscar e entregar os doativos.

### Despesa de até R\$ 1,3 milhão

As prefeituras do Vale do Itajaí contabilizam as perdas provocadas pela chuva. No cálculo de Jaraguá de Sul, Guaraniém, Coripós e Schroeder, as despesas somam cerca de R\$ 1,3 milhão. Guaraniém foi o município que apresentou o maior número de problemas nas estruturas urbanas. Os alagamentos provocaram despesas de quase R\$ 600 mil. Os maiores problemas ocorreram com alagamento de casas e de áreas agrícolas. O comércio também foi prejudicado pelo mau tempo. Sexta-feira, funcionários da prefeitura passaram o dia em trabalhos de recuperação.



PLANEJAMENTO URBANO

# Cidade será dividida em 8

Revisão do Plano Diretor, entregue aos vereadores ontem, separa bairros em regiões administrativas

MARINA FURLAN  
marina.furlan@terra.com.br

**BLUMENAU** - Agora só falta aprovar. A revisão do Plano Diretor da cidade foi entregue ontem à Câmara de Vereadores pela Secretaria de Planejamento. Uma das mudanças previstas no novo plano é a divisão do município em oito regiões administrativas. Hoje, cada secretaria municipal separa os bairros a sua maneira, e que dificulta o cruzamento de dados de pesquisas e a definição de prioridades para o município. Com um único formato, a administração deve se tornar mais eficiente.

Essa nova medida deve otimizar o funcionamento do poder público - afirma a diretora de Planejamento Urbano, Vera Krummenauer.

A revisão do Plano Diretor foi uma exigência do Ministério das Cidades, que prevê uma visão mais comunitária e social para o documento. Foi o que

## Como a cidade será dividida

- **Região da Vila Itoupava:** Distrito da Vila Itoupava
- **Região das Itoupavas:** Itoupava Central
- **Região do Badenfurt:** Teto Salto, Badenfurt, Itoupava e Salto do Norte
- **Região do Fortaleza:** Fátima, Fortaleza Alta, Fortaleza, Tribess, Itoupava Nova e Novo Esperança
- **Região de Velha:** Passo Março, Salto Weissbach, Água Verde, Velha Central e Velha Grande
- **Região da Vila Nova:** Salto, Itoupava Seca, Escola Agrícola e Vila Nova
- **Região Central:** Boa Vista, Victor Konder, Centro, Bom Retiro, Jardim Blumenau, Via Formosa, Ribeiro Fresco, Ponta Aguda e Vorstad
- **Região do Garcia:** Distrito de Garcia, Valparaiso, Glória e Progresso

Foto: Instituto de Planejamento Urbano

aconteceu em Blumenau. - O novo Plano Diretor não foi feito apenas por uma equipe técnica, mas também pela comunidade. Mais importante do que as edificações e as ruas são as diretrizes sociais - explica Walfrido Balistieri, secretário de Planejamento.

Essas diretrizes devem reger as ações do município. Segundo Balistieri, um exemplo disso é a postura diante do crescimento econômico da cidade, que tende a se concentrar na região Norte. Além de investir no desenvolvimento industrial, o plano prevê que se

deve considerar a vida em comunidade, investindo em sistema viário e creches, por exemplo.

O Legislativo deve analisar e aprovar o projeto até o dia 10 de outubro, prazo estipulado pelo Ministério das Cidades. A realização do Plano Diretor custou R\$ 200 mil à Secretaria de Planejamento, financiados pela Caixa Econômica Federal. As diretrizes definidas com a revisão valem pelos próximos 10 anos e devem ser seguidas por quem administra o município. O primeiro Plano Diretor de Blumenau foi aprovado em 1977. Essa é a terceira vez que ele é revisado.

## Mudanças previstas

■ **Blumenau será dividida em oito regiões administrativas,** permitindo assim a divisão para a obtenção de dados, levantamento estatístico e definição de prioridades.

■ **O novo plano estabelece instrumentos jurídicos** para que a prefeitura possa atuar junto a proprietários de imóveis em terrenos abandonados.



Empreendimentos que investem em áreas turísticas, como o restauração da Vila Giannina, receberam incentivos à definir.

■ **O município terá uma nova política de habitação,** disposto de instrumentos para agilizar o processo de regularização das ruas irregulares - criação de placas amarelas - por exemplo.

■ **Uma nova política de acessibilidade,** voltada para população idosa e pessoas com deficiência, será prevista no novo Plano Diretor, visando a criação de calçadas e de acesso a prédios.

Foto: Secretaria Municipal de Planejamento



Plano Diretor define melhorias nos passeios, como na Rua Benjamin Constant, no Barro Escola Agrícola

## De olho nas calçadas

O que vuol mudar em Blumenau? A própria comunidade respondeu a essa pergunta durante as reuniões de elaboração do Plano Diretor. Uma das reivindicações que mais se destacaram foi a preocupação da população com o estado precário das calçadas. Partindo dessa reclamação, ficou evidente a necessidade de uma política de acessibilidade, que ganhou atenção na revisão do plano.

Falta de saneamento, pisos quebrados, árvores e pedras. A irregularidade das passagens pedonais e pedestres, causa sérias e praticamente impossibilita a mobilidade de deficientes físicos e crianças pequenas. A diretora de Planejamento Ur-

buano, Vera Krummenauer comenta que ao consultar os moradores das comunidades, muitas vezes preocupavam-se com as crianças, que não podiam caminhar sobre as calçadas malfeitas, transitavam na rua.

Para a diretora, o Semidiretor Catarinense de Calçadas, que aconteceu nos dias 10 e 11 de maio em Blumenau, aumentou a consciência para tratabilidade adequada.

Em 2005, a Secretaria de Planejamento consultou a comunidade através de representantes de Conselhos de Desenvolvimento de Bairros, que apresentaram os pedidos dos moradores.

## SERVIÇO

**Novo Plano Diretor de Blumenau - poderá ser aprovado a partir de quarta-feira, no endereço - www.blumenau.org.br/plandir**

## Anexo 23 – Ações do Movimento dos Atingidos pelo Desastre – MAD em Blumenau

### MAD: Mais vivo do que nunca

Participe da Assembléia do MAD no dia 15 de fevereiro!

Andamos passo por passo mas esse movimento acumula vitórias. O MAD está atento aos acontecimentos. Discutimos periodicamente. Conseguimos encontrar no debate as ações e solu-

ções para cada momento. A coordenação conseguiu reunir pessoas que estão vivendo o problema de fato, com representação de 22 abrigos. No dia 15 de fevereiro, domingo, na Vila União,

o MAD, juntamente com o Fórum dos Movimentos Sociais e o Fórum dos Trabalhadores, promoverá uma Assembléia. Ao final, teremos um grande almoço comunitário, com um caráter de organização e confraternização do movimento. Haverá ônibus para buscar e levar as pessoas dos abrigos, saindo no início da manhã. Entre em contato com a liderança do MAD no seu abrigo.

### Perguntas e Respostas: as Reinvidicações do MAD e as respostas do Prefeito

#### Pauta do MAD apresentada ao Prefeito

- Imediata reconstrução gratuita das moradias e definição de prazo para que todos os desabrigados tenham as suas moradias.
- Os Abrigos Provisórios devem ser construídos em localização adequada, com segurança, respeito à privacidade familiar e conforto adequados.
- Participação dos desabrigados nas decisões e definição do tempo de permanência nos abrigos provisórios.
- Imediato parecer da Defesa Civil nas áreas que ainda não foram vistoriadas!
- Direito de recusa! Direito de ir e vir! Fim imediato das perseguições e ameaças nos abrigos!
- Respeito às famílias nos abrigos e direito de privacidade!
- Acesso às informações de recursos das doações e sua destinação final.
- Acesso e discussão pública sobre os projetos e propostas em tramitação.
- Não demissão e represão no ambiente de trabalho!
- Reconhecimento do Movimento dos Atingidos pelo Desastre como legítimo representante de todos os desabrigados e atingidos!

#### Respostas do Prefeito à pauta do MAD

- Serão construídas 5000 moradias no prazo máximo de 1 ano.
- A gratuidade das moradias não foi garantida. Ao invés, o Prefeito falou em financiamento através do Fundo Municipal de Habitação para as famílias com renda até 3 salários mínimos, que pagariam 20% do valor. As famílias com rendimento superior não são contempladas nesta proposta da Prefeitura, tendo que financiar pelos meios normais.
- O Prefeito disse que a Defesa Civil só pode vistoriar e liberar casas em área de risco, onde for possível, depois que encerrar a vigência do decreto municipal de Calamidade Pública, no dia 18 de março.
- O Prefeito aceitou a formação de uma comissão do MAD para visitar os galpões e levantar possíveis problemas e fazer sugestões. No entanto, a prefeitura irá aceitar e tomar providências apenas nos casos que entender que tem sentido e é viável.
- Acesso a informações e discussão pública sobre os projetos e proposta: o Prefeito assegurou ao MAD reuniões quinzenais com o Prefeito e Secretários envolvidos. A próxima está marcada para o dia 13 de fevereiro.
- Os anseios das pessoas atingidas pelo desastre foram considerados justos, e portanto, o MAD foi reconhecido como um movimento legítimo.

"Mais de homens e de povo que se entendem menos em gestos de réplica, e se vão fazendo cada vez mais, milos humanos que transformem o mundo." Paulo Freire

Movimento dos Atingidos pelo Desastre exige:

- Imediata reconstrução gratuita das moradias e definição de prazo para que todos os desabrigados tenham as suas moradias.
- Os Abrigos Provisórios devem ser construídos em localização adequada, com segurança, respeito à privacidade familiar e conforto adequado.
- Participação dos desabrigados nas decisões e definição do tempo de permanência nos abrigos provisórios.
- Imediato parecer da Defesa Civil nas áreas que ainda não foram vistoriadas!
- Direito de reunião! Direito de ir e vir! Fim imediato das perseguições e ameaças nos abrigos!
- Respeito às famílias nos abrigos e direito de privacidade!
- Acesso às informações de recursos das doações e sua destinação final.
- Acesso e discussão pública sobre os projetos e propostas em tramitação.
- Não demissão e repressão no ambiente de trabalho!
- Reconhecimento do Movimento dos Atingidos pelo Desastre como legítimo representante de todos os desabrigados e atingidos!

Sem o atendimento destas condições nós desabrigados não aceitamos deixar os atuais abrigos.

Reivindicamos, de imediato, audiência com o Sr. Prefeito Municipal para entregar nossa pauta de exigências e definir compromissos claros e públicos sobre a forma de encaminhá-la.

Nosso sincero agradecimento a todos pelas doações e a solidariedade e pedimos seu apoio e participação em defesa dos direitos dos atingidos e na reconstrução de parte do que perdemos.

Blumenau, janeiro de 2009.

**ATO PÚBLICO**

**Data: 22 de janeiro (quinta-feira)**

**Horário: Concentração às 14 Horas.**

**Local: Em frente à Prefeitura (Figueira)**

## MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELO DESASTRE

### CARTA ABERTA

**Ao povo de Blumenau,**

**Ao Prefeito da cidade, João Paulo,**

**Ao governador de Santa Catarina, Luiz Henrique e**

**Ao Presidente Lula.**

Somos o Movimento dos Atingidos pelo Desastre da cidade de Blumenau, coordenado por desabrigados e desalojados. Contamos com o apoio do Fórum dos Movimentos Sociais e Fórum dos Trabalhadores de Blumenau.

Hoje, passados quase três meses do desastre que se abateu sobre nossa região, ainda vivemos em situação precária. Continuamos sem moradia, alojados em abrigos, em casas de parentes ou amigos e, infelizmente, ainda sem perspectiva de ver resolvida nossa situação.

Nos abrigos, estamos submetidos a situações humilhantes. Nossos direitos fundamentais são violados quando, por exemplo:

- Somos proibidos de realizar nossas reuniões e, que para realizar qualquer atividade é exigida autorização da SEMASCR (Secretaria Municipal da Assistência Social);
- Somos permanentemente ameaçados de expulsão do abrigo e de demissão dos nossos empregos. Valem-se da presença de militares para aumentar a intimidação.

Agora querem nos transferir para abrigos provisórios sem nos dar informações elementares como localização, capacidade de pessoas, segurança, respeito à privacidade familiar, tempo de permanência, etc. **Não aceitamos esta transferência para os abrigos provisórios sem garantia de moradia com prazo e projetos que atendam nossas reivindicações.**

Pela imprensa, acompanhamos as inúmeras reuniões e atividades de empresários com o governador e o prefeito, onde são oferecidos incentivos e isenções fiscais enquanto parte de nós "desalojados" só resta o "auxílio-reação".

Os recursos das doações, que deveriam ser destinados a resolver nosso problema de moradia estão servindo para aumentar a especulação imobiliária. Isso porque o dinheiro é usado para pagar aluguel de casas e não para a construção das moradias destruídas pelas chuvas.

Nesse ato público, estamos nos dirigindo ao prefeito João Paulo, ao governador do estado Luis Henrique e ao presidente Lula para apresentar nossas reivindicações. Cada um deles tem poder de decidir e responsabilidade nessa situação.

## Anexo 24 – Desenho institucional do OP em Blumenau (1998-2001)

### Caracterização das atividades dos Delegados e Conselheiros do OP de Blumenau.

	Delegados	Conselheiros
<b>Eleição</b>	Os Delegados são eleitos nas Assembléias Populares que acontecem em cada uma das regiões, na proporção de um delegado a cada 10 participantes presentes na assembléia.	Os Conselheiros são eleitos nas primeiras reuniões da CDRs, por votação, sendo que são escolhidos 2 conselheiros e 1 suplente para cada região. Serão designados dois representantes do Executivo, um da câmara de vereadores e um representante de cada Conselho Municipal da cidade.
<b>Mandato</b>	Duração de um ano com possibilidade de reeleição.	Duração de um ano, com uma reeleição consecutiva.
<b>Penalidades</b>	O delegado que faltar duas reuniões consecutivas ou três alternadas sem justificativa aceita pelo CRD perderá o mandato, diminuindo o quorum absoluto da região.	O conselheiro que faltar três reuniões consecutivas ou seis vezes alternadas às reuniões do CMOP, será informado as CRDs para efeito de substituição ou justificativa.
<b>Atribuições</b>	Os delegados tem funções como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- multiplicar as discussões relativas ao OP na sua região, estimulando a participação popular e o surgimento de formas de organização e consulta popular;</li> <li>- Fiscalizar as ações do CMOP;</li> <li>- Apresentar ao CMOP a proposta de obras e serviços da sua região;</li> <li>- Acompanhar e fiscalizar a execução das obras e serviços da sua região;</li> <li>- Convocar representantes do poder público sempre que se fizer necessário;</li> <li>- Acompanhar a votação da peça orçamentária na Câmara de vereadores;</li> </ul>	Os Conselheiros tem como funções: <ol style="list-style-type: none"> <li>1 -Debater e decidir sobre a proposta global do orçamento;</li> <li>2 -Dividir os recursos para investimentos por áreas de investimentos;</li> <li>3 -Aplicar os critérios para distribuição dos investimentos por região administrativa;</li> <li>4 -Apreciar a proposta do governo para o Plano de Investimentos;</li> <li>5 -Apresentar o projeto de Lei Orçamentária, junto com o governo, na Câmara de Vereadores;</li> <li>6 -Acompanhar a tramitação e votação do projeto na Câmara de Vereadores;</li> <li>7 -Acompanhar e fiscalizar a</li> </ol>

	<p>Todas as decisões do CRD somente serão válidas se registradas em Ata e assinadas por 50% mais um de seus membros.</p>	<p>execução das obras do Plano de Investimentos;</p> <p>8 -Compor a comissão de licitações da PMB;</p> <p>9 -Acompanhar as negociações salariais entre os servidores públicos e a PMB;</p> <p>10 -Convocar, quando necessário, o Fórum do Orçamento Participativo (assembléia conjunta dos delegados e conselheiros);</p> <p>11 -Convocar representantes do poder público municipal sempre que se fizer necessário;</p> <p>12 -Redefinir, se for o caso, a metodologia do OP, para o próximo ano. O CMOP sempre discutirá a metodologia do OP para o ano seguinte, nunca para o seu próprio exercício;</p> <p>-Zelar pela aplicação de seu regimento interno a ser apreciado no início de seu exercício.</p>
<p><b>Impedimentos</b></p>	<p>Não consta impedimento de delegados</p>	<p>Um conselheiro não poderá ter duplicidade de representação.</p>